

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS

CONSTRUÇÕES DE POSSE COM CLÍTICO NO PB:
PERCURSO DIACRÔNICO

EV'ÂNGELA BATISTA RODRIGUES DE BARROS

Belo Horizonte

Março de 2006

EV'ÂNGELA BATISTA RODRIGUES DE BARROS

**CONSTRUÇÕES DE POSSE COM CLÍTICO NO PB:
PERCURSO DIACRÔNICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Área de Concentração: Lingüística

Linha de Pesquisa: Variação e Mudança Lingüística

Orientadora: Prof^a. Dr^a Jânia Martins Ramos

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2006

EV'ÂNGELA BATISTA RODRIGUES DE BARROS

**CONSTRUÇÕES DE POSSE COM CLÍTICO NO PB:
PERCURSO DIACRÔNICO**

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Jânia Martins Ramos (presidente)

Orientadora

Prof^ª Dr^ª. Maria Aparecida C. R. Torres de Moraes / USP (titular)

Prof^ª Dr^ª. Rosane de Andrade Berlinck / UNESP (titular)

Prof. Dr^ª. Eunice M. Nicolau / UFMG (titular)

Prof. Dr. Fábio Bonfim Duarte/ UFMG (titular)

Prof^ª. Maria Antonieta Cohen / UFMG (suplente)

Prof^ª. Mônica Alkmim/ UFOP (suplente)

Aos meus alunos, de cada ano, com quem me exercito na prática de ensinar-aprender, sempre...

Ao Nilsinho, onde quer que ele esteja...

A Zenaide, Henrique e Larissa, cujos nomes significam, para mim, VIDA...

AGRADECIMENTOS

Desde o meu ingresso no Programa de Doutorado em Estudos Lingüísticos na Universidade Federal de Minas Gerais – e lá se vai um bom tempo - , muitos e de variada ordem foram os percalços – em vez de me fazerem desistir, tiveram efeito oposto, e agradeço muito a Deus por conseguir concluir esse objetivo, que me é tão caro.

Inicialmente, gostaria de agradecer à Professora Dra Jânia Martins Ramos, pela competência demonstrada na orientação eficiente e ponderada; mulher de fibra, doce mas decidida, aprendi a admirá-la nesse tempo de convivência. Sem suas suaves, porém enérgicas sacudidas, ter-me-ia perdido no caminho...

Aos professores a quem admiro pelo valor profissional e humano – Mário Alberto Perini (meu Mestre, sempre!), Fábio Bonfim Duarte, Lorenzo Vitral, Mônica Alckmin, Maria do Carmo Viegas, Eunice Nicolau – todos se fizeram presentes nessa jornada, de alguma forma muito especial – sou-lhes muito grata.

Aos funcionários da Secretaria do Pós-Lin, especialmente à Geralda Martins e à Maria Aparecida Machado, que me cobraram a conclusão desse trabalho, mas incentivando-me a superar os obstáculos.

Às amigas-quase-irmãs, com que fui presenteada ao longo da vida, Andréa dos Santos e Meire Farias, que me deram empurrõezinhos para não desistir. Às amigas, pelo incentivo constante: Cida Castro, Therezinha Taborda, Tida Carvalho, Eneida Martins e Jane Quintiliano (PUC); Otília Martins, Maria Célia Farnese, Ana Maria Lana, Magda Machado, Helen Mesquita, Lúcia Dutra, Tânia Barbosa e Taís Garcia (CFO); Neuza Guelber, Lindalva Xavier, Vânia Pimenta, Cláudia Mello, Lucília Batista, Noara Rezende, Altemisa Ferreira, da PBH – além de tantas outras pessoas, cujos nomes, ainda que não possa citar a todos, estão assinalados em meu coração – por tudo de bom que aprendi e aprendo convivendo com vocês, o meu muitíssimo obrigada.

A minha família, em cujo acolhimento sempre constante – como diz Lya Luft, “ali a gente é aceito mesmo quando não é entendido, mais que isso: é respeitado e querido”¹ – busquei força, dia após dia para essa e todas as demais empreitadas. Especialmente, a minhas irmãs – Zilene, Fátima e Maristela – , a minha mãe, Zenaide, e a meus filhos, Henrique e Larissa, todo o meu amor e agradecimento, pela compreensão nos momentos de ausência, pelo apoio, pelo colo nos diversos momentos em que precisei, enfim, por tudo...

A Fábio Peres Munhoz, Mário Renato Bessa e ao amigo Antônio Carlos Gomes, que cuidaram de mim com competência, num momento de grande fragilidade.

À Jesa, que cuida de mim e dos meninos com carinho e solicitude.

Gostaria, por fim, de agradecer à Secretaria Municipal de Educação – SMED/PBH, pela concessão de licença remunerada, no momento inicial desta pesquisa. Foi um tempo precioso de crescimento pessoal e profissional.

¹ Veja, 11/01/06, p.22.

“... it is much easier to explain the past through the study of the present than vice-versa...”
(Kroch, 2005:1)

RESUMO

Nosso objetivo com esta pesquisa é colocar em evidência o percurso diacrônico pelo qual a frequência da construção possessiva clítica declinou no Português Brasileiro desde o século XVII até o presente.

Este trabalho investiga a estrutura e as propriedades de três construções possessivas – o pronome possessivo, [a NP...clítico] e [de NP] – e as restrições à extração do clítico de posse no PB. Baseado na análise quantitativa de dados, é proposta uma reanálise diacrônica constituída de sete ‘passos’.

A base teórica que deu suporte a esta pesquisa foi fundamentalmente o Programa Minimalista (Chomsky 1993, 1995). A metodologia quantitativa utilizada para análise dos dados alicerçou-se na Teoria Variacionista proposta por Labov (1972, 1984).

O objetivo principal desta pesquisa é prover uma abordagem paramétrica de uma mudança lingüística que fez com que, gradualmente, uma construção genitiva substituísse uma construção dativa de posse no PB.

Palavras-chave: construção clítica de posse; extração de possuidor; estrutura do DP; variação paramétrica

ABSTRACT

Our goal in this research is to bring into evidence the diachronic way by which the frequency of the possessive clitic construction has declined in Brazilian Portuguese since the XVIIth century until now.

This work investigates the structure and the properties of three possessive constructions – the possessive pronoun, [a NP...clitic] and [de NP] – and the constraints on the possessive clitic extraction in PB. Based on the quantitative data exam, it is proposed a seven-steps diachronic reanalysis.

The theoretical basis which supported this research was fundamentally the Minimalist Program (Chomsky 1993,1995). The quantitative methodology used for data analysis relied in the Variationist Theory proposed by Labov (1972,1994).

The main objective is to provide a parametric account to a linguistic change that has made a genitive construction gradually replace a dative construction in BP.

Keywords: possessive clitic construction; possessor extraction; structure of DP; parametric variation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I: As Construções de Posse no PB	04
1.1 - Tipos de construções de posse	05
1.2 - Conceituando a construção de posse com clítico	08
1.2.1 – Como distinguir construções de posse com clíticos dos dativos temáticos	12
1.2.2 – Caracterização semântica e sintática dos dativos	15
1.2.3 – A distinção entre os dativos de posse e os genitivos	17
1.2.4 – O clítico de posse seria um tipo de dativo afetado?	20
CAPÍTULO II: Análise Quantitativa das Variantes	29
2.1 A variável dependente	30
2.1.1- Sintagma preposicionado [de NP]	30
2.1.2 – Sintagma preposicionado [a NP]	30
2.1.3 – Clítico	30
2.1.4– Pronome possessivo	31
2.2 – As variáveis dependentes	31
2.2.1 – Tipo de posse: alienável x inalienável	31
2.2.2 – Referencialidade do DP possuído	31
2.2.3 – Presença x ausência de determinantes no sintagma de que alça o clítico	32
2.2.4 – Tipo de oração (matriz, encaixada)	32
2.2.5 – Distância entre o verbo e o DP possuído	32
2.2.6 – Tipos sintáticos e semânticos de verbo com o qual ocorre construção de posse com clíticos	33
2.2.6.1 – Transitividade verbal	33
2.2.6.2 – Tipos semânticos	34
2.2.7 – Tempo	34
2.2.8 – Gênero textual e estilo	34
2.3 – A amostra	35
2.4 – O momento atual: do presente para o passado	38
2.5 – Análise do corpus diacrônico	40
2.6 – Os fatores analisados	49
2.6.1 – Alienabilidade x inalienabilidade	49
2.6.2 – Especificidade do NP	57
2.6.3 – Posição do indicador de posse (clítico, PP ou pronome possessivo em relação ao verbo)	64
2.6.4 – Construções de posse com clítico em diferentes tipos de orações	68
2.6.4.1 – Orações absolutas, principais ou encaixadas	68
2.6.5 – A construção de posse com clíticos com verbos transitivos e intransitivos (inacusativos e inergativos): quantificação e análise	77
2.6.6 – Aspectos semânticos do verbo	89
2.6.7 – O fator pessoa do discurso	96
2.7 – Os testes	99
2.8 – Conclusões	117
CAPÍTULO III: Análise Formal das Construções de Posse	118
3.1 – Pressupostos teóricos	119
3.2 – Descrição das variantes indicativas de posse no PB	126

3.2.1 – A estrutura da construção [de NP]	127
3.2.2 – Descrição estrutural da variante [a NP]	132
3.2.2.1 – Propriedades da construção [a NP]	133
3.2.3 – A construção com pronomes	138
3.2.3.1 – Descrição estrutural da construção com pronomes possessivos	138
3.2.3.2 – Descrição estrutural: a construção com clíticos	142
3.2.3.2.1 – Propriedades da construção clítica	143
3.2.3.2.2 – A mudança relacionada à construção de posse com clítico	154
3.2.3.2.3 – A relação clítico/verbo: a que nicho se agrega o clítico de posse?	156
3.3 – Os dados do PB e a sintaxe de colocação dos clíticos de posse	163
3.3.1 – Análise da natureza e da sintaxe de colocação dos clíticos de posse	163
3.3.2 – Como e por que o clítico de posse pode ser extraído do DP	178
3.4 – Dados diacrônicos do PB: passos de uma mudança	187
3.4.1 – A reanálise das construções de posse	191
3.5 – Conclusões	200
CAPITULO IV: A Mudança Lingüística na Expressão da Posse no PB	202
4.1 – Conceito de mudança lingüística	202
4.2 – Questões para pesquisa futura	218
ANEXOS	
I - Fontes documentais (descrição e especificação por século)	221
II- Testes realizados	224
III – Quadros de dados diacrônicos: verbos inacusativos / verbos inergativos	227
IV – Construções de Redobro	229
V – Quadros-síntese dos dados constitutivos do corpus	235
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	240

7LISTA DAS NOTAÇÕES UTILIZADAS

NP (Noun Phrase),

IP (Inflexional Phrase),

VP (Verb Phrase),

PP (Prepositional Phrase),

DP (Determiner Phrase),

QP (Quantifier Phrase)

CP (Complementizador)

AGRP (Agreement Phrase),

Spec (posição de especificador),

TP (Tense Phrase)

PossP (Possessive Phrase)

AspP (Aspect Phrase)

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

QUADROS

I - Descrição da amostra por número de palavras	36
II- Síntese dos fatores investigados	37
III – Distribuição das variantes conforme tipo de sentença	71
IV- Especificação das construções clíticas com verbos intransitivos no eixo do tempo	87
V – Resultados de testes de interpretação / produção de sentenças com clíticos de posse – grupo I – Ensino Médio	104
VI – Resultados dos testes de interpretação / produção de sentenças – grupo II – Ensino Superior	106
VII – Resultados de testes de interpretação de sentenças com clíticos de posse – grupo III – Ensino Superior	112
VIII – Resultados de testes de interpretação de sentenças com expressão de posse por [a NP] e clítico – Ensino Superior	113
IX - Ordens de constituintes das construções clíticas de posse no PB no eixo do tempo	168

TABELAS

I: Número de ocorrências de construções de posse no século XXI	39
II: Distribuição das construções de posse por tipo	40
III – Tipos de construções possessivas com redobro no PB no eixo do tempo	41
IV – Estratégias de expressão de posse no PB no eixo do tempo	42
V – Distribuição de dois subgrupos de construções de posse: [de NP] e [a NP/clítico] no eixo do tempo no PB	45
VI – Construções de posse no PB em sete períodos de tempo	47
VII – Distribuição das variantes conforme a relação alienabilidade ente nome possuído e possuidor	54
VIII – Distribuição de NPs [- alienáveis] no eixo do tempo, conforme a construção de posse	55
IX – Distribuição das variantes conforme a especificidade do NP possuído	59
X – Distribuição de NPs [+ específicos] no eixo do tempo, conforme construção de posse	61
XI – Constituição dos sintagmas de origem do clítico	63
XII – Distribuição das variantes conforme a contigüidade do NP possuidor ao verbo	66
XIII – Distribuição do NP possuidor contíguo ao verbo	66
XIV – Distribuição da variante [de NP] conforme o tipo de oração	72
XV – Distribuição da variante [a NP] conforme o tipo de oração	72
XVI – Distribuição da variante redobro conforme o tipo de oração	73
XVII – Distribuição da variante clítico de posse conforme o tipo de oração	74
XVIII – Distribuição da variante pronome possessivo conforme o tipo de oração	75
XIX – Século XVII: tipo verbal com construção possessiva alienável x inalienável	78
XX – Século XVIII: tipo verbal com construção possessiva alienável x inalienável	78
XXI – Século XIX: tipo verbal com construção possessiva alienável x inalienável	79
XXII – Século XX: tipo verbal com construção possessiva alienável x inalienável	79
XXIII – Século XXI: tipo verbal com construção possessiva alienável x inalienável	79
XXIV – Construções de posse por tipo verbal	79
XXV – Ocorrência de construções de posse com clíticos conforme transitividade	81
XXVI – Distribuição das construções com clítico conforme transitividade verbal	87
XXVII - Distribuição das construções clíticas de posse conforme tipo semântico de Verbo	91
XXVIII – Construções de posse com clíticos com verbos intransitivos	93
XXIX – Construções de posse com clíticos com verbos transitivos de movimento	94
XXX – Construções de posse com clítico com verbos transitivos de transferência material ou verbal/perceptual	95
XXXI – Frequência de clíticos de posse conforme pessoa do discurso	97
XXXII - Opções preferenciais de posse	109
XXXIII – Colocação do clítico de posse no eixo do tempo	169
XXXIV – A expressão da posse por meio de sintagma preposicionado	206
XXXV – Expressão da posse por sintagma [de NP] ou pronome possessivo	207
XXXVI – Expressão da posse por sintagma [de NP] ou pronome clítico	208

GRÁFICOS

I – Construções de posse no PB no eixo do tempo	44
II – Perfil de dois subgrupos de construções de posse: [de NP] e [a NP/clítico] no eixo do tempo no PB	46
III – Construções de posse no PB em sete períodos de tempo	48
IV – Distribuição das construções de posse com possuído inalienável	56
V – Distribuição de NPs [+ específico] no PB, no eixo do tempo, conforme a construção de posse	61
VI – Influência do fator especificidade na ocorrência de construções clíticas de posse no PB no eixo do tempo	64
VII – Perfil de dois subtipos de construções de posse com relação ao fator contigüidade ao verbo	67
VIII – Distribuição da variante [de NP] no eixo do tempo conforme o tipo de oração	72
IX – Distribuição da variante [a NP] no eixo do tempo conforme o tipo de oração	73
X - Distribuição da variante redobro no eixo do tempo conforme o tipo de oração	74
XI - Distribuição da variante clítico de posse no eixo do tempo conforme o tipo de oração	75
XII - Distribuição da variante pronome possessivo no eixo do tempo conforme o tipo de oração	76
XIII - Distribuição das construções de posse conforme tipo de sentença no PB	77
XIV – Construções de posse no PB conforme transitividade verbal	80
XV – Perfil das construções clíticas de posse no PB conforme transitividade verbal	82
XVI - Distribuição das construções com clíticos conforme transitividade verbal no PB no eixo do tempo	88
XVII – Frequência de estruturas clíticas de posse por tipo semântico de verbo	92
XVIII – Construções de posse com clíticos com verbos intransitivos	93
XIX – Construções de posse com clíticos com verbos transitivos de movimento	94
XX – Construções de posse com clítico com verbos transitivos de transferência material ou verbal/perceptual	95
XXI – Distribuição de clíticos de posse por pessoa do discurso no eixo do tempo	97
XXII – Estratégias de expressão de posse adotadas por alunos do Ensino Médio e Superior no PB	110
XXIII – Colocação pronominal no PB no eixo do tempo	169
XXIV – Ênclise do clítico de posse no PB no eixo do tempo	170
XXV – Expressão da posse por sintagma preposicionado [a NP] e [de NP]	207
XXVI – Expressão da posse por sintagma [de NP] ou por pronome possessivo no PB no eixo do tempo	208
XXVII – Expressão da posse por sintagma [de NP] ou por pronome clítico no PB no eixo do tempo	209

INTRODUÇÃO

A acentuada perda de marcações morfológicas no PB (Português Brasileiro) tem sido o foco de atenção de vários lingüistas, que investigam o modo pelo qual esta vem afetando a relação entre verbos e argumentos, isto é, o construto oracional. Neste contexto, uma lacuna se faz sentir quanto às conseqüências de tal perda no nível do sintagma nominal. Em outras palavras, de que forma a perda de marcações morfológicas vem afetando a configuração do NP/ DP?

Assumindo, com Szabolcsi (1983) que a correlação entre DP / CP procede, então se pode prever que fenômenos semelhantes àqueles ocorridos no nível sentencial tenham também ocorrido no nível do DP. Uma construção em que um elemento do NP se realizasse morfológicamente como clítico e estivesse adjungido a V seria ideal para se avaliar essa correlação. Tal construção existe e aparece exemplificada abaixo:

- (i) “Pensa no que deveria ter feito e deixou de fazer, e esses pensamentos não *lhe saem da cabeça*.” (Veja, carta de leitor, XXI)

Em (i) uma relação entre POSSUIDOR E POSSUÍDO, estabelecida dentro do NP, tem um dos elementos, mais exatamente o POSSUIDOR, realizado como clítico, “*lhe*”, contíguo ao verbo. De acordo com Landau (1999:2), tais construções poderiam ser descritas como *limitrofes*, na medida em que *um NP recebe papel temático de possuidor dentro do DP, mas se realiza adjungido ao verbo*.

Note-se que o *lhe* com papel sintático de possuidor podia ser redobrado sem que a informação indicativa de posse desaparecesse:

(ii) “*Ao Tenente Coronel Josè de Mello de Souza fu-|gio-lhe hum escravo creoulo, chamado Silverio, alto,| espigado, ainda rapaz, não tem buço, tem o dedo in-|dex da mão direita algum tanto mais fino...*” (anúncio, Bahia, XIX)

Falantes do PB atual já não aceitam construções como (ii), mas falantes do PB no século XIX achavam-nas naturais, o que parece ser confirmado pelo registro freqüente e sistemático de ocorrências desse tipo em textos de diferentes gêneros (ver levantamento quantitativo no capítulo II).

Nesta tese, na qual tomo como objeto de estudo as construções de tipo (i) e (ii), tratarei também das construções de posse por sintagma [de NP] e pronome possessivo, variantes da construção enfocada, buscando responder, entre outras, às seguintes questões:

- (i) Com que freqüência a construção de posse com clítico está presente no PB atual?**
- (ii) Com que outras construções de posse ela coexistiu/ coexiste e competiu / compete ainda hoje?**
- (iii) Qual a freqüência dessa construção nos séculos XVII, XVIII, XIX, XX e início do XXI?**
- (iv) A comparação das freqüências permite concluir que estamos diante de um processo de mudança?**
- (v) Se se trata de mudança, como explicar sintaticamente esse processo?**

Esta tese vai-se organizar do seguinte modo: no capítulo I delimito o objeto de estudo desta tese, apresentando o “Estado da Arte” no que concerne às construções de posse com clítico; no capítulo II, apresento os resultados de um

levantamento quantitativo que recobre os séculos XVII a XXI. Desse modo, busco resposta para as questões (i), (ii), (iii) e (iv). No capítulo II, ainda, apresento as variantes lingüísticas consideradas, bem como os fatores avaliados utilizando metodologia da Sociolingüística Variacionista. No capítulo III, explicito uma análise gramatical das construções (i) e (ii), adotando pressupostos da Teoria de Princípios e Parâmetros e do Minimalismo (Chomsky 1986, 1994, 1995). Discuto a correlação entre estrutura do CP e estrutura do DP, de modo a explicitar a correlação entre a construção de posse com clítico e a estrutura da sentença.

Busco, então, explicar a mudança com relação à construção de posse com clíticos, propondo ter havido uma reanálise diacrônica, a qual se constitui de sete *passos*. No capítulo IV, apresento as conclusões gerais e aponto questões para pesquisa futura.

CAPÍTULO I

AS CONSTRUÇÕES DE POSSE NO PB

Esta tese tem como objeto de análise a construção de posse com clítico denominada, na literatura, de *dativos de posse*. Trata-se de uma das construções de posse permitidas pela gramática do Português Brasileiro.

Para a análise, as construções coletadas foram de quatro tipos, a saber, construções com clítico, com pronome possessivo, com preposição ‘de’ e com preposição ‘a’.

O critério para se efetivar a coleta foi a possibilidade de o clítico *lhe* indicar posse, no mesmo contexto, e substituir (ou ser substituído por) ‘a NP’, pronome possessivo ou ‘de NP’ sem alterar o significado referencial da sentença. O atendimento de tais exigências permite o tratamento das construções em análise como um fenômeno de variação lingüística (Labov 1994).

A amostra utilizada visa representar os séculos XVII a XXI, reunindo textos de diversos gêneros (totalizando, aproximadamente, 852.000 palavras), de cada século, cuja relação aparece como anexo, nas referências bibliográficas. Foram coletadas 1426 ocorrências. A distribuição das ocorrências por século aparece no capítulo II. O propósito deste capítulo é fornecer uma visão geral das características da construção de posse com clíticos, delimitando-a sintática e semanticamente.

1.1 – Tipos de construções de posse:

No corpus analisado, identificaram-se quatro tipos de construções de posse, mas apenas os três primeiros serão considerados **variantes lingüísticas**, para efeito de estudo quantitativo, no capítulo II.

Uma exemplificação usando-se dados não extraídos do corpus – artificialmente produzidos – aparece abaixo. A apresentação das sentenças (1) a (4) tem como propósito tornar mais simples a exposição do fenômeno em análise aqui:

- Pronome possessivo

- (1) a. Machucaram **seu** pé.
- b. Machucaram o pé **seu**.

- Sintagma preposicionado – [de + pronome] = PP

- (2) a. Machucaram o pé **do João**.
- b. Machucaram o pé **dele**.

- Construção de posse com clítico:

(3) Com clítico sem redobro

- a. João machucou - **lhe** o pé. [**lhe** = **seu** = **dele** = **exceto de João**]
- b. Machucaram-**lhe** o pé.

Com clítico e redobro por [a NP]

- c. Machucaram-**lhe o pé a ele**.

Com clítico e pronome possessivo:

- d. Machucaram-**lhe seu** pé.

- Categoria vazia

- (4) a. João machucou o \emptyset pé.
- b. João machucou **seu** pé. (= dele mesmo)

Embora em (4) seja possível recuperar uma relação de posse entre o par “João” e “pé”, tal construção foi excluída do levantamento quantitativo devido à exigência de que as ocorrências fossem mutuamente substituíveis, o que nem sempre é possível com marcador vazio: diferentemente das construções (1) a (3), esta construção não é parafraseável como as demais. Comparem-se os pares abaixo:

- (5) a. Coitado do João_i. Machucaram (o) **seu_i** pé.
- b. Coitado do João_i. Machucaram-**lhe_i** o pé.
- c. Coitado do João_i. Machucaram o pé **dele_i**.
- d. *Coitado do João_i. Machucaram o **Ø_i** pé.

Na sentença (5 d) não é possível recuperar a correlação entre possuidor e possuído, isto é, a categoria vazia e “João” como itens co-referentes. As condições para a recuperação da relação de posse não coincidem com aquelas das construções anteriores.

Outra razão para excluir a construção com categoria vazia é de natureza pragmático-discursiva, a saber, a oposição entre informação dada / nova:

(6) “Dá pra fazer e daria certo, desde que se usasse a Ø cabeça.” (XXI, carta de leitor, Veja, 18/06/03, p.14)

(7) “Meu filho único foi criado de modo a sempre contar com meu amor e Ø compreensão. (...) Secretamente eu guardava Ø suspeitas pelos Ø trejeitos observados quando garotinho, o que consegui corrigir. Sufocando o Ø choque e as Ø lágrimas, pois até então eu desconhecia a realidade, aconcheguei-o ao Ø peito e conversamos abertamente sobre o assunto.” (XXI, carta de leitor, Veja, 02/07/03, p.25)

(8) “Nosso estimado presidente Lula deve saber bem o que é isso, pois já passou por essa fase e hoje ele é quem está com o problema nas Ø mãos.” (XXI, carta de leitor, Veja, 23/07/03, p.25)

(9) “Nossa auto-estima aumenta à medida que nos embelezamos, que cuidamos do Ø corpo e da Ø saúde e quando as outras pessoas notam a diferença. Faço um tratamento para a Ø pele à base de isotretinoína e estou muito feliz com os resultados.” (XXI, carta de leitor, Veja, 14/01/04, p.30)

A categoria vazia ocorreu sempre, nos dados, em sintagmas introduzidos por artigos definidos (DPs), em situações nas quais o elemento possuído era inalienável – o contexto propício a tal estratégia é uma estrutura não-ambígua (cuja interpretação possessiva é contextual), em que o nome possuído é coindexado a um outro que apareceu previamente ou que é dado pela situação discursiva. A categoria vazia, então, seria uma espécie de “default”², com uma leitura preestabelecida. Trata-se, portanto, de uma estratégia mais restrita de posse, complementar (e não concorrente) à expressão com clítico.

Antes de passarmos à análise quantitativa, delimitemos – sintática e semanticamente – a construção em foco.

² A esse respeito, veja-se, entre outros, Giorgi (1983).

1.2 – Conceituando a construção de posse com clítico:

Considere-se a definição abaixo, de Berlinck (1996:135)³ para o “dativo transitivo de posse” (transitive possessive dative):

Esta construção expressa um sentido geral de posse, derivado da relação especial que existe entre N² e N¹; N¹ pode ser concebido como incluído em um domínio do referente de N². O que diferencia esta construção do possessivo comum é o fato de que a relação de inclusão está estruturalmente fora do nível do SN. Esta é estabelecida no nível da sentença devido ao efeito de se associarem dois argumentos sintaticamente independentes – N¹ e N². Como o domínio no qual N¹ deve ser incluído é sintaticamente independente de N¹, considera-se a interpretação semântica como não dada imediatamente. Esta deve ser obtida em dois passos: há uma predicação que inclui N⁰ e N¹; e há a inclusão do complemento afetado N¹ no domínio de N². A inclusão resulta no fato de N² ser um recipiente indireto”.

Sintetizando as características sintático-semânticas, ela esquematiza da seguinte forma: [+/- animate] N⁰ + V + [pars corporis or ‘inalienable possession’ of N²; definite] N¹ + [+ animate; clitic] N². Exemplificando, estruturas como as abaixo apresentam os traços especificados acima, constituindo-se em objeto da presente análise:

(10) a. “...podemos fazer com que as pessoas tenham acesso e usufruam produtos que **lhes facilitem a vida.**” (2004)

b. “Mui cedo **conhecendo-lhe a importância...**” (1853),

³ No original, “this construction expresses a general meaning of possession, derived from the special relationship existent between N² e N¹.; N¹ may be conceived of as being included in the domain of the referent of N². What differentiates this construction from the common possessive is the fact that the relationship of inclusion is structurally outside the level of the NP. It is established in the sentence level due to the effect of the association of two syntactically independent arguments – N¹ and N². As the domain in which N¹ must be included is syntactically independent from N¹, the semantic interpretation is considered as not immediately given. This can be envisaged in two steps: there is a predication that includes N⁰ and N¹; and there is the inclusion of the affected complement N¹ in the domain of N². The inclusion results in N² being an indirect recipient.”
Nesta definição, N⁰ é o DP sujeito, N¹ é OD, N² é o PP genitivo ou o clítico.

Diferentemente do esquema acima, com verbos transitivos, houve considerável frequência de construções de posse com clíticos acompanhando verbos intransitivos. Tais casos, similares aos exemplos abaixo, foram quantificados e serão apresentados no capítulo II:

- (11) a. “Não cuideis (diz Platam) que a serpente então **lhe nasce a peçonha** quando sucede a ocasião de morder, se não que de pequena traz o veneno..” (1654)
b. “...mas não **lhe chegou** a tanto **a língua ..**” (1832)

Alvo de estudos em várias línguas, pouco investigado no PB (Português do Brasil), as construções de posse com clíticos constituem uma estrutura intrigante, na qual o possuidor não recebe papel semântico nem definição de seu estatuto sintático a partir de sua relação com o verbo (isto é, não pode ser considerado complemento verbal), embora se realize como clítico⁴.

Tomo emprestada, de Landau (1999:2), a questão desconcertante acerca dos *dativos de posse*: “um argumento da sentença (o possuidor) deriva seu papel semântico de outro argumento (o possuído), mas seu comportamento sintático, do predicado. Afinal, *de que o dativo de posse é argumento?*”

Assunto controverso nas descrições da língua portuguesa, a *construção de posse com clítico* (como eu a chamarei) ou *dativo de posse* (designação corrente na literatura) representa uma construção limítrofe na relação verbo (predicador) e nome (NP - sintagma nominal - acusativo ou nominativo que expressa o elemento

⁴ Uma prova do vínculo estrito entre V e o clítico reside no fato de este, embora semanticamente ligado ao nome, formar constituinte com o verbo temático, conforme se nota em:

(i) Maria cortou-lhe os cabelos. (ii) Maria lhe cortou os cabelos. (iii) [*Lhe os cabelos] Maria cortou.

Caso o clítico fizesse parte do DP, poderia acompanhar o substantivo topicalizado.

possuído). Seu estatuto (argumento, adjunto ou “semi-argumento”?) ainda não está consensualmente estabelecido, bem como os fatores condicionantes de sua ocorrência, o que abriu um espaço a ser trilhado nesta pesquisa de orientação diacrônica.

Em sua maioria, os trabalhos concernentes ao tema são de natureza sincrônica. Vejam-se, a seguir, três estudos disponíveis sobre tais construções no português, dos quais apenas o primeiro tem natureza diacrônica.

Berlinck (1996, 1997, 2000) vem analisando o percurso dos dativos – da origem, no Latim, até o PB atual – focalizando, sobretudo, as alterações sofridas em meados do século XIX. A autora não se restringe a um tipo específico de dativo, preocupando-se antes com a mudança da marcação casual para o uso generalizado de preposições (a, para, de).

Quanto ao fato de muitos autores considerarem o dativo como uma espécie de “locativo humano”, Berlinck (2000) conclui que “a partir dos processos de variação na expressão do valor DATIVO em latim (...) houve desde cedo uma interferência entre os campos nocionais de dativo e de espaço. Essa interpenetração se explica e se justifica se assumirmos, juntamente com Van Hoeske (1996), que o sentido geral do dativo era de um ‘pólo de orientação do processo descrito’. Vemos que, entendido desse modo, o dativo se aproxima muito de um locativo-direcional.”

Ramos (2000) analisa os dativos de posse em anúncios do século XIX, utilizando um corpus bastante restrito e específico. Contrariamente à posição de Berlinck (1996), para quem *a condição geral que legitima dativos de posse é a existência de um NP acusativo do verbo principal* (como em: “Eu cortei-lhe os cabelos”), Ramos enfoca *a presença de dativos de posse com verbos inacusativos*

do PB (como em “Fugiu-lhe um escravo”), em que a relação de posse refere-se ao NP nominativo.

A autora evidencia que, no PB moderno, construções de posse podem realizar-se com clíticos ou com [de NP], mas não com [a NP], conforme mostra o contraste entre estruturas como

- (12) a. Fugiu um cão de guarda **dele**.
- b. *Fugiu **a ele** um cão de guarda.

É significativo esse fato, se constataremos a frequência do emprego de [a NP] nos séculos XVII a XIX, período em que essa construção era recorrente:

- (13) “**A Rodrigo Joze Ferreira Bretas** fugiu em dias do mez próximo passado **um escravo de nome João**, cujos signaes são os seguintes...” (MG, 1851)

Ramos (2000) constata que, num estágio posterior, o NP dativo começa a aparecer à direita do verbo, locativos são inseridos e o possuidor passa a ocorrer com a preposição “de”. Gradualmente, desaparece a construção [a NP NP].

- (14) “No dia 4 d’Agosto do corrente anno, 1825, fugio **a José Antonio de Oliveira Guimarães** morador na Côrte do Rio de Janeiro, rua da Mãi dos Homens número 55, hum cabra por nome Manoel, natural desta Província...”(RJ, 1825)

- (15) “Fugiu **de Bento Laurindo de Castro**, morador no Asonguy, distrito da Capella, Curato de Vetuverava, um escravo de nome Benedicto...”(PR, 1854)

Configura-se aí o processo de mudança que acabou por afetar a ocorrência das construções de posse com clíticos, como veremos no capítulo III.

Miguel (1996) apresenta-nos uma análise de dativos e genitivos do PE (Português Europeu), numa abordagem sincrônica. Prende-se mais à distinção entre os casos e o aspecto funcional relacionado às preposições ‘a’ e ‘de’. Além disso, a análise oferecida não é aplicável aos dados do PB, uma vez que uma

estrutura como “Cortei os cabelos **a Maria**”, plenamente aceitável (com leitura possessiva, equivalendo a ‘Cortei os cabelos **de Maria**’) no PE, já não faz parte do repertório dos falantes do PB atual.

Portanto, a pesquisa diacrônica efetivada mostra-se relevante, uma vez que se está aqui focalizando um fenômeno ainda obscuro nas descrições disponíveis do PB atual (entendido aqui como a modalidade escrita no Brasil, a partir da segunda metade do século XX).

1.2.1 – Como distinguir construções de posse com clíticos dos dativos temáticos:

Segundo Berlinck (1996), é possível distinguir os dativos em geral por meio da substituição por clítico *lhe/lhes* – no PB, adjuntos e complementos são passíveis desta substituição. Outro traço definidor é a impossibilidade de serem sujeitos da passiva (o que se observa em línguas como o inglês). Vejam-se os exemplos:

(16) a. João ama a seus pais.

b. João os ama.

(objeto direto preposicionado é substituído por clíticos o(s)/a(s))

c. * João lhes ama.

(17) a. João deu o livro a Maria.

b. João deu – *lhe* o livro.

(*a Maria* é dativo, mas não de posse)

(18) a. João chegou a São Paulo.

b. * João chegou –*lhe*.

(19) a. João chegou à noite.

b. * João chegou – lhe.

(20) a. O livro foi dado a Maria por João. (passiva)

b. * Maria (sujeito) foi dado o livro (objeto).

c. Mary was given the book. → Mary: sujeito.

Conquanto necessário, o critério de cliticização é insuficiente para caracterizar os dativos de posse: como se viu acima, os PPs (sintagmas preposicionados) dativos são cliticizáveis, mas não somente os de posse.

Um traço que caracteriza especificamente os dativos aqui enfocados é a expressão de uma relação de posse em que o possuidor pode ser extraído de sua posição original:

(21) a. “Ele cortou-**me** os cabelos”

b. [Ele cortou [os cabelos [**me**]]]

c. Ele cortou os **meus** cabelos.

Note-se que o clítico, que identifica a relação de posse, está fora da posição em que foi gerado (ver descrição estrutural e análise mais aprofundada na seção 3.2).

Diferentemente das construções dativas do PB antigo, conforme atesta o corpus diacrônico, em que a relação de posse era expressa sob a forma [a NP] e/ou clítico, no PB atual a idéia de posse encontra-se vinculada ao NP/DP possuidor introduzido prioritariamente pela preposição “de”.

Nas estruturas que constituem o objeto de estudo desta tese, porém, o possuidor será codificado sob a forma de clítico, semanticamente [+ animado]. Note-se que o clítico substitui o NP/DP possuidor (que foi alçado de sua posição básica), o que, segundo Vergnaud e Zubizarreta (1992:601), se caracteriza como

uma relação sintática de ligação entre o NP/DP possuído e o clítico (dêitico) que remete ao possuidor: “Especificamente (...) a relação de predicação, construída como uma relação de ligação, estabelece-se entre o argumento inalienável e o possuidor”.

A despeito da caracterização acima, o estatuto de inalienabilidade do NP/DP possuído não é imprescindível - numa estrutura como “A criança **lhe** sujou o **vestido**”, não se verificam os atributos prototípicos de uma relação de inalienabilidade: relação inerente, indissolúvel e permanente ⁵. O tipo de ligação proposta por Vergnaud & Zubizarreta para posse inalienável no francês verifica-se, também, com relação às construções em que há posse alienável no PB atual.

Assim, além da possibilidade de cliticização, outro critério é a verificação de uma relação do NP/DP argumento verbal (acusativo ou nominativo) como objeto possuído em relação ao NP preposicionado. Sempre que houver relação de posse, como vimos, será possível a paráfrase com “de”:

(22) (i) Machucou-**lhe** os dedos = Machucou os dedos **dele**.

(ii) Ele **lhe** deu um vestido. = Deu um vestido **a ela**. /

*Deu um vestido **dela**.

(iii) Sumiu-**lhe** uma blusa. = Sumiu uma blusa **dela**.

Note-se *o fato de que os clíticos de posse não são argumentos verbais, selecionados (ou, nos termos da teoria gerativa, licenciados) pelo verbo*.

⁵ Para uma análise aprofundada de (in)alienabilidade, ver Velazquez-Castillo (1996). Para Milner (1982:111-114, apud Miguel, 1996: 123) essa não é uma distinção importante – importa mais a natureza categorial dos complementos (o fato de serem introduzidos por preposições que funcionem como ‘marcadoras de caso’ ou como ‘verdadeiras preposições’) – ver capítulo III.

1.2.2 – Caracterização semântica e sintática dos dativos:

O termo dativo (de *dare*) indica a pessoa para quem algo é direcionado, como nos informa Guimarães (1985:21):

O dativo, na verdade, é um caso semântico-sintático que indica o ser interessado em um processo verbal qualquer, na forma de beneficiado ou prejudicado. Emprega-se, pois, em duas situações bem características: a) serve de endereço do objeto direto, isto é, indica o destinatário do objeto expresso em acusativo quando o verbo é transitivo, estrutura a que os gramáticos chamam *dativus casus*; b) serve para indicar o ser em benefício ou em prejuízo do qual é praticada uma ação qualquer, construção a que os gramáticos costumam chamar *dativus commodi et incommodi*.

Segundo Van Hoescke (1996:20, apud Berlinck, 2000), o caso dativo era empregado, no latim, não só com as acepções acima, mas também com as noções de remoção, de interesse, de aproximação e de finalidade. Além dessa vasta gama semântica, observava-se a expressão de um mesmo conteúdo através de marcação morfológica (sobretudo quando se referia a pessoas - Ex: *Hominem alicui adducere = Pessoa-acus. alguém-dat conduzir*) ao lado de estruturas com preposição (especificamente para NPs que não denotassem pessoa - Ex: *Adducere exercitum ad urbem = conduzir o exército-acus. à cidade-dat.*). Posteriormente o uso da preposição “ad” expandiu-se e atingiu SNs que indicavam pessoas, tanto no acusativo quanto no dativo.

Berlinck (2001:4) constata que “a partir dos processos de variação na expressão do valor dativo em latim (...) houve desde cedo uma interferência entre os campos nocionais de dativo e de espaço”, o que se justificaria pelo sentido geral do dativo como “pólo de orientação do processo descrito”.

Gradualmente, as marcações casuais no latim foram se perdendo, devido a um processo fonológico de apagamento das terminações (como supressão de

schwas, de “r” e “n” final, entre outros), o que acabou por desfazer as diferenças paradigmáticas nominais. Em decorrência, duas estratégias formais passaram a ser utilizadas: foi-se firmando o uso das preposições e a ordem vocabular tornou-se mais fixa.

Com o declínio da marcação casual, o dativo passou a ser realizado, nas diversas línguas neolatinas, sob a forma de clítico e/ou de um PP. No português, a preferência recaiu sobre a forma oblíqua, preposicionada (conforme Berlinck, 1997).

Em decorrência das perdas no quadro de declinações latinas (de marcação morfológica para sintática, observando-se variações na escolha da preposição a ser utilizada), as descrições tradicionais passaram a oferecer designações morfossintáticas (como “objeto indireto”) que enfocam as formas de expressão do dativo (e de outras categorias), e não atentam para sua natureza semântica .

Quanto a essas mudanças sofridas pelo PB, Berlinck (1997:2) afirma que “... o português herdou do latim a possibilidade de marcar esse complemento segundo o tipo ‘dativo’: a forma dativa do pronome demonstrativo latino ille – illi – originou o nosso lhe. Desse modo, o português se caracterizaria por apresentar um sistema misto, em que temos tanto o OI oblíquo quanto o OI dativo, embora ambos não tenham a mesma extensão de uso”.

Caracterizar semanticamente os dativos é relevante se se considerar que o dativo é um caso inerente (e casos inerentes são sensíveis aos papéis θ). No entanto, características idiossincráticas dos tipos de verbos envolvidos nesta construção podem mostrar-se relevantes. Se o papel θ é composicional, então a ocorrência do dativo pode ser restringida conforme o verbo seja de “transferência material”, “psicológico”, “perceptual” ou de outro tipo.

Inicialmente, após perda da marcação de casos no latim, tinha-se a preposição ‘a’ como marcadora de caso. Analisando-se diferentes recortes sincrônicos, pode-se constatar que ela perdeu tal função no PB, como afirmam Ramos (1989), Berlinck (2001), Torres Morais (2001), tendo sido substituída pela preposição ‘de’ - a construção de posse com clíticos foi afetada por este fato.

1.2.3 – A distinção entre os dativos de posse e os genitivos:

No PB, o clítico de posse evidencia uma relação *externa* de posse (o possuidor, como vimos, não é licenciado como um argumento do verbo em si mesmo; ao contrário, vincula-se a um NP/DP argumento do verbo). Diferentemente, o genitivo caracteriza-se como uma relação *interna* de posse (na qual o possuidor é interno ao constituinte que contém o elemento possuído, numa estrutura de *small-clause*, [NP de NP], como em “casa de Maria”).

Se, no estágio inicial considerado nesta tese, o século XVII, as construções de posse com clíticos caracterizavam-se como uma relação interna [NP a NP] – como em :

(23) a. “Por isso aconselha bem o Eclesiástico, que tratem os pais de domar, e **quebrar a vontade aos filhos**, em quanto são meninos, porque depois de grandes nos não sejam quebranto do coração.” (Bahia, XVII)

b. “No dia 23 do corrente **fugio á José Mano[el] | de Amorim, uma escrava** de nome Thereza, [na]|ção Rebôlo; levou vestido uma saia azul com| ramos amarelos, camisa de algodão, e panno | da Costa Inglez ja usado..” (Bahia, 1832)

nas quais o possuidor indicado por [a NP] tinha maior flexibilidade de ordem na sentença, além de coocorrerem com outras formas de expressão de posse – clítico,

redobro, pronome possessivo – no estágio atual do PB predominam estruturas genitivas (marcadas pela preposição ‘de’)⁶.

A respeito do genitivo, Guimarães (1985:19-21), após realçar o fato de que a “idéia de posse, pela sua predominância (...) passa a caracterizar esse caso”, afirma que

O genitivo constitui um dos casos mais complexos pela multiplicidade de seus empregos.(...) De um modo geral os gramáticos procuram sistematizar os diversos empregos do genitivo relacionando-o com o termo ao qual ele se prende.(...) De qualquer forma, o genitivo é um caso adnominal por excelência, transferindo o substantivo para a classe do adjetivo.”

A ‘transferência’ mencionada pela autora ocorre porque, num PP interno a um NP, aquele assume o valor de modificador do nome (as chamadas “locuções adjetivas”), como em [NP amor [PP *de filho*]], em que o PP equivale ao modificador *filial*.

No exemplo abaixo, apresentado por Miguel (1996:109), pode-se perceber que a relação de posse estabelecida entre o NP “as folhas” e “a árvore” é mantida, porém codificada ora como dativo (24 a), ora como genitivo (24 b).

- (24) a. Cortar (as folhas) acus. a (a árvore) dat. → a’ - Cortar-**lhe** as folhas.
b. Cortar (as folhas da árvore) acus. → Cortá- **las**.
c. * As folhas, corte-as das árvores

⁶ Weerman & de Wit (1999:1162-1163), investigando a substituição de marcas casuais genitivas pela preposição *van*, no holandês, afirmam que qualquer complemento de uma categoria lexical só é interpretável como argumento se contiver informação funcional (constituir uma FP, isto é, *functional phrase*). As marcações dativas (inerentes) ou acusativas (estruturais) são “reconhecidas” pelo verbo, que é um regente apropriado (“proper head governor”). No caso dos nomes, que não “licenciam” o próprio argumento, é preciso haver um licenciador, papel atribuído à preposição:

“De qualquer forma, se o genitivo (como complemento dos nomes) desaparece, deve ser substituído um elemento funcional diferente (...) Como foi dito, uma substituição similar de um tipo funcional por outro não ocorre com complementos – seja dativo ou acusativo – dos verbos, pois verbos podem identificar material funcional vazio. (...) Propomos que preposições podem ocupar posição nuclear de FP [functional phrase] e tomar como seu complemento um DP. Apenas preposições funcionais podem diretamente preencher uma lacuna desse tipo”. (tradução minha)

Note-se a impossibilidade de cliticização parcial de (24 b), uma vez que o PP (da árvore) é um constituinte interno ao constituinte substituído pelo clítico, o que também se verifica com relação a (24 c).

No PB há uma diferença crucial entre *dativo* e *genitivo*: apenas o primeiro apresenta a possibilidade de cliticização, isto é, *não há clíticos genitivos morfologicamente distintos*. Em tal aspecto, o PB distingue-se do francês, que apresenta os clíticos **lui** (dativo) e **en** (genitivo) para expressão de relações de posse.

Segundo Miguel (1996:118-121), no francês, caso o SN OD seja indefinido, pode-se introduzi-lo pela preposição “à” e cliticizá-lo por *lui* (clítico dativo) quer o complemento tenha traço [+ humano] ou [- humano]; caso o SN OD seja [+ definido], utiliza-se a preposição “de” [NP de NP]; ao substituí-lo, normalmente os falantes optam pelo possessivo, mas na cliticização o *en* (clítico genitivo), preferencialmente usado com complementos com o traço [- humano], desde que combinados os traços [+ humano, + definido]) - é que será utilizado:

“Assim, parece que a alternância entre *lui* e *en* se prende mais com o tipo de relação existente entre os membros do SN OD complexo do que propriamente como o facto de, nos diferentes casos considerados, o constituinte introduzido por “à” ser um OI, enquanto que aquele que é introduzido por “de”, e só esse, é um complemento adnominal genitivo. (...) Se o SN OD for [+ definido], recorre-se ao possessivo, gramatical tanto com complementos [+ hum.] como com complementos [- hum.]. Por sua vez, *en*, que é admitido em todos os dialetos com complemento [- hum.], não está excluído com [+ hum., + def.], nos contextos considerados”. (p.121)

Vejam-se os exemplos abaixo, com os verbos *couper* (cortar) e *casser* (partir)⁷:

- (25) a. Marie a coupé les cheveux / à Jean / de Jean.
b. Marie a cassé le brás / à Jean / de Jean.
c. Marie lui a coupé les cheveux.
d. Marie lui a cassé le brás.
e.* Marie en a coupé les cheveux.
f.* Marie en a cassé le bras.
- (26) a. Marie a coupé / cassé les branches / à l'arbre / de l'arbre
b. Marie *lui* a coupé / cassé les branches.
c. Marie *en* a coupé / cassé les branches.

Com complemento dativo marcado pelo traço [+ humano], somente a cliticização por *lui* é possível, o que não ocorre, caso o complemento seja portador do traço [- humano], independentemente de o mesmo ser definido ou indefinido. No entanto, mais que fatores semânticos, Miguel (op.cit. p.145) conclui que *o que distingue o emprego dos clíticos lui e en seria um fator de ordem sintática: "lui cliticiza o sujeito [NP possuidor] de uma oração pequena [small-clause] gerado em estrutura-P, em posição de (Spec-Sdet); en cliticiza um complemento adnominal gerado, em estrutura-P, numa posição interna ao N regente"*.

No capítulo III, veremos que, assim como detectado por Miguel, para o francês, em relação ao emprego dos clíticos genitivos, a cliticização do possuidor no PB apresenta condicionantes semânticos e sintáticos de igual relevância.

1.2.4 – O clítico de posse seria um tipo de dativo afetado?

⁷ Exemplos de Miguel, p.119 (números 48 e 49), aqui com nova numeração.

Para Landau, todo dativo de posse traz também, subespecificado, um traço de [+ afetação]. Antes de responder à questão acima, explicitemos melhor quais são as características dos dativos *afetado* e *ético* (Authier e Reed, 1992) e *commodi* e *incommodi* (Berlinck, 1996, 1999; Van Hoescke, 1996), e em que os clíticos de posse do PB deles se diferenciam.

Analisando dados do francês, Authier e Reed (1992: 300-301) afirmam que o *dativo afetado* é externo ao VP e que não interfere na atribuição de papel θ . Vejamos por quê:

“...dativos afetados não são elementos subcategorizados nem mesmo são adjuntos. Assim, podemos concluir que o clítico dativo afetado não é coindexado com uma categoria vazia em posição argumental. (...) A inaceitabilidade de extração QU- também pode ser um indicador de que dativos afetados não são vinculados a alguma posição sintática (i.e., eles são afixos obrigatórios), fato que é consistente com a assunção de que eles não são argumentos nem adjuntos da sentença em que aparecem. Podemos concluir que a segunda característica dessa classe de dativos é que estes não são selecionados por nenhum elemento na sentença”⁸.

Observem-se os exemplos abaixo, nos quais se percebe que o “dativo afetado” seria uma espécie de “expletivo”, mas que só aparece sob forma clítica, não aceitando substituição por sintagma pleno [a NP]:

- (27) a. Le gosse **lui** a démoli son pull .
b. ?* Le gosse a démoli son pull **a sá mère**.
= The kid has ruined her sweater on her. (her = his mother)⁹.
(A criança lhe arruinou o pulôver a ela.)

⁸ No original, “...affected datives are not subcategorized elements, nor are they even adjuncts. Given this, we conclude that the affected dative clitic is not coindexed with an empty category in argument position. (...) The illicitness of wh-extraction can also be taken to indicate that affected datives are not linked to a syntactic position (i.e., they are obligatory affixes), a fact which is consistent with the assumption that they are neither arguments nor adjuncts of the sentence in which they appear. We thus conclude that the second characteristic of this class of dative clitic is that they are not selected by any element in the sentence.”

⁹ Os exemplos dados são dos autores (sem reprodução da numeração do artigo original). Ver Authier e Reed (1992:295-298).

Essa estrutura de ‘dativo afetado’ é similar a um dos tipos de construção com redobro de clítico, que existiu no sistema do PB até o século XIX – atualmente, não se encontram ocorrências dessa construção:

- (28) “.. o tio Cardeal vendo isto privou ao sobrinho de todo seu Patrimônio, reduzindo-o ao andar de qualquer escravo de casa; o qual alegre voou logo com esta ocasião para a companhia; temendo porém os Padres a ira do tio, **lhe dilatavam seus bons desejos.**”(XVII)

O *dativo afetado* não aparece com verbos intransitivos (ou apenas marginalmente: “há casos em que um clítico dativo afetado pode aparecer com um verbo intransitivo, desde que um sintagma adjungido esteja presente dentro do VP” - Authier & Reed, p.302). Já que o *dativo afetado* não é argumento do verbo, para ser licenciado, deverá receber Caso atribuído dentro do segmento mais alto do VP. A presença do clítico fora do VP, sem exigência de coindexação com algum argumento (do verbo ou do nome) evidencia a validade da postulação de um nicho específico para hospedagem dos clíticos em algumas línguas (cf. Uriagereka, ver capítulo III), o que não se verifica no PB. Eis um aspecto que distingue os *dativos afetados* ora descritos e os clíticos de posse do PB.

Para provarem a tese de que tais dativos não são argumentos de V, lançam mão de dois “testes” (adaptados de Borer & Grodzinsky, 1986). Inicialmente, mostram que o papel θ atribuído externamente ao sujeito muda ao se considerar a composição do VP como um todo ¹⁰.

- (29) a. Jean a acheté un livre. (Jean has bought a book.)
b. Jean a acheté un livre pour Marie. (Jean has bought a book for Marie.)

¹⁰ Os exemplos são de Authier & Reed, op.cit, pp 298-300.

no primeiro caso, *Jean* é o agente, comprador do livro; no segundo, há uma informação semântica adicional: a ação de Jean é em benefício de alguém (novo papel semântico de beneficiário). Alterações semânticas não ocorrem quando há um dativo afetado:

- (30) a. Le gosse a gribouillé sur tous les murs.
The kid scribbled all over the walls **on her**.
(*A criança rabiscou as paredes a ela).
- b. Le gosse **lui** a gribouillé sur tous les murs.
The kid scribbled all over the walls **on her**.
(*A criança lhe rabiscou as paredes a ela)

Note-se que, em ambas as sentenças, o sujeito (*le gosse*) tem um mesmo papel θ (de agente). Se o dativo afetado fosse um argumento verbal, fatalmente o papel temático do sujeito seria alterado.

Um outro aspecto que aponta para a natureza não-argumental dos dativos afetados reside no fato de estes não alterarem expressões idiomáticas¹¹; o mesmo não se verifica no PB quando a estrutura apresenta clíticos de posse:

- (31) a. Pierre est allé (**lui**) chercher midi à quatorze heures.
Pierre was gone (him-dat) to-look-for at 2 o'clock.
'Pierre went and complicated the issue (on him).'
- b. "Crie corvos e eles **lhe** arrancarão os olhos".
Embora não seja argumento verbal, a omissão do clítico gera alteração semântica.

Os autores falam, também, sobre o *dativo ético*, o qual denota indivíduos não necessariamente envolvidos no processo: são como "testemunhas potenciais"

¹¹ O argumento externo de um verbo nunca é envolvido em formações idiomáticas, a não ser que esta inclua também o argumento interno. O fato de o dativo não alterar a estrutura cristalizada que é a expressão idiomática comprova que não se trata de argumento do verbo.

(32) Au mont St Michel, la mer **te** monte à une de ses vitesses!

= At the Mont St Michel, **you can see** the tide come in at such a speed!

Berlinck (1999) fala dos dativos *commodi et incommodi*, uma construção especial em que um complemento dativo está disponível para verbos transitivos, com uma interpretação claramente de beneficiário - a ação é feita em benefício de alguém (acepção primitiva dos dativos):

(33) a. Ele abre a porta **aos convidados**.

b. O rapaz **lhes** tinha aberto a porta.

Embora sejam *cliticizáveis* e não participem da grade temática do verbo (antes, este tipo de dativo é governado pelo complexo verbal como um todo), diferem qualitativamente dos clíticos de posse, uma vez que equivalem a “para ele(s)” ou “para ela(s)”.

Berlinck (1996:135-136), a partir do exemplo “Eu descasquei-**lhe** a laranja”, afirma que interpretação possessiva deve ser relativizada, já que “fora de contexto, é impossível distinguir entre uma leitura possessiva e uma ‘*commodi*’ do complemento dativo”. Porém, é possível notar que, quando *N^l* é expresso por um *NP indefinido / objeto*, isto é, que não seja ‘parte do corpo’, apenas a interpretação como beneficiário é disponível; por outro lado, com *NP inalienável*, seja definido ou indefinido, é a leitura possessiva a privilegiada:

(34) a. Eu **lhe** descasquei a laranja. [Ambíguo: dele ? para ele ?]

b. Eu **lhe** descasquei uma laranja.

c. Eu **lhe** machuquei o / um dedo sem querer.

(35) a. Dói-**me** um pé.

b. Dói-**me** o pé.

Essa afirmação é contrariada pelos dados do corpus, em que temos NP/DP possuído alienável e indefinido e a relação de posse é corretamente estabelecida:

(36) a. “No dia 25 do corrente mez de Ju-|lho **fugio, a Antonio Joaquim de Magalães e Castro Ajudante dos Permanen-|tes, hum escravo pardo**, de nome Anto-|nio, Alfaiate, que pertencia a casa do fal-|lecido João Pereira Lesbio com estes si-|gnaes.” (Bahia, 1832)

b. “**Desapareceo ao doutor João das Chagas Andrade** no dia 25 do mez próximo passado **um escravo cabra de 20 a 24 annos de idade** comprado ao senhor João Innocencio de Faria e que e'muito assgnalado por ter menos um dedo em um pe'.” (Bahia, 1857)

Comparemos os clíticos de posse do PB aos tipos de *dativos* apresentados: os clíticos de posse não são argumento do verbo, mas, diferentemente do *dativo afetado*, *mantêm uma relação de coindexação com uma categoria vazia interna ao NP possuído* e, se apagados, a estrutura passa automaticamente a ter outra interpretação - o que não ocorre com os dativos afetados, como se observa nos exemplos abaixo:

- (37) a. Cortou-**me i** as unhas **i**.
a'. Cortou as unhas.
b. A criança **me** rabiscou toda a parede.
b'. A criança \emptyset rabiscou toda a parede.

Além disso, enquanto o *dativo afetado* não aparece com verbos intransitivos (ou apenas marginalmente), tal restrição não se sustenta para os clíticos de posse, pois estes aparecem tanto com verbos transitivos (1.186 ocorrências) quanto com intransitivos (242 ocorrências, com inacusativos e

inergativos, sendo 75 construções de posse com clíticos), numa demonstração de que os rótulos não se recobrem.

Comparando-se os *clíticos de posse* aos tipos de dativos apresentados, pode-se perceber que, embora semelhantes aos *dativos afetados* no aspecto estrutural (não fazem parte da grade temática do verbo – no entanto, fazem parte da “grade temática” do nome), no PB atual não podem ser substituídos por [a NP] – o que ocorre com certos complementos dativos dos verbos (cf. João agradou aos pais. / João agradou-lhes.), mas não todos (cf. João referiu-se aos pais / * João referiu-lhes.). São semelhantes aos *dativos “commodi et incommodi”* no aspecto semântico (há um beneficiário da ação, a ponto de, por vezes obterem-se estruturas ambíguas: cf. “Resolvi-**lhe** o problema”; “Teus pés **me** abrem o caminho...”).

O clítico de posse *traz informações de concordância com o nome* (possuidor) que não se relacionam com o argumento verbal, que continua sendo de mesmo número (cf. “Ele **me** cortou os cabelos” – argumento verbal: os cabelos de x (x = 1ª pessoa singular); “Ele **nos** cortou os cabelos” – argumento verbal: os cabelos de x (x = 1ª pessoa do plural)). O fato de trazer algum conteúdo semântico relevante à sentença significa que ele não funciona como argumento adicional (afetado) ou expletivo (ético) na sentença.

Embora, como afirma Landau, em alguns casos se manifeste na relação clítico (= possuidor) / nome possuído um subtraço semântico [+ afetado], *as construções clíticas não devem ser consideradas como subtipo dos dativos afetados*, conforme evidenciou o contraste (37) acima.

Lembremo-nos que o *dativo* é um caso em que, de modo geral, *há a representação da idéia de afetação*: no caso do dativo “commodi e incommodi” , isso é bem claro: o dativo representa o beneficiário ou malefeciário da ação verbal.

Aparentemente, o que Landau afirma é que, no caso do clítico de posse, *há um amálgama de traços semânticos em que, além de possuidor (pessoa, gênero e número), o clítico representa, adicionalmente, o ser em benefício/malefício do qual se evidenciou a ação verbal.*

Talvez a percepção de que, em alguns contextos, a construção com clítico de posse ainda presente, residualmente, um subtraço [+ afetado] decorra do fato de que, efetivamente este traço existia quando a construção de posse era introduzido por [a NP], como um dos subtraços semânticos instanciados pela preposição “a”:

(38) “**Ao Tenente Coronel Josè de Mello de Souza** fu-|gio-**lhe** i **hum escravo** i **creoulo**, chamado Silverio, alto,| espigado, ainda rapaz, não tem buço, tem o dedo in-|dex da mão direita algum tanto mais fino.” (Bahia, XIX)

Proporemos que [a NP] e *lhe* fazem parte de uma mesma construção de posse, daí uma possível correlação¹². Seguindo Landau (op.cit., p.9), recordemos porém que, diferentemente do *dativo afetado*, na construção em foco a interpretação de posse (ou criação) é a que se impõe.

Há aspectos curiosos da construção clítica de posse que se percebem nos contrastes abaixo:

- (39) a. Encapei o livro **de Maria**. (= genitivo)
b. Encapei-**lhe** o livro. (ambíguo: posse? beneficiário?)
c. * Encapei o livro **a** Maria. ([a NP] – não interpretável no PB)
d. Encapei o livro **para** Maria. (beneficiário)

Mas vejamos alguns dos dados do corpus:

¹² Oliveira (s/d) analisa o uso da preposição “a” como introdutora de adjuntos e complementos, diacronicamente, a fim de averiguar em que contexto se deu início à perda de emprego desta; porém, em nota à p.1, afirma que estão excluídos de sua análise os *dativos de posse*, isto é, ela trata apenas da relação, mediada por *a, de, para*, entre verbos e dativos temáticos. (ver site do Projeto Para a História do Português Brasileiro (www.fflch.usp.br/dlcv/lport)).

- (40) a. “Tinha todas as minhas atividades, que **me tomavam muito tempo...**”
* ...tomavam muito tempo **para mim.**
- b. “...as pessoas tenham acesso e usufruam produtos que **lhes facilitem a vida,** diz Albino.”
* ...facilitam a vida **para eles.**
- c. “E ainda **me tirou um grilo...**também não sei dar nó em gravata.”
* ...tirou um grilo **para mim / de mim.**
- d. “...aqueles duros soldados, empertigados, com **lágrimas lhes correndo pelas faces,** perderam a altivez do aviador herói, vencedor, corajosos.”
* ...correndo pelas faces **para eles**
- e. “Executada a operação, **saltou-lhe da cabeça (...)** sua filha Atena..”
* ...saltou da cabeça **para ele**

Dividindo as ocorrências acima em dois subgrupos – **verbos transitivos:** a, b,c / **verbos intransitivos:** d, e – é possível perceber uma manifestação do traço [+ afetação] apenas no primeiro subgrupo, das estruturas transitivas; com os verbos intransitivos, apenas a leitura possessiva se instaura.

Aparentemente, a construção clítica passou a ocupar, na língua, uma posição de interseção entre dois tipos de dativos – o *de posse* e o *commodi e incommodi*, ocupando atualmente uma posição ambígua entre o que era papel típico do dativo e o papel hoje ocupado pelo genitivo. Mais uma razão em que me apóio para não denominar os clíticos de posse, nesta tese, de *dativos de posse*: na verdade, estes guardam traços de ambos os casos.

Passemos aos resultados obtidos com o estudo quantitativo, nos corpora diacrônico e sincrônico; eles retratarão a situação das estratégias de expressão de posse disponíveis no PB e tomadas como variantes, o que nos permitirá uma abordagem mais fundamentada da construção de posse com clítico.

CAPÍTULO II

ANÁLISE QUANTITATIVA DAS VARIANTES

Neste capítulo, explicito a forma de constituição do corpus em que se fundamenta toda a minha discussão sobre as construções com clíticos de posse, além de apresentar e discutir os testes que dão suporte a minha hipótese do caráter de “residualidade” das construções enfocadas. Feitas estas considerações, apresento e discuto os (sub)fatores que se mostraram relevantes à análise das construções em foco. Tudo isso com o objetivo de, no próximo capítulo, discutir estudos correlatos que considero relevantes para compreender todo o processo de mudança em pauta.

Os pressupostos teóricos que orientaram a coleta e análise dos dados desta pesquisa foram os da Sociolinguística Variacionista, conforme propostos por Labov (1994), segundo o qual a heterogeneidade é constitutiva das línguas humanas e a variação é resultado de fatores lingüísticos bem definidos.

Segundo Scherre (1998:43, apud Dettoni, 2003:80), “ao pesquisador variacionista cabe identificar os fenômenos lingüísticos variáveis de uma dada língua, inventariar suas variantes, definindo as variáveis dependentes, levantar hipóteses que dêem conta das tendências sistemáticas da variação lingüística, operacionalizar as hipóteses através de variáveis independentes ou grupos de fatores de natureza lingüística e não lingüística, identificar, levantar e codificar os dados relevantes, submetê-los a tratamento estatístico adequado e interpretar os resultados obtidos à luz das hipóteses levantadas”.

Tendo em vista essa metodologia, que busca no tratamento estatístico dos dados subsídios para a análise, explicito abaixo as variantes e os fatores

considerados. Dada a natureza dos dados coletados, não se investigaram fatores não-lingüísticos (sociais, culturais, etc) dos enunciadores, nem se projetaram características dos enunciatários (interlocutores) desses textos.

A análise formal das construções, fundamentada no instrumental teórico gerativista, será explicitada no capítulo III.

2.1 – A Variável Dependente

Três diferentes realizações de posse foram identificadas como variantes, por isso serão explicitadas e avaliadas:

2.1.1 - Sintagma preposicionado [de NP]:

(41) “O primeiro dano pois, que causa o muito mimo nos meninos, é fazê-los mimosos, e moles, e por isso pouco aptos para o trabalho; e assim claramente diz Fábio; a criação mimosa **enfraquece os nervos do corpo, e debilita as forças do espírito.**” (XVII)

2.1.2 – Sintagma preposicionado [a NP]:

(42) “Por isso aconselha bem o Eclesiástico, que tratem os pais de domar, e **quebrar a vontade aos filhos**, em quanto são meninos, porque depois de grandes nos não sejam quebranto do coração”. (XVII)

2.1.3 - Clítico:

(43) “Por esta causa o Espírito Santo nos diz: Se tendes filhos, ensinai-os, e domai-os, desde sua puerícia; **quebrai-lhe os brios** enquanto são moços; açoutai-os enquanto são meninos; porque não suceda, que depois de grandes se façam rebeldes, e não tomem os vossos conselhos, com dor de vossa Alma, ou com mágoa vosso coração”. (XVII)

2.1.4 - Pronome possessivo:

(44) “Por esta causa o Espírito Santo nos diz: Se tendes filhos, ensinai-os, e domai-os, desde sua puerícia; quebrai-lhe os brios enquanto são moços; açoutai-os enquanto são meninos; porque não suceda, que depois de grandes se façam rebeldes, e não **tomem os vossos conselhos**, com dor de vossa Alma, ou com mágoa vosso coração”. (XVII)

2.2 – As Variáveis Independentes

Observem-se os pares abaixo, extraídos dos dados, nos quais se evidenciam as variáveis independentes analisadas:

2.2.1 – Tipo de Posse: alienável x inalienável

– Posse inalienável

(45) “E posto se disfarce com a assignatura de Zumba nelle / (...) parecendo –nos que por isso quis escrever - Zurra // nelle – mas não **lhe chegou** a tanto **a língua** – com tudo não deixa de ser desengraçada peça do author...” (XIX)

– Posse alienável

(46) “...levantei agente por me embargar amigavelmte ameio vizinho João da Cunha dizendo eu **lhe entrava nas suas terras** e que ficava sem caminho p^a agoa a tempo.(...) O amigo João Roiz fez ocultamente avizo ao Cunha que eu **lhe entrava nas terras**. Não se afliesa Vmce qdo vier a de se arrumar isso.” (XVIII)

2.2.2 Referencialidade do DP possuído:

[+ específico]

(47) “São estes (diz o Espírito Santo) como aquela ave, que desampara o seu ninho, e se vai para outra parte; porque assim como desamparando a ave o ninho, **se lhe goram os ovos**, ou **lhe perecem os pintãos**; assim desamparando o pai sua família, ou se malogram, ou ficam mal criados os filhos”. (XVII)

[- específico]

(48) “E destes sucessos acontecem muitos; como de certo menino Felipe filho de Reis refere um Autor, que brincava atirando setas para as Estrelas, e um **lhe caiu em um olho**, e lho vasou.”(XVII)

2.2.3 – Presença x ausência de determinante(s) no sintagma de que alça o clítico:

[+ presença de determinante]

(49) “... a perversão moral, quando não é sentimento ingênito, é incutida pela preocupação constante na realização de um objectivo inconfessável, que **lhe desvaira a razão e lhe perverte os sentimentos**”. (XIX)

[- presença de determinante]

(50) “Os Hereges Luteranos para criarem os meninos no ódio à Igreja Romana, **metem-lhes em cabeça**, que o Papa é uma serpente, que morde os rapazes, ou que é como o Leão que come os meninos.” (XVII)

2.2.4 – Tipo de oração (matriz, encaixada)

- [clítico de posse em oração matriz]

(51) “Diz que V. Ex. que em 1863 Já | não se lembrava do que tinha passado em | 1860; | não é isso crível; mas, se assim é, **eu | lhe avivo a memória**, visto a cavaco que V. Ex. | dá no Correio Mercantil de hontem, com a re- | petição da historia.”(XIX)

- [clítico de posse em oração encaixada]

(52) “Vi alguns pais, cujo amor foi causa de não amarem aos filhos; porque **como não lhes buscam com a demasiada indulgência o maior bem**, não vem a ser amor, se não mimo.”(XVII)

2.2.5 – Distância entre o verbo e o DP possuidor:

[+ contíguo ao verbo]:

(53) “Fiquei com alguns contos de réis, e não se faz transação por que estão livres e desembaraçados, e todos estes e mais alguns, a espera destes embargos, para **por-lhe a calva** amostra.” (XIX)

[- contíguo ao verbo]

(54) “Por isso alguns pais de familias prudentes, e desejosos do bem de seus filhos, não somente **lhes não perdoam o castigo** conforme o conselho da salvação, mas ainda para os acautelarem os açoutam pelos pecados alheios.” (XVII)

2.2.6 – Tipos sintáticos e semânticos de verbo com o qual ocorre a construção de posse

2.2.6.1 – Transitividade verbal:

- verbos transitivos:

(55) “Por esta causa o Espírito Santo nos diz: Se tendes filhos, ensinai-os, e domai-os, desde sua puerícia; **quebrai-lhe os brios** enquanto são moços; açoutai-os enquanto são meninos; porque não suceda, que depois de grandes se façam rebeldes, e não **tomem os vossos conselhos**, com dor de vossa Alma, ou com mágoa vosso coração.” (XVII)

- verbos inacusativos:

(56) “...o triste pai ficou assombrado, e de puro sentimento **lhe apodreceu o sangue** todo no corpo, em que em três dias acabou a vida. Eis aqui como Deus nosso Senhor castiga nesta vida a negligência, com que os pais procuram criar os F filhos, em quanto são meninos.” (XVII)

- verbos inergativos:

(57) “Laurindo de tal, morador nos Olhos d'agua, suburbio d'esta, Villa espancou seu velho pai Marcos de tal: e, vindo este para queixar-se as authoridades, **sahiu-lhe ao encontro** o filho desnaturado, e esbofeteou-o atrozmente defronte da casa de Saturnino Nunes de Abreu,

2.2.6.2 - Tipos semânticos:

- **transferência material** (ex: transferir); **transferência material reversa** (ex: tirar); **transferência verbal e perceptual** (ex: divulgar); **movimento físico** (ex: cortar); **movimento abstrato** (ex: submeter); de **movimento psicológico** (ex: sentir); **intransitivos de interesse** (ex: aparecer), **de sensação física** (ex: doer) e **de movimento** (ex: chegar).

2.2.7 - Tempo

Analisados os dados dos séculos XVII, XVIII (subdivididos: 1^a e 2^a metades), XIX (subdivididos: 1^a e 2^a metades), XX, XXI (ver descrição da amostra, abaixo).

2.2.8 – Gênero textual e estilo:

Uma das dificuldades inerentes à pesquisa diacrônica é saber se as fontes são representantes fidedignas da realidade lingüística pretendida, uma vez que só dispomos de textos escritos, sem a contrapartida do julgamento de falantes daquela língua, naquele momento histórico preciso.

Os textos utilizados nesse corpus consistiram, basicamente, de cartas – oficiais e particulares, de leitores e de redatores. Afora esse gênero, houve alguns anúncios, apenas no corpus do século XIX. Por fazerem parte de material publicado, acredito que o nível de registro era o mais próximo possível do considerado “padrão” a cada época (portanto, representativo de um registro monitorado).

Nos séculos XVII e XVIII a frequência das estruturas clíticas é relativamente alta (em comparação com as demais estratégias) em todos os tipos de textos – sejam quais forem os interlocutores; no XIX, essa frequência começa a declinar (anúncios, cartas pessoais, de leitores e redatores), tendência que se acelera no XX (coletânea de cartas pessoais) e XXI (cartas de leitores e editores, entrevistas).

Havia, no corpus, anúncios (de Minas Gerais, Bahia, Paraná e Rio de Janeiro), em amostragem pequena e apenas do século XIX: *a quantificação dos resultados mostrou não haver – à exceção dos casos de “pertencente” (14*

ocorrências, exclusivas de anúncios) – nenhuma correlação entre o gênero e uma maior ocorrência de construção específica de posse: [de NP] – 49 / 196 (25%); [a NP]: 31/37 – 83,8% (sobretudo na fórmula “Fugiu a NP NP); redobro: 06 / 11 – 54,5% (fórmula: “A NP fugiu-lhe NP); clítico: 13 / 122 – 10,7%; pronome possessivo: 28 / 194 – 14,4%.

A quantificação desses dados me permitiu observar que, à exceção dos casos de [a NP] - com ou sem redobro – dada a prevalência de verbos como “fugir” e “desaparecer” e NPs possuídos do tipo “escravo” ou algum animal (papagaio, cavalo, etc), *não há favorecimento do emprego de alguma das variantes em função de o texto ser anúncio ou carta.*

Assim, assumo que a opção do falante pelo emprego de alguma das variantes enfocadas independe do gênero textual escolhido. Dada a porcentagem baixíssima de clíticos de posse atualmente, apenas marginalmente, em textos de leitores (publicados em revistas), acredito que estruturas novas são pouco freqüentes e parecem ser mais características de um estilo cuidado, literário.

Já as construções de caráter fixo, espécie de estruturas cristalizadas (como “não me enche o saco”, “isso me dói os ouvidos”, “se não me falha a memória, “não me alugue os ouvidos”, etc), são típicas de um estilo bem coloquial, popular, e raramente se vêem registradas em textos escritos.

2.3 – A amostra

A amostra utilizada inclui dois tipos de dados: **dados diacrônicos** e **dados de testes**.

O primeiro conjunto inclui um corpus formado basicamente de cartas, de variados tipos, com interlocutores também diversos, o que faz pressupor diferentes níveis de monitoração. Desse modo, selecionei cartas de um padre jesuíta a pais de crianças pequenas no século XVII, sobre os cuidados a serem tomados com a educação destas; cartas pessoais e cartas oficiais no século XVIII, cartas de leitores e redatores, publicadas em jornais, e anúncios, também publicados em jornais, no século XIX; cartas pessoais no século XX (publicadas em coletânea, em comemoração do centenário de nascimento do autor); cartas de leitores, de redatores (editoriais) e entrevistas, publicadas em revistas, no século XXI.

Havia, entre os documentos do corpus (cartas oficiais), dois documentos que também foram analisados: um intitulado “Termo de Assentada” (Devassa) do século XVIII (18 páginas) e uma ata de Sessão da Assembléia Provincial do século XIX (05 páginas). Considerei-os como cartas oficiais, e ambos foram analisados da mesma forma que os demais documentos. Um resumo dessa amostra aparece no quadro abaixo. A listagem detalhada das obras aparece nas referências bibliográficas.

QUADRO I

Descrição da amostra por número de palavras.

Século	Texto de interlocução com interlocutores definidos
XVII - 1685	92.160 palavras
XVIII -1720 a 1796	103.626 palavras
XIX - 1808 a 1899	360.000 palavras
XX - década de 20 (1920/1922)	102.150 palavras
XXI – 2001 a 2004	194.640 palavras
Total	852.576 palavras

Os resultados obtidos nesse levantamento empírico foram sumarizados em gráficos e tabelas baseados em porcentagem (frequência simples). Os dados dos séculos XVIII e XIX, os quais compreendiam um período que permitia subdivisão em primeira e segunda metades, foram codificados de acordo com os aspectos supramencionados, organizados como segue e submetidos a análise.

QUADRO II

Síntese dos fatores investigados

1 – Tempo	XVII, 1 ^a e 2 ^a metades do séc. XVIII, 1 ^a e 2 ^a metades do séc. XIX, XX e XXI
2 – Tipo semântico de verbo	1: transferência Material; 2: Transf. Verbal e Perceptual; 3: Transf. Material Reversa; 4: Movimento Abstrato; 5: Mov. Psicológico; 6: Intransitivo de interesse; 7: Intr. de Sensação e Percepção; 8: Movimento Físico
3 – Transitividade verbal	g – inergativo t – transitivo c – inacusativo
4 – Presença de determinante	a – ausência p – presença
5 – tipo de posse	i - inalienável a – alienável

O segundo tipo de dados que compõe a amostra, conforme referido anteriormente, inclui as respostas a testes aplicados em 2005. Foram testados 66 adultos universitários (30 do quinto período e 36 do oitavo período do Curso de Letras/noturno, PUCMinas) e 69 adolescentes, alunos do Ensino Médio, da Rede Particular de Belo Horizonte.

Os testes compõem-se de questões de interpretação e de produção de sentenças, que buscavam avaliar se o informante era capaz de depreender a relação de posse veiculada através de um clítico. Um exemplar dos dois testes aplicados

aparece como anexo, ao final desta tese. Uma descrição detalhada dos resultados desse teste aparece na seção 2.7.

Apresentarei a seguir um recorte por século, iniciando com dados do momento atual.

2.4 – O momento atual: do presente para o passado

Tomando textos da mídia impressa atual, foi feito um levantamento das construções (1), (2) e (3) em cartas de leitores, de redatores e entrevistas, o que permitiu documentar 13 ocorrências de construções com clítico de posse, num corpus constituído por 27 revistas de ampla circulação, totalizando 191 páginas.

Vejam-se exemplos das três variantes – clítico, pronome possessivo e PP:

- Ocorrência de “lhe(s)” indicativo de posse:

(58) “Pensa no que deveria ter feito e deixou de fazer, e esses pensamentos não **lhe saem da cabeça.**” (XXI, carta de leitor, Veja, 31/07/02)

- Ocorrência de “seu(s)” substituível por “lhe(s)”:

(59) “O senhor teve um derrame nos anos 80. Isso **influenciou a sua maneira** de encarar a vida?” (XXI, entrevista, Veja, 14/01/04)

- Ocorrência com “de NP” substituível por “lhe”(s):

(60) “Trocando em miúdos, é possível atingir as pessoas sem descuidar de **ampliar os horizontes delas.** Não acredito que baixar o nível seja o único caminho para ser mais popular.”(XXI, entrevista, Veja, 03/12/03)

Feito o levantamento, chegou-se aos resultados que aparecem na tabela abaixo:

TABELA I:

Número de ocorrências de construções de posse no século XXI

Variantes	Ocorrências / frequência	
Clítico de posse	13	5,55%
Pronome possessivo	21	8,97%
De NP	200	85,48%
A NP	0	0,0%
Redobro	0	0,0%
Total	234	100%

Observa-se, na tabela relativa ao século XXI, que dois tipos de construções estão ausentes: [a NP] e redobro, duas das construções têm caráter residual (clítico de posse e pronome possessivo) e apenas a construção “de NP” é produtiva. Os 5,55% de ocorrências com clítico de posse permitem concluir que, dada a sua baixa frequência, tendem a desaparecer do sistema. Sua ocorrência parece manifestar um repertório lexical que não demanda acionamento de regras de produção no momento da enunciação; possivelmente, os tipos de sentenças em que os clíticos de posse ocorrem são armazenadas e repetidas em determinados contextos lingüísticos.

Tal suposição foi confirmada por testes aplicados a adolescentes e adultos residentes em uma mesma região – a Grande BH, composta por Belo Horizonte e cidades circunvizinhas. Os resultados referentes à amostra evidenciam que alguns adolescentes manifestam estranheza diante dessa construção (ver detalhamento na seção 2.7), o que indicaria que sua gramática tem dificuldade de lidar com tais estruturas. Essa informação, referente ao caráter residual, tem um papel importante na identificação de mudanças completadas ou em fase de completção (conforme ficará claro nos capítulos III e IV, desta tese).

Consideremos agora os dados de todo o período de tempo investigado, que reúne dados dos séculos XVII a XXI.

2.5 – Análise do corpus diacrônico

A distribuição global das variantes no corpus diacrônico aparece na tabela a seguir:

TABELA II

Distribuição das construções de posse por tipo.

Tipo de construção	Quantidade	%
Pronome possessivo	366	26,43
Sintagma preposicionado – [a NP] e [de NP]	714	51,55
Construção de posse com clítico	305	22,02
Total	1385	

Podem ser vistos aqui os escores das três variantes, excetuando-se construções de posse com redobro, de caráter híbrido – foram 41 ocorrências no período pesquisado, o que equivale a 2,88% do total geral (1426). Nas estruturas com redobro (ou pleonásticas)¹³, a idéia de posse se encontra duplamente codificada, conforme as possibilidades explicitadas abaixo:

- clítico + pronome pessoal:

(61) “...ouvindo contar certa mãe, ajuntando todos seus filhos os açoutou mui bem, dizendo: não **me** arrancareis vós **a mim** o nariz.”; (XVII)

¹³ Não foram encontradas nos dados do XX e do XXI estruturas desse tipo - algo como: *Não **me** enche **meu** saco”- , embora ainda se encontrem registros em variedades não-padrão do PB de estruturas como “Ele saiu com **seu i** filho **dele i** , no qual o PP se faz presente a fim de evitar ambigüidade. A professora Marilza Oliveira (2005), pertencente ao grupo do PHPB / SP estuda tais construções – ver site do PHPB – www.fllch.usp.br/dlc/lport.

- clítico + pronome possessivo:

(62) “Um cavaleiro, diz o mesmo Autor, que conhecera, que adoecendo-**lhe** o **seu** cavalo o lançou em colchas de seda...” (XVII)

- clítico + a NP:

(63) “**A Felippa Maria**, fugio-**lhe** uma escrava de nome Marcelina, criôla fula, rosto comprido...” (XIX)

- a NP + pronome possessivo:

(64) “..seu irmão estivesse todo o dia ocioso, comendo de seu trabalho, e não fosse também ao mato caçar com ele, e assim tudo era queixar-se, e lançar em rosto **ao** irmão **sua** inércia.”(XVII)

- clítico + de NP:

(65) “...e um deles por mandado da Virgem trazia uma capela de flores celestiais, que **lhe** pôs na cabeça **de** Jesus, cujo pretendente era, e onde tinha o coração, e ao entrar pela porta da igreja, que foi em ombros de Anjos, se **lhe** mudou o rosto...”(XVII) (o clítico passa a ter, também, uma leitura possível de beneficiário)

TABELA III

Tipos de construções possessivas com redobro no PB no eixo do tempo

Variantes Séculos	XVII	XVIII	XIX
Clítico + a NP	3		11
Clítico + pron. Possessivo	14	9	
Clítico + pron. Pessoal	1		
a NP + pron. Possessivo	2		
Clítico + de NP	1		
Total	21	9	11

Voltando à tabela II, nota-se que os escores globais de cada tipo de construção ao longo do período pesquisado mostram a preferência pelo sintagma preposicionado, seguido do pronome possessivo e, finalmente, a posse sob forma clítica. Mas a visão globalizada das estratégias de posse com preposição obscurece um fato importante: sob o rótulo “sintagma preposicionado” foram incluídas duas construções, a saber, [de NP] e [a NP], sendo a segunda inexistente no século XXI. Portanto, é necessário refinar a tabela II, de modo a explicitar o perfil de [a NP] indicativo de posse no PB.

TABELA IV

Estratégias de expressão de posse no PB no eixo do tempo

Século Variáveis	XVII		XVIII		XIX		XX		XXI	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Clíticos	104	34,67	29	15,85	122	21,78	37	24,83	13	5,55
Pron.possessivo	78	26,0	41	22,40	194	34,65	32	21,48	21	8,97
A NP	19	6,33	12	6,56	37	6,6	05	3,35	00	00
Construções com Redobro ¹⁴	21	7,0	09	4,92	11	1,96	00	00	00	00
de NP	78	26	92	50,27	196	35,0	75	50,34	200	85,48
Ocorrências	300	100	183		560	100	149	100	234	100

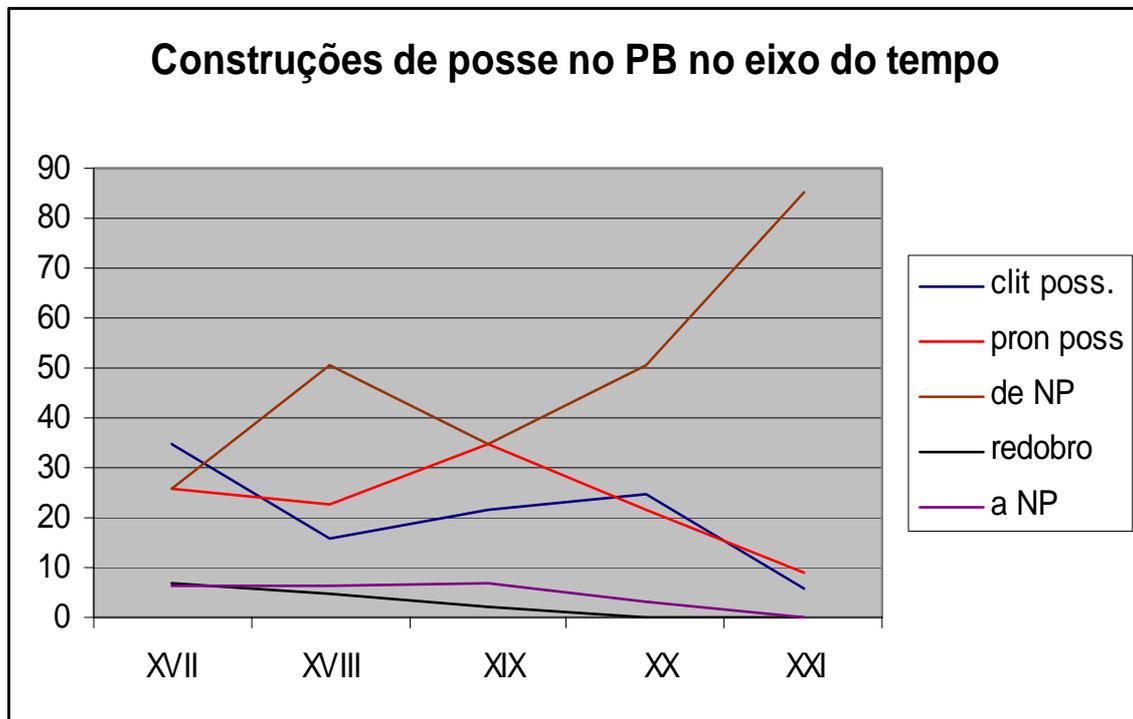
¹⁴ Consideradas as construções com redobro globalmente, ainda que tenham arranjos estruturais diferentes.

A tabela IV permite capturar correlações interessantes. Quanto à utilização de [a NP], cabe observar que permaneceu estável nos séculos XVII, XVIII e XIX, decresceu no século XX e desapareceu no XXI. Quanto ao clítico (linha 1), sua frequência somente sofre uma drástica diminuição justamente na passagem do século XX para o século XXI. Pode-se afirmar, então, que a mudança com relação à posse sob forma clítica é concomitante com desaparecimento de [a NP]. Seria isso uma coincidência? Há razões para afirmarmos que não, se tivermos em conta os diversos estudos de teoria lingüística que argumentam a favor de [a NP] e clítico pertencerem a um único e mesmo sintagma (ver capítulo III). Além disso, a presença na amostra de [a NP + clítico] constitui uma evidência de que associar as três construções parece ser a alternativa teórica correta. Veja-se que a frequência dessa última construção é semelhante à de [a NP] e ali o processo atua de modo mais acelerado, fazendo-a desaparecer um século antes.

Note-se, também, que a utilização da construção com pronome possessivo, depois de considerável aumento no século XIX, apresenta uma queda na passagem do XX para o XXI. Aqui também a semelhança nos perfis não parece ser simples coincidência, conforme veremos no capítulo III.

Vejamos o gráfico que corresponde à tabela (4), com o propósito de visualizar os perfis das construções de posse tratadas como variantes:

GRÁFICO I



Chama a atenção neste gráfico o perfil ascendente do uso de [de NP], que parece ser a construção vitoriosa nessa competição que fez desaparecer a codificação da idéia de posse sob as formas [a NP + clítico], [a NP] e clítico, e fez também com que o uso de pronome possessivo se tornasse pouco freqüente.

De fato, os dados apresentados no gráfico (1) seriam mais apropriadamente descritos se fossem agrupadas as construções supracitadas - **[a NP]**, **[a NP clítico]** e **clítico** -, contrapondo-as ao possessivo e a [de NP].

Vejamos, então, como seria o perfil com esse agrupamento:

TABELA V

Distribuição de dois subgrupos de construções de posse: [de NP] e [a NP] / [clítico] no eixo do tempo no PB

Século Variáveis	XVII		XVIII		XIX		XX		XXI	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
De NP	78	26	92	50,27	196	35,0	75	50,34	200	85,48
[a NP], clítico e redobradas	144	48	50	27,33	170	30,34	42	28,18	13	5,5

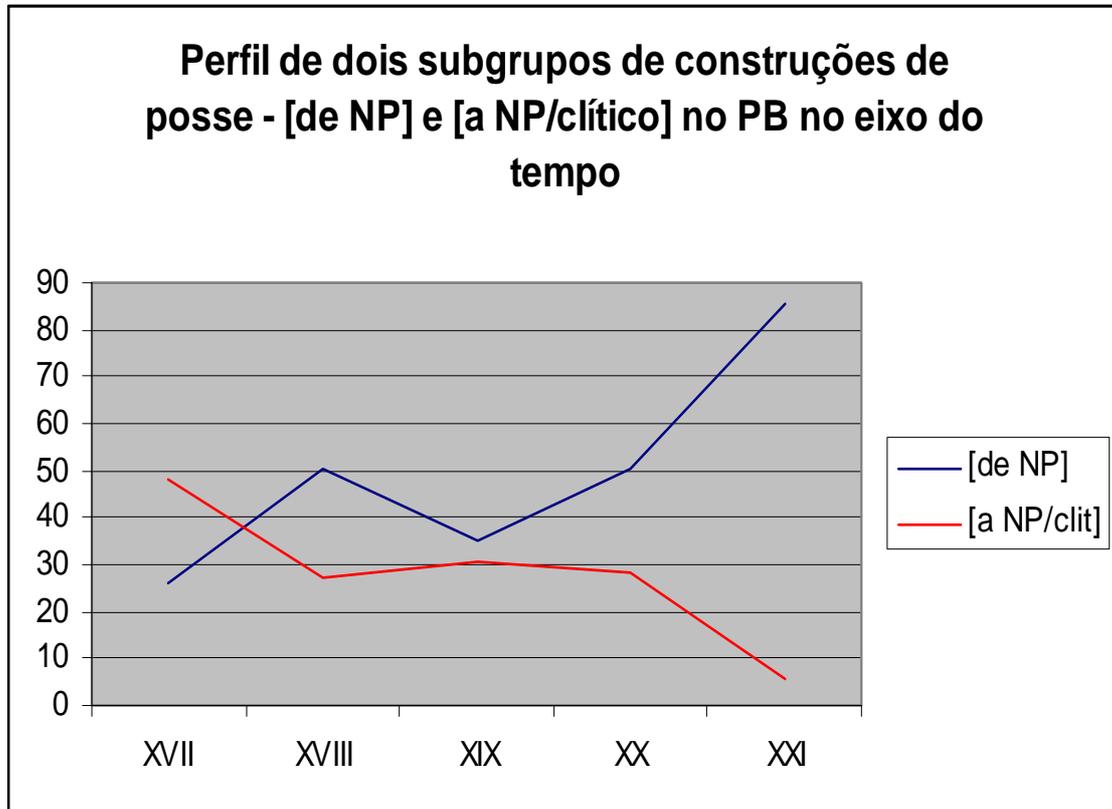
Essa tabela mostra um declínio no uso das construções clíticas e redobradas a partir do século XVIII. Há uma diferença abrupta entre o XVII e o XVIII. O que teria motivado esse perfil? Veja-se que a preferência por [de NP] se manteve constante a partir daí, embora tenha se tornado mais significativa na passagem do XX para o XXI. Estes resultados ficam mais evidentes nos gráficos II e III.

O declínio do uso do clítico coincide com a diminuição e desaparecimento das outras duas formas de expressão de posse: isso nos permite aventar a hipótese de que era exatamente a existência da preposição “a” no sistema que licenciava a extração do possuidor, sob forma clítica, do sintagma nominal – assim, a expressão sob forma [NP a NP] permitia a variação com extração ou com redobro¹⁵. Não foram encontradas nos dados construções de redobro do tipo [clítico + NP de NP]¹⁶, o que fundamenta essa hipótese – a perda de status funcional da preposição “a” seria, então, um fator desfavorecedor da cliticização.

¹⁵ Oliveira (s/d:16) afirma que “considerando que o clítico *lhe* apresenta o traço [+ pessoa] (cf. Raposo, 1998), pode-se inferir que a perda da preposição “a” leva à perda do clítico ou vice-versa. De fato Mattos e Duarte (1984, apud Ramos 1992) mostram que a variante [a] ocorre em construção com reduplicação de clítico e que a reduplicação só ocorre com essa variante.”

¹⁶ Apareceu apenas uma construção – vide exemplo (65) – mas em que há dubiedade com relação ao papel de [de NP]: pode ser lido como indicado posse ou beneficiário.

GRÁFICO II



Há duas informações neste gráfico que chamam a atenção. A primeira é uma queda abrupta das construções envolvendo **[a NP]** e **clítico**, com ou sem **redobro**, na passagem do século XVII para o século XVIII. A segunda é a nova queda ocorrida entre os séculos XX e XXI.

Na busca de uma explicação desses perfis, vamos subdividir os séculos XVIII e XIX em dois sub-períodos e, desse, modo detalhar o padrão do fenômeno analisado, obtendo então um perfil das construções de posse em sete períodos de

tempo. É isso que aparece no gráfico (3), em que os dados do corpus mostram a subdivisão dos séculos XVIII e XIX, agrupando-se tais construções.

Pode-se constatar que as construções de uso do clítico e de sintagma preposicionado eram amplamente utilizadas no século XVII, sendo a opção pelos clíticos a mais freqüente (escore de 34,67%), em contraposição ao uso de [de NP] ou pronome possessivo, ambos com 26%. A partir daí, porém, começa o declínio da freqüência do clítico de posse (que se mantém em uso, mas gradualmente vai diminuindo em freqüência, até o XXI, no qual se torna claramente residual).

Vejamos, portanto, o gráfico (3). A tabela que serviu de base a esse gráfico aparece imediatamente abaixo:

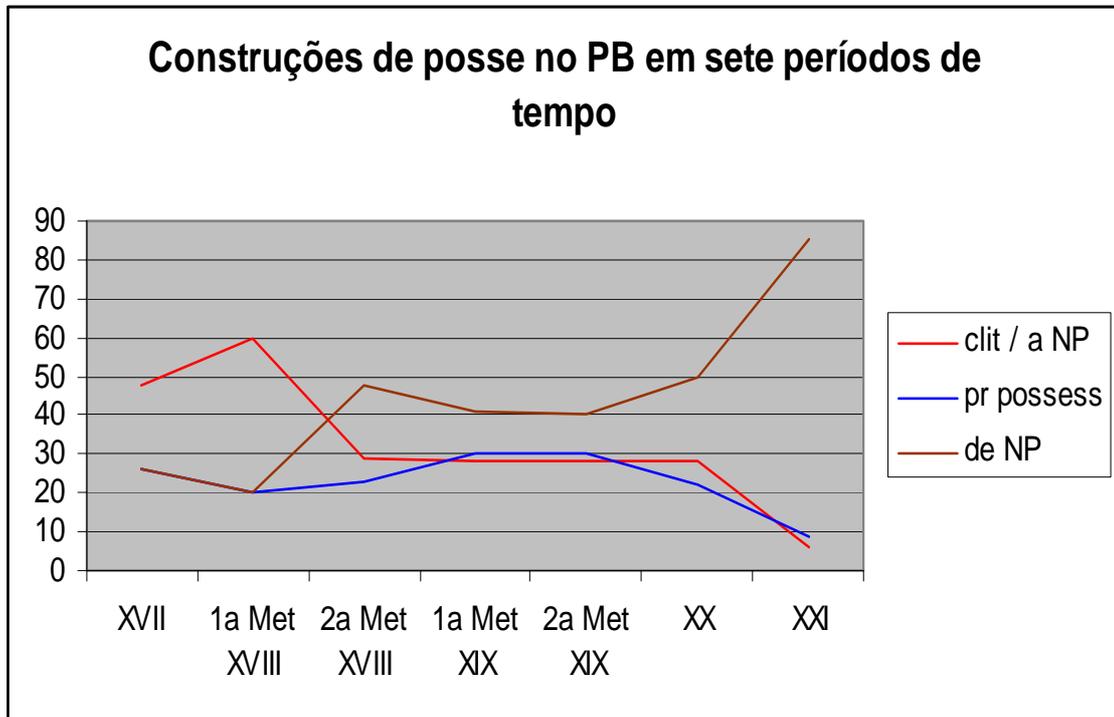
TABELA VI

Construções de posse no PB em sete períodos de tempo

	XVII (%)	1ªMetade XVIII (%)	2ªMetade XVIII (%)	1ªMetade XIX (%)	2ªMetade XIX (%)	XX	XXI
Clit posse, a NP, redobro ¹⁷	48	60	29	28	28	28	6
Pr posses.	26	20	23	30	30	22	9
De NP	26	20	48	41	40	50	85

¹⁷ Excluídas ocorrências de redobro clítico + pronome pessoal ou clítico + pronome possessivo.

GRÁFICO III



O que podemos observar, em termos de mudança, é que o recurso ao clítico de posse, estratégia extremamente produtiva até meados do XVIII, passa por acentuado declínio no século XX, depois de um período de estabilidade que vai da segunda metade do XVIII até o final do XIX. De forma análoga, o percurso do pronome possessivo passa por um período de estabilidade no XIX, precipita-se a um nível bem inferior nos séculos XX e XXI; progressivamente, as construções com pronome possessivo e clítico perdem terreno entre os séculos XX e XXI; sua queda abrupta corresponde a um momento de franca ascensão do uso de [de NP].

Um conjunto de hipóteses pode ser aventado a partir dos gráficos (1) a (3). A suposição de que as três construções [a NP], [a NP clítico] e clítico seriam, de

fato, uma só encontra respaldo nos dados diacrônicos: o declínio desse grupo de construções espelha o aumento de [de NP], sua concorrente. O fato de o perfil do pronome possessivo se assemelhar ao do grupo clítico sugere, por sua vez, que (i) houve uma mudança gramatical e que (ii) essa mudança afetou a estrutura interna do NP, uma vez que tanto os itens que se realizam internamente ao NP (como *seu*, *sua*), quanto o clítico, que se realiza fora do NP (mais exatamente, fora do DP, como veremos) foram afetados.

2.6. – Os fatores analisados

Uma vez que a forma [de NP] gradualmente se tornou a opção preferencial dos falantes do PB, conforme mostram as tabelas I e II, que fatores sintático-semânticos teriam contribuído para a queda de uso da construção de posse com clítico?

Tendo em vista o objetivo de responder à questão acima, foram avaliados fatores internos e externos, já enumerados na seção 2.3. A seguir passo à discussão de cada um.

2.6.1 – Alienabilidade x inalienabilidade:

Sabe-se que a inalienabilidade não é determinada pela cultura, ainda que seja motivada por ela; assim, cada língua desenvolve mecanismos formais para refletir a diferente dependência conceptual entre, por exemplo, nomes relacionais e não-relacionais. Poder-se-ia vislumbrar uma interrelação entre a construção clítica de posse e a inalienabilidade, afinal dos 1426 dados, 1165 (81,7 %) são

inalienáveis. Contudo, há que se considerar a existência das demais 261 estruturas (18,3 %) nas quais a cliticização é possível, ainda que o DP possuído seja alienável (Ex: Elogiei-**lhe o filho**. / Elogiei-**lhe o vestido**). Portanto, embora a posse inalienável seja a preferencial, não se excluem casos de possuído alienável.

Há vários autores (como Tellier, 1988, apud Vergnaud & Zubizarreta: 1992) para os quais existe um certo grau de extensão que permite incluir outros nomes, que não estritamente os nomes de parentesco ou partes do corpo entre os inalienáveis. Pode ser que efetivamente exista, em cada cultura, um *continuum* em termos de inalienabilidade, e não uma dicotomia restritiva; no entanto, falar em inalienabilidade estendida diluiria tal conceito que, conforme apontam os dados, funciona como fator quantificável.

Como evidenciado no capítulo I, com o marcador vazio, estratégia (4), em sua maioria, temos nomes inalienáveis; no entanto, pode-se pensar em algo como “João vendeu o Ø carro” em que, instantaneamente atribuímos o papel de possuidor a “João”; qualquer quebra de expectativa deverá vir codificada (“João vendeu o carro **de Maria**”).

Ao tratar das diferenças na expressão de posse com nomes relacionais (partes do corpo, parentesco, aspectos não-físicos relacionados aos seres humanos – como nome, alma, etc) ou não-relacionais, Velazquez-Castillo (1996:62-63), comparando o guarani ao espanhol (e estas ao inglês), afirma:

Com relação à necessidade de especificar os possuidores de nomes inerentemente relacionais, é interessante notar que o guarani é diferente do espanhol, no qual partes do corpo são usadas sem um possuidor especificado em vários tipos de sentenças; i.e., *El hombre levantó los ojos*; *Acabo de lavarme las manos*; *Me apreté el brazo herido*. Ao contrário do espanhol, o guarani tende a especificar o possuidor com nomes inalienáveis em sentenças equivalentes. O inglês, assim como o guarani, também tende a especificar o possuidor em construções

equivalentes. No entanto, o inglês é muito mais flexível que o guarani neste caso, já que permite o uso de termos relativos a parte do corpo sem um possuidor especificado em certos casos, enquanto o guarani resiste a essa possibilidade.¹⁸

A autora dá os seguintes exemplos do guarani:

- (66) a. Maria o-hupi cheve i-po. (i- = marcador de posse)
(Maria – 3 AC- lift to-me **her** hand).
b. * Maria o-hupi cheve (la) / Ø po.
(Maria – 3 AC-lift to-me (def) hand)
Maria waved **her** hand to me. = Maria balançou a Ø mão.

A autora salienta ainda que uma sentença como “*She took Lane’s hand and tightly, warmly laced Ø with him*” não encontra equivalência possível no guarani, já que o possuidor não é mencionado (ainda que recuperável contextualmente).

Diferentemente do guarani, e mais próximo ao espanhol neste aspecto, o PB admite relação de posse sem especificação adicional que não o próprio artigo¹⁹, sobretudo em posse inalienável - “Cortei o dedo”; “Ele machucou o braço”; como vimos, apenas se o possuidor for outro (distinto do NP sujeito), rompendo a expectativa inicial, haverá codificação (Cortei o dedo **dele**; Ele **me** machucou o

¹⁸ No original, “it is interesting to note that Guaraní is very different from Spanish, in which body-part terms are used without a specified PSR in several sentence types; e.g., *El hombre levantó los ojos; Acabo de lavarme las manos; Me apreté el brazo herido*. Unlike Spanish, Guaraní would tend to specify the PSR with inalienable nouns in equivalent sentences. English, like Guaraní, would also tend to specify the PSR in equivalent constructions. However, English is still much more flexible than Guaraní in this respect since it allows the use of body-part terms without a specified PSR in some cases.”

¹⁹ Em trabalho descritivo (com base em corpus oral do Projeto NURC), Neves (2000:397) afirma que o artigo pode equivaler “a um pronome possessivo, junto de substantivos que designam: partes do corpo (“Eu podia ter quebrado o braço”), relações de parentesco (“Trabalhava como nunca, pouco usufruindo a família”), peças de uso pessoal (“Puxou a carteira de cigarros do bolso, precisava refletir”), faculdades do espírito ou sentimentos (“Extravagaria sem perder a memória, diria ao concluir um disparate”) – o que nos remete ao critério de (in)alienabilidade. Nestes casos, a leitura possessiva é construída instantaneamente.

braço; Ele **lhe** elogiou o filho), seja através de pronome possessivo, de clítico ou genitivo [de + NP] ou [de + pronome].

Vejamos os seguintes exemplos, do corpus, em que há construção de posse com cada variante, seja com nome relacional (e, portanto, inalienável), seja não-relacional (alienável ou não), respectivamente, com cada variante:

a) [de NP]

(67) “... porque como de ordinário os filhos **seguem o mau exemplo dos pais**, maravilha será que saiam os filhos bons sendo os pais tão ruins.” (XVII)

(68) “Por esta causa Platão **admoestava as amas dos meninos**, que de nenhuma sorte lhe contassem fábulas, nem falassem diante delas cousas desonestas, porque facilmente aprendem as crianças semelhantes linguagens.” (XVII)

b) [a NP]

(69) “Semelhante exemplo a este conta Alexandre de uma mãe, que permitia ao filho os furtos leves, com que se veio a fazer ladrão famoso, e levado à força, com o mesmo fim, e dissimulação, que o acima cito, **cortou à mãe com os dentes a orelha.**” (XVII)

(70) “Desappareceu **Á José de Lima Nobre**, e| crê se que furtado, no dia 28 do passado hum| Escravo de Nação Nagô, carregador de cadei-|ra, por nome Gaspar, com os signaes seguin-|tes : alto, nariz fino, dentes limados, cara ala-|nhada idade 30 annos, falla desembaraçado.” (XIX)

c) Clítico:

(71) “Oito dias depois fui eu com minha família á / rua do Ouvidor comprar fazendas de luto (pois / que **morreo-me um parente**, de febre amarella)/ seriao 9 horas da noute, quando muito, e já por /aquella rua tão freqüentada, transitavão os im-/mundos tigrés derramando por todo a parte hum / cheiro tão nauseante...”(XIX)

(72) “porque estando ele sendo de mama, o visitou, e acalantou, da sorte que costuma fazer a mãe a seu filhinho, **adornando-lhe o berço** de rosas fragantíssimas trazidas do Céu.” (XVII)

d) Redobro:

(73) “Dignissimo Senhor Juis Ordinário da Villa de Santo Amr / ro da Purificação, que por **lhenaõ saber do nome** / o naõ ponho. (XVIII)

(74) “...levantei agente por me embargar amigavelmte ameio vizinho João da Cunha dizendo eu **lhe entrava nas suas** terras e que ficava sem caminho p^a agoa a tempo.(...) O amigo João Roiz fez ocultamente avizo ao Cunha que eu **lhe** entrava nas terras. Não se aflija Vmce qdo vier a de se arrumar isso.” (XVII)

e) pronome possessivo:

(75) “Tendo o Mercantil d'esta côrte transcripto | um trecho do seu jornal **mencionando o | meu nome** a respeito do caminho de ferro | do Joazeiro, julgo do meu dever expor a | questão com toda a veracidade.” (XIX)

(76) “quando o cho- | lera de novo visitou a cidade do Sena ja | encontrou embaraços irresistiveis onde se | foram, por assim dizer, **quebrar as suas garras | mortíferas.**” (XIX)

Velazquez-Castillo fala das construções clíticas aqui enfocadas como sendo expressões de relações de posse em que há um “alçamento” do possuidor. Trata-se de uma construção não usual porque, embora se trate de uma posse inalienável, o possuidor não é obrigatoriamente explicitado ²⁰:

Construções que envolvem alguma forma de alçamento do possuidor, nas quais o PSR é expresso fora do NP que contém o PSM, aparecem como manifestações da distinção alienável / inalienável. A construção conhecida como “dativo de posse” nas línguas românicas, como no espanhol *Marta me cortó el pelo* ‘Marta gave me a hair – cut’ (lit. Marta cortou-me o cabelo) é um bom exemplo de tais construções. (p.24)

²⁰ No original, “Constructions generally involving some sort of possessor “raising”, where the PSR is expressed outside the NP containing the PSM, started to emerge as further manifestations of the alienable / inalienable distinction. The construction known as “possessive dative” in Romance, as in Spanish *Marta me cortó el pelo* ‘Marta gave me a hair-cut’ (lit. Marta cut me the hair) is a good example of such constructions”

Para ela, inalienabilidade ²¹ é “uma proximidade conceptual estreita e constante entre PSR (possessor) e PSM (possessum)”: “o conceito de posse inalienável é visto como uma categoria complexa contendo o seguinte conjunto de noções interrelacionadas, em conjunto constituindo um protótipo: (i) dependência conceptual do possuído em relação ao possuidor; (ii) inerência da relação; (iii) inseparabilidade entre PSM e PSR; (iv) permanência da relação”.

Dados os traços prototípicos de uma relação de posse inalienável, pode-se concluir não ser este um atributo determinante, uma vez que, no corpus analisado, alguns dos freqüentes elementos codificados sob a forma clítica (escravos, animais, entre outros) não apresentam as características básicas necessárias (serem herdados, inseparáveis e permanentes). Embora pudessem ser herdados, tais “objetos” eram negociáveis, distintos do possuidor.

A distribuição destas variantes no corpus aparece nas tabelas abaixo. Na primeira há a distribuição no corpus global. Na segunda há a distribuição cruzada com o fator tempo.

TABELA VII

Distribuição das variantes conforme a relação alienabilidade entre nome possuído e possuidor

Relação de posse	[de NP]		[a NP]		[pron poss]		clítico		Redobro	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
+ alienável: 261	98/261	38,5	32/261	12,2	71/261	27,2	47/261	18	13/261	4,9
- alienável: 1165	543/1165	46,6	41/1165	3,5	295/1165	25,3	258/1165	20,1	28/1165	2,4
Total 1426	641		73		366		305		41	

²¹ “The concept of inalienable possession is viewed as a complex category comprising the following set of interrelated notions, all clustering around a prototype:

- i) conceptual dependence of the PSM on the PSR
- ii) inherency of the relation
- iii) inseparability between the PSR and the PSM, and
- iv) permanency of the relation.”

Esta tabela mostra um leve favorecimento do traço [-alienável] no uso de [de NP]. Mostra também um desfavorecimento do traço [-alienável] no uso de [a NP]. Em relação às demais variantes, esse traço não parece condicionar o uso.

Vejam agora se esse resultado global sofreu alguma alteração no eixo do tempo. Para isso, vamos verificar a frequência das variantes que acompanham nomes [-alienáveis].

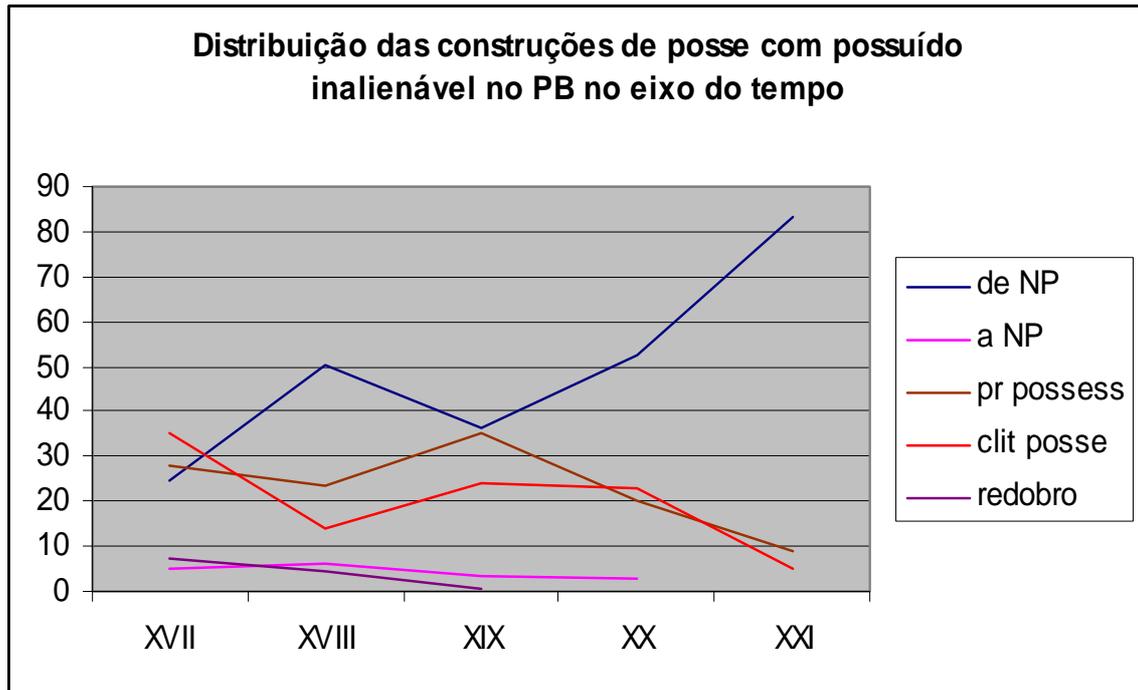
TABELA VIII

Distribuição de NPs [-alienáveis] no eixo do tempo, conforme a construção de posse.

Séculos	[de NP]		[a NP]		[pron poss]		[clítico]		Redobro		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	No.	%	No	%	
XVII	66	24,7	14	5,2	74	27,8	94	35,2	19	7,1	267
XVIII	80	50,3	10	6,2	37	23,2	25	13,7	7	4,4	159
XIX	141	36,4	13	3,3	137	35,4	94	24,2	2	0,5	387
XX	73	52,8	4	2,8	28	20,2	33	23,1	0	0	138
XXI	183	83,5	0	0	19	8,8	12	5,13	0	0	214
Total	543		41		295		258		28		1165

Esta tabela mostra dados importantes. Tomando-se apenas os nomes que expressam posse inalienável, vemos uma queda no uso de todas as variantes, exceto [de NP]. Esse perfil é muito próximo ao uso das variantes, observadas globalmente.. Isso parece indicar que o processo de mudança em análise se deu entre os nomes que expressam posse inalienável, o que fica claro no gráfico abaixo.

GRÁFICO IV



Veja-se aqui o perfil marginal das construções de redobro e [a NP]. Chama a atenção o uso de clítico no século XVII, em que era a estratégia preferencial. Já no século XXI, a posse inalienável apresenta uma frequência semelhante entre o uso de clítico e pronome. Fica claro aqui que a competição acirrada se dá entre o pronome possessivo e [de NP] a partir do século XVIII. Que alteração gramatical causou a alteração no uso do pronome possessivo, que estava em ascensão entre os séculos XVIII e XIX?

Uma resposta a essa questão será apresentada no capítulo III. Por enquanto, o que podemos afirmar é que o clítico usado com nome indicativo de posse

inalienável tem leve queda entre os séculos XVII e XVIII e queda acentuada entre XX e XXI, e seu perfil entre os séculos XIX e XX parece independente do aumento no uso de [de NP].

Analisemos agora a força do fator presença/ausência de artigo no NP que este manifesta.

2.6.2 – Especificidade do NP

A definitude do NP a que se vincula o clítico interferirá na realização da expressão de posse:

- (77) a. “...hu pardo que disse chamar-se João Francisco dizen-/ do **lhe** **furtara** **huma escrava**, e fugira com-ella lê-/vando-a roubada...” (XVIII)
- b. “...e que Deos Nosso Senhor **lhe** **felicite ávida**, e guarde por muitos annos” (XVIII);
- c. * Felicite-**lhe** ϕ vida.

Por outro lado, o caráter concreto ou abstrato do núcleo deste NP não parece ser fator bloqueador:

- (78) a. “Se tendes filhos, ensinai-os, e domai-os, desde sua puerícia; **quebrai-
lhe os brios** enquanto são moços...” (XVII)
- b. “O triste pai ficou assombrado, e de puro sentimento **lhe** **apodreceu** **o** **sangue** todo no corpo..” (XVII).

Em trabalho sobre sintagmas possessivos no PB, Neves (2002), a respeito de corpus oral, realça a relevância da “determinação do G[ruppo] N[ominal] possessivizado”. Salienta ela que “a língua portuguesa (diferentemente de outras, como o inglês e o francês e o alemão) permite co-ocorrência de artigo definido e pronome adjetivo possessivo. As gramáticas tradicionais do português não se têm

ocupado desse fato, o que significa que a presença ou ausência do artigo definido antes do grupo *pronome adjetivo possessivo + nome* tem sido considerada não-significativa, reveladora apenas de uma opção do falante, sem consequência no enunciado” (2002:174).

Liberato (2002) oferece-nos uma análise semântico-sintática e funcional da constituição interna do SN no PB, a qual poderá clarear a compreensão do valor do traço [especificidade] para o alçamento do clítico. Inicialmente, identifica as funções semânticas dos constituintes, com base na “sua contribuição para os processos de delimitação (tarefa do falante/escritor) e identificação (tarefa do ouvinte/leitor) do referente”.

Segundo Liberato, a matriz semântica de cada item tem o sentido como traço permanente, o qual o acompanharia em qualquer enunciado; já a função de identificação do(s) referente(s) daquele item seria contextual, determinada no enunciado. Para ela, *mais do que a “implicação de unicidade” imposta pela presença do artigo definido, o critério a ser avaliado é a possibilidade de o falante ‘contrastar referentes identificáveis ou não identificáveis’* (pp.62-3). No entanto, diz que “não é sempre que SNs definidos apresentam referentes identificáveis ou que SNs indefinidos representam referentes não-identificáveis”- (Comparem-se: “uma secretária do diretor” [+ identificável] x “a secretária de um diretor” [- identificável]).

Ressaltando o fato de que *a identificação (ou não) do referente não se prende exclusivamente à presença / ausência do artigo definido ou indefinido, mas à constituição do SN como um todo, às demais especificações nele presentes, a escolha remete às motivações do falante/escritor para estruturar sentenças de conteúdo plenamente acessível ao seu interlocutor, o que depende da quantidade*

de referentes descritíveis com a expressão. Ela afirma (pp.72-73) que “a presença de um artigo definido no início de um SN não garante a identificabilidade do seu referente por parte do ouvinte. (...) O uso do artigo definido parece ser condicionado não pela unicidade do referente no contexto da fala, mas pela existência de um elemento único na classe mais restrita delimitada pelo falante ao descrever o referente”. Por isso, atribui o nome de ‘recortador parcial’ (artigo indefinido) e ‘recortador universal’ (artigo definido), com base na delimitação qualitativa introduzida por esses determinantes.

Mesmo reconhecendo que a presença/ausência de artigo definido não constitui um traço definitivo para distinguir NPs específicos/não específicos, utilizei esse critério na análise do corpus, uma vez que seria um critério objetivo.

Os resultados aparecem na tabela abaixo:

TABELA IX

Distribuição das variantes conforme a especificidade do NP possuído

Relação de posse	[de NP]		[a NP]		[pron poss]		clítico	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Presença de artigo: 1370 (96,07%)	640/641	99,84	87	100	326	89,07	317	95,48
Ausência de artigo: 35 (2,45%)	00	00	00		27	7,38	8	2,41
Outro determinante: 21 (1,47%)	01	0,16	00		13	3,55	7	2,11
Total 1426	641	100	87	100	366	100	332	100

Nota-se a relevância da presença do artigo definido, que, se pode dizer, é condição necessária (embora não suficiente) para que o clítico de posse possa ser

extraído. A quase totalidade dos sintagmas de que alçam os clíticos é introduzida por “artigos definidos”: do século XVII ao XXI, a porcentagem de extração do clítico de sintagma precedido de determinante é altíssima, como evidencia a tabela que segue. Há alguns casos em que o clítico alça de um sintagma introduzido por outro tipo de determinante; mais do que uma necessidade de o NP vir marcado com o traço [+ referencial], depreende-se *a necessidade de seu referente ser especificado*, como se pode ver abaixo:

(79) a. “a Os Reis Persas, tanto que **lhes** nascia **algum** filho, buscavam por todo o Reino os melhores mestres para o ensinar, e não se contentavam com um só, mas lhe assinalavam quatro para o cuidado do corpo, e para os costumes do Espírito.”(XVII)

b. “a Felipe teve por igual felicidade nascer-**lhe** o filho **Alexandre** para herdeiro de seus estados, que ser em tempo de Aristóteles, que pudesse ser mestre seu.”(XVII – o nome aparece apostro)

c. “Do qual tudo fica claro, que conforme a doutrina dos Santos, e boa razão não só é de grande importância encaminharemos os filhos ao estado Religioso, quando na puerícia **lhe** sentem **esta** inclinação; mas que também é lícito, e conveniente incliná-los a ele com boas razões, e conselhos.”(XVII)

(80) “Tinha todas as minhas atividades, que **me** tomavam **muito** tempo. Precisava viajar para avaliar as ações do Comunidade Solidária.” (XXI)

Vejamos agora a força desse fator no período enfocado e visualizemos, a seguir, a distribuição de NPs possuidores específicos no eixo do tempo:

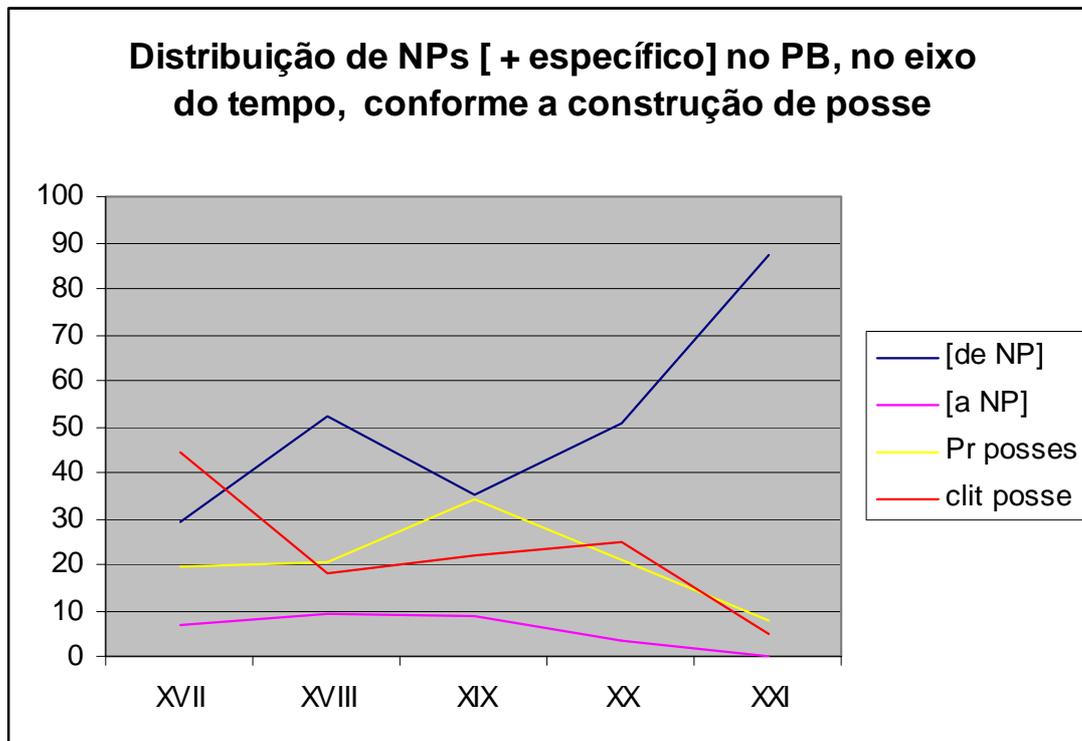
TABELA X

Distribuição de NPs [+ específicos] no eixo do tempo, conforme a construção de posse.

Séculos	[de NP] %	[a NP] %	[pron poss] %	[clítico] %	Total
XVII	77/262 29,4	18/262 6,9	51/262 19,3	116/262 44,3	262
XVIII	92/176 52,3	16/176 9,1	36/176 20,5	32/76 18,1	176
XIX	196/555 35,3	48/555 8,7	190/555 34,2	121/555 21,8	555
XX	75/148 50,7	5/148 3,4	31/148 20,9	37/148 25	148
XXI	200/229 87,3	0 0	18/229 7,9	11/229 4,8	229
Total:	640	87	326	317	1370 (96,07%)

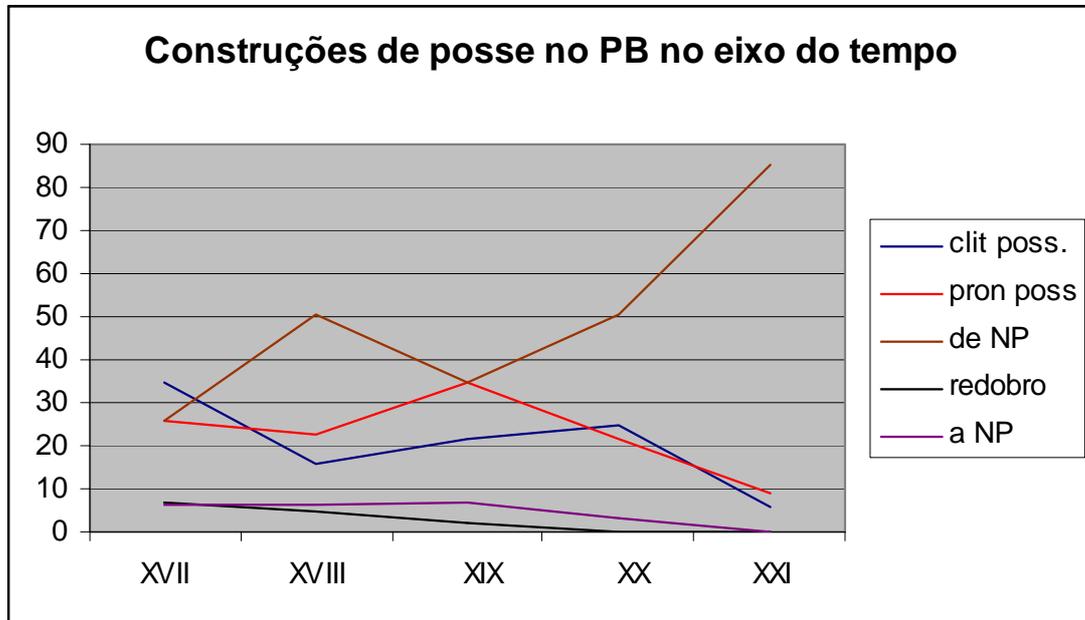
(Considerando também estruturas com redobro)

GRÁFICO V



Esse gráfico apresenta perfil praticamente idêntico ao do gráfico I, aqui repetido por conveniência:

GRÁFICO I



O que essa superposição dos perfis significa? Que um número muito próximo do total de construções de posse, com todas as variantes, foi realizado com NP possuído [+ específico], o que mostra a importância de o artigo definido preceder o sintagma NP possuído / NP possuidor.

Excepcionalmente (haja vista às porcentagens apresentadas) – encontram-se construções de posse com clíticos em sintagmas nus (bare NPs), mas tem-se uma das seguintes situações: trata-se de sintagmas estruturalmente “cristalizados”, semelhantes a expressões formulaicas (cf. 81) ou se trata de complexo verbo de cópula + nome, equivalente a uma estrutura com verbo transitivo, favorecedor da cliticização (cf. 82):

- (81) (i) “..e recolher a Cadeya desta Villa hû pardo que disse chamar-se João Francisco dizendo lhe furtara huma escrava e fugira com ella levando-a roubada, queria **formar-lhe Ø culpa**, descobre-se...” (BA, XVIII)

(ii) “...que elle foi prezo e seacha na Cadea desa Villa a ordem de Vossa Mercê por queixa que delle fizeraõ, e the o presente não selhetem formado culpa...” (BA, XVIII)

(82) “O *ignis sacer* é o fogo de Santo Antão”, que irrompeu no século IX e tomou o apelido do atormentado eremita. (...) Numa só noite (conta-se nas crônicas do tempo), desapareceu a cidade de Aquitânia como numa tempestade de carniça pútrida. Dizem que **lhe foi origem** o veneno do centeio cornudo.” (RJ, XX) (ser + origem = originar – transitivo)

Marginais, dados como esses últimos somam apenas 08 ocorrências (2,41%) no universo de 332 construções com clíticos, e (0,56%) em relação ao total de 1426 dados analisados.

Observe-se, no gráfico abaixo, a representação da importância desse fator no eixo do tempo:

TABELA XI

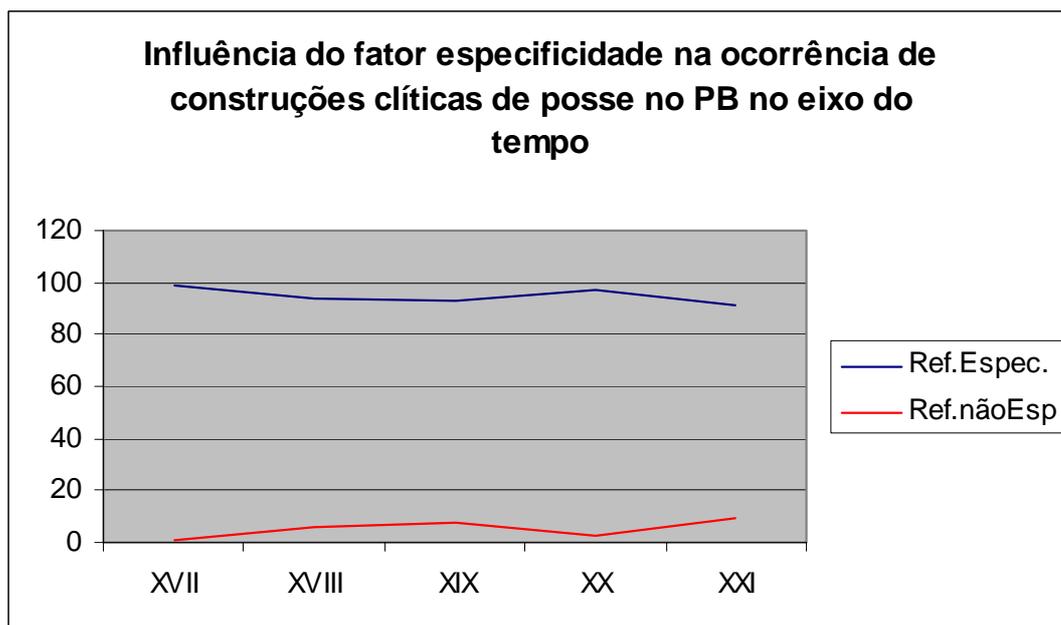
Constituição dos sintagmas de origem do clítico

Séculos	Ocorrências	Referência Específica: artigo definido		Referência Específica: indefinido		Não-artigo
		Nº	%	Nº	%	
XVII	116	115/116	99,14	01/116	0,86	
XVIII	32	30/32	93,75	02/32	6,25	
XIX	121	112/121	92,56	09/121	7,43	
XX ²²	37	36/37	97,29	01/37	2,7	
XXI	11	10/11	90,9	01/11	9,1	
Total	317	303/317	95,6	14/317	4,4	

(Considerando também estruturas com redobro do clítico)

²² Nos dados do século XX, encontrou-se uma única estrutura na qual o clítico alça de um SN nuclear – bare NP – ver exemplo (82). Por se tratar de pesquisa quantitativa, registram-se tais dados discrepantes, mas atentando à frequência para estipular a regra geral – note-se que a estrutura acima é constituída de verbo de cópula + NP (predicativo), diferente, portanto, das estruturas com verbos ‘transitivos’ ou ‘intransitivos’.

GRÁFICO VI



O traço [+ específico], aqui mensurado pela presença do artigo definido iniciando o DP de que alça o clítico, mostrou-se, em todos os períodos avaliados, praticamente estável, com escores sempre superiores a 90% das ocorrências de construção clítica, o que evidencia não ter sido fator determinante da mudança em foco.

2.6.3 Posição do indicador de posse (clítico, PP ou pronome possessivo)

em relação ao verbo:

- Não Contíguo

Variante 1: [de NP]

(83) **Fugio** no dia 26 de março do corrente anno, **um escravo de Antonio Dias Ferraz**, morador da villa Christina, de nome Aurelianno, pardo trigueiro, de idade de 24 annos pouco mais ou menos, estatura regular, cheio de corpo...” (XIX)

- Variante 2 [a NP]

(84) “A' **Narcizo Jose' Soares** morador no sitio denominado - Pedra da Parahyba do Sul, **fugio** no dia 12 de Abril do corrente anno **um escravo de nome Manoel**, nação congo, côr preta, baixo, e barrigudo com barba na ponta do queixo e bigode,...” (XIX)

-Variante 3 [pronome possessivo]

Não foram encontradas ocorrências.

- Variante 4: [Clítico]

(85) “conforme a etimologia do nome de infante, que quer dizer, o que não fala; outros chamam infantes ao menino enquanto mama, e outros enquanto **lhe não amanhece** a primeira luz da razão.” (XVII)

(86) “Por isso alguns pais de famílias prudentes, e desejosos do bem de seus filhos, não somente **lhes não perdoam o castigo** conforme o conselho da salvação, mas ainda para os acautelarem os açoutam pelos pecados alheios.” (XVII)

- Contíguo

Variante 1: [de NP]

(87) “No dia 5 de Agosto do preterio anno, **fugio do tenente-coronel José Copertino Simões, o escravo Theodoro**, de idade de 25 annos mais ou menos, cabra ou criôlo bem fulo, cara redonda, beiços vermelhos, bons dentes, alto, corpo cheio, pés grandes, algumas cicatrizes de feridas nas canellas; preguiçozo e ladrão” (XIX)

Variante 2: [a NP]

(88) “No dia 23 do corrente **fugio á José Mano[el] | de Amorim, uma escrava** de nome Thereza, [na]ção Rebôlo; levou vestido uma saia azul com | ramos amarellos, camisa de algodão, e panno | da Costa Inglez ja usado,” (XIX)

Variante 3 [pronome possessivo]

(89) “não | assignou papel algum a cerca da | venda dos bens do casal do fallecido | seo pai Bonifacio Joaquim Pereira, | que não recebeu dinheiro de pessoa | alguma,

e nem tão pouco foi a Ca-|choeira onde figura ser forjicado | semelhante drama, **conhecendo os seus | autores**, cujo nome, não lhe convem | declinar...” (XIX)

Variante 4 [clítico]

(90) “A Felippa Maria, **fugio lhe uma escrava** de no-|me Marcelina, crioula fula, rosto comprido e. | puxado, bexigosa, boca e olhos pequenos, la-|bios grossos, dentes abertos, cabelo ralo, e. |cortado á Francez (tambem pode ter raspado).” (XIX)

TABELA XII

Distribuição das variantes conforme a contigüidade do NP possuidor ao verbo

Relação de posse	[de NP]		[a NP]		[pron poss]		clítico	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
[+ contíguo] : 1385 (97,12%)	641	100	61	70,11	366	100	317	95,48
[-contíguo]: 41 (2,88)	00		26	29,89	00		15	4,52
Total: 1426	641		87		366		332	

Vejamos agora a força desse fator no eixo do tempo:

TABELA XIII

Distribuição do NP possuidor contíguo ao verbo.

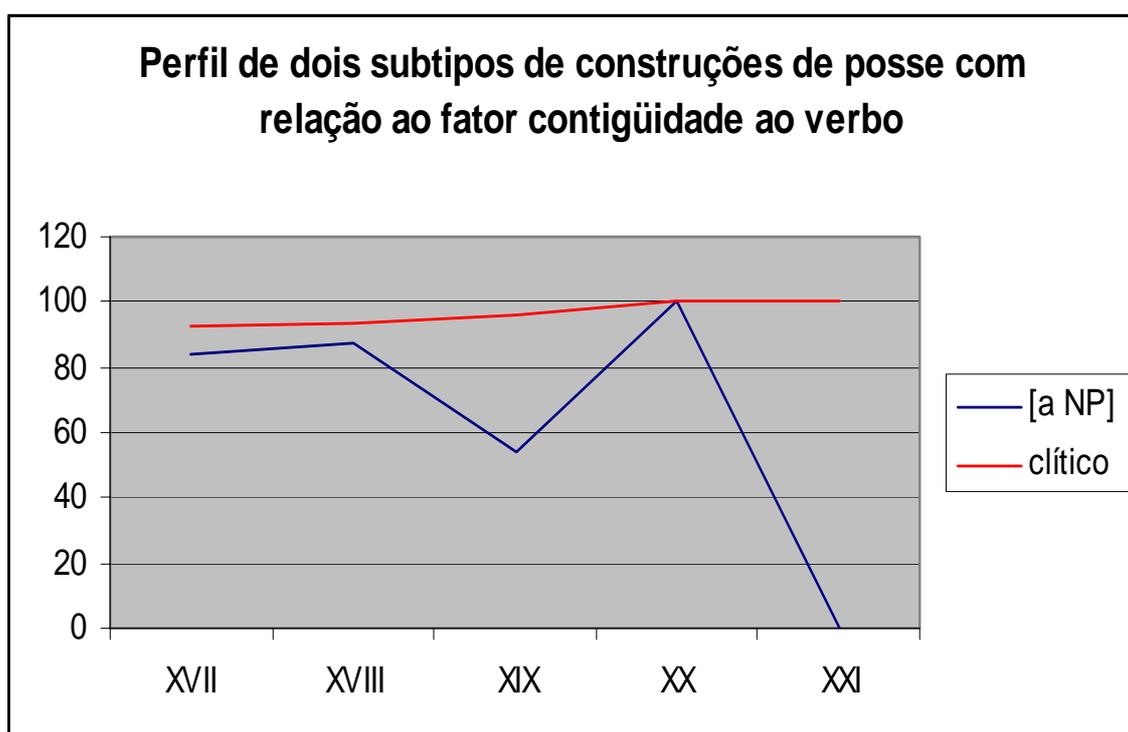
Séculos	[de NP]		[a NP]		[pron poss]		[clítico]		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
XVII	78/78	100	16/19	84,21	78/78	100	116/125	92,8	288 /300 96%
XVIII	92/92	100	14/16	87,5	41/41	100	30/37	93,8	177 /183 96,7%
XIX	196/196	100	26/47	54,2	194/194	100	117/122	95,9	533/560 95,2
XX ²³	75/75	100	5 / 5	100	32/32	100	37/37	100	149/149 100%
XXI	200/200	100	0	00	21/21	100	13/13	100	234/234 100%
Total	641	100%	61	70,11%	366	100%	313	94,28%	1381 /1426

(Considerando também estruturas com redobro do clítico)

²³ Nos dados do século XX, encontrou-se uma única estrutura na qual o clítico alça de um SN nuclear – bare NP – ver exemplo (XXX). Por se tratar de pesquisa quantitativa, registram-se tais dados discrepantes, mas atentando à frequência para estipular a regra geral – note-se que a estrutura acima é constituída de verbo de cópula + NP (predicativo), diferente, portanto, das estruturas com verbos ‘transitivos’ ou ‘intransitivos’.

Desconsideradas as variantes [de NP] e pronome possessivo, cujos escores foram invariáveis, teremos a seguinte representação desse fator:

GRÁFICO VII



As tabelas e o gráfico acima evidenciam dois aspectos do PB:

a) a ordem vocabular, seja com **preposição de** - [NP de NP], seja com **pronome possessivo**, ambos gerados na periferia do nome possuidor, sempre foi mais fixa. A ordem preferencial consiste numa proximidade formal entre o verbo e o NP/DP que constitui a relação possuído-possuidor, o que é percebido pelo crescimento da opção pelo sintagma [de NP] com o passar do tempo, mas não explica o porquê de frequência de uso do pronome possessivo ter declinado tanto.

b) somente havia possibilidade de não-contigüidade entre **verbo temático / clítico** ou entre **verbo temático / a NP** - isso respalda a tese defendida aqui de que, na verdade, [clítico de posse] e [a NP] (com as ocorrências de redobro explicitadas) **consistem numa mesma estratégia de expressão de posse no PB**, diacronicamente. Em suma, [a NP] sofria movimento na oração e é essa propriedade capaz de contribuir para explicar a mudança em análise aqui, conforme veremos no capítulo III.

2.6.4 – Construção de posse com clítico em diferentes tipos de orações:

Seria a construção clítica limitada por fatores relacionados ao fato de prender-se ao verbo da oração matriz ou da encaixada? Para responder a essa questão, foram analisadas e quantificadas as estruturas integrantes do corpus.

2.6.4.1 - Orações absolutas, principais ou encaixadas:

O clítico de posse não é argumento do verbo: não pode aparecer sozinho com verbos intransitivos, por não servir de argumento por si mesmo – estruturas como *”Morreu-**lhe**” não foram encontradas no corpus; tal verbo passa a admitir o clítico, porém, se se expressar o sujeito, argumento externo do verbo, como em :

(91) “Oito dias depois fui eu com minha família á | rua do Ouvidor comprar fazendas de luto (pois | que **morreo-me um parente**, de febre amarella)” (RJ, XIX).

O fato de virem em orações encaixadas, matrizes ou coordenadas não se mostrou relevante à ocorrência de clíticos de posse. Vejamos ocorrências de todas as variantes em foco, em ocorrências em **oração principal, oração encaixada e oração coordenada**, respectivamente:

a. [de NP]:

(92) “Quadra aqui bem a sentença de Santo Agostinho. Com seu mal **sente o filho a indulgência do pai**, quando justamente chega a experimentar o rigor da justiça de Deus.” (BA, XVII)

(93) “Fizeram-no assim os pais dos Santos Meninos Daniel, Ananias, Azarias, e Misael, e como diz o mesmo autor, que de tal sorte souberam **plantar nos corações dos filhos** o temor santo de Deus, e ódio a toda culpa, que nem por promessas, nem por ameaças do Tirano Nabuco, quiseram adorar sua estátua com ofensa de Deus” (BA, XVII)

(94) “...fes elle a Representação / a Sua Magestáde, que a mesma Senhora / dirigio aVossa Excelencia pra a informar, so-/ bre que Vossa Excelencia me mandou ouvir, / cuja resposta; **e minha informação já / sobio a Presença de Vossa Excelência**”. (BA, XVIII)

b. [a NP]

(95) “... mandando amesma Câmara / fazer conduzir odito gado, para ser talhado naVilla, **acharão os Officiaes / dezaceis Rezes ao Suplicante**, que sendo oque passava comodito Lote degado, ti=/ nhá embarcado evendido paraoutras partes amaior quantidade domesmo gado, ...(BA, XVIII)

(96) “Os Egípcios com terem pena de morte contra todo homicida, com tudo, o pai, que matava ao filho não incorria esta pena, porque tinham para si, que podia o pai **tirar a vida ao filho** por lha ver dado uma vez.” (BA, XVII)

(97) “Por isso aconselha bem o Eclesiástico, que tratem os pais de domar, e **quebrar a vontade aos filhos**, em quanto são meninos, porque depois de grandes nos não sejam quebranto do coração.” (BA, XVII)

c. pronome possessivo:

(98) “Elles cheios do | mais grato reconhecimento **beijão a sua | Mão Bemfeitora,** e Paternal...” (RJ, XIX)

(99) “... a impiedade, com que seus filhos nesta se esquecem das almas de seus pais, deixando-os padecer terribilísimos tormentos, não dando à execução seus legados pios, ou **por não socorrerem as suas almas com missas,** e orações em ocasião de tanta necessidade..” (BA, XVII)

(100) “... aconteceu ao Juiz desta Villa Jozé Francisco de / Araujo Lima aquem Vossa Excelencia foi servido de por do car- / go, doque sejata o mesmo Capitam, e porisso seatre/ ve **adesputar publicamente aminha jurisdição.**” (BA, XVIII)

d. Clítico de posse

(101) “**Os Persas,** que na criação dos meninos foram mui supersticiosos, tanto que o filho chegava à idade de três anos, **lhe mediam o corpinho,** para conjecturarem daí a estatura, que ao diante haviam de ter; e pelo que havia crescido nos primeiros três anos conjecturavam o que podia crescer nos demais.” (BA, XVII)

(102) “Achareis porém o exemplo de uma mulher, que morrendo-**lhe** por desastre a **sua** criança de mama, quis tomar o filho da outra, e o pôs no lugar do seu, donde sucedeu a célebre sentença de Salomão.” (BA, XVII – redobro)

(103) “Diz que V. Ex. que em 1863 Já | não se lenbrava do que tinha passado 1860; | não é isso crível; **mas,** se assim é, **eu | lhe avivo a memória,** visto a cavaco que V. Ex. | dá no Correio Mercantil de hontem, com a re- | petição da historia” (BA, XIX)

Vejamos como se configurou a distribuição das três variantes no eixo do tempo, considerando-se a ocorrência de cada tipo de construção de posse em oração principal (ou coordenada assindética), oração encaixada e oração coordenada:

QUADRO III

Distribuição das variantes conforme tipo de sentença

Século	Tipos de orações	de NP	a NP	Redobro	Clítico	Pr.possessivo
XVII	O.principal	12 15,4	2 10,5	2 9,5	10 9,6	11 14,1
	Encaixada	53 67,9	13 68,4	15 71,4	70 67,3	54 69,2
	Coordenada	13 16,7	4 21,1	4 19,1	24 23,1	13 16,7
Subtotal	300	78	19	21	104	78
XVIII	O.principal	20 21,7	8 66,8	2 22,2	4 13,8	2 4,9
	Encaixada	58 63,0	2 16,6	6 66,7	19 65,5	36 87,8
	Coordenada	14 15,3	2 16,6	1 11,1	6 20,7	3 7,3
Subtotal	183	92	12	9	29	41
XIX	O.principal	43 21,9	27 73,0	5 45,5	21 17,2	20 10,3
	Encaixada	130 66,3	9 24,3	6 54,5	80 65,6	144 74,2
	Coordenada	23 11,8	1 2,7	0	21 17,2	30 15,5
Subtotal	560	196	37	11	122	194
XX	O.principal	14 18,7	2 40,		8 21,6	9 28,1
	Encaixada	46 61,3	2 40,		21 56,8	15 46,9
	Coordenada	15 20,0	1 20,		8 21,6	8 25,0
Subtotal	149	75	05	00	37	32
XXI	O.principal	40 20,			4 30,8	4 19,1
	Encaixada	133 66,5			5 38,4	12 57,1
	Coordenada	27 13,5			4 30,8	5 23,8
Subtotal	234	200	00	00	13	21

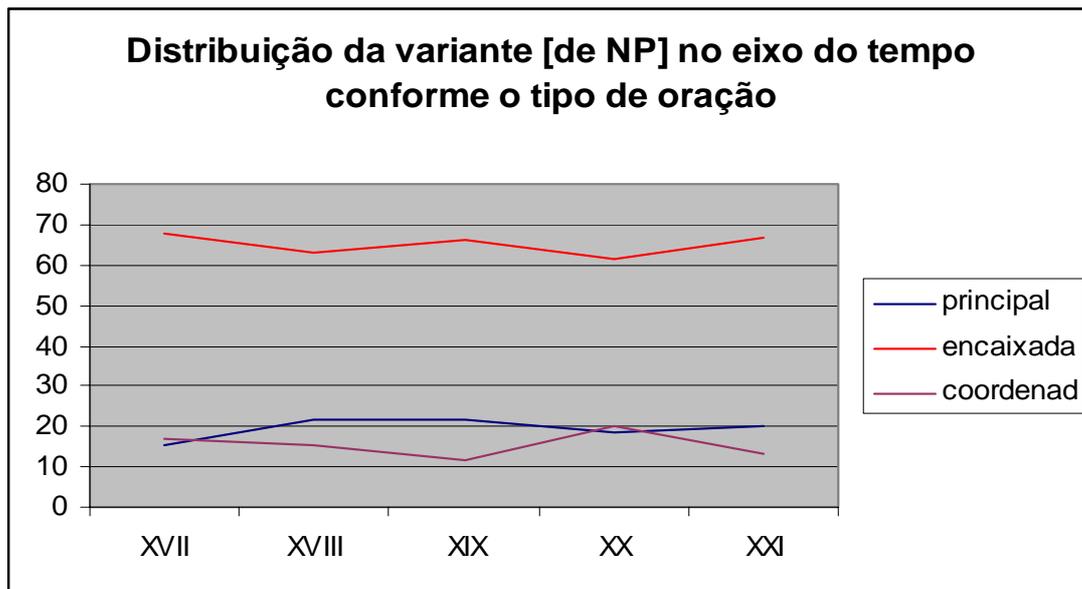
Como desdobramento do quadro acima, atente-se para a série de gráficos a seguir, que retrata as construções de posse no PB nos tipos de sentenças avaliadas:

TABELA XIV

Distribuição da variante [de NP] conforme o tipo de oração

	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
principal	15,4	21,7	21,9	18,7	20
Encaixada	67,9	63	66,3	61,3	66,5
Coordenad	16,7	15,3	11,8	20	13,5

GRÁFICO VIII



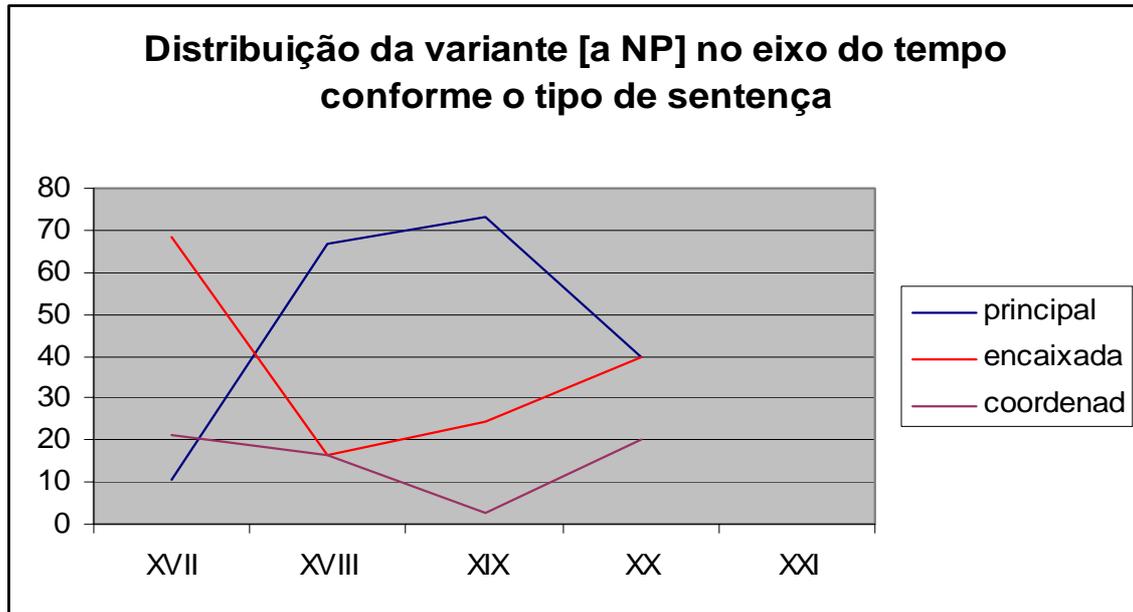
A construção [de NP] demonstra estar em percurso ascendente tanto nas orações principais quanto nas encaixadas, com pequena frequência em orações coordenadas. Isso confirma que, efetivamente, esta é a variante que tem suplantado as demais no PB, sobretudo a partir do século XIX.

TABELA XV

Distribuição da variante [a NP] conforme o tipo de oração

	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
Principal	10,5	66,8	73	40	
Encaixada	68,4	16,6	24,3	40	
Coordenad	21,1	16,6	2,7	20	

GRÁFICO IX



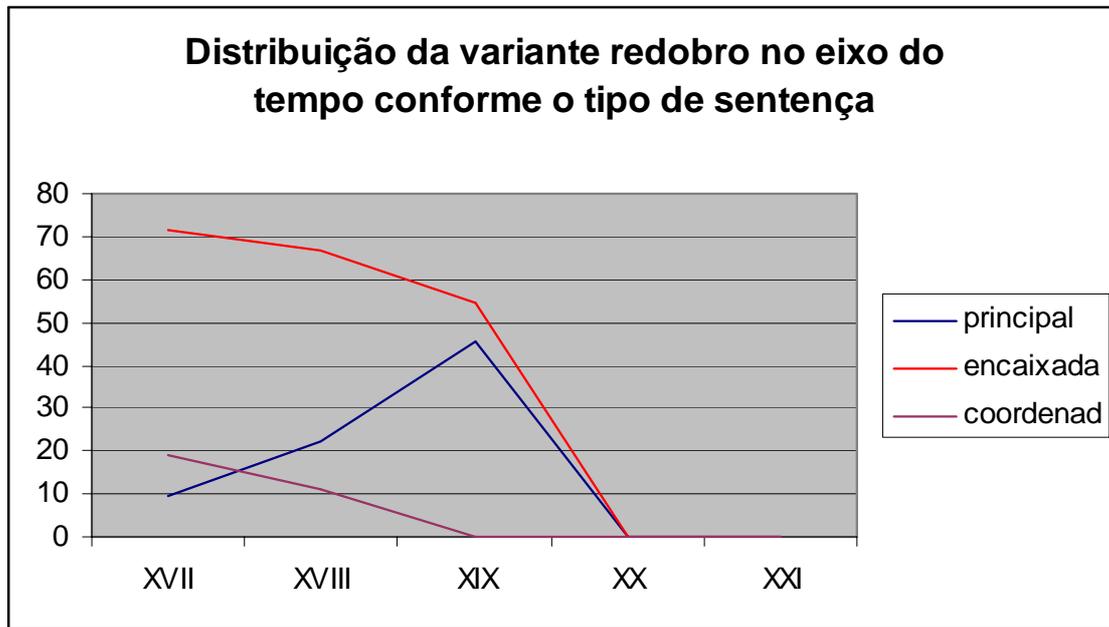
A variante [a NP] apresenta certa estabilidade nos séculos XVIII e XIX nas orações principais. Na segunda metade do século XIX começa seu declínio. A pequena frequência nos demais tipos de orações – apenas 05 dados no XX, dos quais 2 em principais e dois em encaixadas – sugere que seu desaparecimento se deu simultaneamente nos dois contextos.

TABELA XVI

Distribuição da variante redobro conforme o tipo de oração

	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
Principal	9,5	22,2	45,5	0	0
Encaixada	71,4	66,7	54,5	0	0
Coordenad	19,1	11,1	0	0	0

GRÁFICO X



A variante redobro desaparece simultaneamente nos ambientes de sentenças matrizes e encaixadas. Houve, no corpus analisado, um número mínimo de ocorrências de redobro em coordenadas: 4 construções no século XVII e 1 construção no XVIII.

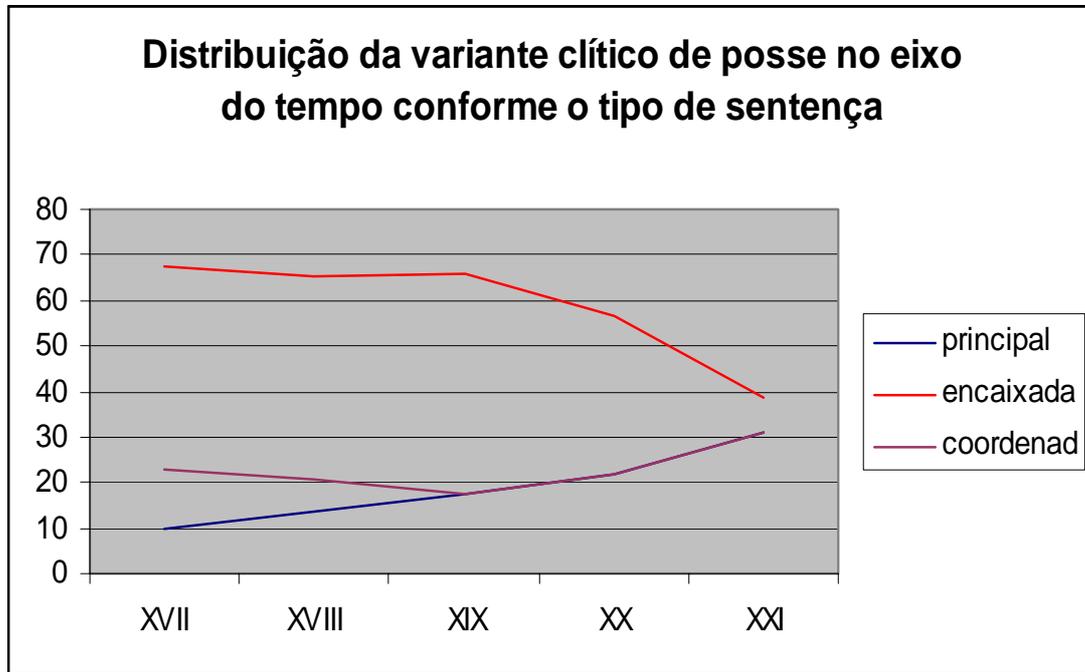
Vejamos agora o percurso das construções de posse com clítico. Contrariamente ao observado para as construções anteriores ([a NP] e redobro), o clítico de posse está desaparecendo primeiro nas orações encaixadas: sua frequência neste ambiente vem caindo desde o século XIX. Residualmente, mantém-se nas orações principais e coordenadas, ainda que não apresente frequência expressiva (pequeno número de ocorrências).

TABELA XVII

Distribuição da variante clítico de posse conforme o tipo de oração

	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
Principal	9,6	13,8	17,2	21,6	30,8
Encaixada	67,3	65,5	65,6	56,8	38,4
Coordenad	23,1	20,7	17,2	21,6	30,8

GRÁFICO XI



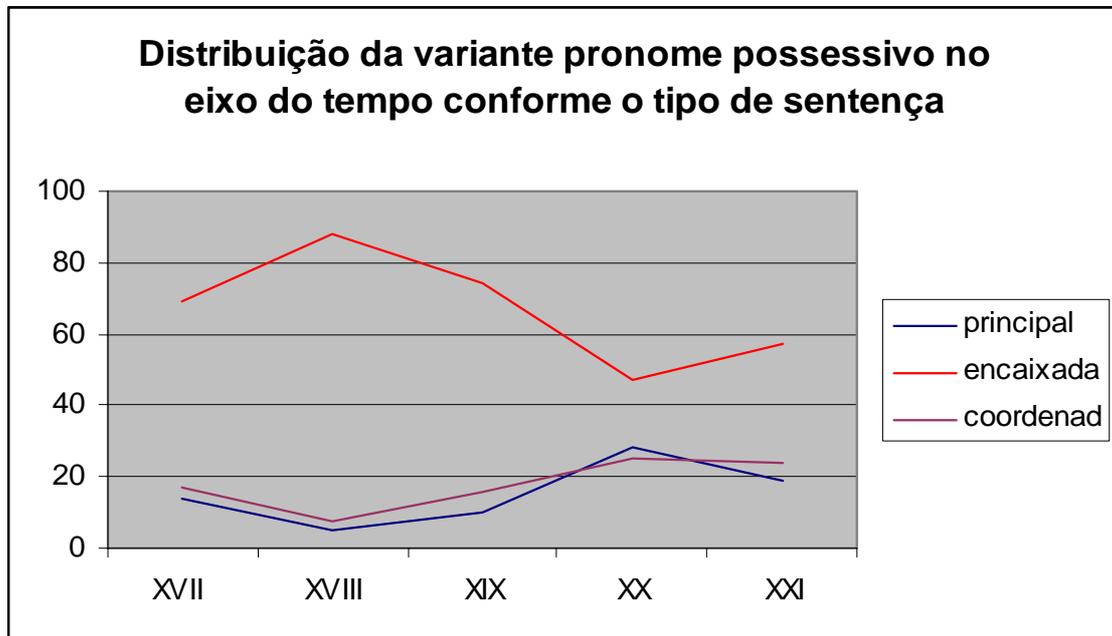
Quanto à quarta variante, percebe-se que a ocorrência de possessivos, depois de um declínio no século XIX, apresenta leve aumento no ambiente de orações encaixadas, contrariamente ao de principal, em que mostra declínio. De modo geral, porém, a frequência de pronomes possessivos (número de ocorrências) nos dados do XXI foi baixa (apenas 21 ocorrências).

TABELA XVIII

Distribuição da variante pronome possessivo conforme o tipo de oração

	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
Principal	14,1	4,9	10,3	28,1	19,1
Encaixada	69,2	87,8	74,2	46,9	57,1
Coordenad	16,7	7,3	15,5	25	23,8

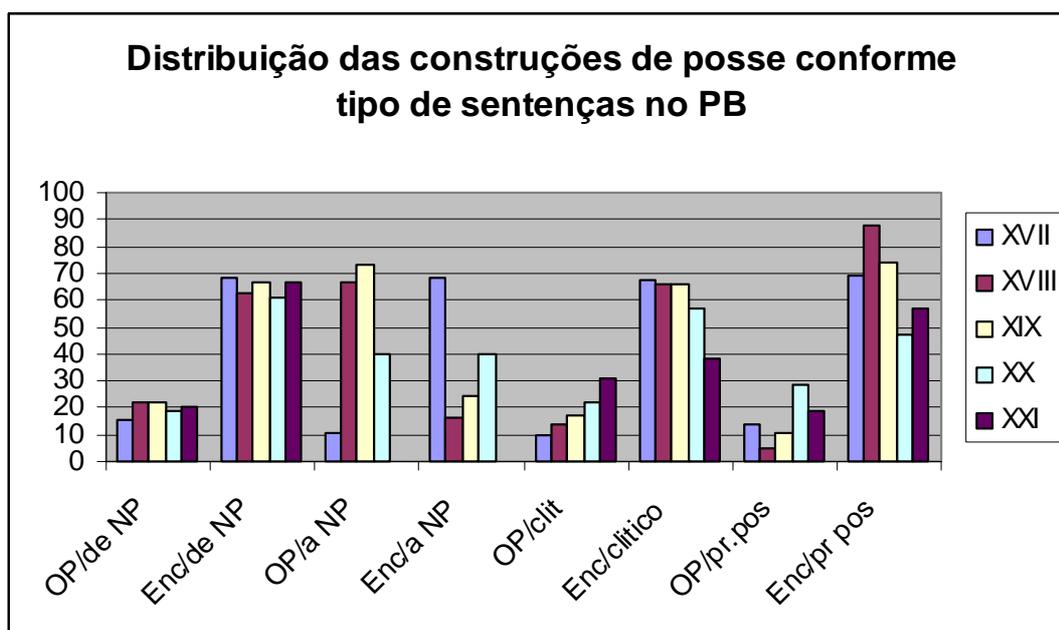
GRÁFICO XII



Nota-se que o ambiente sintático não parece determinar a ocorrência de pronomes possessivos: observe-se que no período que vai do século XVIII ao XIX, em que há elevação do uso de pronomes, isso se reflete nos dois contextos; analogamente, quando o declínio de frequência do emprego de pronomes possessivos se inicia, no XX, orações principais e encaixadas são igualmente afetadas.

Vejamos, abaixo, um gráfico selecionando os ambientes matriz e encaixada, considerando as quatro variantes:

GRÁFICO XIII



Esse gráfico permite visão panorâmica do comportamento das variantes nos contextos matriz / encaixada. Note-se a maior ocorrência de [de NP] em sentenças encaixadas, estável ao longo do período analisado; [a NP] desaparece nos dois contextos, apresentando, no XX, escores idênticos em encaixadas e matrizes. Quanto ao clítico de posse, ao mesmo tempo em que vemos aumento de frequência no contexto de sentença matriz, nota-se seu declínio em contextos de encaixadas – no entanto, o pequeno número de dados encontrados (5 em encaixadas, 4 em principais) não nos autoriza a afirmar com segurança em qual dos contextos se dará primeiro o seu desaparecimento. Por fim, quanto aos pronomes possessivos, o leve aumento de frequência no contexto de encaixadas ainda nos parece inconclusivo, sendo necessário maior número de dados para avaliação do seu comportamento.

2.6.5 – A construção de posse com clíticos com verbos transitivos e intransitivos (inacusativos e inergativos): quantificação e análise

A ocorrência dos clíticos de posse com verbos transitivos que prevêm até dois argumentos é amplamente majoritária (sempre em frequência superior a 75%). No entanto, também foram encontradas, em termos globais, 16,97% das ocorrências com verbos intransitivos ²⁴.

Vejamos agora, a cada século, que tipo de construção predomina com cada tipo de verbo:

TABELA XIX

Século XVII: Tipo verbal com construção possessiva alienável x inalienável

	Clítico	Pron. Posses	PP	a NP	Redobro	Clítico	Pron posses	PP	a NP	Redobro
Intransitivos 58	33 56,9%	10 17,2%	9 15,5%	2 3,5%	2 15,5%	1 1,7%				1 1,7%
Transitivos 242	61 25,2%	64 26,5%	57 23,6%	12 4,9%	17 7%	9 3,7%	4 1,7%	12 4,9%	5 2,1%	1 0,4%
Total 300	94 31,3	74 24,6%	66 22%	14 4,6%	19 6,3%	10 3,3%	4 1,3%	12 4%	5 1,6%	2 0,7%

TABELA XX

Século XVIII: Tipo verbal com construção possessiva alienável x inalienável

	Clítico	Pron. Posses	PP	a NP	Redobro	Clítico	Pron posses	PP	a NP	Redobro
Intransitivos 42	3 7,1%	7 16,7%	30 71,4%	0	0	1 2,4%	0	0	0	1 2,4%
Transitivos 141	22 15,6%	30 21,3%	50 35,6%	10 7,1%	7 5%	3 2,1%	4 2,8%	12 8,5%	2 1,4%	1 0,7%
Total 183	25 13,7%	37 20,2%	80 43,7%	10 5,5%	7 3,8%	4 2,2%	4 2,2%	12 6,5%	2 1,1%	2 1,1%

²⁴ Foram mantidas as distribuições por construções conforme a posse seja alienável ou inalienável, apenas por comodidade, conforme levantamento global que aparece em anexo ao final desta tese (p.238 e ss.).

TABELA XXI

Século XIX: Tipo verbal com construção possessiva alienável x inalienável

	Clítico	Pron. Posses	PP	a NP	Redobro	Clítico	Pron posses	PP	a NP	Redobro
Intransitivos 114	10 8,8%	22 19,3%	14 12,3%	8 7%	0	3 2,6%	9 7,9%	21 18,4%	20 17,6%	7 6,1%
Transitivos 446	84 18,8%	115 25,9%	127 28,5%	5 1,12%	2 0,4%	25 5,6%	48 10,8%	34 7,6%	4 0,8%	2 0,4%
Total 560	94 16,7%	137 24,5%	141 25,2%	13 2,3%	2 0,4%	28 5%	57 10,1%	55 9,8%	24 4,2%	9 1,6%

TABELA XXII

Século XX: Tipo verbal com construção possessiva alienável x inalienável

	Clítico	Pron. Posses	PP	a NP	Redobro	Clítico	Pron posses	PP	a NP	Redobro
Intransitivos 16	8 50%	4 25%	2 12,5%	1 6,25	0	1 6,25%	0	0	0	0
Transitivos 133	25 18,8%	24 18,2%	71 53,4%	3 2,2%	0	3 2,2%	4 3%	2 1,5%	1 0,7%	0
Total 149	33 22,1%	28 18,8%	73 49%	4 2,7%	0	4 2,7%	4 3%	2 1,3%	1 0,7%	0

TABELA XXIII

Século XXI: Tipo verbal com construção possessiva alienável x inalienável

	Clítico	Pron. Posses	PP	a NP	Redobro	Clítico	Pron posses	PP	a NP	Redobro
Intransitivos 12	4 33,3%	0	7 58,3%	0	0	0	0	1 8,3%	0	0
Transitivos 222	8 22,2%	19 8,6%	176 79,3%	0	0	1 0,4%	2 0,9%	16 7,2%	0	0
Total 234	12 5,2%	19 8,1%	183 78,2%	0	0	1 0,4%	2 0,9%	17 7,3%	0	0

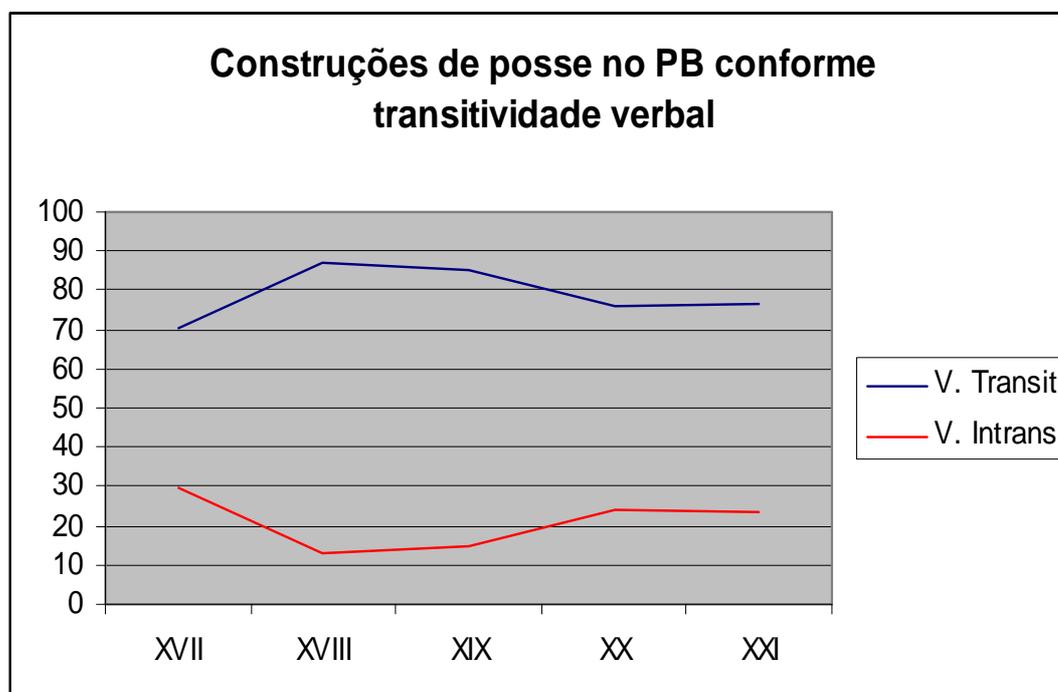
Vistas as distribuições a cada século, passemos para a tabela-síntese abaixo e a representação gráfica desta – o número total de construções de posse no período enfocado:

TABELA XXIV

Construções de posse por tipo verbal

Ocorrências	Verbos transitivos		Verbos intransitivos	
XVII	242	80,67%	58	19,33%
XVIII	141	77,05%	42	22,95%
XIX	446	79,64%	114	20,36%
XX	133	89,26%	16	10,74%
XXI	222	94,87%	12	5,12%
Total: 1426	1184	83,03 %	242	16,97%

GRÁFICO XIV



O gráfico acima retrata as relações entre construções de posse e predicação verbal: pode-se perceber, no decurso do tempo, que as ocorrências com verbos transitivos sempre foram mais freqüentes, no entanto encontram-se em curva descendente. As ocorrências com intransitivos, depois de um período de aumento de freqüência (entre o XVIII e o XX), encontram-se relativamente estabilizadas, com leve declínio. A situação é diferente, porém, quando analisamos *o percurso das construções clíticas de posse* com esses dois grupos de verbos:

TABELA XXV

Ocorrência de construções de posse com clíticos conforme transitividade

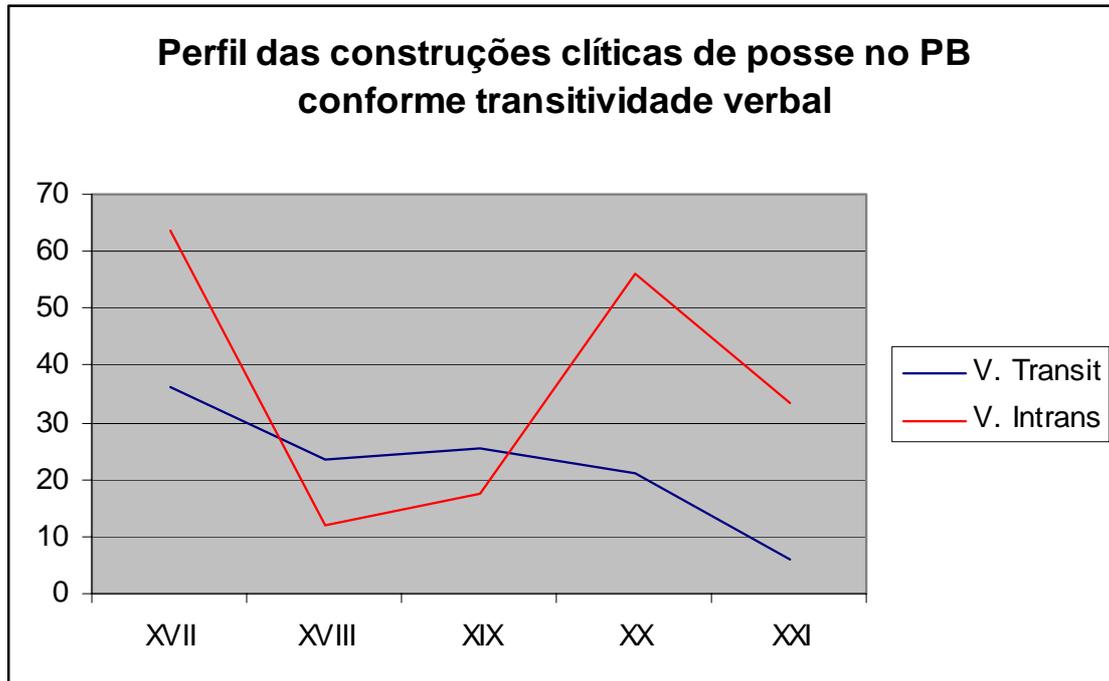
Ocorrências ²⁵	Verbos transitivos	Verbos intransitivos	Total
XVII	88 ²⁶ / 242 36,3%	37/58 63,7%	125/300
XVIII	33 /141 23,4%	5/42 11,9%	38/183
XIX	113/446 25,3%	20/114 17,5%	133/560
XX	28/133 21%	9/16 56,25%	37/149
XXI	9/222 4,1%	4/12 33,3%	13/234
Total	271 / 1184	75/242	346/1426

(Consideradas as estruturas com redobro)

²⁵ Incluem-se as ocorrências tanto com objeto possuído alienável como inalienável.

²⁶ Incluem-se as estruturas com redobro do clítico.

GRÁFICO XV



Pode-se observar, a partir do gráfico acima, que *as construções de posse com clíticos encontram-se em perfil descendente com ambos os tipos de verbos*; no entanto, o percurso descendente, iniciado com os transitivos desde o século XIX, é mais revelador da tendência de estas desaparecerem do sistema, visto que sempre foram *os verbos transitivos os favorecedores da cliticização*.

Entre os verbos do grupo dos intransitivos, foi possível perceber que *a ocorrência do clítico de posse com certos verbos relaciona-se ao caráter inergativo ou inacusativo deste*. Vejamos melhor em que consiste este fator relevante, após explicitação desta subdivisão dos verbos monoargumentais.

Os verbos intransitivos distribuem-se em duas classes:

- (i) os verbos inergativos, que selecionam um único argumento, não subcategorizado, realizado, em estrutura P, na posição de sujeito;
- (ii) os verbos inacusativos, que selecionam um único argumento, subcategorizado, realizado, em estrutura P, em posição de objeto. (apud Miguel, 1996:117)

Segundo Silva e Miotto (2005), o que realmente diferencia os verbos inergativos e inacusativos seria a existência e o tipo de argumento do verbo:

a) os *verbos inergativos* (ou “intransitivos verdadeiros”) se caracterizam por ter exclusivamente um argumento externo (AE), similar ao sujeito dos verbos transitivos (isto é, o argumento recebe caso nominativo); por ter AE, *este é sempre da categoria DP e é sempre s-selecionado* (isto é, semanticamente selecionado): no caso dos inergativos, um *agente* é selecionado (Ex: Ana **nadou**. Ana **trabalhou** ontem.)

b) os *verbos inacusativos* têm exclusivamente um argumento interno (AI), cujas propriedades são similares às dos objetos dos verbos transitivos: por ser um AI, “não se pode prever a qual categoria pertence” (Ex: João **sabe** a verdade (AI = DP); João **sabe** que isso não é verdade. (AI = CP); João **saber** não ser verdade o incomodou. (AI = INFLP). Isso equivale a dizer que, no caso dos *inacusativos*, AI não é c-selecionado (isto é, selecionado de acordo com a sua categoria), e nem sempre é s-selecionado: no caso do papel temático, tem-se, normalmente, um tema (paciente) – “o menos proeminente na estrutura temática de um verbo”, como salientam os autores. (Ex: **Chegou** o menino. **Morreu** um amigo dele. Um bandido **fugiu** daquela prisão).

Assim, as duas estruturas possíveis (equivalentes aos diagramas (19a) e (19b), dos autores, op.cit, p. 9) para os intransitivos *inergativos* e *inacusativos*, são, respectivamente:

(104)



Silva e Miotto (op.cit) arrolam alguns ‘testes’ para separar os verbos monoargumentais ²⁷ tipificados:

- a) somente os inacusativos podem entrar numa construção participial:
- (i) O João **nadou** muito. / ***Nadado o João**, resolvemos sair.
 - (ii) O João **chegou** cedo. / **Chegado o João**, resolvemos sair.
- b) No italiano, o verbo auxiliar ²⁸ **ser** (essere) liga-se a verbos inacusativos, enquanto que **haver** (avere) liga-se a inergativos e a cliticização pelo pronome, “ne”, só pode ocorrer se restar, retirado o núcleo do NP parcialmente, um elemento quantificacional (molte, tanti; ou numerais, como due, tre) – mas tal subextração só ocorre se o NP for um AI:

²⁷ Um outro teste, freqüentemente mencionado na literatura, para separar inergativos e inacusativos, seria a inserção do sufixo nominalizador agentivo -dor, o qual daria resultados satisfatórios somente com verbos do primeiro subgrupo: ex – trabalhar / trabalhador, nadar / nadador, saltar / saltador. Com os demais, os resultados seriam inapropriados – ex: chegar / (?) chegador, desaparecer / (?) desaparecedor, adoecer / (?) adoecedor.

²⁸ Seguindo análise de Silva e Miotto (2005:8), considerarei os auxiliares (verbos funcionais) como inacusativos, bem como os verbos de cópula (‘verbos de ligação’, na GT), visto que estes aparecem em estruturas cuja variedade “não é determinada pelo verbo em si, mas pelo tipo de complemento que o XP é” – considerando que eles não têm AE, podem estes aparecer em estruturas com diferentes AI: “A Maria parece triste” (AI = small clause) / “A Maria parece ter muitos amigos” (AI = INfP) / “Parece que a Maria tem muitos amigos” (AI = CP).

- (105) (i) a. Tanti ragazzi sono arrivati.
 b. Sono arrivati tanti ragazzi.
 c. Ne sono arrivati tanti.
 (somente AI de verbos inacusativos podem ser cliticizados por ‘ne’)
- (ii) a. Tanti ragazzi hanno lavorato.
 b. Hanno lavorato tanti ragazzi.
 c. * Ne hanno lavorato tanti.
 (os AE de verbos inergativos não podem ser cliticizados por ‘ne’)

A relação entre o arcabouço estrutural do verbo, a possibilidade de cliticização por ‘ne’, no italiano, e as estruturas clíticas de posse, então, seria que , fundamentalmente, *o clítico de posse funciona como o clítico “ne” com relação ao fato de só poderem alçar clíticos de um DP que funcione como AI (argumento interno) do verbo*; isso equivale a dizer que *o clítico de posse funciona como um teste para identificar o caráter de inacusatividade ou inergatividade dos verbos intransitivos a que se associa.*

A construção de posse ocorre com verbos *intransitivos* em 242 construções (equivalentes a 16,97% do corpus); nesse rol incluem-se verbos monoargumentais (considerados os “de ligação”, inacusativos e inergativos).

Entre os “intransitivos”, foram encontradas poucas ocorrências com verbos *inergativos* (verbos *sair, ir, entrar, saltar*, entre outros); “sair” é o mais freqüente, seguido de “ir”, em estruturas aparentemente cristalizadas do tipo “ir à(s) mão(s)” ou “ir ao(s) pé(s). Vejamos algumas ocorrências:

- (106) a. “Como entendo que todas / quantas cartas tenho a V mce escrito /
 nenhũa **lhe terá hido a mam** lhe quero significar miseravel estado emque
 me acho para que V mce se compadesa de mim.” (Minas Gerais, 1758,
 cartas pessoais / Acervo Barão de Camargos)

b. “Executada a operação, **saltou-lhe da cabeça**, vestida e armada com lança e égide, sua filha, a grande deusa Atena....” (XXI)

Nota-se que o NP/DP com papel semântico de “possuído” aparece dentro de um sintagma preposicional (ver capítulo III sobre a relevância dessa posição estrutural do NP).

Com os *inacusativos* (verbos *cair*, *fugir*, *chegar*, *nascer*, *desaparecer*, *morrer*, *falecer*, *evadir-se*, *adoecer*, *apodrecer*, *enternecer*, *perecer*, entre outros), construções de posse com clítico ocorreram com mais frequência e com um grupo maior de verbos, embora tenha havido bastantes repetições de alguns deles (*nascer*, *morrer*, *chegar*, *fugir* e *cair* são os mais frequentes).

Vejam-se algumas dessas ocorrências abaixo:

(107) a. “E posto se disfarce com a assignatura de Zumba nelle / (...) parecendo – nos que por isso quis escrever - Zurra // nelle – mas não **lhe chegou a tanto a língua** – com tudo não deixa de ser desengraçada peça do author...” (BA, XIX)

b. “...tenho a dizer-lhe que fino sou mesmo, pois não me julgo da grossura do senhor Pedreira, que mimoseou-me com os epithetos que **lhe vieram á mente** na ocasião.” (BA, XIX)

c. “Oito dias depois fui eu com minha família á / rua do Ouvidor comprar fazendas de luto (pois / que **morreo-me um parente**, de febre amarella)/ seriao 9 horas da noute, quando muito, e já por /aquella rua tão freqüentada, transitavão os im-/mundos tigres derramando por todo a parte hum / cheiro tão nauseante...” (RJ, XIX)

Vejamos a distribuição das construções de posse com clíticos em que estes acompanham verbos intransitivos no eixo do tempo (quadros com as ocorrências encontram-se como anexo ao final desta tese) – lembremo-nos de que, das 242 estruturas com intransitivos, apenas 75 apresentam clíticos:

QUADRO IV

Especificação das construções clíticas com verbos intransitivos no eixo do tempo

Século	Inergativos	Inacusativos
XVII : 37/58	16 ocorrências: chorar (1), faltar(1), assistir(1), mamar (1), sair (4), tirar por NP (2), ir (4), pegar (2),	21 ocorrências: apodrecer (1), nascer (3), perecer (1), morrer(3), enternecer(1), cair(3), arrasar(1), aparecer(1), vasar(1), gorar(1), correr(1), amanhecer (2), ser(2),
XVIII: 05/42	03 ocorrências: ir (1), entrar (2)	02 ocorrências: correr (1), privar (1)
XIX: 20/114	04 ocorrências: sair (3), faltar(1),	16 ocorrências: vir(2), chegar(1), falecer(1), fugir(5), nascer(2),cair (3), morrer(1), tornar-se(1)
XX: 09/16	03 ocorrências: soar (1), bater (1), ser (1)	06 ocorrências: cair (1), fugir(1), pesar(1), sofrer (1), vir(2)
XXI: 04/12	04 ocorrências: saltar (2), passar (1), correr (1)	
Total: 75	30	45

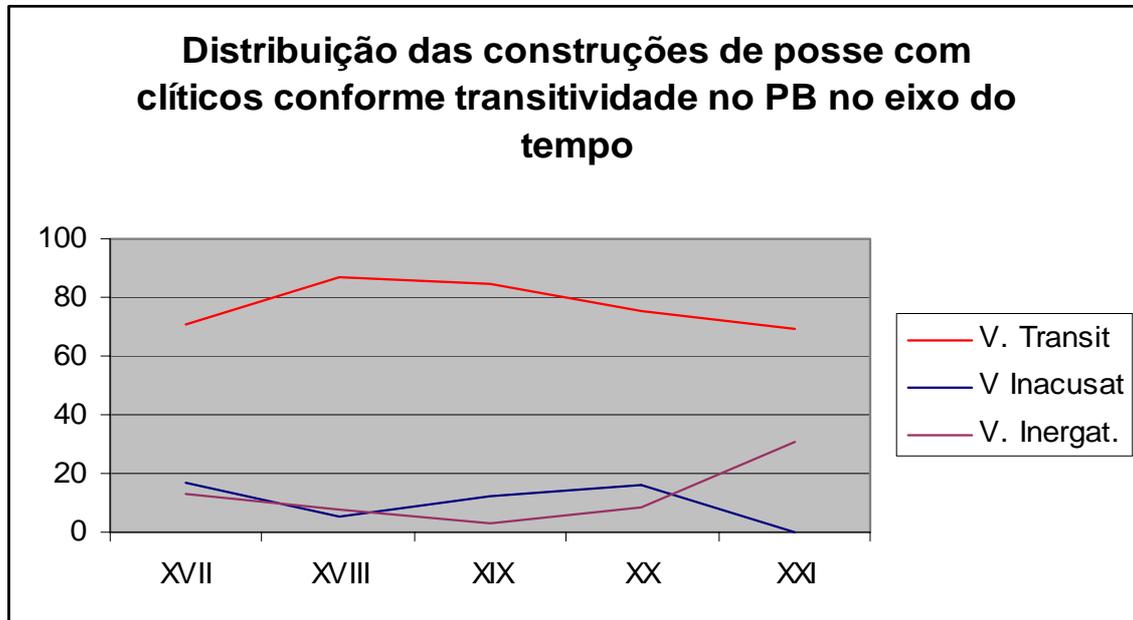
A configuração das ocorrências com clíticos de posse envolvendo verbos intransitivos, em contraste com as construções transitivas, conforme os escores acima seria:

TABELA XXVI

Distribuição das construções com clítico conforme transitividade verbal

Século	V. Transitivos	V. Inacusativos	V. Inergativos	Const.com clítico
XVII	88/125 70,4%	21/125 16,8%	16/125 12,8%	125 /300
XVIII	33/38 86,8%	2/38 5,3%	3/38 7,9%	38/ 183
XIX	113/133 85%	16/133 12%	4/133 3%	133/560
XX	28/37 75,7%	6/37 16,2%	3/37 8,1%	37/149
XXI	9/13 69,2%	0/37	4/13 30,8%	13/234
Total	271/346 78,3%	45/346 13,0%	30/346 8,7%	346/1426

GRAFICO XVI



O gráfico acima reafirma o que o gráfico XI havia evidenciado – o declínio de frequência de construções com clíticos de posse vinculados a verbos transitivos, o que corrobora a hipótese de seu desaparecimento iminente do sistema, visto que as construções transitivas sempre foram as mais frequentes com alçamento do clítico de posse.

Por outro lado, note-se um pequeno acréscimo em relação às construções no século XXI – as quatro construções apresentaram verbos inergativos, com o clítico alçando de um PP – dado o pequeno número de ocorrências, fica difícil generalizar, afirmando, por exemplo, que não se usam atualmente clíticos de posse com verbos inacusativos.

Avaliada a ocorrência dos clíticos com verbos inergativos, a conclusão é que estes últimos, uma vez que não têm argumento interno selecionado, acabam

por desfavorecer a cliticização, que se torna possível, porém, desde que a partir de um PP. A ocorrência de clíticos de posse é, então, uma estratégia eficaz para a distinção dos verbos inergativos do PB.

2.6.6 – Aspectos Semânticos do Verbo:

Observando o percurso de mudança da construção clítica de posse, constata-se que a explicação da motivação para a cliticização do possessivo consiste numa interface entre os módulos **sintático** (operações necessárias para alçamento do clítico – ver capítulo III) e **semântico** (dada a relevância de aspectos como a distinção entre tipos semânticos dos verbos que permitem e / ou (des)favorecem o alçamento do clítico, bem como suas relações de subcategorização de complementos).

Berlinck (1996) apresenta uma classificação semântico-sintática dos verbos do PB, tanto em **estruturas transitivas** quanto em **estruturas intransitivas**. No primeiro grupo, estariam os verbos de **transferência material** (ex: “dar”), de **transferência verbal ou perceptual** (ex: “dizer”), de **movimento físico** (ex: “dar”) e de **movimento abstrato** (ex: submeter) – destes, a autora *enfoca a posse clítica com verbos do terceiro subgrupo (movimento físico), e com NP definido* (ex.31, p.135):

- (108) a. “Eu queimei-**lhe** os cabelos.”
- b. “Maria limpou-**me** o casaco.”
- c. “Eu descasquei-**lhe** a laranja.

No segundo grupo, das estruturas intransitivas, haveria os verbos de **interesse** (ex: “obedecer”), de **movimento** (ex: “cair”) e de **sensação física ou**

emocional (ex: “sofrer”). Com os intransitivos, foi possível encontrar clíticos de posse com todos os subgrupos:

- (109) a. “Como entendo que todas / quantas cartas tenho a *vm ce escrito /* nenhuma **lhetera hido a mam**, lhe quero significar miseravel estado emque meacho..” (XVIII)
- b. “Então para que talha carapuças que tão ajus|tadas **lhe** cahem sobre a cabeça.”(XVIII)
- c. “Não **me sofre** assim o coração que me deixe assim ultrajar.” (XX)

Dentre os verbos do primeiro grupo das “estruturas intransitivas”, Berlinck distingue os **de interesse** e os de **sensação física ou emocional**, levando em consideração o tipo de envolvimento voluntário (ex: aderir) ou involuntário (ex: doer), respectivamente, do referente do NP₁ (o sujeito) no processo descrito.

Na análise do corpus diacrônico, foram encontradas construções de posse com verbos típicos do primeiro grupo (como *assistir* e *obedecer*) com emprego de pronome possessivo e clítico de posse, em contextos que permitiriam a cliticização:

(110) a. “Porque **tendo assistido a sua** fabricação, sei o que prescrevo aos meus doentes e os seus efeitos não se fazem esperar.”

[...tendo lhe assistido a fabricação ..] (BA, carta de leitor, XIX)

b. “Quando a nova província do Paraná por considerações estranhas estivesse isempta da lei geral da politica dominante, “a conciliação” ainda assim força era **obedecer ás suas** conveniências peculiares, porque apenas largando das fochas da infância naturalmente merecia contemplação a seus hábitos.”

[...obedecer-lhe as conveniências...] (PA, carta de redator, XIX)

(111) a. “O mesmo fizeram os pais do ..., e como alguns Padres dizem, a mesma Santíssima Virgem, que **lhe assistiu ao nascimento**, o tomou em seus braços virginais, e consagrou a Deus.” (BA, XVII)

Vejamos, a partir dos quadros abaixo, os fatores semânticos dos verbos que poderiam ser condicionantes da ocorrência da estrutura em pauta. Ressalte-se que um mesmo verbo foi classificado em mais de um tipo semântico, considerando-se o enunciado global de que fazia parte. Atente-se para as sentenças abaixo:

- (112) a. Joana pôs a mesa. → movimento físico
 b. O apoio dele me pôs sobre os pés novamente. → movimento abstrato
 c. Pus-lhe aos pés o meu carinho. → movimento abstrato

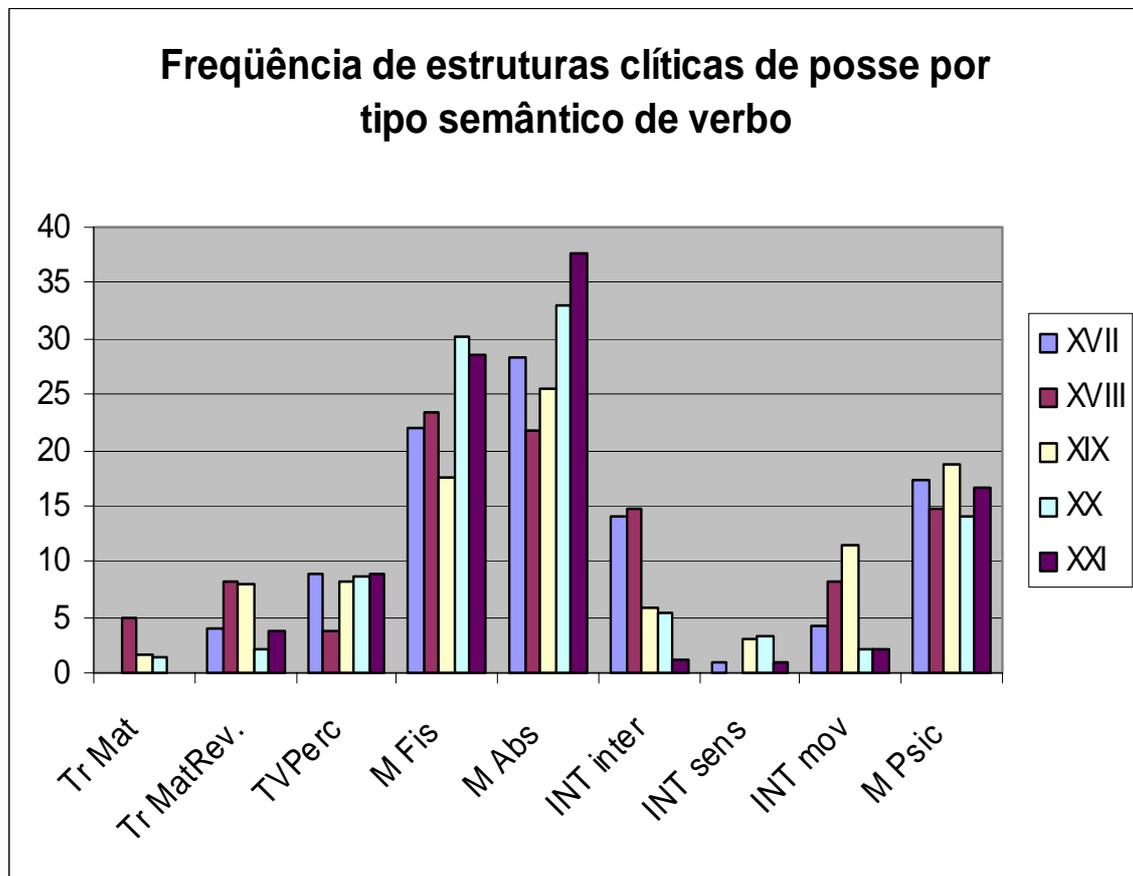
O gráfico abaixo retrata a ocorrência de estruturas clíticas com cada tipo semântico, a saber: verbos de transferência material, de transferência reversa ou verbal e perceptual; de movimento físico, abstrato ou psicológico; e intransitivos (de interesse, de sensação e de movimento). Em seguida, utilizando dados da tabela a seguir, três outros gráficos tentam refinar a correlação entre construção clítica e tipo semântico de verbo:

TABELA XXVII

Distribuição das construções clíticas de posse conforme tipo semântico de verbo

	XVII	%	XVIII	%	XIX	%	XX	%	XXI	%
Tr Mat	00	0	09	4,92	09	1,61	02	1,34	00	0
Tr.Mat.Rev	12	4	15	8,2	45	8,03	03	2,01	08	3,85
Tr V. Perc	27	9	07	3,82	46	8,2	13	8,72	21	8,97
Mov Fis	66	22	43	23,6	98	17,5	45	30,2	66	28,63
Mov Abs	85	28,3	40	21,85	143	25,54	49	32,87	88	37,61
INT inter	42	14	27	14,75	33	5,89	08	5,39	05	1,28
INT sens	03	1	0	0	17	3,06	05	3,36	02	0,85
INT mov	13	4,3	15	8,2	64	11,42	03	2,01	05	2,14
Mov Psic	52	17,4	27	14,75	105	18,75	21	14,1	39	16,67
Total		300		183		560		149		234

GRÁFICO XVII



Pode-se constatar que havia, em maior ou menor escala, ocorrência de construção de posse com clítico com todos os tipos semânticos. No grupo dos *transitivos*, nota-se *declínio de construções clíticas com verbos de transferência material* e quanto aos *intransitivos*, *os de interesse apresentam perfil de mudança ao longo do tempo*, se considerarmos o declínio em freqüência de construções desse subtipo, sobretudo a partir do século XX.

Nunca houve, no período de tempo investigado, freqüência expressiva de construções clíticas com verbos intransitivos; quando ocorrem, normalmente se trata de verbos intransitivos de movimento, isto é, verbos inacusativos, como *fugir*,

chegar, ou inergativos, como *sair* e *ir*, como vimos – nesse caso, um pequeno grupo de verbos se repetia nas ocorrências, sem grande variabilidade.

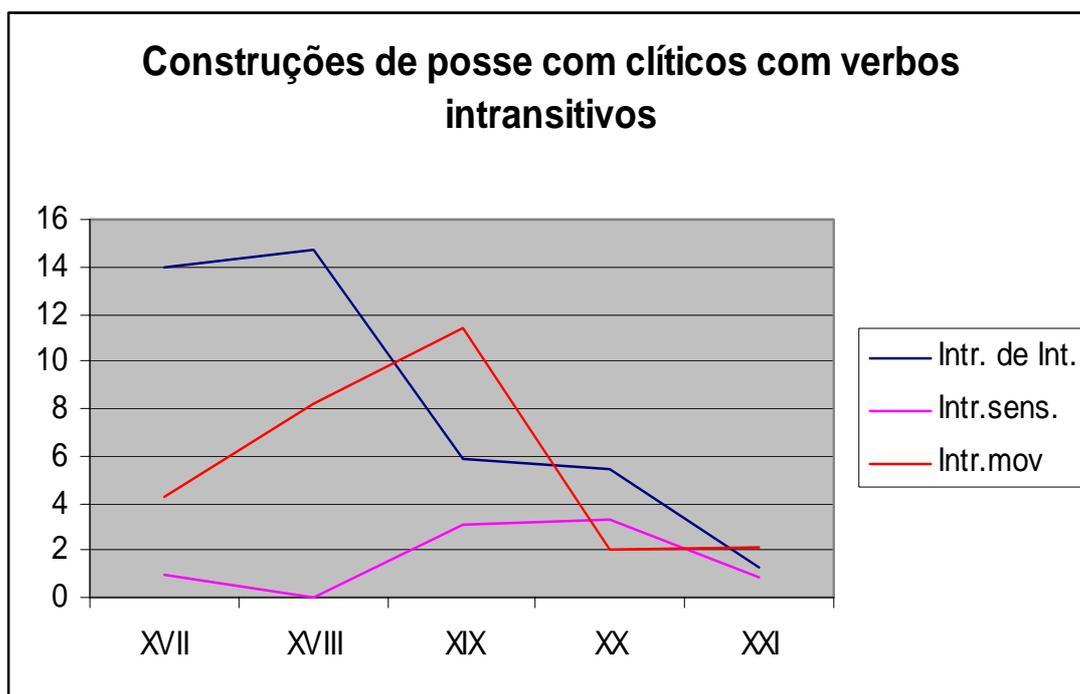
Vejamos o detalhamento dos dados por subtipo de verbo

TABELA XXVIII

Construção de posse com clítico com verbos intransitivos

	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
Intr. de Int.	14	14,75	5,89	5,39	1,28
Intr.sens.	1	0	3,06	3,36	0,85
Intr.mov	4,3	8,2	11,42	2,01	2,14

GRÁFICO XVIII



Nota-se que as estruturas clíticas de posse encontram-se em declínio de frequência com os intransitivos de interesse e de sensação. Apresentam uma certa

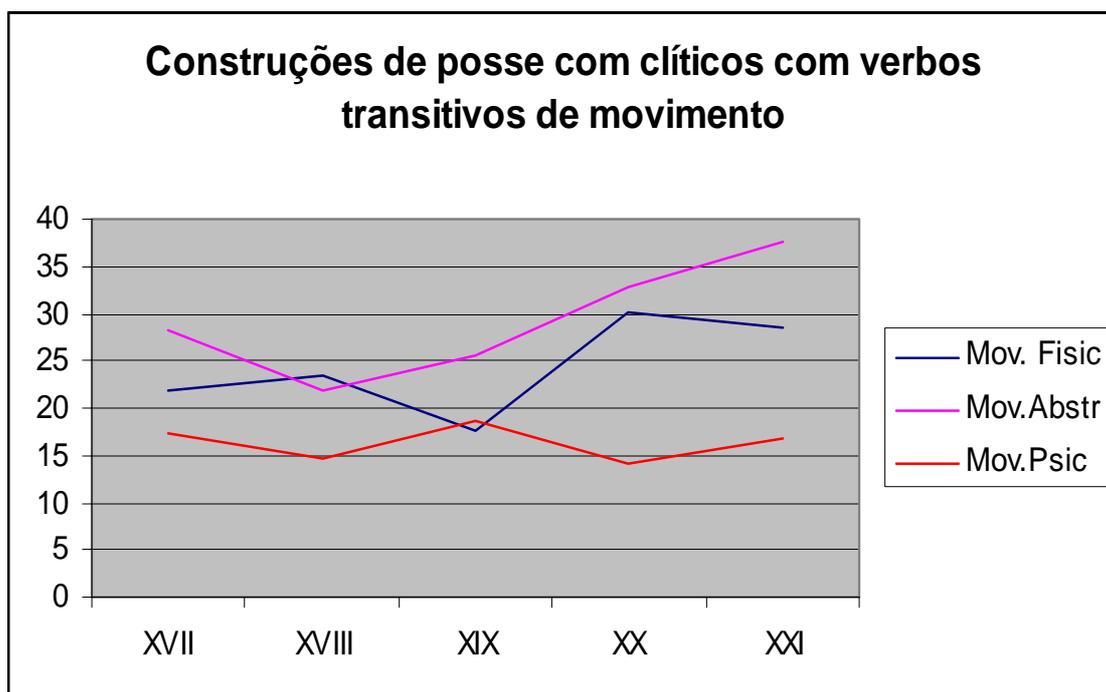
estabilidade com os de **movimento**, subtipo semântico que, de modo geral, favorece a cliticização.

TABELA XXIX

Construções de posse com clítico com verbos transitivos de movimento

	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
Mov. Físic	22	23,6	17,5	30,2	28,63
Mov. Abstr	28,3	21,85	25,54	32,87	37,61
Mov. Psic	17,4	14,75	18,75	14,1	16,67

GRÁFICO XIX



As estruturas transitivas sempre estiveram, no eixo do tempo, em linha ascendente. No entanto, à exceção dos verbos de movimento abstrato, nota-se que as construções com clíticos de posse começam a declinar em frequência também

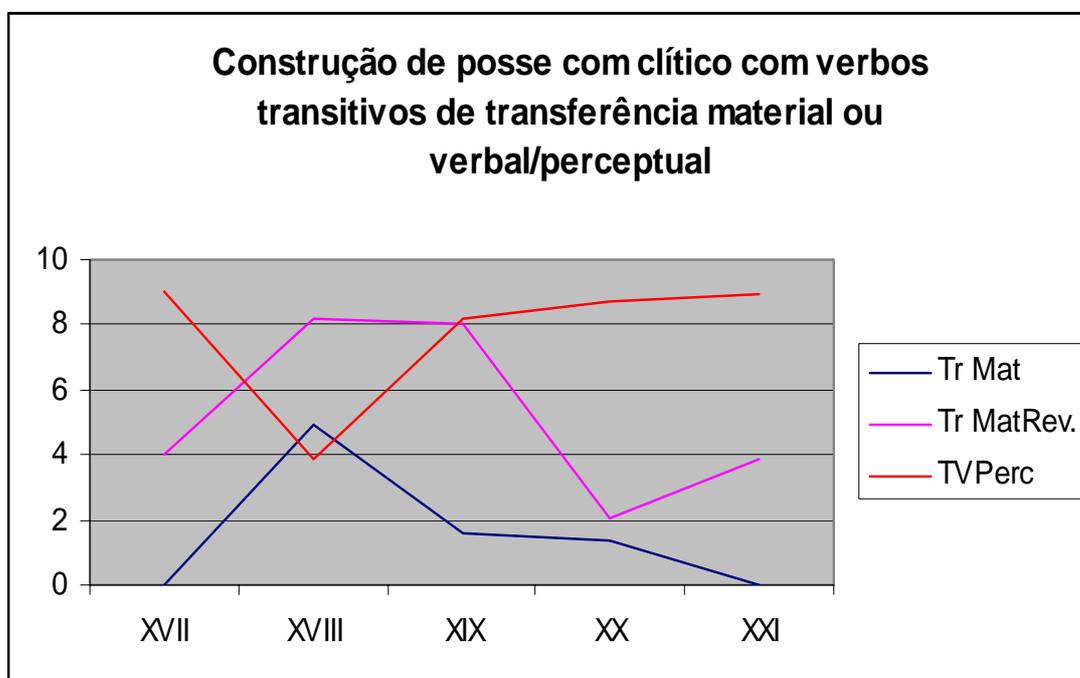
com os de movimento físico, subtipo que sempre funcionou como favorecedor de tais construções. Se, em estágios anteriores, além de numerosas, havia também grande variedade de verbos transitivos que apareciam com clíticos de posse, hoje se verifica uma queda na frequência dessa construção, independentemente do tipo de verbo a que se une o clítico.

TABELA XXX

Construções de posse com clítico com verbos transitivos de transferência

	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
Tr Mat	0	4,92	1,61	1,34	0
Tr MatRev.	4	8,2	8,03	2,01	3,85
TVPerc	9	3,82	8,2	8,72	8,97

GRÁFICO XX



Dentre os verbos de transferência, os mais freqüentes, inesperadamente, foram os de transferência verbal e perceptual (ocorrências do tipo “ensinar-lhe os filhos”, “definir-lhe as causas”, “declinar-lhe o nome” (= da doença), entre outros). Os de transferência material, nos dados do XXI, não mais ocorrem com clíticos de posse. Os de transferência material reversa (ex: tirar, roubar, tomar, etc) apresentam uma curva de mudança (declínio na passagem do XIX para o XX), mas com leve retomada no século XXI.

2.6.7 – O fator pessoa do discurso

Vejamos as ocorrências abaixo:

(113) “Ótima a entrevista com Lars Grael. Aberta, sincera, frontal. E ainda **me tirou um grilo**...também não sei dar nó em gravata.” (Veja, carta de leitor, 14/01/04, p.30)

(114) “...e a penalidade aplicada pela vítima, como matar o ladrão, ou **cortar-lhe a mão**, a orelha ou dizimar sua família.” (Veja, carta de leitor, 21/04/04, p.26)

(115) “Não **nos** passa pela cabeça que talvez essa pessoa tenha trabalhado muito para chegar aonde está.” (Veja, Carta de leitor, 18/04/01)

Embora não tenha sinalizado como fator pesquisado, o levantamento quantitativo permitiu esboçar um contraste relativo à pessoa representada pelo pronome clítico: no eixo do tempo, em freqüência sempre superior aparece o clítico de 3ª pessoa (lhe/lhes), minimamente o de 2ª pessoa (te/vos) e o de 1ª pessoa singular (me) – rarissimamente, o de plural (nos) – com freqüência oscilando entre cerca de 1% (XVII) a aproximadamente 31% (XXI).

Nos dados diacrônicos do PB, constata-se prevalência do clítico *lhe*, cuja freqüência sempre foi elevada:

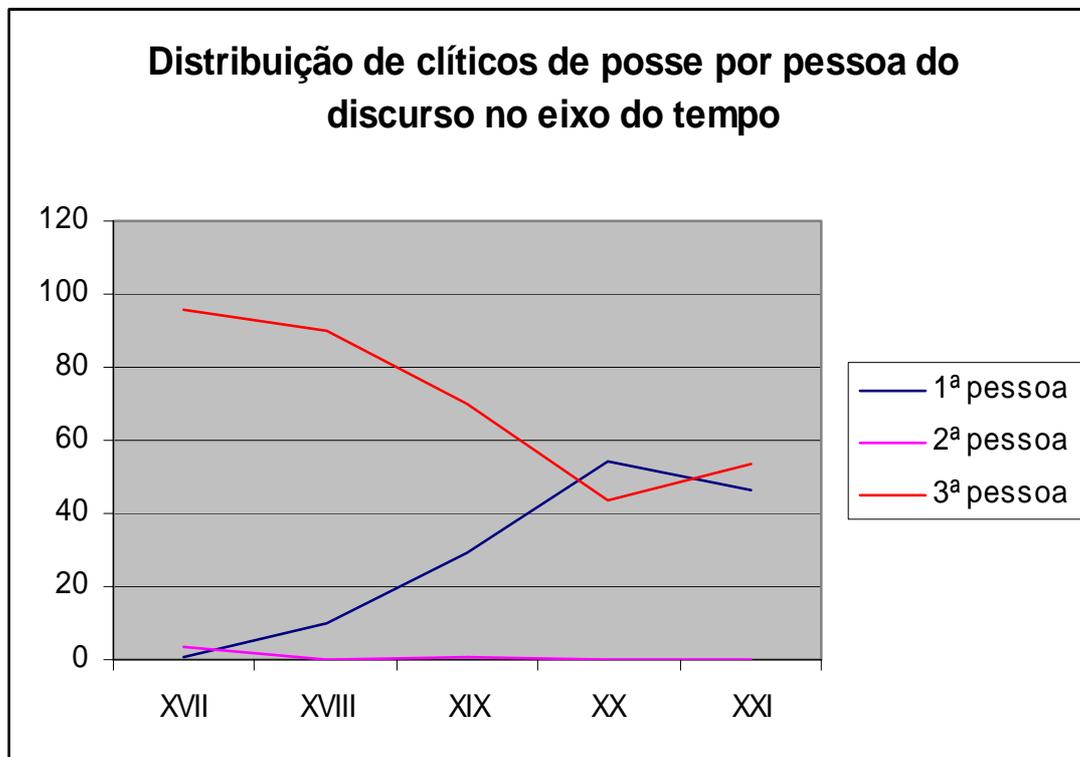
TABELA XXXI

Frequência dos Clíticos de Posse conforme Pessoa do Discurso

	XVII		XVIII		XIX		XX		XXI	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1ª pes. Sing. Me	01	0,91	03	10,34	24	19,68	16	43,24	04	30,8
2ª pes.sing Te	01	0,91	00	00	00	00	01	2,7	00	00
3ª pes.sing / plural – Lhe(s)	105	95,46	26	89,65	85	69,67	16	43,24	07	53,8
1ª pes.plural Nos	00	00	00	00	12	9,83	04	10,82	02	15,4
2ª pes.plural Vos	03	2,74	00	00	01	0,82	00	00	00	00
Total	110		29		122		37		13	

Somando as ocorrências por pessoa, tem-se o seguinte gráfico:

GRÁFICO XXI



Os dados mostram que “me” e “lhe” são, no PB atual, os mais freqüentes a aparecerem na expressão de posse (84,62 %).

Observe-se, também, aqui, uma questão pertinente quanto à referência do clítico, o que condicionará a ocorrência da construção externa de posse: a necessidade da disjunção entre a referência do DP / NP sujeito e do DP do qual alçará o clítico (ou seja, não há “reflexividade” nas estruturas clíticas de posse, possível com possessivos: “**Eu** machuquei o **meu** pé.”/ * Eu machuquei o pé **de mim**.), também com as construções de posse o paradigma é incompleto, como se pode constatar abaixo:

- (116) a. Não posso conspirar a imagem **de meu pai**.
- b. Não **lhe** posso conspirar a imagem.
 (sujeito e clítico de referências distintas)
- c. Não ocultarei o **meu** nome.
- d . * Não **me** ocultarei o nome.
 (sujeito e clítico correferentes)

Nesses casos, o clítico passa instantaneamente a ter um valor de dativo temático e se perde a leitura possessiva: “Eu **me** feri no ombro.” – em que o clítico exerce papel de argumento do verbo.

Questões referentes à perda da distinção entre as pessoas (enfraquecimento de concordância / perda de marcação de traços de pessoa e número) e as conseqüências para o declínio da construção de posse com clíticos serão abordadas no capítulo III, quando trato da reanálise ocorrida no PB.

2.7 – Os testes:

Partindo da constatação de que a construção com clíticos de posse subsiste no PB, mas em caráter residual (como atestam os 5,5% de sentenças encontradas), a comparação efetivada entre estas três estratégias de expressão de posse corrobora a tese de que a forma vitoriosa é o uso de [de NP], que superou inclusive o uso de pronomes possessivos, com os quais “competiu” de forma acirrada até o XIX.

No período inicial pesquisado (século XVII), a forma clítica utilizada para expressão de posse apresentava frequência superior ao uso de pronomes e de sintagmas preposicionados e sofreu declínio constante no eixo do tempo - isso se comprova em trabalhos recentes sobre a expressão de posse no PB.

Trabalhando com corpus oral, Neves (2002: 149-212) afirma que “a relação chamada possessiva [“possuído” sempre de 3ª pessoa (substantivo) e “possuidor” de qualquer uma das pessoas do discurso] constitui uma relação pessoal que, no grupo nominal (GN), se estabelece entre o núcleo (isto é, um nome) e outra pessoa à qual se refere o elemento possessivo. Esse elemento instrui a recuperação dessa pessoa, seja no texto, seja na situação” (p.152). Em seu corpus aparecem as construções [NP de NP], [NP dele], [NP de você], [NP seu/sua] - não há, sequer, menção à construção com clítico de posse, uma vez que ela não se instanciou nos dados (corpus oral, coletado em entrevistas com falantes escolarizados, com 3º grau completo), o que evidencia que a mesma não é espontaneamente produzida ou interpretada mesmo por falantes escolarizados.

A respeito dos resultados obtidos em diálogos entre dois informantes (D2 – SP), em que predominou o uso da estratégia *de + pronome*, afirma que

“Os resultados revelaram que todas as 49 ocorrências (15 *seu* e 34 *dele*) se referem ao possuidor + humano, o que não permite conclusão sobre o peso dessa variável. O exame apenas indicou que os possessivos de 3º pessoa se usam maciçamente com possuidor + humano e que, com esse tipo de possuidor, há preferência pela forma *dele*. (...) A forma *dele* oferece-se, obviamente, como mais explícita do que o pronome possessivo, já que exibe o gênero e o número do “possuidor”, fornecendo instrução mais específica para sua recuperação, ou encarecendo a informação de que o gênero e/ou o número do “possuído” são pertinentes.(...) A ausência do referente textual no mesmo turno em que ocorre a forma possessiva e a distância entre a forma possessiva e o referente textual podem, em outros casos, explicar a opção por essa forma que traz maiores informações para a referenciação”. (p.159)

Partindo da hipótese de que, assim como a posse por [a NP], as construções de posse com clíticos *não mais fazem parte do sistema do PB atual* e, como a aprendizagem (escolar) dos demais clíticos utilizados na modalidade padrão, trata-se de “aquisição tardia” (cf. Duarte 1989, sobre o uso de clíticos acusativos), apliquei um teste a 69 alunos do Ensino Médio (rede particular de Belo Horizonte) e 36 do Ensino Superior (8º período do Curso de Letras, PUCMinas, Unidade Betim).

As duas versões dos testes aplicados encontram-se como anexos, ao final desta tese.

Passemos aos resultados, os quais serão sempre indicados em dois grupos: 69 alunos do Ensino Médio (grupo I, com idades variando entre 17 e 19 anos) e 36 do 8º período do Curso de Letras (grupo II, com idade superior a 20 anos), ambos retratando segmentos finais dos respectivos cursos.

Antes, porém, veja-se o que indica cada variante apresentada nos quadros-síntese:

a) [a NP] sem indicação de posse:

Ex: (i) “...achar uma saída que garantisse **a ele(a) sua** sobrevivência.”
(Grupo I) - (note-se a presença de a NP, sem indicação de posse (é OI), o que se confirma pela presença do possessivo “sua”).

(ii) “...achar uma saída que garantisse a sobrevivência **a ela** (anglo-holandesa)” (Grupo I)

(iii) “...a cura do mal que **a ele** tirou a vida.” (Grupo I)

(leitura ambígua entre possessivo ou dativo *commodi incommodi*)

b) [de NP]

Ex: (i) “...achar uma saída que garantisse a sobrevivência **da** nova empresa.” (Grupo I)

(ii) “achar uma saída que garantisse a sobrevivência **dela**.” (Grupo I)

(i) “... a baixar o facho **do mesmo**.” (Grupo I)

c) Ø (categoria vazia)

Ex: (i) “...fazendo com que **as Ø habilidades** sejam desenvolvidas ao máximo limite.” (Grupo I)

(ii) “...que talvez venha a diminuir **o Ø** facho.” (Grupo I)

(iii) “...de uma saída em que **a Ø** sobrevivência estivesse garantida.”
(Grupo I)

d) [em NP] - (somente com o verbo **desenvolver**)

Ex: (i) “...desenvolvendo **nele** as habilidades ao extremo.” (Grupo I)

(ii) “...e ela se estourou **na** cara com as denúncias.” (Grupo I)

(iii) “...desenvolvendo **neste** as habilidades ao maximo limite.” (Grupo II)

e) [para NP] - (sem conotação de posse)

Ex: (i) “...propôs compra (sic) a liberdade **para ela**”. (Grupo I)

f) NDA (nenhuma das construções de posse equivalentes; trata-se de outras estruturas sintáticas)

Ex: (i) “...achar uma forma para sobreviver.” (Grupo I)

(ii) “...a cura do mal que fez com que perdesse a vida.” (Grupo I)

(iii) “...achar uma maneira de se soerguer.” (Grupo I)

g) clítico + outro verbo (na qual há, verdadeiramente, criação com o clítico de posse)

Ex: (i) “Descobrir o potencial de cada indivíduo, **praticando-lhe os dons** com o maior aproveitamento.” (Grupo I)

(ii) “...o que supostamente **lavou-lhe** a pele.” (Grupo I)

(iii) “...e ela **arremessou-lhe** na cara.” (Grupo II)

h) repetição do mesmo clítico (simplesmente, com troca da posição do clítico da estrutura modelo, de proclítico para enclítico ou vice-versa)²⁹:

Ex: (i) “ a cura do mal que **tirou-lhe** a vida.” (Grupo I)

(ii) “...que supostamente **clarearia-lhe** a pele e...” (Grupo II)

(iii) “...a **lhe baixar** o facho.”

²⁹ Note-se, inclusive, que tanto a estrutura (i) quanto a (ii) são inaceitáveis segundo as prescrições da GT.

i) uso de pronome possessivo:

Ex: (i) “...achar uma saída que garantisse **sua** sobrevivência.” (Grupo I)

(ii) “...talvez venha a baixar o **seu** facho.” (Grupo II)

j) redobro: clítico + qualquer outra forma de indicação de posse – vejam-se as duas estruturas encontradas:

(i) “... achar uma saída que **lhe** garantisse a sobrevivência **dela**.” (Grupo II)

(ii) “...e ela **lhe** estourou **na** cara.” (Grupo II)

(ii) “...a cura do mal que **lhe** dar (sic) brilho **na** pele.

O teste compunha-se de três partes – duas de múltipla escolha e uma (com sete sub-itens) de interpretação / produção de sentença, cujo formato foi o seguinte:

2) Atente para as sentenças dadas. A seguir, reescreva apenas os trechos destacados, **de forma equivalente**:

a) “Espremida pela concorrência dos vizinhos e tendo de carregar uma planilha de custos entre as menos competitivas, a anglo-holandesa, formada em 1999 a partir da fusão da British Steel e da Koninklijke Hoogovens, precisava **achar uma saída que lhe garantisse a sobrevivência**.” (Época nº218, 22 de julho de 2002, p.78)

Os resultados dos respondentes adolescentes (Ensino Médio) são apresentados a seguir:

QUADRO V

Resultados de testes de interpretação / produção de sentenças com clíticos de posse: Grupo I – jovens (17-19 anos) – Ensino Médio (69 alunos)

Estratégias	A NP (sem indicação de posse)	Redo bro	de NP	Ø marcador Vazio	Pronome Possessivo	NDA (Nenhuma das constr. Posse	Para NP	Em NP	Clit + outro verbo	Repetição mesma estrutura
Sentenças:										
a) “achar saída que lhe garantisse a sobrevivência”	09 13%	00	07 10,1 %	11 15,9 %	31 44,9 %	09 13%	00	00	02 2,9%	00
b) .. desenvolve ndo-lhe as habilidades	02 2,9%	00	07 10,1 %	06 8,7%	44 63,7 %	04 5,8%	00	03 4,3%	02 2,9%	01 1,4%
c) “..que lhe tirou a vida...”	01 1,4%	01 1,4%	15 21,7 %	02 2,9%	27 39,1 %	17 24,6%	00	00	03 4,3%	03 4,3%
d) “...supostamente lhe clarearia a pele	00	01 1,4%	18 26%	08 11,6 %	29 42%	12 17,3%	00	00	00	01 1,4%
d’) “..propôs comprar-lhe a liberdade”	02 2,9%	00	16 23,1 %	01 1,4%	37 53,6 %	12 17,3%	01 1,4%	00	00	00
e) “...venha a baixar-lhe o facho...”	02 2,9%	00	20 29%	05 7,2%	37 53,6 %	05 7,2%	00	00	00	00
f) “..e ela estourou-lhe na cara.”	01 1,4%	00	16 23,1 %	06 8,7%	27 39,1 %	19 27,5%	00	00	00	00
Total: 483	17 3,5%	2 0,4%	99 20,4 %	39 8%	232 48%	78 16,1%	01 0,2%	03 0,62%	07 1,4%	05 1%

A construção preferida nos testes foi o pronome possessivo (48% das respostas). A segunda opção preferencial foi [de NP], com 20,4%. Aqui já se observa uma divergência em relação aos dados diacrônicos: a preferência por pronome possessivo ³⁰. Por que isso teria ocorrido? É possível que os alunos, na escrita, tendam a adotar uma forma mais conservadora, associando [de NP] a um registro mais informal.

As construções menos preferidas foram [para NP], com 0,2%, redobro (0,4%) e [em NP], com 0,62%, seguido da repetição da mesma estrutura (1%) e [a NP], com 3,5%. O fato de terem ocorrido construções que não são paráfrases, como [em NP] e [para NP] evidenciam que o falante já não é capaz de interpretar a seqüência testada. Tal resultado corrobora a hipótese de que a construção de posse com clítico é uma mudança em fase de completação. Assim, o fato de redobro e [a NP] terem sido as menos preferidas confirma nossas expectativas iniciais.

O quadro a seguir apresenta os resultados dados às mesmas questões por falantes adultos.

³⁰ Silva (1984, apud Cerqueira, 1993:130) estudou a distribuição das formas possessivas de 3ª pessoa *dele /seu* e constatou a superioridade absoluta da primeira forma (75,0%) no registro oral; no corpus escrito, o menor percentual (5,4% deste PP) foi encontrado em jornais, que buscam aproximar-se ao máximo da norma padrão.

QUADRO VI

Resultados dos testes de interpretação / produção de sentenças: Grupo II – adultos (acima de 20 anos) Ensino Superior (36 alunos)

Estratégias	A NP (sem indicação de posse)	Redo bro	de NP	Ø (marca dor Vazio)	Pronome Possessivo	NDA (Nenhuma das constr. Posse)	Para NP	Em NP	Clit + outro verbo	Repetição mesma estrutura
Sentenças:										
a) “achar saída que lhe garantisse a sobrevivência”	00	01 2,8%	01 2,8%	04 11,1%	18 50%	07 19,4%	00	00	01 2,8%	04 11,1%
b) “..desenvolvendo- lhe as habilidades”	00	00	02 5,6%	05 13,9%	16 44,4%	05 13,9%	00	05 13,9%	00	03 8,3%
c) “..que lhe tirou a vida...”	00	00	02 5,6%	00	12 33,3%	15 41,7%	00	00	00	07 19,4%
d) “...supostamente lhe clarearia a pele	00	00	02 5,6%	04 11,1%	16 44,4%	09 25%	00	00	01 2,8%	04 11,1%
d) “...propôs comprar- lhe a liberdade”	00	00	02 5,6%	0	20 55,6%	10 27,8%	00	00	00	04 11,1%
e) “...venha a baixar- lhe o facho...”	00	00	00	02 5,6%	24 66,7%	05 13,9%	00	00	00	05 13,9%
f) “..e ela estourou- lhe na cara.”	00	01 2,8%	05 13,9%	06 16,7%	16 44,4%	06 16,7%	00	00	00	02 5,6%
Total : 252	00	02 0,8%	14 5,6%	21 8,3%	122 48,4%	57 22,6%	00	05 2%	02 0,8%	29 11,5%

Note-se que os resultados relativos ao emprego de clíticos de posse foram baixos (0,8%), mesmo se consideradas estruturas com a repetição do mesmo clítico, em posição diferente da que se encontra no enunciado; por outro lado, os índices de emprego de pronomes possessivos (apesar de geradores de ambigüidades percebidas pelos próprios alunos, haja vista que alguns sinalizaram

tal fato: um deles, do 3º ano, escreveu “...desenvolvendo **suas (do indivíduo)** habilidades ao máximo limite”) superaram – 48,4% –, assim como no grupo I, os de emprego de sintagma preposicionado [de NP]. Houve utilização de outros PP, como [em NP], no entanto com escores marginais. A seguir, vem o *uso de estruturas que não correspondem à idéia de posse veiculada na sentença* – o que registrei na coluna NDA, que ficou com 22,6% das respostas.

Nos dois segmentos (grupos I – ensino médio e II – ensino superior) – nos testes de produção de sentenças, há um índice elevado de sentenças em que não há expressão da idéia de posse. Além disso, as ocorrências “NDA” alcançaram um escore bem significativo (de 735 estruturas analisadas, correspondem a 135 – 18,37%), não puderam ser consideradas (para efeito de construção do gráfico XVII), visto que nelas não se expressa posse – na verdade, considero-as relevantes como “estratégias de esquiva” (especialmente freqüentes no grupo II, de alunos do curso superior): por não entenderem exatamente a função do clítico, os alunos utilizavam outras estruturas, que julgavam aproximar-se daquelas dadas.

Quanto às questões (1) e (3), de interpretação do valor do clítico de posse, os resultados obtidos com os 105 alunos foram:

1) “...porque **me** caiu nas mãos um livro intitulado...” vemos o pronome oblíquo com uma função que se repete em:

- (a) Ele **lhe** puxou as orelhas por ter falado muito. → 36
- (b) Ele **me** relatou as experiências que viveu em Minas. → 33
- (c) Ele **nos** disse poucas palavras. → 02
- (d) Ele **te** era indispensável naquele momento. → 34

A resposta esperada era (a) – a taxa de acerto foi de 34,2%. Isso significa que 65,8% dos estudantes não conseguiram interpretar o clítico de posse. Note-se que

(b) e (c) são argumentos verbais, enquanto que (a) e (d) vinculam o clítico ao nome. Essa subclassificação dos enunciados da questão (1) permite ver que os 33,3% dos indivíduos testados não distinguem clíticos de posse e clíticos que recebem papel temático do verbo, ao passo que 66,7% conseguem recuperar o caráter nominal do clítico, ainda que não o relacionem a posse.

O resultado da questão (3) corrobora essa afirmação:

3) “Tudo isso **me** veio à cabeça ao ler o interessante livro do florentino Pietro Citati, chamado “Ritratti di Donne”

O **pronome destacado** na frase do exercício anterior exerce função de:

(a) complemento nominal → 20

(b) objeto direto → 18

(c) adjunto adnominal → 43

(d) objeto indireto → 22

opção (e), acrescentada por dois alunos (ensino médio): NDA → 02

Na questão (3), similar a (1), a opção (c), esperada, teve maior índice sozinha – 43 (40,95%), mas foram 62 marcações (59,05%) em outras respostas, incluindo-se 2 respostas na opção (e) – NDA – criada por alunos. Houve reconhecimento do caráter nominal do clítico, se considerarmos que 63 alunos – 60% – vincularam o clítico ao nome (seja como argumento ou adjunto), ainda que não lhe atribuíssem papel semântico de possuidor.

Isso evidencia que os alunos não chegam verdadeiramente a assimilar seja o comportamento dos clíticos argumentos verbais, de modo geral, seja dos clíticos adjuntos ou complementos do nome.

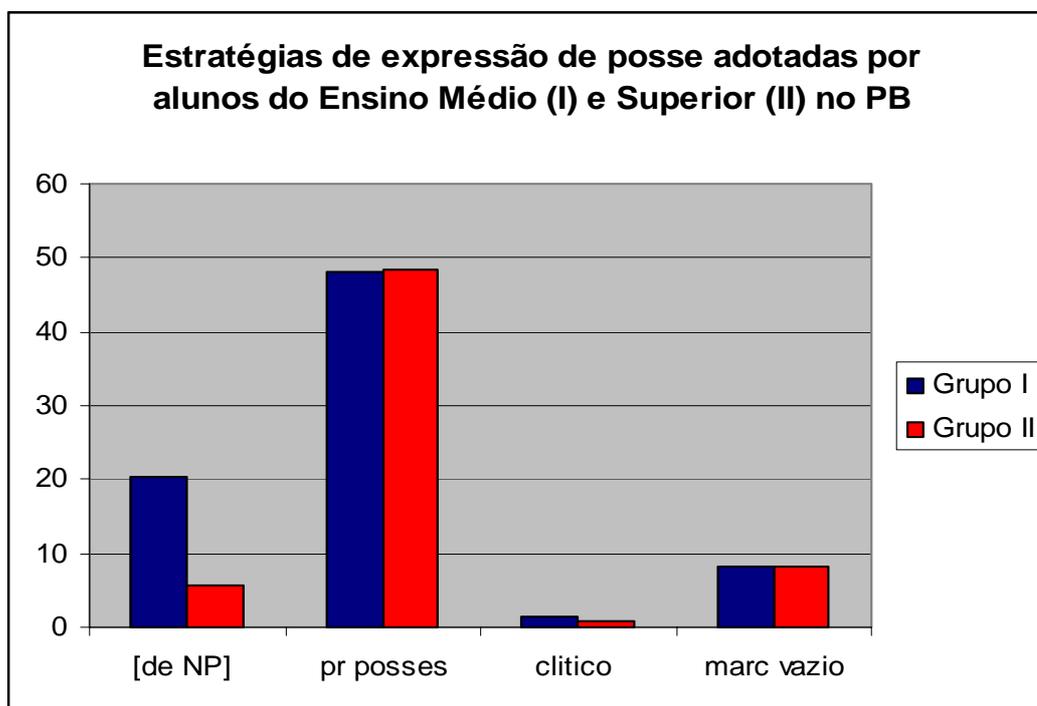
TABELA XXXII

Opções preferenciais de expressão de posse

Estratégia Ocorrências	[de NP]	Pronome Possessivo	Clítico + outro verbo	Categoria Vazia
Grupo I (E.M) 483	99 20,5%	232 48 %	07 1,4%%	39 8,1%
Grupo II (E.S) 252	14 5,6%	122 48,4%	02 0,8%	21 8,3%
Amostragem: 735	113 15,4%	354 48,2%	09 1,22%	60 8,2%

Diferentemente dos resultados obtidos na análise dos textos do corpus – mas em consonância com a análise de Silva (op.cit) relativa a corpus escrito –, o teste evidenciou maior tendência ao uso de pronomes possessivos, vindo a seguir a construção [de NP]. Em terceiro lugar, viriam construções com marcador vazio (que foi incluído no gráfico abaixo, embora não seja concorrente da construção clítica, mas como forma de evidenciar as tendências neste estágio sincrônico do PB). Particularmente interessantes foram as “estratégias de esquiva” que ocorreram, sob duas formas: uso de estrutura totalmente distinta (NDA), ainda que com perda da leitura possessiva; repetição do mesmo complexo clítico / verbo, mas em outra posição – se proclítico, passava a enclítico e vice-versa (34 ocorrências – 4,63%), ambas concentradas no grupo de alunos do 3º grau, o que contraria a expectativa de maior emprego conforme o grau de escolarização:

GRÁFICO XXII



Por fim, note-se – e este é o aspecto crucial a esta pesquisa – o quase desaparecimento da construção clítica de posse: ao todo, considerados os dois grupos, foram 09 estruturas (1,22%). A maior concentração de construções clíticas no ensino médio (07 em 09) condiz com a observação de que tais alunos estão mais sensíveis às prescrições da GT, uma vez que prestarão vestibular em breve.

Como o teste aplicado acabou por avaliar outros aspectos não desejados, tornou-se necessário testar nova amostragem, de uma forma mais específica. Foi o objetivo do novo teste, aplicado a 30 alunos do quinto período do Curso de Letras, com idade superior a 19 anos (PUCMinas, Unidade São Gabriel). Nele havia duas partes: uma de reconhecimento (múltipla escolha) e uma de produção de sentenças (completar lacunas), como se vê a seguir:

As sete questões que dizem respeito à interpretação tinham o seguinte formato:

- 1) Nas sentenças abaixo, retiradas da seção “Cartas de Leitor”, da revista Veja, assinale a **opção que melhor traduz** cada fragmento destacado:
- a) “Pensa no que deveria ter feito e deixou de fazer, e esses pensamentos não **lhes saem da cabeça.**”
- () ...esses pensamentos não saem da cabeça dela
- () ...esses pensamentos não saem da cabeça para ela

As oito questões que visavam a avaliar se o falante seria capaz de produzir construções com clítico de posse tinham o seguinte formato:

- 2) Complete as lacunas de modo que as duas estruturas fiquem equivalentes:
- a) Cortou os cabelos a Maria. = Cortou os cabelos

Vejam os resultados da primeira questão do 2º teste, no quadro a seguir. A resposta preferencial aqui, diferentemente do outro grupo de universitários, foi [de NP], com 60% das escolhas e a menos preferida foi [a NP], com 0,9%, o que corrobora as conclusões concernentes ao primeiro teste. O uso de [a NP] para possessivos é mudança completada – o que há são apenas resíduos.

QUADRO VII

Resultado de testes de interpretação de sentenças com clíticos de posse – Grupo III –
adultos – Ensino Superior (acima de 19 anos)

Estratégias:	[de NP]	[a NP]	[para NP]	Ø	Pron.possessivo
a) “...não lhe saem da cabeça”	29 96,7 %		1 3,3 %		
b) “...me tirou um grilo..”	6 20%				24 80%
c) “.. nos tome tanto tempo..”	8 26,7%				22 73.3%
d) “..lhe abrisse o crânio..”	27 90%		2 6.67%	1 3.3%	
d) “..saltou-lhe da cabeça..”	26 86.7%	2 6.67%		2 6.67%	
e) “..cortar-lhe a mão..”	30 100%				
f) “...saltaram-me aos olhos..”			3 10%	4 13.3%	23 76.7%
Total: 210	126 60%	2 0,9%	6 2,8%	7 3,3%	69 32,8%

Pode-se perceber, pelas respostas à questão (1), que os alunos reconhecem a idéia de posse em certos contextos – haja vista ao alto índice de respostas com pronome possessivo e [de NP], novamente endossando os resultados de Silva (op.cit) quanto ao uso predominante dos primeiros em detrimento de sintagmas preposicionados (sobretudo de + ele / ela).

No entanto, aparecem respostas surpreendentes, se observarmos marcações como: “tirar um grilo **de mim**” (aparentemente agramatical, mas opção de 6 alunos, 20%); “tome **de nós** tanto tempo” (maleficiário, 8 alunos, 26.67%); “..abrisse **para ele** o crânio..” (beneficiário, opção de 2 alunos, 6.67%) e “..saltou da cabeça **a ele**..” (também agramatical, foi escolha de 2 alunos, 6.67%). Houve, também aqui, a criação de “estratégias de esquiva”, visto não ter sido prevista a opção Ø (marcador vazio) em (d) e dois alunos terem recorrido a essa escolha, possivelmente por não terem compreendido a idéia de posse veiculada. Vejamos os resultados da 2ª questão:

QUADRO VIII

Resultados de teste de interpretação de sentenças com expressão de posse por [a NP] e clítico – adultos (acima de 19 anos) Ensino Superior (30 alunos)

Estratégias Sentenças:	A NP (sem indicação de posse)	Redo Bro	de NP	Ø (marca dor Vazio)	Prono me Possessi Vo	Para NP	Clítico	Outras estrutu ras
a) “Cortou os cabelos a Maria.”	3 10%		20 66.67 %			3 10%		4 ³¹ 13.33%
b) “Machucou-lhe o pé.”			28 93.34 %	1 3.33%				1 3.33%
c) “Ofereceu-lhe um ...” **	21 70%					8 26.67 %		1 3.33%
d) “Pintou-lhe .. a casa..”		1 (a ele... sua..) 3.33%	16 53.33 %	4 13.33%	6 20%	2 6.67%		1 3.33%
e) “..lavou a mão à criança.”			18 60%			7 23.33 %	2 6.67%	3 ³² 10%
f) “Ele me feriu os sentimentos..”					25 83.33%		5 (mesmo clítico, ênclise) 16.67%	
g) “Ele te alugou os ouvidos.”	1 3.33%				24 80%		5 16.67%	
h) “Desculpem-nos os transtornos.”	1 3.33%			4 13.33%	5 16.67%		18 (mesmo clítico, próclise) 60%	2 6.67%
Total: 240	26 10,8%	1 0,4%	82 34,3 %	9 3,7 %	60 25%	20 8,3%	30 12,5%	12 5 %

³¹ Outras estruturas encontradas: “Cortou os cabelos iguais aos de Maria (3) – por analogia, provavelmente, com expressões do tipo: “Usava roupa à (moda) Chanel. Cortou-lhe os cabelos Maria. (1) – em que o possuidor torna-se sujeito da sentença; isso denota incompreensão do leitor com relação à idéia de posse.

³² Determinado aluno do ensino médio, no primeiro teste, optou por substituir sempre todo o sintagma – possuidor + possuído por clítico acusativo – Ex: “Pintou-a” (em lugar de “Pintou-lhe toda a casa.” O mesmo ocorreu na aplicação dos testes a alunos do quinto período de Letras: considereis tais respostas como uso de “estratégia de esquivar”, que indica incompreensão do valor do clítico.

As construções preferidas foram as mesmas do primeiro teste: [de NP] e pronome possessivo. A diferença fica por conta dos clíticos: para os estudantes de Letras, a construção com clítico ficou em terceiro lugar, mas com um detalhe: a estratégia era empregar o mesmo complexo clítico/verbo, alterando a posição do clítico (se proclítico, passavam-no a enclítico e vice-versa): 28/30 (11,7%) – considero esta, também, uma “estratégia de esquiva”, que não demonstra ter o aluno compreendido o valor do clítico de posse.

Somente houve consenso na sentença (e) – “cortar a mão dele”, com unanimidade na interpretação de posse. Acredito que o contexto – “...como matar o ladrão ou cortar-**lhe** a mão, a orelha ou dizimar **sua** família.” – com a presença também do pronome possessivo, tenha contribuído para essa leitura inequívoca.

Os resultados na parte de produção de sentenças, questão (2) evidenciam que os alunos procuram estabelecer analogias para interpretação de [a NP] – equiparam tal sintagma a “à moda de” ou apenas o interpretam adequadamente quando dativo comum (letra (c)). No caso da letra (e), “.lavou a mão **à criança**”, [a NP] foi interpretado por 7 alunos como beneficiário (= para ela) e por 3 alunos como um comparativo ou objeto direto: “...tanto quanto a criança” (2), “lavou-a” (1). Isso aponta, também, para incompreensão do sintagma como possuidor.

A aplicação de testes como os dois utilizados por mim trazem uma desvantagem, visto que, por estarem verificando um mesmo conteúdo, uma resposta prévia pode “contaminar” o resultado (indicar uma opção) na questão seguinte, de produção. No entanto, como já salientei anteriormente, construções clíticas de posse não são produzidas espontaneamente – e mesmo numa situação de testagem escrita, portanto mais monitorada, somente 2 alunos (6,67%) utilizaram

clíticos (letra (e) – assim mesmo, alterando o sentido da sentença – “João lavou-lhe a mão à criança”, o que consistiria numa construção agramatical, atualmente). Os 23 casos restantes – letras (f), (g) e (h) representam estruturas em que os alunos simplesmente alteraram a ordem do clítico, o que, como afirmei, também caracteriza uma não-interpretação do clítico de posse.

Duarte (1989, apud Cerqueira, 1993) ³³ constatou que o clítico é, de modo geral, a opção menos utilizada pelos falantes (ocorrendo apenas em 4,9% das estruturas analisadas), além de evidenciar *a ausência absoluta de clíticos na fala dos jovens*, se considerados falantes da faixa etária de 15 a 17 anos. Embora eu não tenha pesquisado clíticos acusativos, seus resultados podem servir a um paralelo com os dados que obtive nos testes realizados com estudantes do ensino médio e superior (em grupos com faixa etária próxima à investigada por ela), os quais mostraram que *a maioria não relaciona, inicialmente, o clítico à idéia de posse, nem mesmo produzem, espontaneamente, sentenças em que esses apareçam.*

Após exposição a estruturas que os contenham, passam a fazer analogia entre o clítico e o pronome possessivo ou PP. Isso significa que, apesar do ensino escolar, não há verdadeira “assimilação” deste uso dos clíticos, o que equivale a dizer que os mesmos não constituem ‘dados salientes’ (nos termos de Lightfoot, 1991) sobretudo para os adolescentes e evidencia que *os clíticos já não fazem parte da sua gramática.*

³³ Duarte constata que as demais opções distribuem-se na seguinte ordem de preferência: pronome lexical, NPs anafóricos e categoria vazia; além disso, a ocorrência de NPs anafóricos e clíticos aumenta com a idade e a escolaridade. Endossando esses dados, Cerqueira (1993:139) afirma que “o clítico acusativo de terceira pessoa não faz parte da gramática inicial dos falantes do PB, sendo adquirido posteriormente” – e, pode-se afirmar, somente por um certo estrato de falantes do PB. Isso está em consonância com a hipótese de Kroch (ver cap.IV) de que pode haver assimilação de uma estrutura “estrangeira” pelo falante, se esta apresenta valor sociolinguístico ou sua frequência se prende a determinados contextos socialmente valorizados.

Os resultados tanto da análise do corpus diacrônico quanto da aplicação dos testes, numa visão sincrônica, permitem-me afirmar que *o uso de clíticos de posse indica uma mudança em fase de completção*, uma vez que a mesma encontra-se num status de uso passivo e bastante esporádico, encontrada apenas nos testes dos alunos de Letras, mesmo assim sem demonstrar terem estes apreendido o valor dos clíticos. Por outro lado, muitos dos alunos do Ensino Médio sinalizaram (com interrogações ao lado das estruturas ou explicitamente, ao final do teste) dificuldades de compreensão relativa ao valor dos clíticos destacados.

Com relação ao 1º teste, 60 dos 69 alunos (86,96%) emitiram algum comentário (espontâneo) acerca da tarefa. Em três casos (“Gostei”; “Normal”; “+ ou –”), não me pareceu haver reflexão sobre a atividade, visto serem comentários genéricos. No entanto, houve um conjunto de comentários significativos, em sua maioria apontando dificuldades na realização do teste. Por exemplo, uma aluna do 3º ano do Ensino Médio escreveu, ao final: “da questão 2 á (sic) 6 todos os pronomes lhe podem ser substituídos por sua e apesar de trabalharmos com esta matéria a (sic) muito tempo, ainda surgem dúvidas”; outro assinalou que “o exercício mostrou-me que o pronome oblíquo possui várias funções em determinadas situações, mas que pode facilmente ser substituído por outros pronomes” (embora tenha usado, três vezes [de NP] em substituição ao clítico em suas respostas); outro, de forma mais genérica, registrou que “esse diagnóstico é importante principalmente para a minha pessoa, pois não sou entendedor de pronomes oblíquos”; outro aluno salientou que “o exercício sobre função dos pronomes permite um maior aprendizado, já que nem sempre sabemos como utilizá-los de maneira adequada”. Por fim, um outro traduziu o que acredito ser o sentimento da maioria dos alunos nesta faixa etária: “Dúvidas: encontrar a

classificação do pronome. Necessidade: conhecimento para o vestibular”. Ressalte-se que apenas uma aluna demonstrou tranquilidade quanto ao exercício: “geralmente são usados [os pronomes oblíquos] como Adjunto adnominal ou complemento verbal, para evitar redundância, tornando-se assim de fácil identificação”.

2.8 - Conclusões:

Os dois subgrupos do corpus – dados diacrônicos e dados sincrônicos – evidenciam haver uma discrepância na preferência pela forma de expressão de posse no PB, no estágio atual: os primeiros apontam para uma prevalência absoluta de [de NP], enquanto os segundos, nos três grupos testados, indicam ser o pronome possessivo. Mas em um ponto ambos convergem: tanto diacrônica (5,55%) quanto sincronicamente, a opção pelos clíticos para expressão de posse é mínima (1,22% no primeiro teste, e 0,8% se considerarmos apenas as duas construções em que houve produção, e não as 28 restantes, em que apenas se alterou a ordem do clítico), o que corrobora nossa hipótese inicial de que estes são resíduos históricos, atualmente, portanto uma mudança em vias de completação.

Tendo em conta esses indícios, passaremos ao capítulo III, em que descreveremos a mudança gramatical vislumbrada a partir do levantamento de dados diacrônicos e confirmada com os dados sincrônicos, buscando explicitar-lhe as causas.

CAPÍTULO III

ANÁLISE FORMAL DAS CONSTRUÇÕES DE POSSE

Neste capítulo, apresento as diferenças formais entre a realização do possuidor através de [a NP] e [de NP] e clítico. Meus objetivos são apresentar uma descrição estrutural para cada construção, interrelacioná-las de modo a buscar subsídios que justifiquem a proposição de um fenômeno de reanálise capaz de explicar o perfil de mudança documentado no capítulo anterior.

Inicialmente explicitarei os pressupostos que orientarão a descrição estrutural das construções e as justificativas das propostas adotadas. Em seguida descrevo cada construção e, por fim, proponho a reanálise capaz de dar conta da queda de frequência de [aNP] indicador de posse no PB.

A teoria gerativa focaliza as diferenças interlingüísticas nos valores atribuídos a parâmetros específicos, acionados de forma diferente pelos falantes, com o passar do tempo. Minha análise vai-se desenvolver no quadro desta teoria, utilizando pressupostos da versão Princípios e Parâmetros e do Programa Minimalista.

3.1 – Pressupostos Teóricos:

A teoria gerativa parte do pressuposto básico de que a linguagem é uma capacidade humana inata, capacidade a que se denomina Gramática Universal (GU) por conter potencialidades em aberto, e não regras particularizadas a cada língua: essa concepção fundou uma versão anterior da Teoria Gerativa, denominada “Princípios e Parâmetros” (P&P), na qual se considera a UG como um repositório de princípios, sendo a variação interlingüística relacionada a certas opções quanto à aplicação destes.

Assim, todo ser humano nasceria com um sistema de princípios que lhe facultariam a aprendizagem da gramática (conjunto de regras específicas) de sua língua nativa (ou mesmo mais de uma língua), a partir da “sintonização” (ativação) de determinados parâmetros (estes é que, afinal, diferenciariam as línguas naturais), de acordo com o grau de exposição às sentenças gramaticais desta. Sintetizando,

Pode-se considerar, então, que a Gramática Universal consiste de certos princípios fixos e vários parâmetros abertos a serem fixados pela experiência lingüística particular do aprendiz: isto deriva os vários sistemas lingüísticos a partir da escolha de valores para os parâmetros. Pela exposição a um conjunto limitado de dados, uma criança é capaz de determinar toda a estrutura de sua língua.³⁴ (Giorgi & Longobardi 1991:7)

Certas condições operacionais e de licenciamento restringirão os movimentos de constituintes de cada língua, em consonância com os parâmetros especificados para a mesma. De grande importância para a compreensão da

³⁴ No original, “UG [Universal Grammar] can, thus, be considered to consist of a certain fixed principles and several open parameters to be set by the particular linguistic experience of the learner: it gives rise to the various linguistic systems through the choice of the values for the parameters. By means of exposure to a limited corpus of data, a child is then able to determine the whole structure of his or her language”.

aplicação e funcionamento de operações como adjunção e substituição são as condições de localidade: as relações núcleo – especificador (atribuição de traços formais e/ou interpretativos, como Caso e papel θ) são ditas “locais” porque cada núcleo pode determinar suas relações semântico-sintáticas apenas com os sintagmas contíguos a ele. Dado que um argumento deve ser uma expressão referencial, um papel semântico é limitado a sintagmas nominais ou sentenciais, como NP e CP.

Além deste, destacam-se os princípios de Interpretação Plena (FI, o que significa que não pode haver símbolos ou etapas supérfluas nas derivações; ele estabelece que cada argumento, compreendido em determinada posição, está lá ainda quando não foneticamente realizado - assim, a categoria vazia deve ser instanciada na posição adequada)) e de Economia (o qual prevê o adiamento de qualquer operação computacional até o último momento – “last resort” – a fim de que a estrutura convirja com o mínimo de “custos” possível), além de outras noções relevantes como c-comando e government, Caso, etc. Como se vê, para a Teoria P&P “língua não é, portanto, um sistema de regras, mas um conjunto de especificações para parâmetros em um sistema invariante de princípios da UG; e construções gramaticais tradicionais são, provavelmente, melhor consideradas como epifenômenos taxonômicos, coleções de estruturas com propriedades resultantes da interação de princípios fixos com parâmetros acionáveis de uma forma ou outra” (Chomsky, 1995:129)³⁵.

Alterações introduzidas no âmbito da versão P&P culminaram no Programa Minimalista – MP (Chomsky, 1995), que oferece operações mais simples e

³⁵ No original, “a language is not, then, a system of rules, but a set of specifications for parameters in an invariant system of principles of UG; and traditional grammatical constructions are perhaps best regarded as taxonomic epiphenomena, collections of structures with properties resulting from the interaction of fixed principles with parameters set one or another way.”

estritamente necessárias, num sistema com um mínimo de construtos gramaticais: “condições sobre as representações – as de ligação, teoria de Caso ³⁶, teoria θ , etc – valem apenas nas interfaces e são motivadas por propriedades da interface, possivelmente entendidas propriamente como modos de interpretação pelos sistemas de performance. As expressões lingüísticas são a realização ótima das condições de interface, onde “otimalidade” é determinada pelas condições de economia da UG” ³⁷ (Chomsky, op.cit, p.171)

No MP atribuem-se as diferenças paramétricas entre línguas a divergências quanto ao momento de aplicação das operações de checagem de traços. Crucialmente, as diferenças apresentadas pelas diversas línguas residiriam numa divergência entre o momento de ocorrência de tais operações de checagem - visto que algumas línguas têm determinados traços ‘fortes’ e outras, traços ‘fracos’ ³⁸: todo traço (t) deve ser checado e, para que o seja, a fim de LF (a forma lógica da

³⁶ A noção de Caso prende-se às relações entre verbos/nomes e seus adjuntos ou complementos - este é atribuído localmente – por exemplo, I (Inflection) atribui Caso Nominativo ao sujeito. Segundo Chomsky (1981), “**Casos inerentes** são aqueles atribuídos como uma propriedade lexical do predicador regente e geralmente correlacionam-se, embora bastante vagamente, com papéis semânticos (ex: em muitas línguas, o caso dativo tende a correlacionar-se com o papel de ‘possuidor’ ou ‘experenciador’), enquanto **Casos Estruturais** são atribuídos a NPs devido ao fato de serem regidos por um item apropriado, a despeito da relação semântica envolvida (ex: nominativo é atribuído ao sujeito de uma cláusula finita, qualquer que seja o seu papel semântico)”. Assim, há línguas que utilizam elementos como preposições (ainda que vazias) para a atribuição de Caso (ex: a preposição “de” para atribuição de genitivo, no PB).

³⁷ Textualmente, “Conditions on representations – those of binding theory, Case theory, θ -theory and so on – hold only at the interface, perhaps properly understood as modes of interpretation by performance systems. The linguistic expressions are the optimal realization of the interface conditions, where “optimality” is determined by the economy conditions of UG.”

³⁸ Quanto à checagem de traços, Zubizarreta (1998:29) afirma: “There are empirical reasons for assuming that, when the operation *Move f* [*Move α*] applies to *f* belonging to the lexical item LI [*f*], it automatically carries along FF (LI [*f*]), the set of formal features of LI [*f*]. On minimalist assumptions, *Move f* is a *last resort* operation in the following sense: *Move f* raises *f* to the target K only if *f* enters into a checking relation with a feature of the head of K or with a feature of some element adjoined to the head of K or with a feature of some element adjoined to the head of K. The application of *Move f* is governed by the *Minimal Link Condition: Minimal Link Condition (MLC) α* can raise to target K only if there is no legitimate operation *Move β* targeting K, where β c-commands α .”

sentença) e PF (forma fonológica) satisfazerem o Princípio de Interpretação Plena, isto é, para que a estrutura possa convergir (ser gramatical), uma operação – Move α - “transporta” estritamente o material necessário (os traços do constituinte) para tal checagem.

Por vezes, a existência de *valor distinto de um parâmetro específico* pode ser o responsável por diferentes fenômenos sintáticos que distinguem as línguas (por exemplo, comparem-se as germânicas e as românicas), além de acarretar variações internas a cada grupo.

Assim, diferenças estruturais interlingüísticas devem ter suas causas investigadas em termos de traços abstratos que, subjacentemente, condicionariam os arranjos visíveis na computação final, ou seja, no que o PM chama de ‘Spell-out’³⁹, ou sintaxe visível. Silloni (1997:167) afirma que “spell-out é, então, uma operação, não um nível de representação abarcando condições de boa formação. Condições podem apenas referir-se às interfaces, e movimento prévio a spell-out não mais pode ser restringido por condições de estrutura-S.”

Os traços fortes deverão ser verificados (e apagados) antes de Spell-out, uma vez que não são legitimados na forma fonológica (isto é, não são pronunciados). Sempre que houver algum movimento sintático (visível) de constituinte, o mesmo decorrerá de uma necessidade ditada pela morfologia.

Seguindo-se a tese de que a morfologia é crucial para a determinação dos movimentos sintáticos de cada língua, a possibilidade de movimento do verbo para checagem de traços (Agr e T, as duas subpartes de I) será condicionada à existência de uma “morfologia rica”, isto é, à disponibilidade de pelo menos três

³⁹No original, Siloni (1997:167) afirma: “Spell-out is thus an operation, not a level of representation entailing conditions on well-formedness. Conditions can only concern the interfaces, and movement prior to spell-out can no more be forced by S-structure conditions.”

formas diferentes no presente e pretérito perfeito: por exemplo, no francês, o paradigma verbal apresenta quatro formas no presente (*je marche, tu marches, il marche, nous marchons*), enquanto o inglês apresenta apenas duas formas no presente (*I, you, we, they walk / he, she walks*) e uma no pretérito, para todas as pessoas (*walked*). A partir dessa constatação, verifica-se que o verbo fica *in situ* no inglês (morfologia ou flexão ‘fraca’ é incompatível com movimento explícito) e, no francês, o verbo pode mover-se explicitamente para posição externa ao VP, a fim de checar traços em I. Dessa (im)possibilidade de movimento do verbo decorrerão diversos aspectos, como a ordem da sentença (SOV, VOS), entre outros.

Assim é que, segundo Haegeman (1997:6):

Chomsky (1993, 1995) propõe uma abordagem alternativa às propriedades morfo-sintáticas da estrutura lingüística. Na visão minimalista, verbos, e núcleos lexicais em geral, não acoplam suas terminações flexionais como resultado de alçamento para núcleos funcionais que dominam a morfologia flexional. Antes, os núcleos lexicais são gerados na base *com* suas desinências flexionais. Os núcleos funcionais na cláusula não dominam material flexional; núcleos funcionais dominam feixes de traços abstratos correspondentes à morfologia flexional no verbo. As desinências morfológicas associadas com núcleos lexicais têm de ser licenciadas ou ‘checadas’ pelos correspondentes traços abstratos no núcleo funcional. Checagem de traços é uma operação do traço e é feita pela adjunção do núcleo flexional, por exemplo, V, ao núcleo funcional relevante, I’.⁴⁰

⁴⁰ No original, “Chomsky (1993, 1995) proposes an alternative approach to the morpho-syntactic properties of linguistic structure. In the minimalist view, verbs, and lexical heads in general, do not pick up their inflectional endings as a result of raising to functional heads dominating the inflectional morphology. Rather, the lexical heads are base-generated *with* their inflectional endings. The functional heads in the clause structure do not dominate inflectional material; functional heads dominate bundles of abstract features, corresponding to the inflectional morphology on the verb. The morphological ending associated with the lexical heads has to be licensed or ‘checked’ by the corresponding abstract features on the functional head. Feature checking is a matching of the feature and is done by adjoining the inflected head, for instance V, to the relevant functional head, I’.

Movimentos sintáticos são sempre motivados pela necessidade de checagem de algum traço formal dos núcleos funcionais e itens lexicais; se, no modelo anterior, a morfologia flexional era derivada na sintaxe, no modelo minimalista os itens lexicais (V, N, A) são a realização de uma coleção de traços morfofonológicos, sintáticos e semânticos. Tais itens são flexionados no léxico e são inseridos na derivação com seus traços morfológicos, os quais necessitam de uma verificação.

Para o Minimalismo ,

“Se F é forte, então F é o traço de uma categoria não substantiva e F é verificado por um traço categorial. Isso significa que os traços fortes são associados às categorias funcionais. Nomes e verbos não os têm. Por exemplo, a categoria funcional AGR terá, numa língua como o francês, um traço V-forte que força o movimento do verbo em sintaxe visível. Já em inglês, AGR não é associado a tal traço e o verbo não se move para AGR em sintaxe visível. O outro traço forte é aquele que Chomsky chama NP ou D e é responsável pelo movimento dos sintagmas nominais em sintaxe visível. (...) O traço D forte desempenha, no Programa Minimalista, o papel do Princípio de Projeção Estendida nos modelos anteriores. A posição dos verbos e sintagmas nominais na sintaxe visível depende, portanto, desses traços fortes que estão, assim, na origem das diferenças entre as línguas e constituem a versão minimalista dos parâmetros.”(apud Galves (2001:220)).

Um movimento só se justifica pela necessidade de checagem dos traços – do “confronto” entre traços interpretáveis e ininterpretáveis é que teremos a forma final da sentença.

No grupo dos *traços interpretáveis*, Chomsky insere os traços categoriais, os traços ϕ dos nomes; entre os *não-interpretáveis*, os traços de Caso (dos sintagmas nominais), os traços ϕ dos verbos e dos adjetivos, além de todos os traços das categorias funcionais. É importante realçar que, depois de *spell-out*, somente os traços se movem (abstratamente), e esse movimento corresponde a uma

adjunção a um núcleo, isto é, “o movimento abstrato nunca cria posições de especificador” (Galves, 2001: 222).

Para que haja a operação de verificação dos traços, denominada *Agree*, é preciso que existam no constituinte que se move traços ininterpretáveis e no nicho a que se hospeda traços ininterpretáveis de mesma natureza, para que o traço não-interpretável seja apagado.⁴¹

A análise das construções com clíticos de posse no PB envolverá a assunção de um estatuto específico para a categoria funcional AGR, a qual, conforme Rizzi (1990, apud Galves 2001:222) “pode ser tanto um núcleo independente com a sua projeção flexional autônoma (AGRP) quanto um conjunto de traços atribuído a um outro núcleo”. Optarei por considerar *Agr como um conjunto de traços φ* , seguindo Galves (op.cit), Duarte (2005) e Ramos e Duarte (2005), entre outros.

Como se viu acima, a força de um traço categorial determina em que ponto do sistema computacional (antes ou depois de *Spell-out*) será feita a checagem, isto é, determina se aquele traço terá ou não importe fonológico na língua.

Além disso, partindo do pressuposto de Chomsky (1970, apud Giorgi e Longobardi, 1991:1) de que *a estrutura relacionada a verbos é semelhante à do nome correspondente*, o que permite pensar em propriedades estruturais até certo ponto similares, *explicações para movimentos de elementos internos aos NPs devem ser relacionados aos de sujeitos de cláusulas* (cf. análise de Szabolcsi

⁴¹ No caso das construções de posse com clítico, o clítico alça a D° com *traços formais interpretáveis de [+i Pessoa/possuidor]*; em D° há a *contraparte ininterpretável [-i Pessoa/possuidor] que o apagará*. É essa operação de checagem, isto é, a existência de traços a serem verificados, a condição básica para o movimento. Retornarei a essa operação – *Agree* – na seção 3.4.

(1993), apud Kayne (1994), para quem Spec, D° funciona analogamente a Spec, CP).

Giusti (1997:95), partindo de exemplos do húngaro, analisados por Szabolcsi (1994), afirma que

O húngaro provê evidências para um paralelismo estrito entre uma projeção semelhante tanto a flexão quanto a complementizador na estrutura nominal. A primeira será chamada AgrP – sintagma de concordância, devido ao fato de que em algumas línguas (ex: húngaro) *este hospeda a morfologia de concordância com um possuidor*; a segunda será chamada de DP devido ao fato de que *seu núcleo é preenchido por um determinante (especificamente, um artigo)*. Szabolcsi nota que o argumento possessivo de um N em húngaro é marcado com Caso Nominativo e fomenta a concordância de pessoa com o N, exatamente como um sujeito faz em relação ao verbo (...) *Isso aponta para um núcleo funcional no sintagma nominal paralelo a AgrS na sentença, em que a morfologia de concordância no nome é gerada (ou checada) e cujo especificador é o possessivo nominativo.*⁴²

Essa assunção do MP será crucial para a compreensão da construção de posse sob forma clítica, bem como das condições de extratabilidade do clítico, como veremos.

3.2 – Descrição das variantes indicativas de posse no PB:

⁴² No original, “Hungarian provides evidence for the strict parallelism with both an inflection-like and a complementizer-like functional projection in the nominal structure. The former will be called Agr (ement) P (hrase), due to the fact that in some language (e.g. Hungarian) *it hosts agreement morphology with a possessor, the latter will be called DP, due to the fact that its head is filled by a determiner (namely an article)*⁴². Szabolcsi notes that the possessive argument of N in Hungarian is marked with nominative Case and triggers person agreement with the noun, exactly as a subject does in relation to a verb (...) *This argues for a functional head in the noun phrase (parallel to AgrS in the clause), where the agreement morphology on the noun is generated (or checked), and whose specifier is the nominative possessive*”.

Nesta seção, detalharei qual a forma de licenciamento característico de cada uma das estratégias de posse referidas nos capítulos precedentes. Para a construção com [de NP], apresentarei a configuração proposta por Kayne (1994) e Kato (1993); para a construção com clíticos, utilizarei a proposta de Uriagereka (2000) e de Galves (2001,2002); além disso, abordarei (por correlata) a construção com [a NP] – com ou sem redobro de clítico, com base em Miguel (1996), Landau (1999) e Ramos (2000, 2003); para a construção com pronome possessivo, lançarei mão da configuração defendida por Cerqueira (1993). Essas são as propostas que considero adequadas para dar conta dos dados do PB, e me permitirão fundamentar as respostas às questões cruciais: qual foi a mudança que se efetivou na expressão de posse sob forma clítica no PB? A que se deve atribuir essa mudança?

3.2.1 – A estrutura da construção [de NP]

Kayne (1994, com base em Szabolcsi, 1983) compara o inglês a línguas românicas e observa que o inglês não admite coocorrência de artigo e possessivo - comparem-se os sintagmas “il mio libro”, “o meu livro” e “*the my books”.

Assumindo que D° é posição de operador, Kayne propõe que D° é nulo no inglês e que um sintagma pode c-comandar fora de DP, em DPs como “John’s pictures”, se o NP alcançar o mais alto Spec dentro de DP. Como D° não pode licenciar caso, (‘s não é suficiente), usa-se uma outra estratégia: movimento do NP (ou QP) para Spec de DP e inserção da preposição **of** em D°:

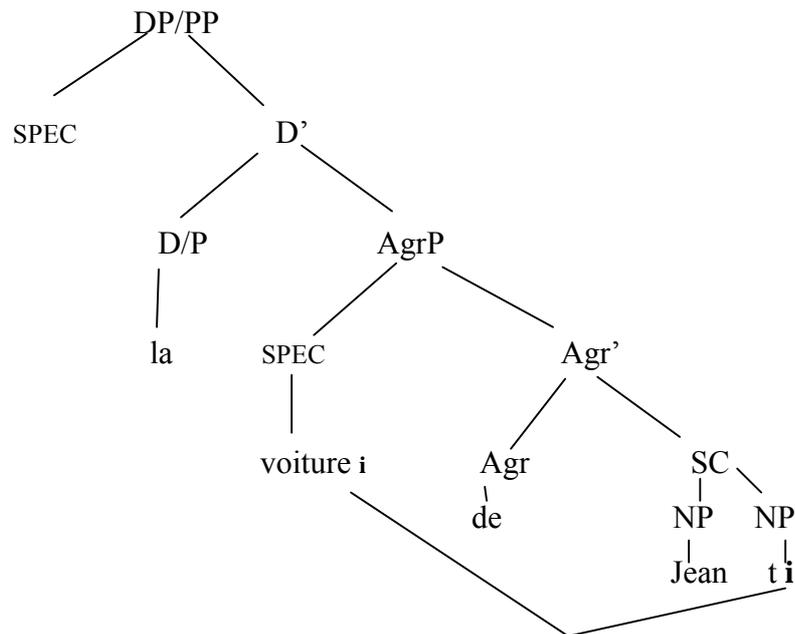
(a) [two pictures]i [[D **of**] [John [‘s [e]i]]]

Ele propõe, então, que D, nas construções de posse, é *definido ambigualmente como determinante ou preposição* (por vezes o *spell-out* de D se dá como preposição, no inglês). Ele considera que D/P representam um “determinante preposicional”, comparável a um “complementizador preposicional”, como se vê no exemplo dado pelo autor, considerando o francês:

- (117) a. la [CP voiture j [**de** [IP Jean [I° [e] j ...
 o carro de Jean
 b. la [D/PP voiture j [**de** [IP Jean [I° [e] j ...

Ter-se-ia, então, interpretando a proposta de Kayne e com base nos dados acima, a seguinte configuração da expressão de posse por sintagma [de NP]:

(118)

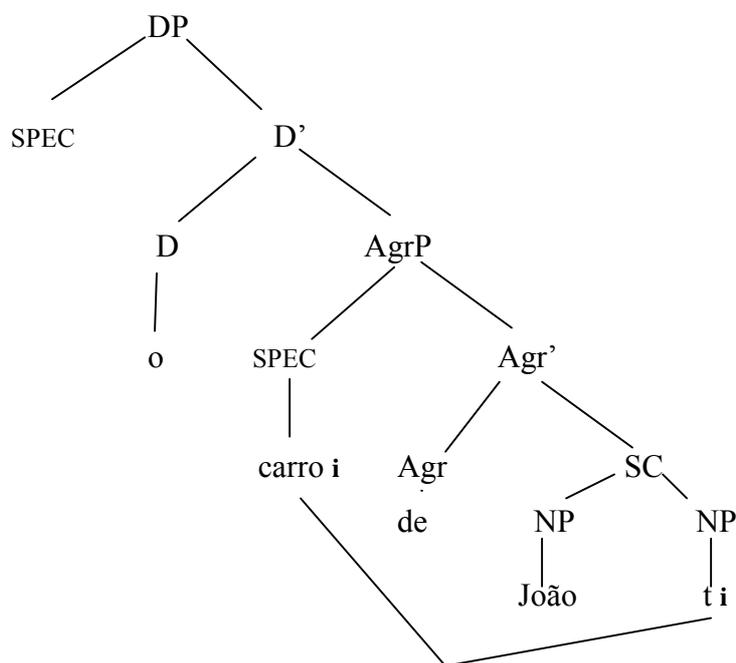


Essa proposta permite capturar a correlação DP/CP, pois o sintagma com papel semântico de possuído aparece na posição de sujeito de AGRP assim como o sujeito de uma oração aparece na posição de Spec de IP. E a posição de Spec de CP, para onde se move um XP focalizado, equivale à posição Spec de DP.

Outra correlação é que tanto C quanto D podem se realizar como preposição ou determinante, como fica claro em (a-b). Veja-se que a inserção da preposição “de” licencia a presença de “Jean” na posição onde terá, na sintaxe visível, checagem de seus traços de Caso e de posse (pessoa/possuidor e número).

Avaliemos a adequação da estrutura acima para o PB. Comparem-se (118) e (119):

(119)



Seguindo o modelo proposto por Kayne, com a preposição “de” gerada em Agr, teríamos uma relação possuído / possuidor que se realiza sem necessidade de movimento do NP_{possuidor} – no entanto, seria uma expressão de posse em que haveria *movimento do NP possuído*: este sairia da posição interna à small-clause composta por [NP/DP possuidor – NP/DP possuído] e alçaria à posição de Spec, AgrP.

A análise de Kayne mostra como se dá a atribuição de Caso com o uso de [de NP] - o NP possuído pode alçar para a posição de Spec de AgrP, posição que

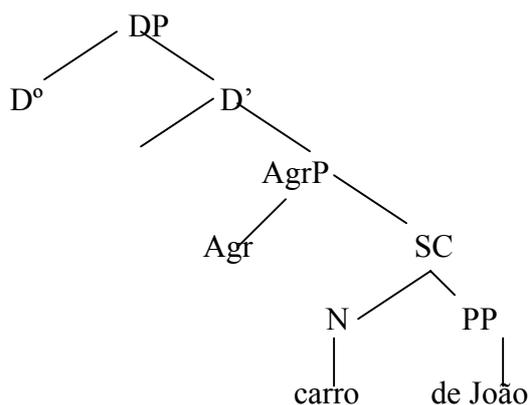
se constitui num nicho apropriadamente regido, em que certos traços/subtraços semânticos do NP possuído poderão ser checados.

A análise de DP = CP – segundo a qual a estrutura e o funcionamento dos NP são comparáveis aos da sentença – prevê que os nomes possuídos alçam para AgrP para checar seus traços ϕ [+ interpretáveis] e os possuidores alçam para Spec, DP para checar seu traço [- interpretável] de Caso (para Szabolcsi, apud Gavrusseva, 2000:757, essa operação interna ao DP ocorre da mesma forma que “o verbo adjunge a T para checar traços ϕ ininterpretáveis de V e o DP sujeito checa um traço EPP forte junto a T”).

Essa hipótese de paralelismo entre o funcionamento das sentenças e dos DPs é compatível com LCA (axioma de linearização de constituintes, proposto por Kayne, 1994), uma vez que, também no nível do DP, adjunção à direita (a N ou a D) é proibida.

O único inconveniente da proposta de Kayne é o fato de haver movimento, o que não reflete a configuração da posse com [de NP] no PB. Uma proposta que parece mais acertada aos dados do PB, sem necessidade de postulação de movimento, considera [de NP] como um PP, gerado dentro da small-clause e “congelado” nessa posição de base, portanto tornando a expressão da posse *in situ*. É essa configuração, baseada em Kato (1993: 253), com adaptações, que julgamos apropriada aos dados do PB:

(120)



Propor que [de NP] seja gerado internamente à small-clause [NP possuído - de - NP possuidor] coloca-nos em consonância com a assunção de que os itens já entram na numeração com seus traços semânticos: assim, os traços de caso (genitivo) e subtraços semânticos do NP possuidor são verificados na relação núcleo - núcleo, sem movimento.

Uma evidência de que [NP de NP] se configura como uma seqüência [Spec – núcleo – complemento] é a impossibilidade de interpolação de constituintes entre o NP possuído e o NP possuidor. Comparem-se as estruturas:

- (121) a. Maria cortou **os cabelos de João**.
b. * Maria cortou **os cabelos** ontem à tarde **de João**.

Outra evidência vem da topicalização do DP possuidor, que é perfeita com a interpretação de focalização contrastiva, mas não sob uma leitura neutra (a qual ocorria com a representação da relação de posse sob a forma [a NP], cf. (122.b) abaixo:

- (122) a. (?) **De João** Maria cortou **os cabelos** ontem à noite.
b. **A João i** fugiu **um escravo i**. (estrutura gramatical até final do XIX)

Se a proposta de análise apresentada acima for correta, estaremos diante de uma estrutura que constitui o resultado de uma mudança, conforme atestam os perfis registrados nos gráficos no capítulo II desta tese; pelos dados diacrônicos, constata-se que [V – de NP – NP] e [de NP – V – XP – NP] já foram ordens de constituintes bastante freqüentes em estágios anteriores. Uma questão importante, que discutiremos ainda neste capítulo é: essa estrutura resultou de que reanálise?

Antes de discutir essa questão, faremos a descrição das outras construções de posse identificadas no corpus.

3.2.2 – Descrição Estrutural da Variante [a NP]:

A construção [a NP] existe em línguas românicas, como mostram os dados do francês, espanhol e português europeu, respectivamente:

- (123) a. J'ai coupés les cheveux **à Pierre**.
(ex. de Guéron, 1985: apud Landau, 1999:3)
I cut the *hair to-Pierre*. = Pierre's hair.
- b. Les revisé los informes **a los estudiantes**.
(Kempchinsky, 1992: apud Landau, 1999:3)
To-them I-revised the reports to the students.
- c. Cresceu o cabelo **ao Manuel**.
(Miguel, 1996: X)

Inicialmente serão discutidas propostas referentes à estrutura da construção [a NP], em seguida será discutido seu estatuto quanto ao traço [+/- afetado], comparando o PB, o PE e o francês. A seguir, avaliarei a configuração estrutural de [a NP] e [a NP...clítico].

3.2.2.1 – Propriedades da construção [a NP]:

Landau (1999:3), afirma que, uma vez detectados os traços de posse, a gramática provê “rigoroso procedimento de mapeamento”, ligando semântica com realização formal.

Segundo ele, a construção dativa apresenta como propriedades o fato de o possuidor poder ser interpretado também como criador, mas nunca como objeto ou tema (ex: o quadro de Picasso – autor ou possuidor); além disso, o DP possuído não pode ser argumento externo; o possuidor dativo deve c-comandar o DP possuído (ou seu traço) ⁴³.

No entanto, para ele, sentenças com [a NP] *não são semanticamente equivalentes às suas contrapartes genitivas*:

- (124) a. J’ai coupés les cheveux à Pierre.
I cut the *hair to-Pierre*. = Pierre’s hair.
b. J’ai coupé les cheveux de Pierre .
I cut the hair of Pierre.

No primeiro caso, com a preposição “a”, Landau afirma que o [a NP] tem dois papéis temáticos: *possuidor e afetado*; quando se usa a preposição “de” apenas a leitura possessiva se instaura. Como se pode ver, Landau distingue dativos e genitivos com base no emprego das preposições “à” (dativo) e “de” (genitivo).

PB e francês diferem com relação à expressão de posse sob forma [de NP] e [a NP] nos seguintes aspectos: o francês, atualmente, dispõe de ambas as

⁴³ Para Landau, a categoria vazia interna ao DP possuído é um traço (representado por t ou e), coindexado ao possuidor extraído – assumirei o mesmo para a construção clítica do PB.

estruturas, consideradas gramaticais, porém semanticamente distintas; o PB, antes de [a NP] deixar de fazer parte do sistema, as tinha como semanticamente equivalentes, embora fossem estruturalmente diferentes.

Hornstein et al. (1994, apud Castillo, 2001:32) analisam a construção [a NP] sob a seguinte dicotomia: há construções possessivas/locativas, as quais podem ser integrais (relação parte/todo ou inalienável) ou padrão, (standard: alienável ou locativa). Para eles, estruturas como as que seguem nada mais são do que instância de construção ‘integral’ (Integral Interpretation), na qual o aparente OI é o todo e o OD é a parte:

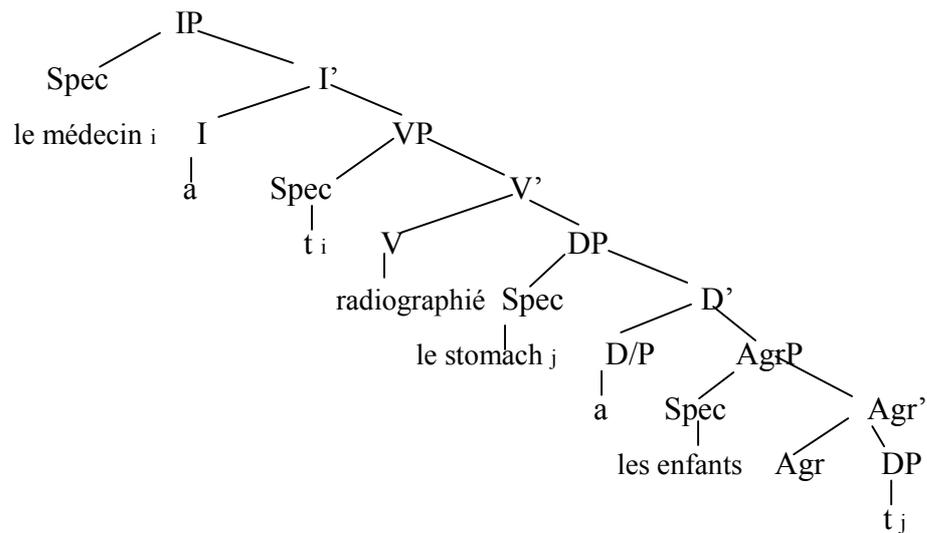
- (125) Le médecin a radiographié l’estomach aux enfants.
The doctor has x-rayed the-stomach to-the children.
The doctor X-rayed the children’s stomach.

Na estrutura (125), o possuidor / todo permanece em sua posição de base, e aparece a preposição ‘a’ (que vira ‘aux’ quando contraída ao artigo plural) ⁴⁴.

Vejamos o diagrama correspondente (de Castillo, op.cit, p 32):

⁴⁴ Seguindo análise de Kayne, temos aqui a superposição de traços de D/P como instanciadores de traços de concordância. No PB, em que não há mais posse sob forma [a NP], temos o mesmo fenômeno no sintagma [NP de NP] – por exemplo, em “roupa **das** crianças” -, em que preposição e determinante se fundem.

(126)



Aqui, também, “a” é tida como estruturalmente equivalente a determinante ou preposição. No entanto, esta não se localiza em Agr, isto é, não detém traços semânticos de concordância com o N possuidor: isso só ocorre a partir da elevação do NP possuidor “les enfants”, quando “a” e “les” se fundem (resultando na forma “aux”).

O diagrama estrutural acima, que representa o uso de [a NP] no francês, **não é adequado aos dados do PB** - seja no estágio até o século XIX (em que havia redobro), seja no atual, em que não há mais [a NP] pleno.

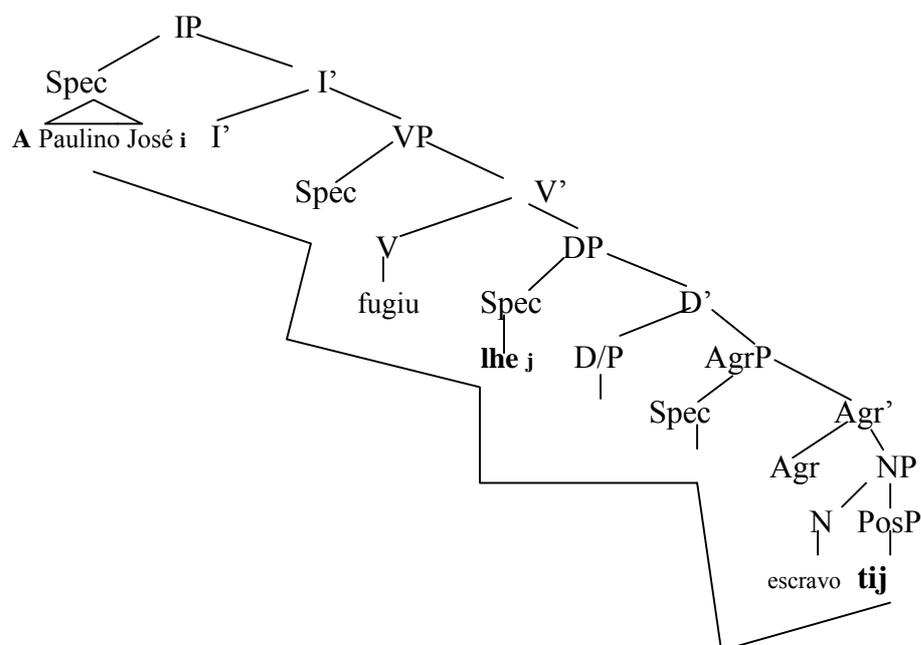
Quando [a NP] ainda fazia parte do sistema, o DP possuidor introduzido por “a” era licenciado à esquerda do N possuidor e podia alçar para fora do DP, acompanhado ou não do clítico de posse “lhe” (que agia como reduplicador dos traços semânticos de posse presentes em [a NP]), num movimento bem menos condicionado, em que [a NP...lhe] funcionava como um marcador descontínuo de posse:

(127) a. “... para que não ficasse sem castigo mandou, que **lhe tirassem um olho a ele**, e outro ao filho, para que assim nem faltasse ao rigor da lei, nem ao castigo do filho.” (BA, XVII)

b. “**A Paulino José Lopes** senhor de engenho outeiro redondo **fugio-lhe** em o dia 2 do corrente mez, hum escravo moço de nome Rafaiel...” (BA, XIX)

Assim, no PB até o século XIX, a configuração estrutural permitia o redobro porque [a NP] tinha possibilidade de mover-se internamente ao DP ou mesmo ser topicalizado, deixando em Spec, DP o clítico reduplicador de traços de posse:

(128)



Isso aponta para uma diferença estrutural entre o francês atual (em que se tem o possuidor pleno introduzido por [a NP] ou por clítico, mas nunca ambos simultaneamente) e o PB num estágio anterior.

Vejamos, agora, a expressão de [a NP] no PE.

Para Miguel, (1996:111-112), diferentemente do que propõe Landau (op.cit), [a NP] tanto pode caracterizar um SN dativo como um SN genitivo,

conforme estejam associados a verbos bitransitivos ou transitivos, respectivamente. No entanto, a preposição que aparece *associada aos verbos bitransitivos não tem o mesmo valor que aquela que surge com verbos que subcategorizam apenas um OD*: “Nos primeiros contextos, essa preposição está associada a um argumento verbal (o OI), nos segundos contextos, *a* está associada a um argumento do próprio SN OD e não do predicado verbal. Quando associada ao OI, marca um SN dativo. Quando associada ao SN OD, *a* alterna com *de* e, como esta, marca um SN genitivo.”

Essa posição (contrária ao que defendem Ramos (2000), Landau (1999), entre outros, para quem [a NP] é portador de caso dativo) peca por não definir estruturalmente esses casos semânticos (tanto o dativo quanto o genitivo apresentam caso estrutural, explicitado por itens que funcionam como atribuidores de Caso): assim, qual a diferença de estatuto entre “a” e “de” – marcadores ou atribuidores de caso, no PE?

Por outro lado, Miguel (op.cit., p.116) também não explicita os traços semânticos exibidos por essas preposições: se “de”, como afirma, é capaz de desfazer degradação em sentenças como as dadas abaixo, quais os traços semânticos que tem, em detrimento de “a”, preposição cujo emprego vem declinando de frequência no PE?

- (129) a. Cresceu muito o cabelo **do Manuel**. [gramatical no PB e no PE]
b. Cresceu muito o cabelo **ao Manuel**. [* PB]
c. O cabelo **do Manuel** cresceu muito. [gramatical no PB e no PE]
d. * O cabelo **ao Manuel** cresceu muito. {*PB, *PE]

Os contrastes acima remetem-nos à relação entre o verbo e o argumento em que se encontra o PP indicador de posse (seja [a NP], seja [de NP]). A primeira

sentença, gramatical no PB e no PE, o verbo rege propriamente o complemento acusativo e, internamente, a preposição “de”, em relação spec-núcleo, atribui genitivo ao NP “Manuel”. Igualmente, (b) é gramatical no PE porque “a” ainda é capaz, nessa língua, de marcar caso genitivo propriamente.

A agramaticalidade de (d), por outro lado, justifica-se no fato de que “a”, tanto no PB quanto no PE, não é mais capaz de gerar uma posição de especificador para checagem de traços de posse do NP, como o era em estágios anteriores do PB, e estando à esquerda do verbo temático, o NP não tem seus traços de Caso propriamente regidos. Esses contrastes evidenciam que a forma [a NP] sofreu uma mudança de estatuto no PB: a reanálise ocorrida será abordada após descrição da estrutura de posse com pronomes.

3.2.3 – A construção com pronomes:

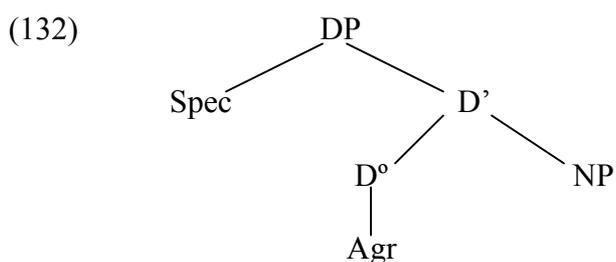
3.2.3.1 - Descrição estrutural da construção com pronomes possessivos

Os pronomes possessivos no PB podem vir tanto na periferia direita quanto esquerda de N, com ou sem D preenchido lexicalmente, diferentemente do inglês, como se vê abaixo:

- (130) a. Lavou as mãos **suas**.
b. Lavou as **suas** mãos
c. Lavou \emptyset mãos **suas**
d. Lavou \emptyset **suas** mãos.

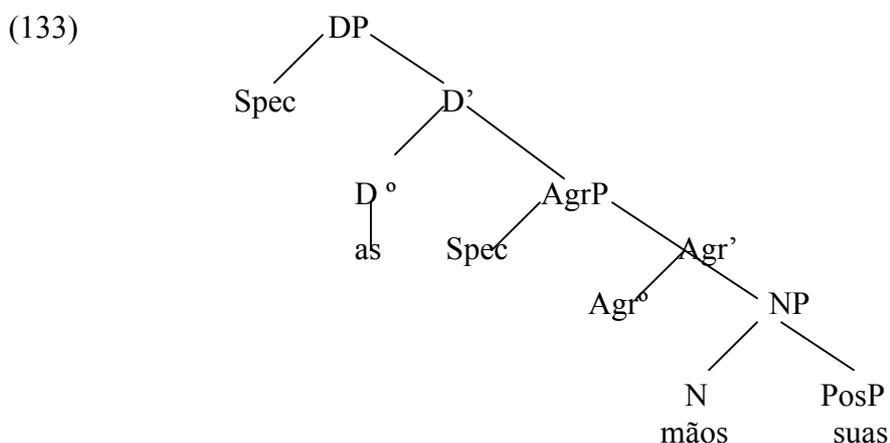
- (131) a. my books
b. meus livros
c. *the my books
d. os meus livros
e. *my the books
f. * meus os livros

A constatação de todas essas possibilidades evidencia que a configuração proposta para o inglês por Abney (1987: apud Cerqueira 1993:142) não dá conta dos dados do PB: D° e Agr superpostos, como lugar responsável pela atribuição de caso genitivo ao nome **ou** ao pronome possessivo elimina a possibilidade de coocorrência de determinante e pronome (portador de traços de concordância):



Diferentemente do que propõe Abney, acima, a opção acertada para o PB é considerar a necessidade de dois nichos funcionais, que projetem seus especificadores – um para acomodar o artigo – D° – e outro – AgrD – para o pronome possessivo, esteja este pré ou pós-nominal (o que está em consonância com Szabolcsi 1983; Boff 1991, Cerqueira 1993, entre outros.).

Configuracionalmente, a construção com posse seria como se vê abaixo, sendo que *o pronome pode permanecer à direita de N (in situ) ou alçar para Spec, AgrP* (originando a forma (130 b), acima):



Analisando os exemplos acima, vemos que (131 f) é agramatical - * meus os livros, apesar de haver nichos funcionais independentes que alojam o artigo e o pronome possessivo. Isso acarreta um problema à nossa análise, se contrastarmos essa estrutura com aquelas em que há alçamento do clítico:

- (134) a. João **lhe** lavou **as** mãos.
b. João lavou-**lhe as** mãos.
c. João lavou **as minhas** mãos.
d. *João lavou **minhas as** mãos.

- (135) a. Lavou **a minha e a sua** mão.
b. ? Lavou **minha e sua** mão.
c. * Lavou-**me e lhe** a mão.

Para dar conta desse fato, assumirei que a natureza do clítico é diferente da do possessivo (XP), conforme atestam os exemplos acima, em que a coordenação daqueles resulta em agramaticalidade - o primeiro pode, após um primeiro movimento a Spec, AgrP, prosseguir seu movimento de elevação até Spec, DP e ir além deste, para verificação de traços de Caso com o verbo temático, portanto fora do NP/DP – já o pronome possessivo, após chegar a Spec, AgrP imobiliza-se nessa posição, tendo seus traços checados, tanto os de [pessoa], [número] [gênero], quanto os de Caso (genitivo).

Enquanto o clítico tem traços a serem verificados em relação com o verbo, a relação do possessivo é interna ao DP, em relação com o nome – daí a agramaticalidade de (134 d) acima, em que *a barreira do DP foi cruzada* - de maneira análoga, o clítico não pode cruzar a barreira de CP, como veremos na seção 3.2.3.2.

Voltando a atenção aos pronomes possessivos, o PB apresentava inicialmente um paradigma “morfologicamente rico” com relação à expressão dos

traços nominais de pessoa, número e gênero: meu/minha, teu/tua, seu/sua, nosso/nossa, vosso/vossa, seu/sua – todos com a contraparte para indicação do plural. O enxugamento deste paradigma, com desaparecimento de “vós” e declínio do uso de tu (em favor do emprego de “você”) trouxe uma simplificação de formas – meu/minha, nosso/nossa, seu/sua – com a geração de ambigüidade potencial no emprego das formas de terceira pessoa, que gerou a oportunidade para fixação da forma *dele*. É disso que trata Cerqueira (op.cit, p.130):

Esse sistema [o do PB] encerra, pois, forma possessiva pronominal e uma construção perifrástica (*de* + pronome); essa última é equivalente, em termos sintáticos, à indicação de posse quando o possuidor é representado por um NP (*de+ Paulo, de + o menino*). Uma consequência do uso dessas duas formas de indicação de posse [uso de pronome ou PP] está relacionada à estrutura do sintagma nominal, que apresenta em estrutura-S duas configurações distintas em função da presença de uma ou outra forma. Com a forma do pronome possessivo, tem-se uma ramificação para a esquerda do nome ([poss [nome]]); com a forma genitiva (*dele*), essa ramificação se dá à direita do nome ([nome [de + NP]]). Diferentes condições de licenciamento devem estar envolvidas na garantia da legitimidade desses dois padrões formais.

Essas diferentes condições de licenciamento que estão envolvidas no uso do pronome possessivo “seu”/”sua” referem-se à força do núcleo Agr, uma vez que o licenciamento deste pronome depende da forma como o traço [+ pessoa] é evidenciado – não havendo especificação suficiente, é a forma [de NP] que prevalecerá.

O fato de o PB vir perdendo a possibilidade de especificação de certos traços nominais (gênero, número, pessoa) acaba por gerar contextos em que *a oposição se faz apenas contextualmente, pelo uso fórico dos pronomes*. Temos meu, minha / nosso, nossa – oposição quanto a pessoa, número e gênero; seu(s) / sua(s) – oposição quanto a gênero e número; 2ª ou 3ª pessoa: perde-se a

especificação de [pessoa], traço que é crucial para manutenção dos possessivos no sistema.

Estando em qualquer dos nichos funcionais internos ao DP - PossP (pós-nominal) ou Spec, AgrP (pré-nominal) - a possibilidade de instanciação do traço semântico de pessoa é que, a rigor, determinará se o falante escolherá ou não o pronome possessivo – pelo que temos visto, isso tem-se dado mais na escrita, em que as relações de correferência com o nome possuído podem ser recuperadas.

3.2.3.2 - Descrição estrutural: a construção com clíticos

O fenômeno de cliticização do possuidor não é específico do PB: diversas línguas, românicas ou não, o apresentam, como vemos abaixo:

(136) a. Le médecin **leur** a radiographié l' estomach. (francês)

(Hornstein et al., 1994, apud Castillo, 2000)

b. O medico **lhes** radiografou o estômago. (PB)

c. Ne abbiamo ricordato il desiderio.. (italiano)

Nós **lhe** recordamos o desejo... (= o desejo dele)

(Giorgi & Longobardi, 1991: 59)

d. Juan **le** levantó la mano (a María). (espanhol)

Juan **lhe** levantou a mão (a Maria).

(Castillo, 2000: 108)

e. Marinak Petter látta kalap-ja - (húngaro)

[Marinak]i Peter látta [ti a ti kalap-ja- t] -

(Mari-DAT Peter-NOM saw the hat-poss, 3rd,sing-acc) (Gavruseva, 2000:750)

(algo como: “Quanto à Maria, Peter **lhe** viu o chapéu”)

f. há-yalda kilkela le-Dan et ha-radio. (hebraico)
The-girl spoiled to-Dan Acc the-radio.
The girl broke Dan's radio. (A garota quebrou-**lhei** o rádio a Dan i)
(Borer & Grodzinsky, 1986, apud Landau, 1999:3)

Nesta seção, além de descrever a estrutura da construção com clítico, apresento aspectos específicos desta forma de expressão de posse, discutindo as peculiaridades da colocação proclítica e enclítica.

Busco responder, então, à seguinte questão: assim como vem afetando os pronomes possessivos, de que modo o enfraquecimento da concordância estaria relacionado ao declínio e quase desaparecimento dos clíticos de posse?

3.2.3.2.1 – Propriedades da construção clítica:

Considerações e restrições feitas para os clíticos argumentos verbais no PB valem para a *construção de posse com clíticos* – segundo Galves & Abaurre (2002:282), “os clíticos (sintáticos) procuram um núcleo de concordância”, isto é, o movimento como núcleo só é licenciado “se houver uma posição de concordância na oração”. Para elas, assim como uma série de fenômenos sintáticos do português, a seguinte propriedade da flexão no PB tem relação direta com a perda da cliticização: “o seu elemento de concordância é fraco, tanto morfológica quanto interpretativamente.(...) De um ponto de vista sintático, o desaparecimento dos clíticos núcleos é assim explicado pelo enfraquecimento da concordância” (p.290).

Assim, as autoras (op.cit, p.306, nota) salientam que sua proposta de análise do PB “prevê a *ausência de clíticos possessivos uma vez que estes não fazem parte*

da estrutura argumental do verbo, mas do nome ⁴⁵. Como a adjunção é “um fenômeno local, limitado ao domínio da projeção funcional contendo o núcleo lexical do qual ele depende, a impossibilidade do “clítico” possessivo deriva da mesma razão que a impossibilidade de subida do clítico objeto além da projeção aspectual no caso das locuções verbais”. Isso significa que os mesmos não poderiam ficar numa projeção funcional diferente daquela que contém o verbo temático.

A construção com clíticos de posse configura uma relação externa (visto que o possuidor não é licenciado como um argumento do verbo, mas, ao contrário, vincula-se ao núcleo do NP argumento do verbo), ao contrário do genitivo, que se caracteriza como uma relação interna de posse (possuidor interno ao constituinte que contém o elemento possuído: como em “casa **de Maria**”).

Para Landau (op.cit, p.9) os seguintes aspectos são válidos para as construções de posse com clíticos: a) o clítico deve ser interpretado como possuidor ou criador, nunca como objeto ou tema; b) o DP possuído não pode ser um argumento externo; b) o clítico possuidor deve c-comandar o DP possuído (ou seu traço); c) a interpretação possessiva é restringida por condições de localidade. Todos esses aspectos valem para as construções do PB.

Segundo Payne e Barshi (1999:1-5), em relações externas de posse, embora codificado como o seriam argumentos normais do verbo, *o possuidor não é licenciado pela grade temática do verbo; assim, este é tratado como uma espécie de “argumento adicional” da sentença*, causa estranheza, portanto, a constatação de que verbos de três argumentos, cuja grade temática prevê um dativo normal, são

⁴⁵ Grifos meus.

refratárias a construções com clíticos de posse. Isso evidencia um vínculo entre clítico e verbo, distinto do que há entre verbo-argumento.

De fato, nas 1426 estruturas coletadas e analisadas, não foram encontrados casos de clítico – ou NP possessivo cliticizável – com verbos de três argumentos; houve, em número reduzido, casos de cliticização com verbos como *dizer* e *declarar*, desde que o dativo temático não fosse explicitado (ver exemplo acima, com o verbo *dizer*).

Se o clítico de posse passa por Spec, VP em seu alçamento (VP atribui papel θ), o fato de este estar preenchido lexicalmente geraria um conflito entre os dois clíticos, resultando numa estrutura agramatical, na qual o clítico de posse e o dativo normal conflitariam pela mesma posição em relação ao verbo temático.

A preposição em [de NP] é atribuidora de Caso genitivo e o clítico, quando alça para uma posição externa ao DP, mesmo não sendo um dativo comum, argumento de V, é propriamente regido por este, o que se evidencia abaixo:

(137) a - João deu um livro **ao Carlinhos**. / João **deu-lhe** um livro.

João deu um livro. João deu **ao** Carlinhos.

...[V deu [DP um livro] [v' t deu [PP a [DP o Carlinhos]]]]

b - João cortou o dedo **do** Carlinhos. / João **cortou-lhe** o dedo.

João cortou o dedo. * João cortou **do** Carlinhos.

(138) a. Maria **lhe** entregou o livro **de Pedro**. (**lhe** = argumento temático)

b. *Maria **lhe i** entregou o livro **i** a Ana. (**lhe** = clítico de posse)

Curiosamente, ainda que não possam aparecer estruturas com verbos *dandi* (triargumental), caso se forme um constituinte V-NP acusativo (estrutura cristalizada), o clítico é licenciado:

- (139) a. O pai deu um livro **seu** ao filho.
 b. * O pai **lhe** deu um livro ao filho. [o clítico não indica posse]
 c. Ele costuma **dar ouvidos** às queixas dos filhos.
 d. Ele costuma **lhes i** dar ouvidos às queixas i. [dar ouvidos = ouvir]

Trata-se, portanto, de uma restrição devida à realização da grade argumental do verbo, não de itens lexicais em si, uma vez que foram encontrados dados com clítico de posse com verbos que desfavorecem a cliticização, desde que não se codificasse o dativo temático, como nas sentenças abaixo:

- (140) a. “O – *sudor anglicus* - como lhe chamaram os doutores (sempre exímios em **declarar os nomes às coisas**) rebentou na Inglaterra..”
 (= declarar o nome [a NP])
 b. “Em sociedade ninguém **lhe dizia o nome**, nem mesmo nesse latim secreto das nomenclatura (sic) dos médicos e algebristas profissionais..”
 (= dizer o nome da doença)

Nas construções clíticas, *a interpretação possessiva é restringida pela condição de localidade*, isto é, o movimento do NP possuidor não pode cruzar CP:

- (141) a. Eu sei que Maria cortou os cabelos **dele**.
 b. Eu sei [CP que Maria **lhe i** cortou os cabelos i.
 c. * Eu **lhe i** sei [CP que Maria cortou os cabelos i.

Quando o clítico é extraído do DP, pode-se estabelecer o diagnóstico do movimento ocorrido, isto é, recuperar o ponto em que foi gerado o constituinte e a posição final, formando este movimento uma cadeia de posições coindexadas, conforme o contraste oferecido pelos exemplos abaixo, de Authier e Reed (op.cit., p.298), para o francês, no qual o clítico (*lui*) liga-se a uma posição vazia pós-nominal, e com o clítico *lhe* no PB:

- (142) a. [V' [coupé [DP [les N' [cheveux] [PP à / de N' [Pierre]]]]]]
 b. [VP lui **i** V' [coupé [DP les N' [cheveux **ti**]]]]
 c. [V' [cortei [DP os N' [cabelos [PP de Pedro]]]]]
 d. [VP [**lhe i** V' [cortei [DP os cabelos **ti**]]]]

Pela representação acima, nota-se que na construção clítica **o possuídor** é estruturalmente mais alto do que o **possuído**, uma vez que aquele pode alçar a uma posição superior no DP ou em relação ao VP.

Authier & Reed (1992:298, seguindo Marantz, 1984), mostram que “a presença versus a ausência de um argumento interno ao VP pode afetar o tipo de papel θ atribuído ao sujeito”. *A construção com clítico de posse preserva o papel temático do sujeito*. Essa propriedade é exibida pelas sentenças do PB:

- (143) a. João cortou as \emptyset unhas / as **suas** unhas / as unhas **dela**.
 b. João **lhe** cortou as unhas. (**lhe** = clítico de posse)
 (sujeito = agente)

- (144) a. Nasceu-**me** um filho.
 b. Nasceu um filho **meu**. (sujeito = experienciador)

- (145) a. João comprou um livro.
 (sujeito = agente)
 b. João comprou um livro **para Maria** / **para ela**.
 c. João **lhe** comprou um livro.
 (sujeito = agente e fonte)

Note-se em (143) e (144), com o clítico de posse, *a manutenção do papel θ do sujeito*, a saber, de agente. Essa relação não se verifica quando o clítico representa um *dativo afetado* ou *(in)commodi*.

Um outro aspecto relevante quanto à construção de posse com clíticos diz respeito ao traço [definitude]. Como vimos nas tabelas e gráficos do capítulo II, para haver a extração (movimento) do clítico para a posição contígua ao verbo, é praticamente categórica a necessidade de que o sintagma que contém o nome possuído seja introduzido por **artigo definido**, excetuando-se casos em que o clítico alce de um NP qualificador, complemento de um verbo de cópula ou quando fizer parte de um constituinte em que verbo e objeto encontram-se “cristalizados”:

- (146) a. Viu **sua** filha.
b. * Viu-**lhe** filha.
c. Viu a filha **dele**.
d. Viu-**lhe** a / uma filha.

Note-se que a extração a partir de um sintagma nuclear é extremamente restrita, sendo licenciada, porém, se houver uma coordenação entre elementos do NP possuído:

- (147) a. Maria cortou (as) unhas **de seu** filho.
b. Maria cortou-**lhe** as unhas.
c. ? Maria cortou-**lhe** unhas.

- (148) a. (?) João lavou-**lhe** blusas.
b. João lavou-**lhe** blusas e saias.

A sentença (147 c) é aceitável numa leitura partitiva ou contrastiva. No exemplo (148 b), em que não há artigo, a estrutura com coordenação⁴⁶ melhora a

⁴⁶ Agradeço a Mário A. Perini por apontar-me a diferença de aceitabilidade introduzida pela coordenação entre dois sintagmas possuidores sem determinantes (NP nus)

aceitabilidade simplesmente porque em “lavou-lhe blusas e saias” a identificabilidade e a referencialidade são adequadamente recuperadas no contexto, diferentemente da estrutura anterior (“lavou-lhe blusas”) - embora passe a prevalecer, na estrutura (b) a leitura do clítico como beneficiário (*dativo commodi et incommodi*).

É coerente afirmar, diante dos resultados obtidos, que o artigo definido porta, no PB, traços semânticos de posse que, do contrário, deverão ser codificados em alguma posição periférica ao nome (marcador pré ou pós-nominal) ou, ainda, sob forma clítica, normalmente em posição de especificador do verbo temático.

Miguel (op.cit) considera os clíticos de posse do PE como “adjuntos nominais”, inserindo sua ocorrência como referente ao caso genitivo. Afirma que é impossível interpolar uma oração relativa entre o possuído e o possuidor na posse *in situ*, sob pena de se anular a relação de posse; no entanto, é possível o acréscimo de uma relativa, caso se extraia o possuidor, sob forma clítica:

- (149) (i) O Pedro conhece os defeitos **ao** Manoel. (PE)
- (ii) O Pedro conhece os defeitos **do** Manoel. (PE e PB)
- (iii) * O Pedro conhece os defeitos **que detesta ao / do Manoel**. (PE e PB)
- (iv) O Pedro conhece-**lhe** os defeitos **que detesta**.
(ou, no PB: ...**lhe conhece os defeitos** que detesta.)

Pode-se perceber que a extração do clítico, argumento do nome (fato confirmado pelo teste acima, entre outros, já que seria possível interpolação de relativa caso [a NP] fosse argumento verbal – ex: Pedro entregou o livro **que**

Ver discussão sobre a natureza do clítico em próclise ou ênclise e da coordenação com clítico de posse na seção 3.3.1.

encontrou à bibliotecária), abre uma nova posição à direita do nome, que pode ser especificado em um nível a mais, sem que se perca a relação de posse ⁴⁷.

Há aspectos intrigantes com relação à extração do clítico de posse, em que seu comportamento remete ao dos dativos temáticos. Uma das ocorrências diz respeito à impossibilidade de uma ‘subextração’ do clítico de posse, o que se pode verificar em estruturas como:

(150) a - Ela chamou a atenção **de Maria e de Joana**.

b - Ela **lhes** chamou a atenção.

c - (?) Chamou-**lhe** a atenção **e de Joana**.

(151) a - Machucou o pé **dele e de João**.

b – (?) Machucou-**lhe** o pé **e de João**.

c - Machucou-**lhe o pé e a mão**.

[só são coordenáveis elementos de mesma natureza]

O que se observou acima para os clíticos de posse vale também para o dativo argumento verbal:

(152) a. Deu o livro **a Maria e a Teresa**.

b. (?) Deu-**lhe** o livro e a Teresa.

c. Deu o livro João e Pedro. (construção DOC, possível em dialeto mineiro – cf. Salles, 1997)

d. * Deu João o livro e Pedro.

Essa restrição parece ser uma característica do PB, que não admite cliticizar parte de um NP pesado (uma espécie de subextração, possível em línguas como o

⁴⁷ Na revista Veja 1941(01/02/06), entrevista (p.11) aparece uma ocorrência em que a cliticização se dá a partir de um NP nu, o que é extremamente infrequente, mas demonstra a possibilidade de, extraído o clítico, especificar-se o nome um nível a mais, com a oração relativa :

(i) “Assuntos como a violência e a escola pública no Brasil **lhe têm merecido dedicação que vai além da teoria**”

inglês, que dispõe da estratégia de pied-pipping, visto que admite ‘preposition stranding’ como se vê em: “Which students i did you show to the committee pictures of t i ? ”⁴⁸).

Um outro aspecto da construção de posse clítica é que nem todo modificador do nome pode ser alçado – daí a relevância de se avaliar o tipo de modificador relacionado ao núcleo do sintagma – embora semanticamente equivalentes, o PP [do povo] e o adjetivo “popular” são instanciados em lugares estruturalmente diferentes, sendo que o sintagma adjetivo não tem condição de implementar movimento para checagem de traços:

(153) a - Temia a posição **do povo brasileiro** nas decisões sobre a guerra.

b - Temia-**lhe** a posição nas decisões sobre a guerra.

[de NP permite a saturação do papel θ externamente]

c - Temia a posição **popular** nas decisões sobre a guerra.

d - * Temia-**lhe** a posição nas decisões sobre a guerra.

o adjetivo que expressa apenas qualidade não apresenta papel θ externo, pois a atribuição é feita internamente.

Somente adjetivos que representam argumentos do N podem ser expressos em uma construção externa de posse – essa constatação é compatível com a afirmação de Landau de que somente os PP com função de possuidor / autor / criador podem ser extraídos.

Portanto, neste tipo de construção de posse, o clítico, representante do possuidor, necessariamente definido, deve mover-se para uma posição na qual seja indexado referencialmente para receber caso e checar traços referentes a pessoa, no que se equipara ao francês e ao espanhol. No entanto, o nicho em que o clítico

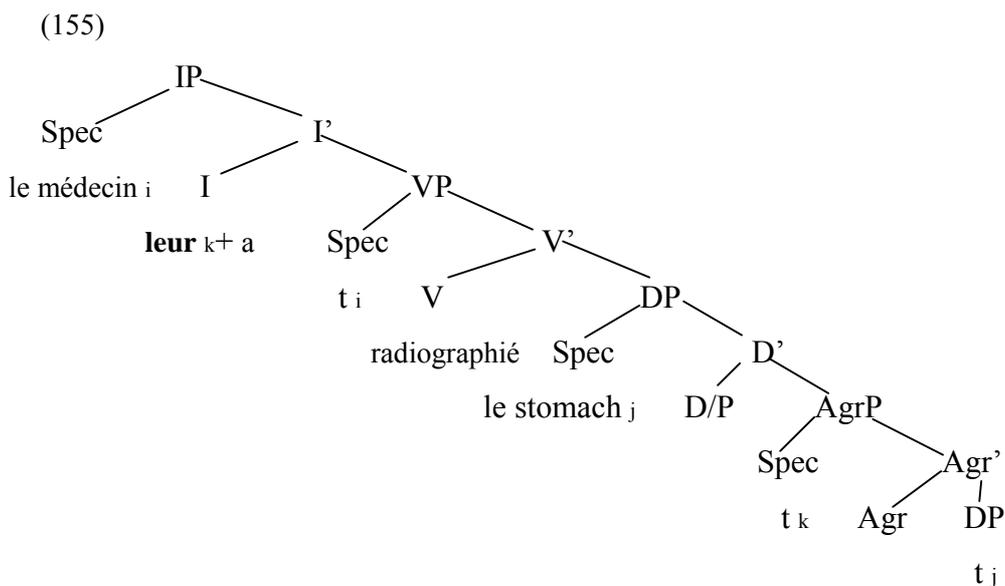
⁴⁸ Exemplo de Jayaseelan, K.A . (2001, p.70, nota 38)

(bem como a preposição “a”) é gerado no PB é diferente do que se verifica no francês.

Retomemos a construção integral (Hornstein et al., apud Castillo): vejamos a contraparte desta, na qual o aparente OI é o todo, o OD é a parte, e ocorre a cliticização – o clítico move-se para a posição de especificador do verbo, como se vê em:

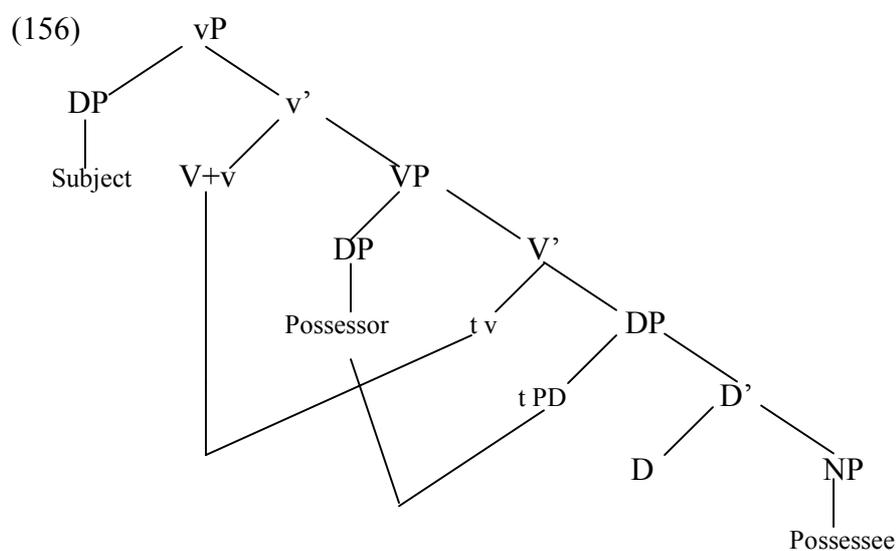
- (154) Le médecin **leur** a radiographié l'estomach.
 The doctor to-them has X-rayed the-stomach
 The doctor X-rayed their stomachs.

Vejamos o diagrama correspondente:



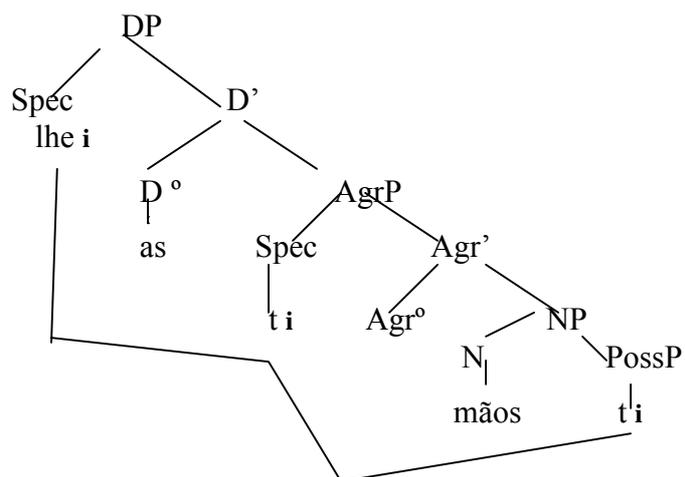
A análise de Hornstein et al., acima, não dá conta dos dados do PB, visto não ser possível derivar [a NP...clítico] de uma estrutura como essa. Como já vimos na apresentação da “construção integral” com [a NP] (“Le medecin a radiographié l'estomach **aux enfants**”), a posição de geração de “a” no francês (D/P) não corresponde à verificada no PB (até o século XIX), que seria em Agr, como consubstanciação de traços semânticos de posse.

Landau (op.cit, p.10) oferece-nos uma representação da estrutura com clíticos de posse. No entanto, para ele o clítico seria gerado com traços casuais dativos, em uma posição - em Spec, DP - em que não teria tais traços checados (caseless position). Por isso, teria de alçar a alguma posição regida pelo verbo, para que tivesse seus traços checados. O diagrama para a construção dativa de posse, segundo Landau seria:



Diferentemente do que propõe Landau, assumirei que o clítico representa a instanciação de traços semânticos de posse, gerado em PossP, alça para Spec, DP, onde tem certos subtraços semânticos checados (pessoa e número) e recebe caso (dativo), portanto continua sua ascensão a fim de checar traços de Caso com o verbo temático. Configuracionalmente, teríamos a seguinte representação da posse com clíticos:

(157)



O diagrama acima evidencia o movimento do clítico de posse, com a extração, que se daria, inicialmente, com o alçamento a Spec, AgrP (“posição de escape”, que precisa estar disponível) e, em seguida, Spec, DP (essa análise está em consonância com o que propõe Castillo para o espanhol, como veremos na seção 3.4).

3.2.3.2.2 – A mudança relacionada à construção de posse com clítico:

Galves e Abaurre (2002: 282), trabalhando com corpus oral do PB salientam “a ausência na amostra de outros usos comumente encontrados nas línguas românicas, tais como benefativos ou possessivos”. Afirmam, ainda, que no PB, os clíticos se comportam como “pronomes deslocados”. Compartilhando certas características dos *clíticos argumentos verbais*, também estes, em seu alçamento, necessitam de um núcleo de concordância, a que se agregarão, isto é, o movimento como núcleo só é licenciado “se houver uma posição de concordância na oração”, indispensável para que haja checagem dos traços de Caso de que os clíticos são portadores.

Uma vez que, no PB, tem havido um enfraquecimento do núcleo de concordância, diversos são os reflexos na superfície. Um destes diz respeito à agramaticalidade de [a NP] – que continua presente, como vimos, no francês, no italiano, no espanhol e no PE - , que gera o contraste evidenciado pelas sentenças abaixo:

- (158) a. * Sumiu um livro **a** João. [dativo de posse: a João = de João]
b. Sumiu um livro **de** João. (genitivo)
c. Sumiu-**lhe** um livro.

Ressalte-se, entretanto, que **até o século XIX esse contraste não estava presente no PB**, ou seja, [de NP] e [a NP] coexistiram, com função semântica equivalente, durante um longo período de tempo, até que a segunda desapareceu do sistema. Essa competição (e resultante desaparecimento da variante [a NP]) teve conseqüências para a construção clítica, cuja freqüência tem declinado inexoravelmente.

O fato de [a NP...clítico] ter constituído uma mesma estrutura de expressão de posse no PB representa uma evidência de que, estruturalmente, houve uma mudança gramatical. Na estrutura com redobro no PB, [a NP] e o clítico se moviam conjuntamente – [a NP], por topicalização, para a periferia esquerda da sentença, saindo o clítico *lhe* da posição de Spec, AgrP para um nicho em que se vinculasse ao verbo temático.

Segundo Ramos e Duarte (2005:14) esse movimento de topicalização de [a NP] “seria possível porque o clítico [lhe] também se movia para fora da construção possessiva, permitindo assim que a preposição e o sintagma possessivo cruzassem a posição de Spec, AgrP (...) sem causar violação à condição de minimalidade.”

Por outro lado, o fato de PB e francês diferirem com relação à expressão de posse sob forma [de NP] e [a NP] - o francês (assim como o PE), atualmente, dispõe de ambas as estruturas, consideradas gramaticais, porém semanticamente distintas; o PB, antes de [a NP] deixar de fazer parte do sistema, as tinha como semanticamente equivalentes, embora fossem estruturalmente diferentes - nos permite pensar que, efetivamente, o que distingue *lhe* e [de NP] é a forma de derivação - *lhe*, por ser clítico, passa por Spec, vP, posição de dativos – daí ser compreensível a má formação de sentenças com verbos triargumentais com dativo explícito; [de NP], por outro lado, não passa pelo nicho Spec, vP, pois representa uma posse *in situ*.

Desta forma, os falantes brasileiros consideram (157a) agramatical; além disso, ou não interpretam instantaneamente (157c) ou *lhe* atribuem uma outra estrutura, como evidenciaram os testes realizados – apenas a estrutura de genitivo é interpretada. Nesse contexto, *lhe* deixa de ser uma estrutura em competição com [de NP] pela expressão de posse, simplesmente porque os falantes não mais as associam semanticamente.

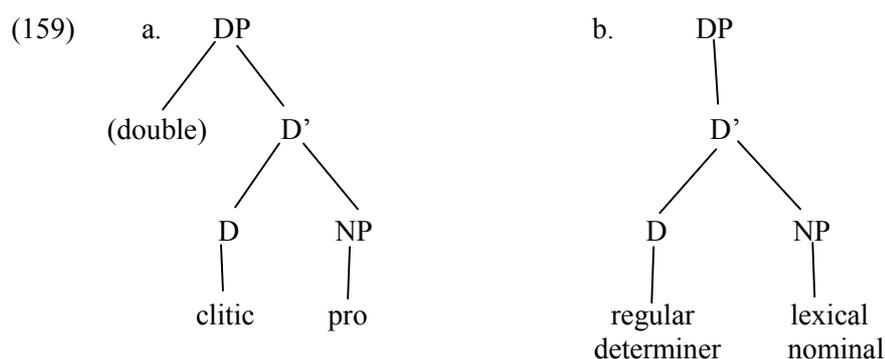
Vejamos uma discussão sobre a natureza dos clíticos de posse e, a seguir, a literatura específica sobre clíticos e construção de posse, a qual embasará minha proposta de análise. Na seção 3.4, retomo a questão da mudança, com a proposição de uma reanálise diacrônica para dar conta dos fatos apresentados acima.

3.2.3.2.3 - A relação clítico / verbo: a que nicho se agrega o clítico de posse?

Discuto nesta seção a proposta estrutural formulada por Uriagereka (1995), que analisa o posicionamento dos clíticos em relação ao verbo, com base em dois

fatores: *especificidade* e *referencialidade*, ambos aspectos centrais à compreensão da construção clítica de posse. Ele afirma que *os clíticos das línguas românicas são sempre específicos*; sobre a diferente origem dos clíticos de 1ª, 2ª (que existiam como pronomes no latim) e os de 3ª pessoa (originados a partir dos demonstrativos latinos) diz que: “sincronicamente, artigos e clíticos acusativos de 3ª pessoa se parecem morfológicamente e comportam-se de forma similar em certos aspectos sintáticos e semânticos. Tal paralelo não existe para os clíticos de 1ª e 2ª pessoas” (1995:79).

Acrescenta Uriagereka que “em épocas remotas das variantes românicas, versões dos demonstrativos acusativos latinos *illum, illam, illud* apareciam como elementos fracos, comportando-se como clíticos fonológicos. Então, um sistema com ambos – clíticos especiais e determinantes – emergiu, o qual não existia no latim vernacular inicial” (p.80-81). Sincrônica e diacronicamente, portanto, clíticos e determinantes são relacionados, o que se evidencia nos diagramas transcritos abaixo:



Note-se a existência de construções com objeto duplicado (sendo que o objeto topicalizado estaria em posição de especificador de D) - a possibilidade de redobro de clíticos, bem como a opção de acrescentar uma relativa a determinantes

(como em “A *que veio* é minha amiga”) dependem da existência de um D “forte”, que tenha capacidade de licenciar posição de especificador.

No entanto, surge um problema: o diagrama evidencia a ascensão do clítico à posição de Spec, DP, mas não o nicho que este ocupará em relação ao verbo. De um ponto de vista morfo-fonológico, o movimento de clítico apresenta uma necessidade prosódica - mas, dificilmente, apenas isso; há uma motivação sintática: *todo movimento se dá para a checagem de traços*. Para Uriagereka, a principal motivação reside na natureza específica, referencial dos clíticos – primeiro, porque *somente constituintes específicos podem mover-se para fora de VP*; segundo, *porque há um nicho designado para a implantação do clítico*, que pode ser relacionado à referencialidade deste.

Analisando dados do espanhol, do galego e do catalão, mostra que pronomes indefinidos não podem ser duplicados (como em “Lo vimos a el”, “Vimos a uno”, mas * “Lo vimos a uno”); também, determinantes só podem ser cliticizados se forem definidos (como se vê em: “Vimo-lo neno” – vimos + o menino / *”Vimos-un neno”) – ou seja, *somente artigos definidos referenciais podem cliticizar-se*.

Uriagereka aponta a “defectividade intrínseca” dos clíticos pronominais e a “ausência de especificações de pessoa” como aspectos relacionados à inexistência de clíticos não-específicos ⁴⁹; propõe, então, que a posição em que ficam os clíticos específicos será em um nicho mais alto do que I - supostamente, F, que é um nicho funcional que precisa ser *morfologicamente licenciado por um elemento*

⁴⁹ Note-se que, para o autor, a explicação da localização dos clíticos é previsível: como em F não ficam elementos indefinidos, não se encontrará a ordem [indefinido-clítico-V] (* “A Juan *uno* lo atacó la noche pasada”./ “*Uno* atacó a Juan la noche pasada.”). Sendo o clítico sempre específico, o autor o compara a “uma âncora” para informações novas.

forte (seja por um movimento de V, seja por uma cliticização de F a um regente apropriado ou pela concordância com um especificador preenchido), ou seja, o clítico sozinho não pode projetá-lo⁵⁰. F pode ser sintaticamente inativo (como no francês) ou ativo (como no espanhol e no galego, o qual toma IP ou AGRsP como complemento)⁵¹.

Somente nestas últimas, pode-se projetar F, pois é preciso que o verbo tenha traços fortes, a serem checados via-movimento (mas sem importe semântico): isso é possível já que verbos podem refletir informação velha, podem ser enfatizados, topicalizados, de formas diferentes nas diversas línguas.

Textualmente⁵² (pp.92-93), afirma:

Línguas com um F morfológico, ativo, exibem essas propriedades; línguas sem isso não exibem nenhuma delas; e línguas com um F residual, não morfológico, exibem algumas (...) F sintaticamente codifica o ponto de vista do falante ou de um sujeito implícito. Isso é o que permite atribuição de referência, descrições carregadas (ex: epítetos), ênfase, etc. Podemos pensar em F como um

⁵⁰ Quanto à ligação verbo-clítico, Uriagereka afirma que: “Adapting ideas advanced by Roberts (1992, 1994) suppose affixation processes like V-movement to F/C are different from processes like clitic movement to F. Whereas we map the clitic onto F and we want it to stay in F, we “reconstruct” a verb moved to F/C. In turn, there is a sense in which we want to separate, more generally, affixation from cliticization. Affixes are already attached to heads in the lexicon; clitics hop onto heads but are not part of their morphology in the general instance. (...) apart from forcing “reconstruction”, affixation – *lexical* incorporation – reflects restrictions on morphological ordering, whatever those follow from. In contrast, apart from not forcing “reconstruction”, cliticization – *functional* incorporation – reflects restrictions on the parametric syntax of dependents.”

⁵¹ Ele assegura que somente línguas com esse domínio funcional morfológicamente ativo apresentam, em Spec, F, propriedades como ênfase, tópico não-contrastivo, expletivos explícitos, material deslocado (‘CP recursion’), e mesmo sintagmas QU- (em circunstâncias que, de outra forma, violariam a restrição de ilhas QU-), além de elementos pleonásticos focalizados e os clíticos.

⁵² No original, “Languages with an active, morphological F exhibit these properties; languages without it exhibit none of them; and languages with a residual, non morphological F exhibit only some (...) F syntactically encodes a speaker’s or an embedded subject’ *point of view*. This is what allows attribution of reference, loaded descriptions (e.g. epithets), emphasis, and so on. We may think of F as a point of interface at LF between the competence levels of syntax and the performance levels of pragmatics. It is due to this interface that a number of elements may end up in F, even if they perform different grammatical functions there.(...) Essentially, *whereas strong pronouns are specified for person features, determiners are not*. I suggest that *the clitic must move to a site where it is referentially indexed, thus in effect providing a person feature for the determiner clitic*. (...) Only through its association to F is the determiner clitic capable of licensing its dependent pro”. - Grifos meus.

ponto de interface em LF entre níveis sintáticos de competência e níveis pragmáticos de performance. Isto se deve à interface que um número de elementos podem constituir em F, mesmo se desempenham diferentes funções. (...)

Essencialmente, *enquanto alguns pronomes fortes são especificados com traços de pessoa, determinantes não o são*. Sugiro que *o clítico move-se para um nicho em que é indexado referencialment, provendo então um traço de pessoa para o clítico determinante*. Apenas por meio dessa associação a F o clítico determinante é capaz de licenciar o seu pro dependente.

Na esteira da análise de Uriagereka, Castillo (op.cit) analisa diversas construções em que há relações de posse. Seu trabalho reforça a correlação DP/CP, mostrando diferentes estruturas sintáticas sob as quais se expressa posse.

Ele afirma que nas construções em que há alçamento de possuidor (“possessor raising”), um todo e sua parte apresentam diferentes relações gramaticais em relação ao verbo a que se prendem: tais construções clíticas *caracterizam-se pelo fato de, em algumas circunstâncias, a presença de uma relação possessiva do tipo parte / todo provocar a diminuição da valência argumental do verbo* – por exemplo, “se há três argumentos previstos na superfície, haverá apenas dois no nível conceptual”⁵³, como se vê no exemplo abaixo, em que um elemento (possuidor) alça de um constituinte mais encaixado para um da sentença matriz:

(160) a. Surface structure:

[Juan] le levantó [la mano] [a María].

Juan cl lifted the hand to Maria

Juan lifted Maria ‘s hand.

⁵³ Nos termos do autor: “at least in some instances, the presence of part-whole dependencies decreases the argument Valence of the verb, so that a verb with, say, three grammatical relations in the surface (...) will have only two at the conceptual level” (p.16-7)

b. Conceptual structure:

Juan levantó [la mano [poss María].

Sua análise permite entrever, na configuração da estrutura de superfície, como a posse sob forma [a NP] carrega aparentemente um argumento a mais (daí, possivelmente, a interpretação deste sintagma como [possuidor] e [afetado]) do que a construção com clítico, em que há apenas o possuidor.

Castillo salienta que normalmente *o constituinte que alça é o possuidor, visto que este não está diretamente relacionado ao evento expresso pelo verbo*. Na verdade, isso que ele afirma para o espanhol vale para várias línguas românicas: também no italiano, no francês e no PB, somente o possuidor alça do sintagma de origem, por ter certos traços que necessitam ser checados fora do constituinte onde foi gerado.

Tomando como referência o trabalho seminal de Szabolcsi (1983, 1994), avalia a necessidade de o NP possuidor, *o qual, uma vez alçado, aparece sempre com a marcação dativa, ostentar concordância de numero e pessoa com o possuído*. Reafirma a tese de que a posição mais baixa, Spec, NP (ou Spec, AgrP), na qual se atribui caso nominativo, seria uma espécie de “posição de escape” através da qual o clítico passa para chegar a Spec, DP, nicho no qual se estabelece a relação de concordância com o possuído e recebe marcação de Caso dativo.

A análise de Castillo deixa em aberto, porém, a que nicho se agrega o clítico, após alçar a Spec, DP.

Voltando ao nicho funcional proposto por Uriagereka, F, vemos que seu licenciamento morfológico somente é possível em função de um “elemento forte” (seja pelo fato de que o verbo, forte, é capaz de alçar, seja pela cliticização de F a

algum “regente”): o verbo não se move arbitrariamente para F, pois isto contraria o princípio de economia – só o fará para garantir que a derivação convirja – portanto *a morfologia verbal (presença de traços a serem checados) é que justificará o movimento V-para-F.*

A proposta de Uriagereka não dá conta dos dados do PB: primeiro, porque prevê clíticos (ainda que não subcategorizados) fora do VP, mas não explica onde estes ficarão ou mesmo por que se moverão. Além disso, o fato de o PB ter perdido a capacidade de movimento do verbo (traços morfológicos fracos de concordância) nos desautoriza a postular um nicho como F para hospedar os clíticos de posse (ver, na seção 3.3.1 a mudança de ordem sintagmática que se operou no PB).

Por fim, outro aspecto distancia a construção de posse aqui analisada do que propõe esse autor: quanto à possibilidade de extração do clítico de posse, Uriagereka (1988, apud Gavruseva, op.cit. p.748) afirma que *quanto mais rico for o status morfológico de D em uma língua, maiores as barreiras a serem transpostas para extração do possuidor* – suas predições valem para diversas línguas (como o russo, o chamorro e as línguas germânicas), mas não dão conta do fenômeno no húngaro e no português.

Os dados do PB nos levam a correlacionar extratabilidade do clítico / riqueza morfológica do DP seguindo a análise de Gavruseva, que, ao contrário dele, *atribui à riqueza de D' (o fato de haver processos de concordância internos ao DP), isto é, à existência de Agr/DP, a possibilidade de esse nicho tornar-se um regente apropriado para o(s) traço(s) deixado(s) pelo possuidor extraído sob a forma clítica:* assim, a correlação estabelecida por ela, e que se aplica ao PB, seria entre a especificação de traços de concordância [+ pessoa], [+ número], [+ caso] e a extratabilidade, como veremos em 3.4.

3.3 - Os dados do PB e a sintaxe de colocação dos clíticos de posse

Apresentamos acima a proposta de análise da construção com clíticos segundo Landau e Uriagereka / Castillo. Essas análises, como vimos não dão conta dos dados do PB.

É preciso ter em conta que os dados apresentam construções só com clítico ou só com [a NP], ou com ambos, clítico e [a NP] – nenhuma das propostas acima considera essas três estratégias de uma perspectiva unificada. Atentando para os dados do corpus diacrônico, a análise de Galves (2001, 2002) parece mais adequada ao PB.

O clítico de posse tanto pode vir em posição proclítica (mais freqüente) como enclítica – mas ainda assim adjungido ao verbo, formando com ele uma unidade morfo-fonológica, como se fosse afixo de concordância – lembremo-nos de que não poderia ficar em Spec, DP, visto ser impossível adjungir ao artigo, também um clítico. Em próclise, encontra-se em Spec,TP, no mesmo nicho funcional que contém o verbo. Como explicar essas duas possibilidades?

3.3.1 – Análise da natureza e da sintaxe de colocação dos clíticos de posse:

Galves (2001) postula que os clíticos não podem ser D (determinantes), mas que *o conjunto de traços φ que representam pode constituir uma categoria funcional*, e a checagem destes traços, muitas vezes, se dá apenas na sintaxe invisível. Sua análise opõe-se à de Uriagereka, *cujas abrangência fica comprometida pelo fato de que não dá conta de explicar línguas em que os clíticos são pós-verbais em certos contextos, mas pré-verbais em outros.*

Para Galves, a apreensão das diferenças entre os complexos [clítico + verbo] e [verbo + clítico] baseia-se em três hipóteses fundamentais:

- a) os clíticos são feixes de traços pronominais (traços φ), ou seja, em termos categoriais, correspondem à categoria AGR.
- b) Eles podem ser gerados diretamente em posições argumentais, sofrendo adjunção ao verbo em seguida e, nesse caso temos a próclise. Eles também podem ser morfologicamente associados ao verbo antes do início da derivação, e temos então a ênclise.
- c) A ênclise no tempo finito põe em jogo a categoria Comp.

Sua proposta segue Rizzi (1990, apud Galves 2001:222), ao afirmar que “AGR tanto pode ser um núcleo independente com a sua projeção flexional autônoma (AGRP) quanto um traço ou um conjunto de traços atribuído a um outro núcleo”. AGR seria, a rigor, um conjunto de traços φ , que “podem constituir o conteúdo de uma categoria funcional independente ou, ao contrário, estar associados a uma outra categoria funcional”.

Ela afirma *não haver mais, atualmente, produção de clíticos de terceira pessoa na gramática nuclear da língua* – os que ainda existem são vestígios. Para explicar por que o sistema do PB legitima clíticos de primeira e de segunda pessoas, mas não os de terceira, apresenta duas propostas: a) uma articulação da teoria do Caso à questão da concordância (“na ausência de AGR no núcleo funcional que contém o verbo, um clítico só poderia verificar um caso inerente” – p.19); essa análise explica por que apenas os clíticos não acusativos sobrevivem, bem como a razão da contigüidade obrigatória clítico-verbo (para atribuição de

função temática); b) uma explicação baseada no Programa Minimalista, enfocando a noção de interpretabilidade na interface (há duas formas de instanciação do traço [Pessoa] nos paradigmas flexionais: como um traço semântico (com três valores – 1ª, 2ª e 3ª) ou como traço sintático (caracterizado como positivo ou negativo).

Assumindo que *o paradigma dos clíticos pronominais é caracterizado de maneira idêntica ao paradigma flexional da língua*, o PB apresenta-se como língua em que se elimina o clítico de terceira pessoa, em favor do uso de *ele*, uma vez que não há distinção entre segunda e terceira pessoa (a terceira pessoa corresponde ao traço [- Pessoa]). Sobre as mudanças no paradigma flexional e dos pronomes do PB, Galves afirma que:

O paradigma pronominal se reorganiza então, passando a integrar o pronome não clítico de terceira pessoa *ele*, que, como é de se esperar pelo raciocínio acima, assume um papel de destaque também na concordância. Por sua saliência perceptual como elemento de retomada e seu uso em função de objeto, tão distante das outras línguas românicas, *ele* é o ponto de partida e passagem obrigatória de todas as análises do PB propostas aqui. (...).Retomando propostas de Everett (1996) e Dobrovie-Sorin (1994), assumo finalmente que *concordância, clíticos e pronomes são um só e mesmo objeto: matrizes de traços ϕ , geradas como morfemas livres ou presos e em posições diversas*, em função da parametrização das categorias funcionais das línguas. (pp.19-20)

Isso explica o fato de *ele* – precedido ou não por preposição – estar invadindo lugares antes destinados aos clíticos – inclusive os de posse.

Assim, considero adequada essa análise de Galves (2001, retomada por Duarte (2005) e Ramos e Duarte (2005)), segundo a qual *os clíticos são feixes de traços de concordância*, e que, portanto, deverão ser checados via adjunção a Spec, DP ou Spec, VP.

Em consonância com essa hipótese, e divergindo da proposta de Uriagereka, com base na análise da ordem de constituintes dos dados do corpus

diacrônico, considero *ser desnecessário postular um nicho específico para a hospedagem dos clíticos de posse*, embora possa ter sido necessário em estágio anterior do português, como atestam os dados a seguir:

(161) a. “O mesmo passa nos filhos, que de meninos são criados em liberdade; que custa muito depois de grandes doma-los, e se acaso lhes contradizem seus apetites, ou **lhes não permitem a liberdade** com que foram criados, se descompoem e se fazem piores.” (BA, XVII)

b. “Por isso alguns pais de famílias prudentes, e desejosos do bem de seus filhos, não somente **lhes não perdoam o castigo** conforme o conselho da salvação, mas ainda para os acautelarem os açoutam pelos pecados alheios.” (XVII)

c. “...conforme a etimologia do nome de infante, que quer dizer, o que não fala; outros chamam infantes ao menino enquanto mama, e outros enquanto **lhe não amanhece** a primeira luz da razão.” (BA, XVII)

(162) “...e me dizem mora em caza dehum tio seu **que o nome lhe não sei** mas he mercador.” (MG, XVIII – note-se o uso do clítico de posse em vez do “cujo”, pouco freqüente nos dados)

Observe-se que os clíticos estão acima do VP – possivelmente em spec, NegP – como não foram encontrados dados com esse tipo de interpolação [clítico - NegP – verbo] - nos demais períodos investigados, embora sejam poucas as ocorrências, tal fato nos permite postular que *o clítico tinha, inicialmente, um movimento mais longo, sendo extraído do NP por um movimento a Spec, DP, seguindo para Spec, TP e, posteriormente, a Spec, NegP.*

A perda de possibilidade de movimento para Spec, NegP (ou outro nicho funcional, como o postulado por Uriagereka) fez com que o clítico ficasse mais restrito, parando após o segundo nicho, que o hospeda, e no qual passa a formar com o verbo uma quase-unidade morfo-fonológica no PB.

Observadas as ordens de constituintes que se evidenciaram no corpus, constata-se ter havido, em estágios anteriores, maior flexibilidade quanto à posição ocupada pelos clíticos: mesmo onde havia CP (linhas (a) e (b) do quadro abaixo), nota-se a posposição do clítico ao verbo, ainda que numa freqüência bem menor.

A interpolação entre o clítico e o verbo, de pouca freqüência e possível apenas por um elemento de negação, se evidenciou apenas nos séculos XVII e XVIII (cf. linha (d)), o que será discutido ainda nesta seção.

Os resultados assinalados em (g), (i), (k), (m) – presença de algum constituinte antes do verbo ao qual o clítico se afixa, poderiam vir agrupadas, bem como os resultados de (h), (j), (n) – algum hospedeiro precedendo o clítico adjungido a V. No entanto, essa redução das variáveis relacionadas à ordem dos constituintes a duas básicas - próclise e ênclise - tornaria opaca a visualização das construções disponíveis aos falantes nos diversos períodos sob investigação.

Vejamos as ordens de constituintes que se evidenciaram no corpus:

QUADRO IX

Ordens de constituintes das construções clíticas de posse no PB no eixo do tempo

Séculos:	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
Constituintes					
a) CP – cl – V	29	10	21	10	4
b) CP – V – cl	1		3		
c) Neg – cl – V	4	2	6	3	4
d) cl – Neg – V	3	1			
e) V – cl	12	4	44 ⁵⁴	11	
f) NP – cl – V	13	3	10	3	1
g) NP – V – cl	2	2	6	1	
h) prep ⁵⁵ – cl – V	7		6		
i) prep – V – cl			5		
j) pron. – cl – V	12	4	10 ⁵⁶	2	
k) pron. – V – cl			4		
l) # – cl – V	17		2	3	2
m) e/ou – cl – V	10	2		2	
m) e/ou – V – cl	2	2	3	2	1
n) S.Adv – cl – V	4	2	1		1
Totais	116	32	121	37	13

(Incluídas as estruturas de redobro)

⁵⁴ Destes 44, apenas nove ocorrências (20,5%) com verbos em tempo finito; os 35 restantes (79,5%) dividiram-se em verbo no infinitivo ou gerúndio + clítico.

⁵⁵ Preposições encontradas precedendo o clítico: em, de, para .

⁵⁶ Incluem-se aí casos de “se lhe”, “se me”, etc, bem como pronomes pessoais retos, demonstrativos, indefinidos que “alojaram” o clítico.

Vejamos como seriam os escores em termos de próclise e ênclise absoluta, desconsiderando o tipo de hospedeiro do clítico (em caso de próclise), como vimos acima:

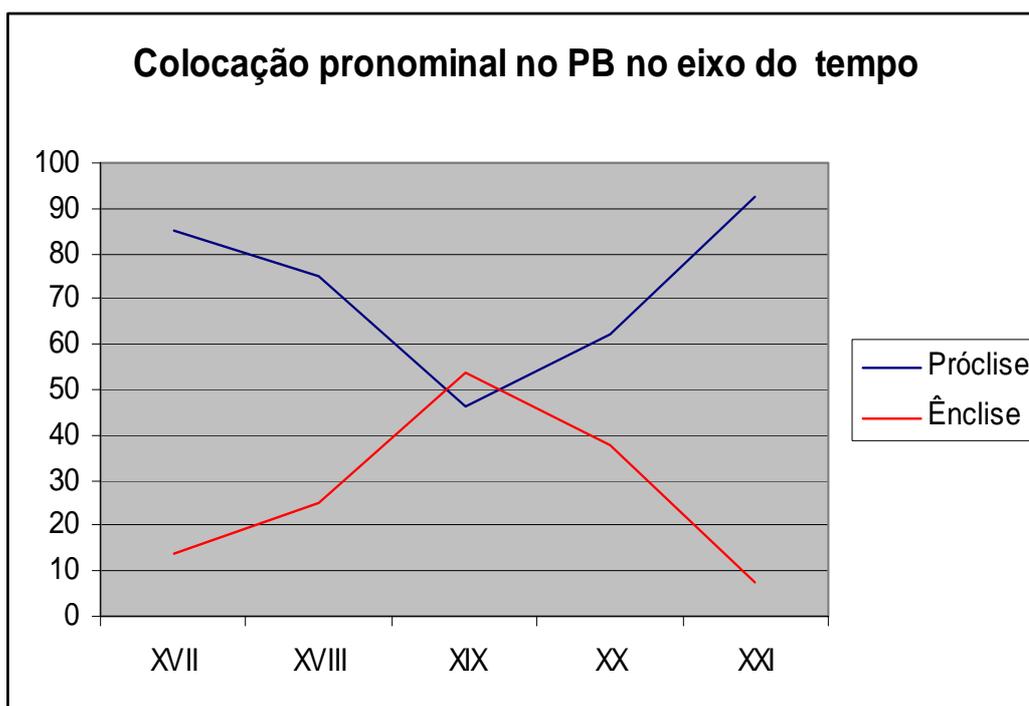
TABELA XXXIII

Colocação do clítico de posse no eixo do tempo

Colocação do Pronome:	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
Próclise: 214 (67,1%)	99 85.3%	24 75%	56 46,3%	23 62.2%	12 92.3%
Ênclise: 105 (32,9%)	17 14.7%	8 25%	65 53,7%	14 37.8%	1 7.7%
Totais: 319	116	32	121	37	13

Note-se, no eixo do tempo, o predomínio da colocação proclítica, com 201 ocorrências, em detrimento da ênclise, com 104 ocorrências. Vejamos o gráfico correspondente:

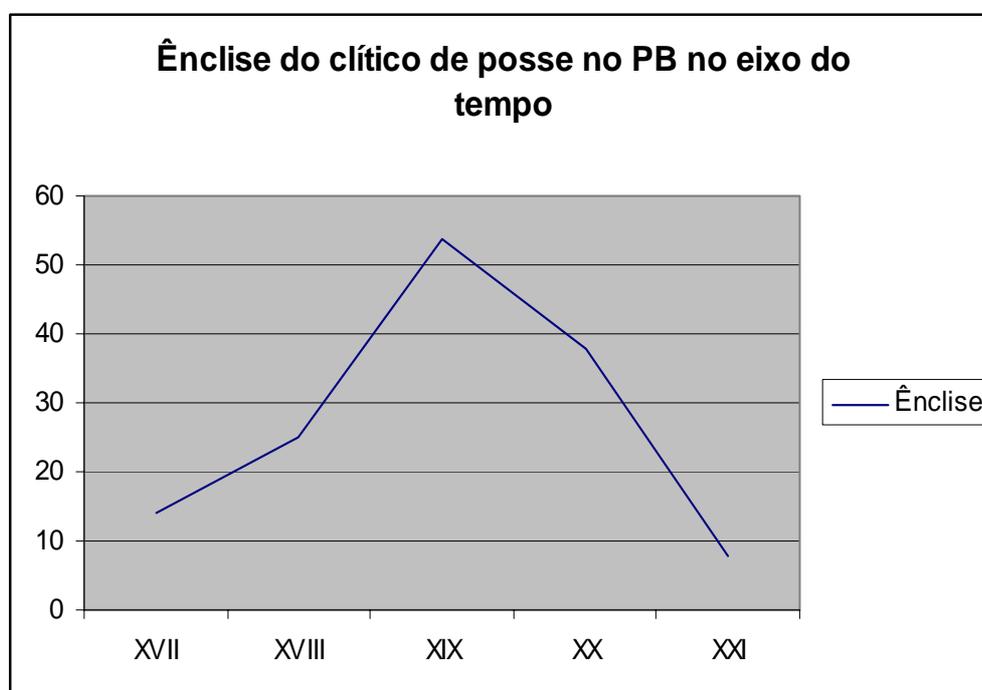
GRÁFICO XXIII



A ordem preferencial sempre foi clítico – verbo, embora se observe uma retração no século XIX, o que é condizente com outros estudos que apontaram a segunda metade deste século como um momento crucial para a reorganização dos paradigmas verbal e pronominal do PB ⁵⁷.

Consideremos, agora, desdobrando o gráfico anterior, apenas os dados sobre o perfil da ênclise, no eixo do tempo:

GRÁFICO XX IV



⁵⁷ O comportamento observado nos dados relativos ao século XIX, que compuseram o corpus desta tese, normalmente discrepantes do processo que se vem observando nos séculos anteriores, pode dever-se a uma “relusitanização” do país, provocada pela presença da família real no Brasil a partir de 1808 e uma busca que se verificou, então, de maior proximidade com a norma da metrópole. Deixo essa pesquisa historiográfica em aberto, contudo considerando esta uma hipótese bastante plausível. Berlinck (p.c) remete ao texto de Pagotto, “Norma e condescendência: ciência e pureza” (1998:52-53), no qual este afirma:

“...no decorrer do século XIX a norma culta escrita mudou radicalmente a sua face, ou seja, o século XIX representa um mudança no modo de os sujeitos falantes encararem as formas lingüísticas que deveriam usar na escrita. Não se trata somente de formas da escrita que caem em desuso no Brasil, sendo substituídas por formas da oralidade brasileira. Elas são substituídas por outras igualmente estranhas ao português brasileiro nosso de cada dia, que continua seguindo o seu percurso de mudanças. (...) no caso do Brasil, a língua falada seguia um rumo e a língua escrita caminhava na direção diametralmente oposta. A aproximação com as mudanças em curso, na literatura, só vai se dar fortemente a partir da década de 20 (...)”

É possível demarcarmos o perfil de mudança observando o percurso da construção clítica na colocação enclítica: isso nos remete tanto à questão da constituição – fixação da ordem clítico – verbo, no eixo do tempo –, quanto à análise do estatuto do clítico em posição pós-verbal.

Quanto à *natureza da relação do clítico com o verbo*, seja em próclise ou em ênclise, me reportarei a Galves (op.cit), a qual, seguindo proposta de Benincà e Cinque (1993), assume que, *na ênclise, o verbo e o pronome clítico formam uma unidade morfológica*, isto é, o complexo v – cl “corresponde a uma palavra já formada no léxico, inserida na derivação como os traços de concordância e tendo o mesmo estatuto que eles em relação à teoria da verificação”, enquanto que *na próclise há uma adjunção do clítico ao verbo* (o que se confirma pela possibilidade, por exemplo, de coordenar pronomes proclíticos, dada a sua maior autonomia (funciona como pronome independente), mas não enclíticos⁵⁸ (afixos morfológicos). Com o clítico de posse, *também fica melhor a coordenação com clíticos pré-verbais, porém a estrutura não chega a ficar degradada*, conforme vemos a seguir:

- (163) a. Comprei um livro e **o** li e reli várias vezes.
b. * Comprei um livro e li-**o** e reli \emptyset várias vezes.

- (164) a. Eu **lhe** cortei e \emptyset pintei os cabelos.
b. ? Cortei-**lhe** e pintei \emptyset os cabelos.
c. ? Cortei \emptyset e pintei-**lhe** os cabelos.
d. * Cortei os \emptyset cabelos e **lhe** pintei.

⁵⁸ A consideração da ênclise como caso de morfologia flexional é coerente com o Minimalismo, no qual se considera que toda a morfologia flexional já é inscrita na palavra no início da derivação, o que é avaliado no processo de checagem de traços.

Com relação à interpretabilidade da construção proclítica ou enclítica ⁵⁹, respaldemo-nos em sua afirmação de que, funcionando como pronomes independentes, os pronomes proclíticos “se comportam como os nomes quanto à concordância, podendo entrar em relações múltiplas ou prescindindo a existência de tal relação” (p.cit., p.226). Já na ênclise, ao funcionar como elemento de concordância verbal, o clítico não é interpretável, conforme Galves (op.cit) pontua:

As suas diferenças de legitimação, isto é, no sistema minimalista, de verificação, decorrem dessa diferença quanto à interpretabilidade. Os traços ϕ do clítico em próclise não precisam ser verificados porque eles são interpretáveis; os traços ϕ do clítico em ênclise precisam ser verificados porque eles não são interpretáveis. Assim se explicam as maiores restrições que se aplicam à construção enclítica.

Assumirei os itens (a) e (b) de Galves, que os clíticos são a representação de um feixe de traços de concordância, realizados em Spec,DP, num primeiro momento e, prosseguindo seu movimento de subida, instalam-se em Spec, TP, em posição sempre contígua ao verbo temático (note-se que nos dados do corpus, a partir do século XVIII, não se encontram casos de interpolação do tipo clítico – XP – verbo).

Quanto ao item (b), o local de geração do clítico de posse, assumirei que o mesmo é gerado dentro do DP, na periferia de N (em PossP); move-se, a seguir para Spec, DP para checar traços (interpretáveis) de pessoa e possuidor; caso parasse aí, a estrutura não convergiria porque “o clítico não pode figurar nesta

⁵⁹ No caso da coordenação de orações com estruturas clíticas, ocorre um fenômeno curioso: se os verbos compartilham o DP do qual alça o clítico, este deverá vir codificado em ambas ou na 2ª oração, do contrário degrada-se a estrutura.

Terzi (1999:97, nota 16) afirma, seguindo Benincà e Cinque, que enclíticos e proclíticos estão em diferente relação de incorporação com o verbo, e que por isso os clíticos pré-verbais poderiam ser omitidos da segunda oração, diferentemente dos pós-verbais. Embora isso possa valer para clíticos argumentos verbais, não degrada completamente estruturas com clíticos de posse (cf. exemplo acima).

posição em PF, visto que, como clítico, *Ihe* não pode adjungir-se ao artigo definido, núcleo de DP, uma vez que este também é um clítico que necessitará adjungir a N°. Assim, resta ao clítico de posse mover-se até o núcleo mais próximo, que no caso é V^o.⁶⁰

Atente-se para os contrastes apresentados abaixo:

(165) a. * Cortei-**Ihe** unhas.

b. Cortei-**Ihe as** unhas.

c. Cortei **as** unhas.

(166) a. (?) Cortei-**Ihe suas** unhas.

b. (?) Cortei-**Ihe as suas** unhas.

Note-se que o artigo pode ser interpretado, quando sozinho, como indicador de posse (correferente com a primeira pessoa do singular): isso significa que o alçamento do clítico só se verifica quando D° estiver preenchido, uma vez que *o clítico necessita ter seus traços checados em Spec, DP*. Significa, também, que *tanto o artigo (em 165 c) quanto o clítico (165 b) são portadores dos traços de posse*⁶¹, *indicadores de pessoa e possuidor* (bem como de subtraços semânticos como [+referencial], [+definido], que foram discutidos no grupo de fatores investigados, no capítulo II).

Assim, o clítico de posse alça a uma posição de especificador (seja de TP ou AspP, ou ainda, de Spec, DP), mas continua sendo um *locus* de instanciação de traços ϕ de posse, sendo possível identificar o seu ponto de origem no DP (ou PP, no caso de o mesmo estar em relação com um verbo inergativo, como vimos), isto é, o seu movimento deixa, no local de origem, uma categoria vazia, um traço.

⁶⁰ Duarte, 2005, p.c.

⁶¹ Agradeço ao professor Fábio Bonfim Duarte pelos comentários e sugestões de leituras. Segundo ele, uma outra evidência de que D° seja portador de traços ininterpretáveis [*u*Pessoa [*u* possuidor]] realizados sincreticamente ocorre no inglês, língua na qual o genitivo 's e o pronome possessivo não podem coocorrer com o artigo - *the my books. (2005, p.c). Isso está em consonância com Kayne 1994, cuja análise DP/CP foi endossada nesta tese.

Note-se que seu comportamento, nos contextos em que ainda aparece, é similar ao de um clítico argumento verbal, ou seja, contíguo ao verbo, preferencialmente à esquerda ⁶² no PB, (ordem [Cl – V – DP], numa posição adjunta a TP), sem admitir interpolação, diferentemente do que se podia ver em estágios do português arcaico.

Atualmente, há possibilidade de interpolação de algum elemento (XP) no constituinte [clítico – verbo - XP - NP], mas não entre clítico e verbo, o que vale também para os demais clíticos do PB. A interpolação obedece a restrições bem delimitadas, isto é, o movimento do clítico segue a determinadas condições de localidade, como se pode constatar, a partir da análise de dados diacrônicos e sincrônicos. Há a proibição de sintagmas ‘pesados’ entre o V e o DP ao qual o clítico está coindexado, como se constata abaixo:

- (167) (i) Esse vento **me** irritou **os olhos**.
(ii) * Esse vento **me** hoje irritou **os olhos**.
(iii) Esse vento **me** irritou hoje **os olhos**
(iv) ? Esse vento **me** irritou com aquela terrível poeira **os olhos**.
(v) Esse vento **me** irritou muito **os olhos** ⁶³.

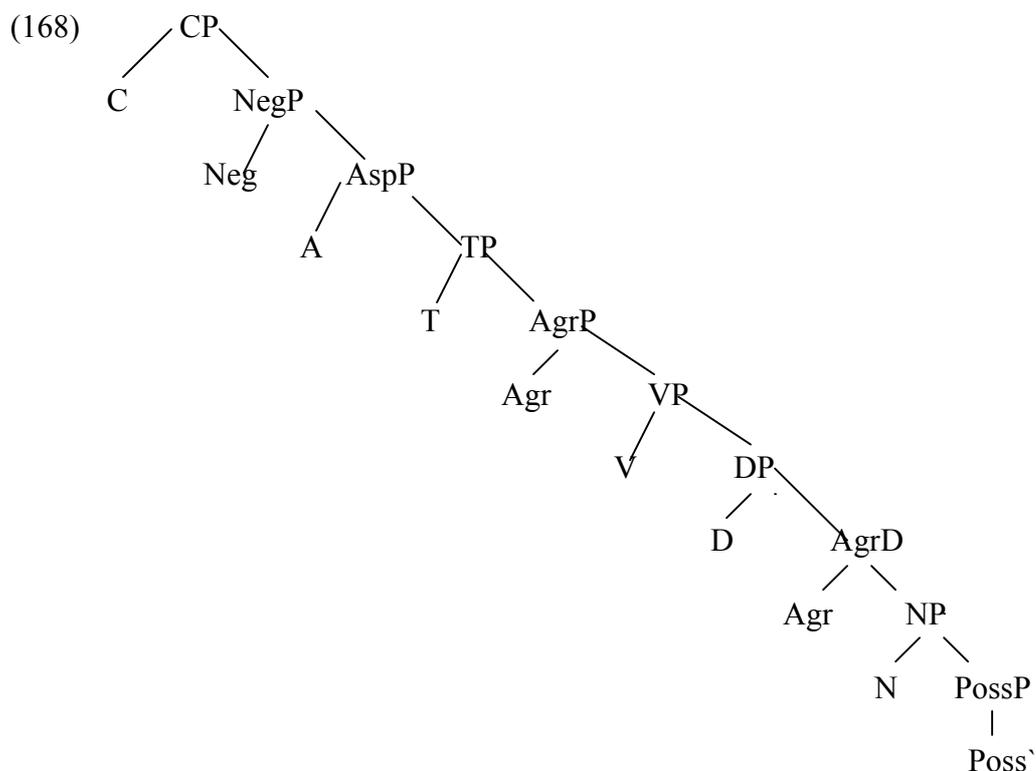
Dados os fatos acima, mostra-se desnecessário assumir uma projeção exclusiva para abrigar os clíticos (o nicho F, conforme Uriagereka), uma vez que isso *implicaria dizer que o PB tem traços de morfologia verbal mais exuberantes*

⁶² Ramos (1997:45), ao apresentar argumentos de que a forma ‘cê’ seria clítico diz: “o item ‘cê’ deverá ocorrer em contextos típicos de clíticos: isto é, ou na posição de sujeito ou coindexado com uma categoria vazia na posição sujeito, ou ainda na posição de complemento de verbo, mas não na posição de complemento de preposição, já que preposições não tomam clíticos como complemento no PB”. Este último aspecto se aplica aos clíticos de posse aqui analisados: clítico de posse e PP genitivo são complementares.

⁶³ Note-se que, nesta última, não se compreende que ‘o vento me irritou muito’, mas que ‘irritou muito meus olhos’- pode-se observar o estreito vínculo entre o clítico e o verbo temático.

do que os tem, além da assunção de um movimento do clítico com escopo maior do que se observa nos dados a partir do século XIX – o próprio autor assume que há línguas com um sistema misto (em transição), que apresentam certas propriedades concernentes à projeção de F, mas não todas – é possível que o PB esteja num estágio similar.

Para visualizar a estrutura da sentença na qual se dará o alçamento do clítico, adotarei o seguinte diagrama, baseado em Terzi (1999), com alterações; inserirei, no último nicho, o DP (e seus elementos constituintes, N e PossP, do qual o clítico será a instanciação, quando extraído), cuja presença é crucial à possibilidade de extração do clítico de posse).



Seguindo análise de Terzi (1999) quanto à posição de clíticos em contextos com verbos flexionados ou infinitos (particípio, infinitivo ou gerúndio), em línguas românicas, busquei verificar se os traços fortes de T ou o ‘caráter defectivo’ dos demais verbos sob ‘formas nominais’ agiria como fator interferente na possibilidade de extração do clítico, ou na fixação de uma ordem específica. Também (segundo análise de Anagnostopoulou (1999), para o grego), julguei oportuno verificar se o modo verbal (indicativo, subjuntivo ou imperativo) consistiria em fator relevante para o posicionamento do clítico de posse. No entanto, não foi feita quantificação desses dados.

Atente-se para as sentenças abaixo:

(169) “Um cavaleiro, diz o mesmo Autor, que conhecera, que **adoecendo-lhe** o seu cavalo o lançou em colchas de seda, o recolheu em uma casa dourada...” (XVII) - (clítico sucedendo verbo no gerúndio)

(170) “El Rei Antígono para mocer ao insigne Filosofo Zenon a tomar o cuidado do seu filho, **que lhe nascera, lhe traz à memória** os grandes bens, que se seguiriam de sair o filho bem disciplinado com a doutrina de tal mestre...” (XVII)

(171) “No meio da indiferença com que os nossos médicos tem visto passar essas crises de epidemia, sem se abalarem a procurar-lhes os meios de affastal-as, e a **estudar-lhes as causas**, afim de poderem estabelecer um systema de curativo...” (XIX) – (Clítico em posição pós-verbal, verbo não-finito)

(172) “Quanto ao senhor Pedreira dizer que agora estou muito fino, tenho a dizer-lhe que fino sou mesmo, pois não me julgo da grossura do senhor Pedreira, que mimoseou-me com os epithetos que **lhe vieram à mente** na ocasião.” (Bahia, XIX) (Clíticos em posição pré- e pós-verbal, em contextos similares, com verbo finito em posição posterior a um complementizador.)

(173) “Os anarchistas de todos os credos politicos esbravejam, contidos em suas marchas de devastações, extermínios, roubo, sangue e mortes, por esses nobres

Brasileiros, que muitas vezes **lhes tem desarmado as fúrias**, e he por isso mesmo que soltam todos diques da sua cólera...” (XIX) – (Clítico em posição pré-verbal, antes de auxiliar; não encontrados exemplos de clíticos ligados ao particípio)

(174) “...com sinal preto na ponta esquerda, ou direita da barba, e a orelha esquerda furada; terá de idade vinte annos pouco mais ou menos, **vem lhe saindo o buço**, e tem uma cicatriz no peito.” (XIX) – (clítico seguindo auxiliar, precedendo verbo principal no gerúndio)

(175) “Não **me sofre o coração** que deixe assim ultrajar ...” (XX) – (Clítico em posição pré-verbal)

Partindo dos dados do corpus, assumirei que *os traços fortes (verbo em T) ou fracos do verbo (marcação defectiva, nos termos de Terzi) sob forma nominal não interferem na possibilidade de ocorrência da construção clítica, bem como os traços referentes ao aspecto verbal*. Foram encontradas ocorrências com tempos simples e compostos do indicativo e do subjuntivo, além de locuções verbais em que ora o clítico se encontrava antes da mesma (como especificador de AspP) ou entre auxiliar e verbo principal (como especificador de TP).

O quadro e os gráficos referentes à colocação dos clíticos de posse no PB, no eixo do tempo, evidenciam que, paulatinamente, houve uma fixação da ordem, com prevalência da próclise, além de se perceber que se perdeu possibilidade de interpolação entre clítico e verbo, o que significa que *os mesmos perderam a possibilidade de mover-se para além da projeção que contém o verbo temático, a que adjungem* (na qual ocupam a posição de especificador deste).

Independentemente de o verbo ser finito ou não-finito (à exceção de tempos compostos, em que há particípio), o clítico tanto pode vir precedendo-o (ordem Cl-V) ou o sucedendo (ordem V- Cl), mas com nítida preferência pela próclise. Isso significa que a “defectividade” dos verbos não-finitos não interfere na

possibilidade de cliticização; por outro lado, os clíticos não podem ir além do nicho funcional que contém o verbo temático, o que confirma a perda de movimento destes, em comparação com estágios anteriores do PB.

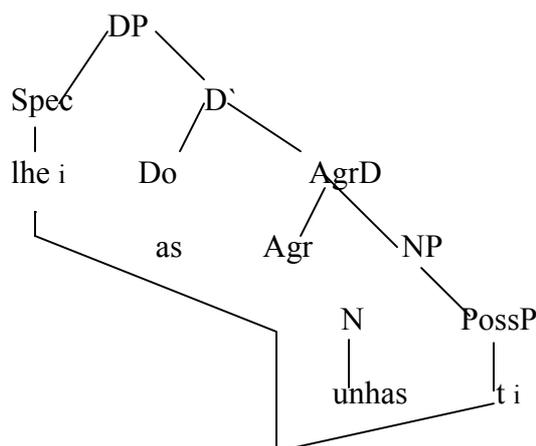
3.3.2 - Como e por que o clítico de posse pode ser extraído do DP:

O clítico, a partir de sua associação a um nóculo funcional torna-se capaz de ter verificados seus traços ininterpretáveis. Aqui se torna compreensível a necessidade de que o DP do qual o clítico alça seja [+ definido] / [+ específico]: apenas material definido pode mover-se para fora do constituinte (cf. Uriagereka, op.cit).

O movimento do clítico à posição de especificador visa à verificação dos traços de pessoa que o clítico instancia – Ramos e Duarte (2005) também consideram [+/- definitude] e [+/- especificidade] como subtraços semânticos dos traços explicitados em PossP (a saber, [*i*Pessoa [possuidor]] e [*u*Pessoa [possuído]]), os quais entrarão na operação de checagem.

Vejamos, novamente, a representação por meio de diagrama da constituição do DP do qual o clítico de posse alçará: o local de origem do clítico (bem como das outras formas de representação dos traços de posse, como os pronomes possessivos ou sintagmas preposicionados) é PossP:

(176)



Pode-se perceber que o elemento replicador dos traços de posse – no diagrama acima, o clítico – move-se para a posição de Spec, DP, a fim de checar seus traços (motivação sintática) - *esse nicho deve estar projetado, mas não pode ser lexicalmente preenchido* – daí a degradação da estrutura, nas quais Spec, AgrD estaria preenchido pelo pronome “suas”, o que impediria que o mesmo acomodasse os traços (deixados pelo alçamento) do clítico:

- (177) a. Cortei-**lhe** **as** unhas.
b. *Cortei-**lhe** **suas** unhas.

Isso representa uma mudança de gramática do PB - o par acima será gramatical com uma leitura não possessiva, mas de “dativo de interesse” ou “*commodi et incommodi*”, isto é, como beneficiário da ação de alguém. No entanto, em estágios anteriores do PB ambas eram estruturas gramaticais.

O comportamento evidenciado no par acima permite-nos não só considerar o clítico como um feixe de traços de concordância ⁶⁴, mas também explica o

⁶⁴ Em oposição à visão de autores como Uriagereka (1995) e outros, Galves descarta possibilidade de os clíticos de terceira pessoa (embora os acusativos sejam idênticos morfológicamente aos artigos) serem determinantes: “se D é por excelência a categoria associada à referência, como dar conta da ausência de qualquer interpretação associada aos clíticos” [em determinadas construções]?

porquê da *necessidade de o nicho Spec,DP, posição de escape* (“*escape hatch*”) *estar disponível, porém não preenchido por outro elemento indicador de posse* - (atualmente, visto que situações de redobro do clítico eram encontrados até final do século XIX – ver seção 3.4). Caso Spec, DP esteja preenchido, impedirá a extração do possuidor sob forma clítica, visto que esse é o nicho em que o clítico terá seus traços de pessoa, gênero e número, além de subtraços semânticos ([+ referencial], [+ específico]) checados e receberá Caso a partir da relação com o verbo temático.

Vimos, no capítulo II, que o fato de o NP possuído ser interno a um DP ou a um QP não bloqueia a extração do clítico de posse (desde que o DP possua o traço [+ específico]); mas diacronicamente sempre foi extremamente elevada a porcentagem de sintagmas definidos: 96,07% de todas as ocorrências com possessivos consistiam em DPs introduzidos por artigo definido.

No PB, dada a impossibilidade de cliticização em caso de um D°, deve-se atribuir a Spec, DP o papel crucial que tem: *esta categoria funcional é a primeira posição a acomodar o clítico em caso de extração*. Note-se que o clítico não alça obrigatoriamente para Spec, TP, embora possa fazê-lo:

(178) a - João machucou-**lhe** o pé. [Spec, DP]

b - João **lhe** machucou o pé. [Spec, VP]

Ela cita construções em que o clítico substitui uma proposição inteira (ex: “Eu o sei”.) ou de um adjetivo (ex: “Bela, ela nunca o foi”).⁶⁴ Por isso, propõe que sejam considerados os clíticos como elementos de concordância, os quais marcam uma posição com “alguns traços gramaticais que recuperam um argumento ou predicado antecedente, independentemente de qualquer interpretação referencial” (em consonância com autores como Cardinaletti e Starke (1994), para quem eles se identificam a INFL).

O inglês, que não possui D lexicalmente preenchido, não apresenta possibilidade de extração de possuidor sob forma clítica, diferentemente do PB, do italiano, do espanhol e do francês. Diante desses fatos, Gavrusseva associa a possibilidade de extração à riqueza de traços Agr/DP, que serão checados em Spec, DP:

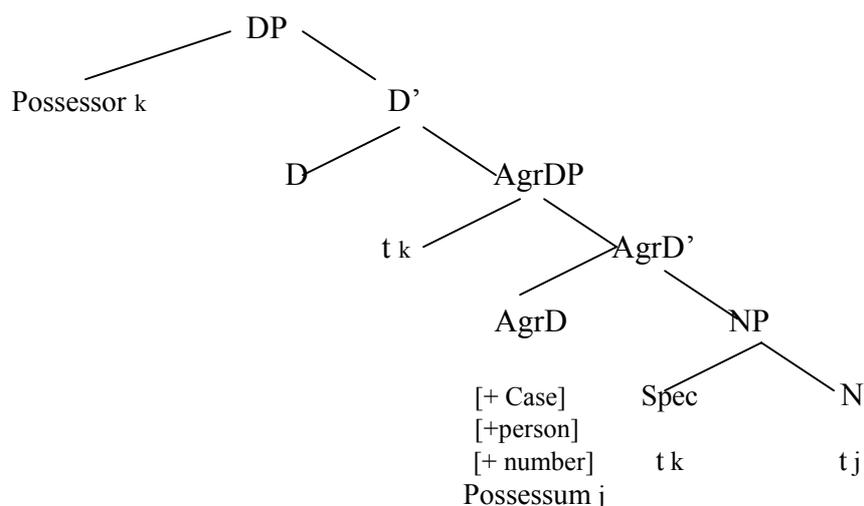
No quadro teórico Minimalista, não se considera que as flexões projetem separadamente núcleos funcionais; os morfemas flexionais correspondem a traços gramaticais que são checados por outros itens lexicais com traços correspondentes, por meio de movimento sintático. Os itens lexicais são inseridos plenamente flexionados na sintaxe. Nesta abordagem, não é difícil perceber como a checagem de traços funciona em línguas [+extração]. (p.756)⁶⁵

Vimos que *as marcações morfológicas de concordância desempenharão papel crucial para a (im)possibilidade de o NP possuidor alçar à posição de especificador de DP*. Assim, também as variações de ordem vocabular no DP (posição do determinante e do adjetivo, dos marcadores de posse, dos quantificadores, etc) serão definidas por marcações morfológicas do nome e seus argumentos. Pela assunção de que estruturalmente DP = CP, consideramos que cada constituinte do DP ocupará posições similares às que encontramos no VP (especificador, núcleo e adjuntos).

Vejamos o diagrama abaixo, de Gavrusseva (op.cit, p758), em que se evidenciam os (sub)traços semânticos e de Caso que permitem a extração do possuidor:

⁶⁵ No original: “In the Minimalist framework, inflections are not taken to project separate functional heads, rather inflectional morphemes correspond to abstract grammatical features that are checked by lexical items with ‘matching’ features via syntactic movement. The lexical items themselves are inserted fully inflected into the syntax. On this approach, it is not difficult to see how feature-checking works in [+ extraction] languages.” (p.756)

(179) Possessor extraction in [+ extraction] languages



A motivação para os movimentos do possuidor (notem-se os vestígios no diagrama acima) é a necessidade de checagem dos traços ϕ de posse que o clítico representa. Lembremo-nos de que não são os constituintes que se movem para checagem de traços abstratos: eles já entram na derivação com tais traços e são estes que “se movem” na sintaxe invisível para checagem conforme o núcleo a que se adjungem.

Em várias línguas (como o hebraico, o húngaro, o italiano, entre outras), o nome possuidor concorda com o possuído de forma similar ao que ocorre na relação entre o verbo e seu sujeito.

No hebraico, Agr/D, nicho que é marcado morfologicamente (definitude é um traço dos nomes, seja pela presença do artigo, seja por sua contraparte foneticamente nula). *D porta traços fortes de N, os quais são checados, apagados antes de spell-out e, desta forma, Agr/D “atribui Caso genitivo”⁶⁶ sob regência ao argumento em posição de especificador de NP*” (p.180). O movimento interno ao

⁶⁶ Vale lembrar que “caso inerente é atribuído por α a β apenas se α θ -marca β , enquanto caso estrutural não impõe tais exigências temáticas” (Chomsky, 1986, apud Siloni, 1997:18 1).

DP, no caso do hebraico é, então condicionado pela presença de artigo definido (que condiciona a presença da preposição e o alçamento do possuidor).

Em relação às condições internas ao DP, que permitirão a extração do clítico, Gavrusseva (2000) apresenta um estudo das restrições de extração de sintagmas QU- possessivos em várias línguas, partindo da extração de possuidor pré-nominal, em húngaro, e preposicional, em italiano, buscando captar as diferenças paramétricas entre essas línguas. Consideremos alguns dados dessas línguas:

- (180) a. Mari-nak a vendég-e- Ø (Gavrusseva, 2000:750)
[lit.: Mari-dativo o convidado = de Mari convidado]
b. Ki - nek a vendég-e- Ø [lit.: Quem-dativo o convidado = de quem o convidado?]
c. [Ki-nek] k ismer-té-tek [DP t k a vendég-é- Ø - t] ?
Quem-dativo conheceram o convidado de – Acusativo ?
[Lit: Quem vocês conheceram o convidado de ?]
- (181) a. il bambino di Gianni (Giorgi e Longobardi, 1991:56)
[o filho de João]
b. il bambino di qui [o filho de quem]
c. [Di chi] k há visto [DP il bambino t k] ?
De quem (ele) viu o filho ?

Contrariamente às possibilidades de extração do possuidor no húngaro e italiano, as línguas germânicas não admitem extração de possuidores pré-nominais, conforme atestam os exemplos do inglês e do alemão, respectivamente:

- (182) a. * Who k did you meet [DP t k 's brother] ?
[lit: Quem você conheceu o irmão (de) ?]
b. * Wessen k hast du [DP t k Buch] gelesen ?
[lit: De quem você o livro leu?]

O PB está mais próximo do italiano ⁶⁷, sendo possível a extração tanto de possessivos pré como pós-nominais, sob forma clítica. A única restrição se refere à presença de cujo [+QU] e flexões, o que aparentemente torna o possuído mais interno ao DP e lhe impede a extração ⁶⁸, como se pode ver abaixo:

- (183) a. Conhece o **seu** namorado. / ...o namorado **dela**
b. Conhece-**lhe** o namorado.
c. **De quem** conhece o namorado? / Conhece o namorado **de quem?**
d. Conhece a moça **cujo** namorado é italiano.
e. * De quem conhece o namorado é italiano?

Vejam os mais alguns dados do italiano. No italiano, um argumento externo do nome (por exemplo, um adjetivo ou equivalente com papel θ) pode ser extraído, mas desde que expresse posse (conforme demonstram Giorgi e Longobardi, op.cit, p.56):

- (184) a. Abbiamo ricordato il desiderio di Gianni.
Recordamos o desejo de João.
(ambigüidade: João deseja algo. / João é desejado (por alguém))
b. Gianni, di cui abbiamo ricordato il desiderio..
João, de quem recordamos o desejo... (possível a extração de QU-)
c. Ne abbiamo ricordato il desiderio..
Nós lhe recordamos o desejo... (cliticização por 'ne')
d. Abbiamo ricordato il suo desiderio.
(pronominalização: apenas na leitura como experienciador (ele deseja), não como tema (ele é desejado)).

⁶⁷ Com base nas possibilidades de ocorrência de extração QU, classificam-se as línguas em três tipos: A (extração obrigatória – ex: chamorro), B (extração opcional – ex: húngaro) e C (extração impossível – ex: inglês, holandês; o alemão seria um tipo misto, uma vez que admite extração apenas de PPs, isto é, possuidor pós-nominais). O PB pertenceria ao tipo B, uma vez que a extração de possuidor via cliticização é facultativa.

⁶⁸ É possível que a presença do **cujo** bloqueie a extração pela mesma razão que, no inglês, exista tal restrição, dada sua semelhança com o comportamento do 's genitivo. Sua ocorrência gera uma ordem marcada ⁶⁸ no PB:

- (i) John 's car (lit: John de carro = 'carro de John')
(ii) João cujo carro... (lit: João de carro, interpretado inversamente como 'carro de João')

Esses exemplos reforçam a tese de que apenas possuidor ou criador / autor pode ser extraído - o papel semântico de tema é incompatível com o clítico de posse, como se constata em:

- (185) a. Elogiei os trabalhos **de Mário**. ([de NP] é autor ou possuidor)
b. Elogiei os **seus** trabalhos. (possuidor)
c. Elogiei-**lhe** os trabalhos. (possuidor)

- (186) a. Critiquei a destruição **da ponte**. ([de NP] é tema)
b. * Critiquei-**lhe** a destruição.
(cliticização impossível se não há idéia de posse)

O que diferencia as línguas românicas e germânicas é que somente as primeiras projetam um Spec à esquerda de N, do qual o constituinte (no exemplo acima, “[di cui]”) alçará, o que torna N um regente apropriado para o traço deixado na posição de base:

- (187) a – il soldato [di cui] i ho visto la *t* i cattura *t*
o soldado de quem eu vi a captura
b - e ho visto la *t* cattura *t*
dele eu vi a captura
Vi-lhe a captura.

Como suporte para a postulação de um Spec,NP, no italiano, Giorgi e Longobardi (1991) mostram a impossibilidade de extração caso essa posição já esteja preenchida lexicalmente com um pronome:

- (187) c - * il soldato [di cui] i ho visto [la **sua** cattura .

Diferentemente do alemão, que permite extração de possuidor apenas se for um PP pós-nominal, mas não um possessivo pré-nominal, o PB permite cliticizar tanto um quanto o outro, desde que haja um DP pós-verbal do qual o clítico alça, o que evidencia o papel relevante do verbo como regente apropriado do NP/DP que contém o traço deixado pelo possuidor.

Como o clítico tem uma relação tão local com o verbo, não fica nem em Spec,AgrD, nem, normalmente, em Spec, DP, nicho em que poderia ter checados seus traços φ ⁶⁹: o mesmo precisa estar em relação de contigüidade com o verbo temático que atribui caso ao DP inteiro.

3.4 – Dados diacrônicos do PB: passos de uma mudança

No Minimalismo, todos os movimentos de constituintes são explicados a partir da verificação de traços (fonéticos, semânticos e sintáticos) que vêm especificados nos itens lexicais. Caso não ocorra tal processo de checagem, a estrutura não convergirá.

Discutimos extensivamente duas hipóteses neste capítulo, que na verdade não são excludentes: a) clítico é categoria independente (Uriagereka, 1992); b) clítico é feixe de traços de concordância, que se adjunge ao verbo (Galves, 2002). Assumindo que se trata de um feixe de traços de concordância, a semântica da posse poderia instanciar-se à direita ou à esquerda do verbo temático. Estando à direita, funcionaria como espécie de afixo, assim como as demais desinências.

⁶⁹ Segundo Galves (2001:31, nota 6), Chomsky (1998) introduz a operação AGREE (movimento invisível) como substituição ao processo de checagem de traços, o que “não deixa de ser uma maneira de reintegrar a noção de concordância na derivação”, mas não mais na relação especificador /núcleo. Trata-se, nessa nova versão, de relação núcleo a núcleo. Estamos adotando, nesta tese, a postulação (1995) de que certos traços formais são interpretáveis e outros ininterpretáveis. Os traços φ de verbos são ininterpretáveis, sendo necessária a operação de checagem (e posterior apagamento).

Estando à esquerda, adjuge a V (lembremo-nos que o clítico é, também, categoria independente).

O que se verifica, então, a partir da análise do gráfico XXIII, sobre a ordem de constituintes no PB, é perfeitamente compatível com as demais constatações sobre as mudanças no paradigma verbal do PB: se morfologicamente teríamos verbo + desinências verbais de concordância (número, pessoa) + afixo de concordância (clítico), formando um complexo, *a perda das marcas morfológicas de concordância verbal acabam por afetar também o clítico (representante de AgrD)*. Lembremo-nos de que *a autonomia morfo-fonológica do clítico na ordem clítico – verbo é significativamente maior do que na ordem verbo – clítico*.

Afirmo acima que D deve ser preenchido lexicalmente por um artigo definido, preferencialmente. Nem sempre foi assim. Outro aspecto relevante da mudança na expressão de posse no PB, concernente à ordem dos constituintes, reside *no fato de termos tido no PB, mas apenas marginalmente e até o final do XIX, casos de redobro similares ao dativo afetado do francês*, nas quais D^o vinha preenchido por um pronome possessivo, como se pode perceber abaixo ⁷⁰:

(188) “...ajuntando todos os seus filhos os açoutou mui bem, dizendo: “**não me arrancareis vós a mim o nariz.**” (BA ,XVII)

(189) “Os pais, que largam as rédeas aos filhos meninos lhes dão asas para voar; isto é, que **lhes largam as rédeas de seus apetites**, ou lhes dão azos de lançarem mão da liberdade...” (BA,XVII)

(190) “...o qual alegre voou logo com esta ocasião para a companhia; temendo porém os Padres a ira do tio, **lhe dilatavam seus bons desejos.**” (BA,XVII)

⁷⁰ A lista completa das construções de redobro encontra-se como anexo, ao final desta tese.

(191) “Confesou diante demuitas pessoas que o Supplicante lhe não fizera offença alguma, nem seachou ferido, nem ainda **selhevio nas suas Roupas** amais Leve queimadura.⁷¹” (BA, XVIII)

(192) “A única verdade que Luiz Fernandes anuncia na sua correspondencia segundo o que presenciámos foi a do Juiz Presidente **regeitar-lhe as suas cédulas**, disendo-lhe que estava criminoso.” (BA, XIX)

(193) “**A Fellipa Maria, fugio-lhe uma escrava** de nome Marcelina, criôla fula, rosto comprido e puxado, bexigosa, boca e olhos pequenos, labios grossos...” (BA, XIX)

Além da construção de redobro descrita por Ramos (2000, 2003) - [a NP] + clítico -, foram encontradas, nos séculos XVII a XIX, ocorrências de um outro tipo de redobro na expressão de posse: trata-se da estrutura – clítico + pronome possessivo. Essa estrutura, agramatical atualmente, nos leva a concluir que, nos séculos mencionados, *a posição Spec,AgrP poderia ser preenchida lexicalmente e, ainda assim, havia possibilidade de extração do clítico de posse via Spec, DP, o que faz supor diferentes locais de instanciação dos traços φ de posse.*

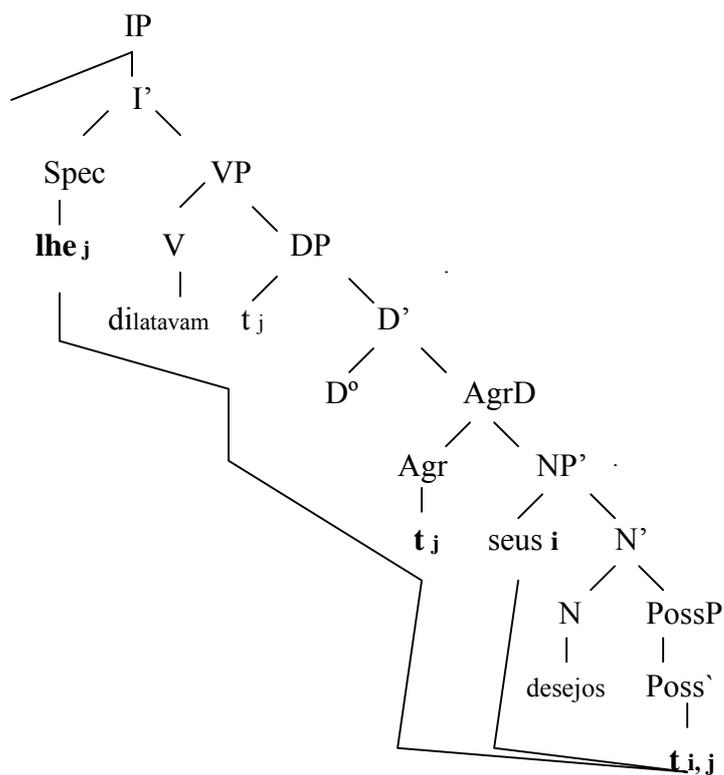
Vejamos uma das estruturas acima:

(194) “...o qual alegre voou logo com esta ocasião para a companhia; temendo porém os Padres a ira do tio, **lhe dilatavam seus bons desejos.**” (XVII)

Uma configuração para o movimento do possuidor nessa construção seria:

⁷¹ Note-se neste exemplo a interpolação clítico – negação – verbo. Também se pode observar, a seguir, que os pronomes se e lhe formam uma unidade morfo-fonológica com o verbo, o que acontecia freqüentemente.

(195)



Entre o final do XIX e início do XX, gradualmente desapareceram os casos de redobro. Isso aponta para uma nova gramática do PB, na qual, paralelamente à perda de status da preposição “a”, temos um novo status funcional do nicho PossP, interno ao NP (preenchido sobretudo pelo PP [de NP]), o que acaba por se tornar um elemento bloqueador da cliticização, uma vez que o possuidor pode verificar traços semânticos na configuração [NP de NP].

O PB perdeu, gradualmente, a posse por [a NP]. Além da mudança semântica notada por Landau entre “a” e “de”, a posse sob forma [NP de NP] trouxe um engessamento na ordem (ausência de movimento do possuidor), o que se relaciona à perda de uma estrutura de suporte à cliticização do possuidor – o redobro – em que ocorria [a NP...lhe...].

No século XIX, antes do completo desaparecimento desta estrutura, aparecem casos de [NP pertencente a NP], estrutura de mini-oração, em que a preposição “a” já se evidencia apenas como realizadora de Caso: tais ocorrências são um indício da transição de gramáticas que se operou a partir da mudança categorial das preposições “a” e “de”.

Todas essas mudanças por que passou o PB, diferenciando esta variedade e o PE, afetam, segundo Kato e Nascimento (2002:242) a “zona central da sentença, junto ao núcleo flexional: posição dos clíticos (próclise no PB e ênclise no PE), enfraquecimento do sistema flexional no PB, desuso do sistema de clíticos”.

Assim, constata-se que essa alteração nuclear – do sistema de concordância – relaciona-se às mudanças no paradigma pronominal, com reflexos no declínio das construções de posse. Vejamos por quê.

3.4.1 – A reanálise das construções de posse

Com base em todas as alterações que vimos discutindo, defenderei, nesta seção, a tese de que, em relação ao PB do século XVII, houve *reanálise*⁷² *com relação ao valor das formas de expressão de posse*: a seqüência [a NP], à qual uma geração de falantes brasileiros atribuía uma estrutura do tipo [Preposição + NP], passou a ser analisada como [AGR + NP] pela geração mais nova. Essa perda no status funcional da preposição “a” trouxe também a perda de expressão de posse sob a forma [a NP + clítico] e, atualmente, se evidencia no caráter residual da posse clítica.

⁷² Reanálise aqui se define como *uma espécie de análise inadequada de alguma seqüência, a qual resultaria da atribuição, por uma criança, de uma estrutura incompatível com a estrutura atribuída pela geração anterior* (cf. Roberts, 1993, apud Lightfoot 1999:216-7 – ver também capítulo IV).

Se a ordem [NP a NP] era bem formada no século XIX e foi gradualmente escasseando até desaparecer, isso implica que a “diferença entre as preposições constitui um traço do caráter excepcional de “a” no português, já descrito como *realizador de Caso* e não como *atribuidor* ⁷³. Parece que a preposição “a” não é capaz de licenciar uma posição Spec. Em outras palavras, “de” teria um traço a ser checado pelo DP, mas não “a”. (...) O estatuto gramatical de [a] teria sofrido alteração: [+P] → [-P]. (...)” (Ramos, 2003: 8)

A preposição “a”, antes atribuidora de Caso (dativo), *passou a ser interpretada como marca de concordância* (daí o fato de ser gerada sob Agr); como o PB encontra-se em avançado processo de perda de marcações de concordância, esse fator foi decisivo tanto para *a perda do movimento do verbo* (V para I), *quanto para a diminuição da ocorrência dos clíticos*, de modo geral, o que acabou por também afetar a expressão clítica de posse.

Atentemos ao contraste abaixo, repetido por conveniência:

- (196) a. Cresceu muito o cabelo **ao Manuel**. [PE, *PB]
b. Cresceu muito o cabelo **do Manuel**. [PE, PB]
c. O cabelo **ao Manuel** cresceu muito. [* PE, *PB]
d. O cabelo **do Manuel** cresceu muito. [PE, PB]

Atribuirei o contraste entre a aceitabilidade de [a NP] no XIX e o seu desaparecimento no PB atual a uma decorrência da alteração do status do constituinte DP do qual alça o clítico: em estágios anteriores, *o nóculo AgrD*

⁷³ Dizer que uma preposição é **realizadora**, mas não **atribuidora de Caso** decorre da verificação de que o elemento regente já atribuiu todos os casos previstos em sua grade temática, portanto o sintagma preposicionado é apenas realizador, conforme os exemplos abaixo:

(i) Lo vi a el. (espanhol: o verbo atribui caso ao objeto (acusativo “Lo”); portanto, a preposição “a” é apenas realizadora do caso acusativo; o mesmo ocorre no PB, com os chamados “objetos pleonásticos” - “A mim, ninguém me engana”.)

(ii) O mesmo se verifica em construções do PB como “Eu assisto ao filme”. / “Eu assisto o filme.” – note-se que o verbo atribui um único caso, acusativo, e a preposição somente o realiza.

possuía traços explícitos de concordância – era [+ interpretável]. Isso lhe permitia licenciar a checagem do traço do NP possuidor em Spec de AgrD e posteriormente em Spec de DP ou para posições mais altas (no caso, Spec de VP). Atualmente, apenas no PE AgrD continua capaz de checar traços de Caso de “a”.

No PB, a preposição “a”, gerada sob Agr, *além de traço ininterpretável de Caso dativo* [+ Caso], consistia *de um feixe de traços de concordância*: [+ pessoa / possuidor], [+ número] – traços ϕ , interpretáveis, além de *subtraços semânticos* [+ / - referencial] , [+ / - específico] , interpretáveis ⁷⁴ (vimos, pelas tabelas do capítulo II, a força desses fatores).

No primeiro movimento do clítico a Spec, AgrD, os traços nominais [- interpretáveis] eram checados em relação com D^o - o qual apresentava a contraparte destes traços, [+ interpretáveis] - e apagados, restando então os traços interpretáveis de [Pessoa/possuidor] e [Número], a serem checados ⁷⁵ em Spec, DP; resta, por fim, o traço ininterpretável [+ Caso], a ser checado acima de Spec, DP, em relação com o verbo temático, o qual atribui caso ao DP como um todo.

Enquanto introduzido pela preposição “a”, o possuidor, além de maior flexibilidade de ordem, tinha possibilidade de alçar para fora do constituinte de origem (com ou sem redobro do clítico), uma vez que *tal preposição era capaz de licenciar um nóculo funcional (Spec, Agr/D) no qual traços de concordância eram checados*.

⁷⁴ Para Ramos e Duarte (2005:18), estes serão checados e apagados numa operação chamada AGREE, em que se associam a traços correspondentes, ininterpretáveis. A relevância dessa operação de checagem é tão grande, que, citando Chomsky (apud Lobato, 1998), afirmam que “ela parece ser central à configuração geral da linguagem. (...) *traços formais ininterpretáveis são de fato o mecanismo que implementa a propriedade de deslocamento*.”

⁷⁵ Em síntese, tal operação de checagem se apoia no fato de que os traços [+ interpretáveis] encontram no nicho a que se agrega o DP possuidor traços equivalentes, [-interpretáveis] (e vice-versa) – dessa relação resulta, abstratamente, a anulação de tais traços e a possibilidade de continuação do movimento do constituinte, caso haja ainda traços a serem verificados antes de spell-out.

Atentemos para o seguinte contraste, a partir dos dados diacrônicos (2ª metade do século XIX, crucial para a reanálise que será proposta, pois evidencia uma transição de gramáticas que se relaciona ao uso das preposições “a” e “de”), quanto às possibilidades de ordem de constituintes atestadas:

(197) a. “**Fugio a José Francisco Lopes**, no| dia 7 do corrente, | **hum moleque, na-|ção Nagô**, por nome Bernardo, levou| vestido calça e camisa de brim ordina-
|rio, he muito biche[n]to, cabeça raspada|| de pouco tempo”(BA, XIX)

Verbo - a NP possuidor - NP possuído

b. “**A Felippa Maria, fugio lhe uma escrava** de no-|me Marcelina, criôla fula, rosto comprido e. | puxado, bexigosa, boca e olhos pequenos, la-
|bios grossos, dentes abertos, cabelo ralo...” (BA, XIX)

A NP possuidor – verbo – clítico – NP possuído

c. “**Ao Capitão de Número 12 Antonio Guedes de Souza, desapareceo hum escravo** novo de nação Angola com os signaes seguintes: boa estatura, picado de bexigas”(BA, XIX)

A NP possuidor – verbo – NP possuído

d. **Fugio o escravo pertencente a Pedro Ferreira da Silva**, morador no rio do Muqui do Itabapuanna, de nome Adão, crioulo, estatura regular, côr bem fulla, de idade de 25 annos pouco mais ou menos, olhos regulares, nariz xato...”(BA, XIX)

Verbo - NP pertencente a - NP possuidor

Não foram atestadas no corpus do século XIX as seguintes possibilidades:

a) verbo – clítico – a NP possuidor – NP possuído (ex: *Fugiu-**lhe ao coronel** um escravo); b) verbo – clítico - NP possuído – pertencente a NP possuidor (ex: *Fugiu-**lhe** um escravo **pertencente ao coronel**). O que isso significa?

Pelos exemplos acima, vemos que:

a) o constituinte [a NP] só poderia ser redobrado caso levasse consigo, em sua elevação a Spec,DP ou Spec, VP, o clítico: isso sugere que havia uma espécie de constituinte descontínuo [a NP...lhe], ao lado de [a NP], sendo a primeira construção, possivelmente, mais enfática que a segunda.

A relação entre [a NP] e clítico é de especificador e núcleo: o clítico permitia recuperar, por meio de traços de concordância, a relação entre o possuidor (a NP) topicalizado e o NP possuído, interno à small-clause em que é gerado. O clítico não poderia mover-se sobre o sintagma [a NP], o que geraria agramaticalidade: isso significa que, estando no mesmo domínio, o clítico não poderia cruzar [a NP] no movimento de subida, o que geraria a ordem * Fugiu-**lhe** **ao coronel** um escravo⁷⁶.

Outro aspecto relevante é o fato de que, uma vez utilizado o adjetivo “pertencente”, instaura-se uma nova estrutura gramatical em que, congelando-se o sintagma possuidor [a NP] após o NP possuído, inviabiliza-se o aparecimento do clítico em redobro: * Fugiu -**lhe** um escravo pertencente **ao coronel**.

Uma evidência de que [a NP] e clítico são parte de uma mesma construção de posse é o fato de, uma vez implementado o uso da preposição “de”, desaparecer a possibilidade de redobro do clítico: *Fugiu-**lhe do coronel** um escravo.

b) o constituinte [a NP] tinha flexibilidade de movimento internamente ao DP (está em Spec, DP em (a)) ou externamente ao VP, quando aparecia topicalizado (em Spec, TP, como se vê em (b) e (c)). Para que aparecesse em posição *in situ* [NP possuído a NP possuidor], contudo, precisava-se recorrer ao adjetivo “pertencente”, gerando uma estrutura de small-clause, semelhante à estrutura de base.

⁷⁶ Foi encontrado, nos dados, um único caso de redobro de NP...lhe. Neste, há uma dubiedade de leituras do PP como posse ou origem (fonte).

O fato de que “a NP” tinha de mover-se da posição de base até, no mínimo, Spec, DP, onde poderia ter checados seus traços de posse (pessoa e número), bem como os de Caso, em associação com o verbo temático, aponta para o fato de que *na segunda metade do século XIX a preposição “a” estava sendo interpretada pelos falantes mais como marca de concordância do que como atribuidora de Caso dativo* - o que é condizente com a afirmação de Ramos, de que mudou de [+P] para [-P].

Simultaneamente, aparecem os dados abaixo:

(198) a. “**Fugio** no dia 26 de março do corrente anno, **um escravo de Antonio Dias Ferraz**, morador da villa Christina, de nome Aurelianno, pardo trigueiro, de idade de 24 annos pouco mais ou menos, estatura regular, cheio de corpo..”

Verbo – XP – NP de NP

b. “**Fugio do abaixo assignado** no dia 29 de mez pas-|sado, **um escravo** de nome Virissimo, cujos signaes são| os seguintes: negro de nação, idade de 50 annos pouco| mais ou menos, estatura mais que ordinaria, cheio| de corpo..”

Verbo - de NP – NP possuído

Eles nos evidenciam que, nesse estágio do PB, a preposição “de”, em Spec, AgrD era capaz de gerar um nicho em que os traços de posse e Caso eram checados, sem obrigatoriedade de movimento posterior, a Spec, DP. Esse movimento era opcional, como se vê em (197 b).

Note-se que a mudança de comportamento de “a” fica mais clara quando se comparam os dados do XIX com seu funcionamento no século XVII, como se vê abaixo:

(199) a. “De um Capitão Romano se conta mandara **cortar a cabeça a seu próprio filho** por ir contra um preceito militar; (...) havendo seu filho cometido um pecado desonesto, mandou se executasse nele a pena da lei, que era ser

privado de ambos os olhos, mas porque toda a Cidade pediu pelo moço, para que não ficasse sem castigo mandou, que **lhe tirassem um olho a ele**, e outro ao filho, para que assim nem faltasse ao rigor da lei, nem ao castigo do filho”.

b. “...ajuntando todos seus filhos os açoutou mui bem, dizendo: **não me arrancareis vós a mim o nariz.**”

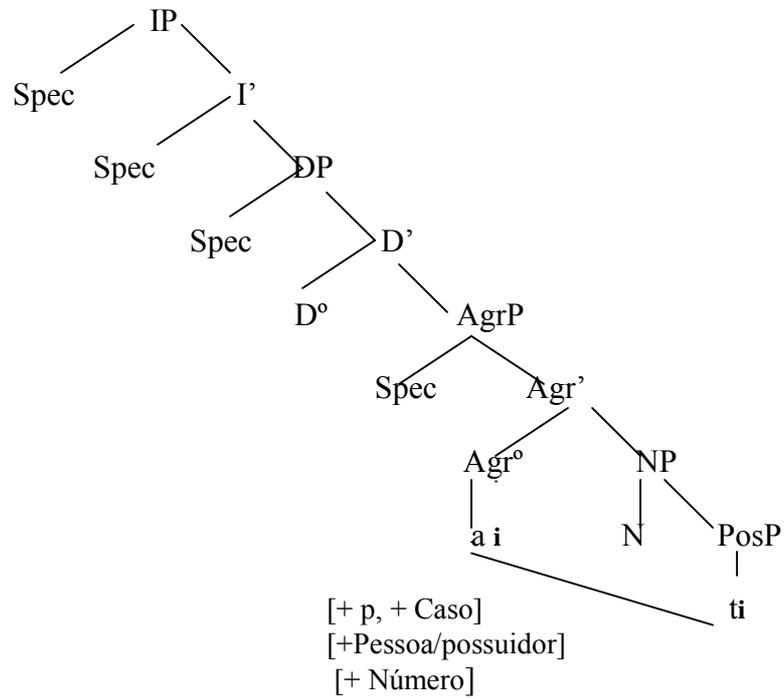
Nesse estágio da língua, no século XVII, atestam-se as ordens verbo – NP possuído – a NP possuidor e, a seguir, no mesmo fragmento, clítico – verbo – NP possuído – a NP. A seguir, temos clítico – verbo – a NP – NP possuído. Isso parece evidenciar que “a” era capaz de licenciar a checagem de traços de posse em Spec, AgrD (permanecendo ao lado do NP possuído) ou alçar a Spec, D (D°), onde tinha os mesmos verificados. Não há dados desse tipo no século XVIII, assim como não os há no XIX.

Diante dos fatos discutidos, proporei que a reanálise ocorrida no PB refere-se à *não-interpretação, pelos falantes, de “a”, quer como preposição, quer como evidenciadora de traços φ de concordância, especificamente, de traços de [Pessoa/possuidor] e [número].* Essa reanálise teria, então, se dado em duas etapas, conforme o quadro abaixo:

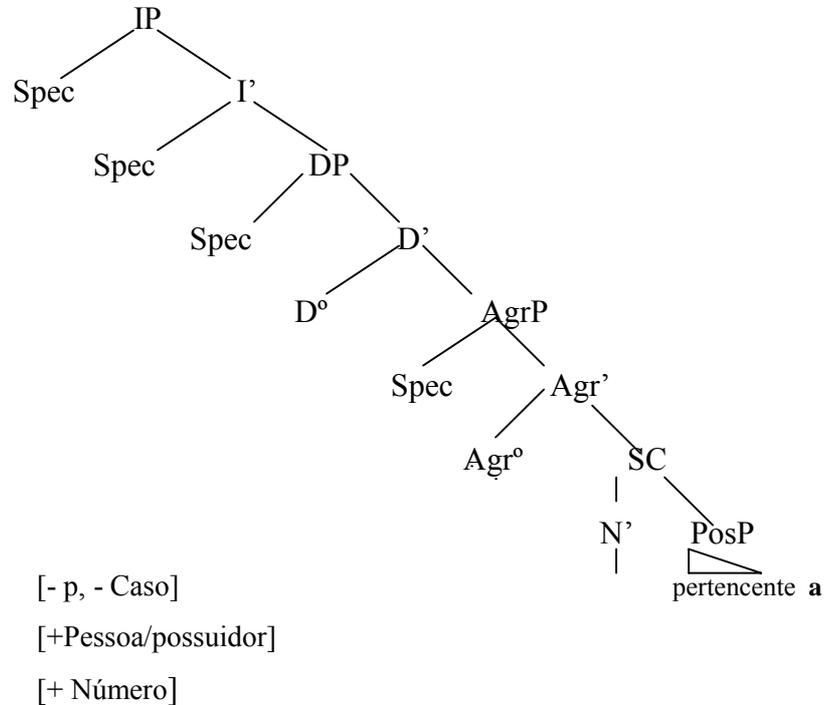
Estatuto de “a” Até século XVIII	Estatuto de “a” Século XIX	Estatuto de “a” Séculos XX e XXI
[+ preposição]	[- preposição]	[- preposição]
[+ Caso dativo]	[- Caso dativo]	[- Caso dativo]
[+ Pessoa/Possuidor]	[+ Pessoa/ possuidor]	[- Pessoa/ possuidor]
[+ Número]	[+ Número]	[- Número]

Configuracionalmente, a reanálise defendida acima seria como se pode ver nas três fases representadas pelos diagramas abaixo:

(200) a. Fugiu **ao coronel** um escravo. (XVII e XVIII)



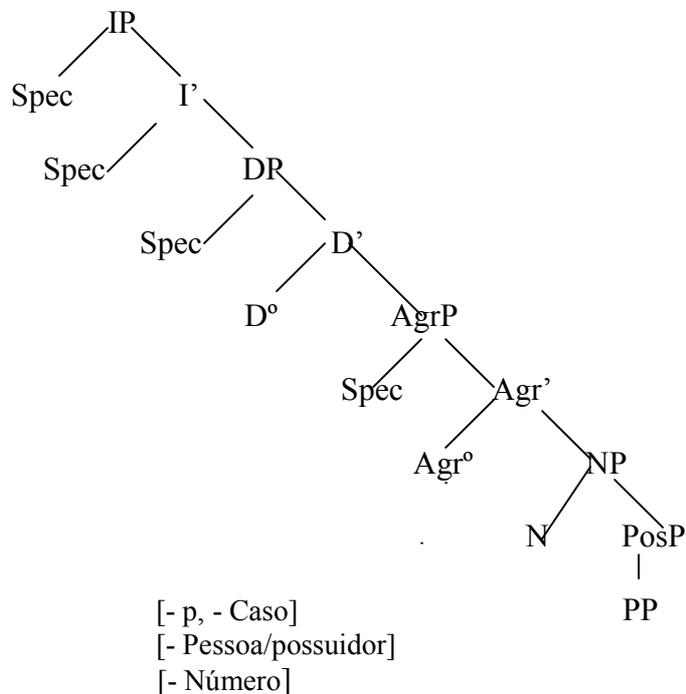
b. Fugiu um escravo **ao coronel** ⁷⁷
 Fugiu um escravo **pertencente ao coronel**. (XIX e 1^a met. XX)



⁷⁷ Encontrada apenas uma ocorrência desta ordem de constituintes no corpus do século XIX:

(i) Bem quizera eu, ainda tropego, ir pessoal-/mente **beijar as mão a tantas pessoas** que paor tal/modo me honraram; mas todo o mundo reconhece/a impossibilidade em que estou de desempenhar es-/te dever. (PE, XIX)

c. * Fugiu um escravo **ao coronel**. (2ª met.XX e XXI)



Assim, se na passagem do XIX (e, residualmente, no primeiro quartel do XX) os falantes ainda atribuíam a [a NP] a capacidade de indicar o possuidor; a partir da implementação dos novos valores desta, *sentenças como “Cortou o cabelo ao Manuel” tornaram-se opacas, não interpretáveis para as novas gerações.*

Note-se que a reanálise proposta acima não se deu de forma “catastrófica”. Para Roberts (1993, ver capítulo IV) toda **reanálise diacrônica** se faz preceder de uma série de pequenas alterações na gramática, considerados **passos**, que prenunciam uma mudança paramétrica.

Como se atestou estatisticamente nesta tese, os passos cruciais foram:

1. diminuição da frequência de [a NP], com perda das construções de redobro [a NP ...clítico];
2. perda da possibilidade de topicalização do constituinte [a NP]; o surgimento, no século XIX, da estrutura [NP pertencente a NP] fixa o possuidor na posição de base, posposto ao NP possuído;
3. desaparecimento da construção de posse [a NP] na primeira metade do século XX;
4. o emprego do clítico de posse, que inicia o percurso no século XVII como opção preferencial, gradualmente vai perdendo frequência, chegando ao XXI com caráter residual;
5. a opção preferencial de colocação do clítico de posse no PB firma-se como proclítica - 92,3% no XXI, depois de um período de ascensão da colocação enclítica até o XIX, momento a partir do qual a situação se resolve em favor da próclise, inclusive em contexto de início de sentença;
6. os pronomes possessivos, que a rigor tinham o mesmo valor que [de NP] (ambas com 26% das preferências no século XVII) gradualmente vão perdendo terreno, chegando ao XXI com escore de aproximadamente 9%;
7. a construção [de NP] gradualmente vai se tornando a preferencial, com notável ascensão a partir do XIX e chega ao estágio atual como a grande vitoriosa na competição acirrada entre as construções de posse do PB.

3.5 – Conclusões:

Partindo da hipótese de reanálise defendida acima, compreende-se a variação paramétrica que faz com que PB e PE sejam diferentes quanto ao uso de

[a NP]: *no PE o conjunto de traços de concordância de [a NP] em Agr/D continua sendo [+ interpretável]*, portanto estruturas com [a NP] continuam aceitáveis, ao passo que, no PB atual, [a NP] em Agr /D é [- interpretável] o que provoca a não-aceitação da expressão de posse sob a forma [a NP].

Assumirei, portanto, que as diferenças paramétricas entre o PB e o PE, quanto à expressão de posse, estão calcadas na diferença entre os seguintes aspectos: **a mudança do status da preposição “a”** (que sofreu alteração por volta da segunda metade do XIX e início do XX), perdendo a capacidade de instanciar traços ϕ de posse; essa alteração de “a” se relaciona, em última instância, ao processo geral por que vem passando o PB de **perda da concordância interna ao sintagma nominal** – o que afetou a configuração do NP/DP.

Uma vez que a mesma torna-se indisponível no sistema (com a função de indicar posse), e com a ampliação do uso da preposição “de”, passamos a ter uma ordem mais fixa, sem possibilidade de extração, em que o possuidor “congela-se” na posição pós-nominal: como atribuidor de Caso genitivo, “de” (em Agr/D) é capaz de promover a checagem de traços de posse do NP possuidor, sem necessidade de movimento a Spec, DP.

Assim, uma conjuntura de fatores deflagrada pelo enfraquecimento de Agr no PB trouxe desdobramentos de variada ordem à expressão da posse no PB e o afastou um pouco mais da variedade européia.

CAPÍTULO IV

A MUDANÇA LINGÜÍSTICA NA EXPRESSÃO DA POSSE NO PB: CONCLUSÕES

Neste capítulo, depois de assentar apropriadamente as bases teóricas do conceito de mudança lingüística com que venho operando, centro-me nas seguintes questões, inicialmente colocadas - uma mais geral e quatro específicas. Pretendo abordá-las com uma perspectiva de “fechamento” desta pesquisa:

1. Qual a correlação entre a mudança em estudo aqui e as demais mudanças ocorridas no PB?
 - 1.1 Foram concomitantes?
 - 1.2 Decorreram da mesma reanálise?
2. O que a presente análise nos permite dizer sobre a correlação entre enfraquecimento da concordância em TP/DP?
3. Questões para pesquisa futura.

4.1 – Conceito de Mudança lingüística:

Toda mudança sintática resulta, normalmente, de uma interação de fatores formais, semânticos e discursivos, que atuam de forma complementar, mas funcionam como motivações em competição (Dubois: 1975, apud Company, 1998:555, Kroch 2005). Portanto, a análise dos dados, relativos a um abrangente

período de tempo, permitiu perceber que se alterou o valor paramétrico do qual decorre o fato de o PB apresentar estruturas de posse prioritariamente sob forma [de NP], não mais sob forma [a NP] e apenas esporadicamente sob forma clítica.

Permitiu, ainda, verificar que o decréscimo sensível da cliticização se deu no transcurso do XX (sendo os baixos escores deste início de XXI um reflexo desse declínio), em momento paralelo ao do desaparecimento da construção com [a NP].

Conforme explicitado, tomei como **instrumental teórico de análise a Gramática Gerativa** (Teoria de Princípios e Parâmetros e Programa Minimalista – que forneceu subsídios tanto para descrever formalmente como para explicar as propriedades exibidas pelas construções com clíticos de posse). Por outro lado, foi a **metodologia da sociolinguística variacionista** (a realização da análise quantitativa – porcentagens e interpretação de dados dos séculos XVII a XXI) que possibilitou fundamentar as respostas às questões evocadas e permitiu um tratamento objetivo para a análise da mudança enfocada.

A despeito da aparente impossibilidade de conciliação de propósitos dessas duas abordagens, com Kroch (2005:28) assumirei que “a gramática gerativa, sendo uma teoria relativa à boa-formação de estruturas, concerne a que formas são possíveis em línguas naturais mais do que a com que frequência são usadas. Frequência de uso deve refletir preferências estilísticas ou efeitos de processamento psicolinguístico, mas não tem lugar em uma teoria formal. A gradualidade da mudança, portanto, esteve ausente do domínio de interesse nas discussões gerativas iniciais. Mais recentemente, porém, reconheceu-se que a gradualidade estabelece uma certa mudança na teoria da gramática porque

caracteriza não apenas alterações em preferências estilísticas, mas também a difusão de mudanças no estabelecimento de parâmetros sintáticos”⁷⁸.

Cyrino (1997:13), com base nos trabalhos de Lightfoot (1979, 1991) e Roberts (1993), nos oferece um outro ponto que justifica a conciliação dessas duas linhas teóricas, aparentemente tão díspares:

“A teoria gerativa atual propõe uma Gramática Universal, como um sistema de princípios universais e parâmetros em aberto, os quais são fixados através da experiência lingüística. Dentro dessa perspectiva, em que as diferenças entre as línguas são consideradas como diferenças paramétricas, *a mudança lingüística é vista como uma alteração na fixação de parâmetros, e a pesquisa diacrônica pretende estabelecer como essa alteração se torna possível*”.⁷⁹

No presente trabalho, documentamos o perfil de quatro construções de posse, a fim de delimitar o percurso da construção de posse com clíticos em relação a suas variantes. Uma delas – [a NP] – apresentou um perfil gradual decrescente, que chegou a zero. Constatado que essa construção não aparece mais nos dados, percebe-se que os falantes do PB a rejeitam, isto é, não mais a interpretam como uma das estratégias disponíveis para a expressão da posse. Nossa interpretação é que houve, no percurso diacrônico delimitado, uma “reanálise”, e esta é que seria a causa da rejeição de tal construção.

⁷⁸ Textualmente, Kroch afirma que “generative theory being a theory of grammatical well-formedness, is concerned with forms that are possible in natural languages rather than with how often they are used. Usage frequencies might reflect stylistic preferences or psycholinguistic processing effects, but they had no place in grammatical theory. The gradualness of change, therefore fell outside the domain of interest in early generative discussions. More recently, however, it has been recognized that gradualness poses something of a challenge to the theory of grammar because it characterizes not only shifts in stylistic preferences but also the diffusion of changes in syntactic parameter settings” (2005:28)

⁷⁹ Grifos meus.

Entenda-se “reanálise” conforme proposta de Roberts (1993). Segundo esse autor, a “soma” de pequenas mudanças estruturais acabariam por desencadear a mudança de um certo parâmetro da gramática. Roberts (1993, apud Lightfoot, 1999:216-217) propõe três noções distintas dentro da teoria da mudança: **passos** (pequenas mudanças visíveis, estruturas que vão se tornando infreqüentes, mas que ainda aparecem no sistema); **reanálise diacrônica** (seria uma espécie de análise inadequada de alguma estrutura, à qual a criança atribui uma estrutura, um valor incompatível); **mudança paramétrica** (a coocorrência de várias reanálises diacrônicas acaba por gerar um novo valor para determinado parâmetro da língua).

Segundo Roberts (apud Cyrino, op.cit., p.38), “uma única reanálise não implicaria a mudança de um parâmetro, mas poderia contribuir para tal, pois ocasiona a ocorrência de novas construções, removendo evidências que levariam à fixação de um parâmetro de um certo modo”.

A *reanálise diacrônica*, portanto, pode ser constatada a partir da redução de freqüência de certos tipos de construções, ao lado do aumento de ocorrências de uma nova construção, equivalente, o que nos permite supor que os falantes jovens, naquele estágio sincrônico específico, ao passarem a conviver com a nova estrutura, paulatinamente deixarão não só de produzir, mas também de interpretar a estrutura antiga.

Enquanto na reanálise tem-se a co-ocorrência (e concorrência) de estruturas, na *mudança paramétrica*, que “pode envolver a eliminação de uma ou várias estruturas da gramática - as construções eliminadas podem ser estruturas já obsoletas ou estruturas ainda viáveis” (Cerqueira, op.cit, p.152), há um realinhamento de opções na gramática, com o desaparecimento de alguma variante.

Observando todo o percurso das construções de posse, conforme evidenciado nos gráficos do capítulo II e discussões do capítulo III, foi possível explicitar os sete ‘passos’ que constituem a base *da reanálise diacrônica* em que se vem assentando *a mudança paramétrica* da expressão da posse no PB, a qual se vincula à perda da especificação dos traços semânticos [pessoa] e [número] no NP possuidor.

Avaliados os dados diacrônicos e sincrônicos em que se baseou esta tese, minha interpretação é que:

a) houve uma *reanálise diacrônica* dos valores de [a NP] e do clítico de posse no transcurso dos séculos XIX e XX, tendo como consequência o desaparecimento da primeira construção e a iminente eliminação da segunda construção da gramática do PB;

b) tem-se observado uma alteração do valor atribuído ao pronome possessivo e ao sintagma preposicionado [de NP] pelos falantes mais jovens; [de NP] tem sido a opção vitoriosa para expressão de posse referente a 3ª pessoa, mas o pronome possessivo ainda é bastante utilizado pelos falantes jovens do PB, em textos escritos (cf. resultados de testes sincrônicos);

c) a reanálise diacrônica aqui enfocada (e seus desdobramentos no PB) se deve à perda de especificação de certos traços de concordância internos ao NP/DP possuidor – especialmente pessoa e número - , num reflexo do mesmo processo de perda que se verifica no nível da sentença, o que evidencia a correlação entre o funcionamento dos níveis CP/IP e NP/DP.

Retomemos brevemente aspectos cruciais desta reanálise diacrônica.

Conforme vimos nos capítulos anteriores, houve uma espécie de “*competição*” entre as construções linguísticas de expressão de posse no PB:

sintagma preposicionado: [a NP] / [de NP], pronome possessivo e construção clítica. Após um período de coexistência, [de NP] começa a superar as demais, que passaram a apresentar decréscimo de uso, chegando uma delas a desaparecer e, com isso, comprometendo a existência de uma outra estratégia de posse, correlata: desaparecendo [a NP], a existência da construção clítica ficou comprometida.

Vejamos, com maior detalhamento do gráfico I, capítulo I, o percurso das formas que constatamos haver competido com a construção clítica:

O perfil do gráfico abaixo evidencia a curva ascendente de uso do PP [de NP], com retração gradual e desaparecimento, na passagem do XX para o XXI, da forma [a NP]. Note-se que a posse expressa por [a NP] mantém status marginal até o século XX, quando efetivamente deixa de existir no sistema do PB.

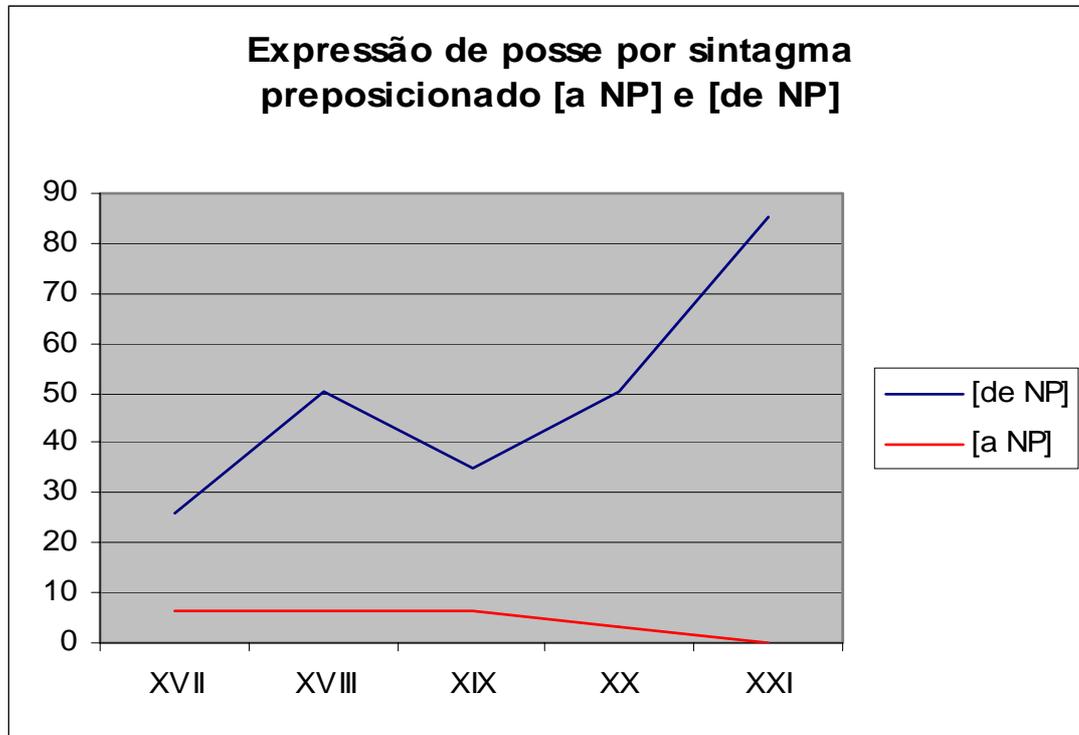
Pode-se perceber que o percurso destas duas estratégias é claramente antagônico na passagem dos séculos XVII para XVIII (após o qual se percebe uma certa estabilidade) e XIX para o XX, com nítida “vitória” para o uso de [de NP]. Atentemos para o fato de que o uso de [a NP] permitia, para expressão de posse, tanto a ordem [NP XP a NP] quanto [a NP XP NP], com interpolação de constituintes e/ou topicalização do possuidor, como vimos no capítulo III:

TABELA XXXIV

A expressão da posse no PB por meio de sintagma preposicionado

Forma de expr. Posse	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
[de NP]	78 26%	92 50,3%	196 35%	75 50,3%	200 85,5%
[a NP]	19 6,3%	12 6,6%	37 6,6%	05 3,3%	00
Totais: 1426	97/300 32,3%	104 / 183 56,8%	233 / 560 41,6%	80 / 149 53,7%	200/ 234 85,5%

GRÁFICO XXV



Vejamos, agora, comparativamente, o desempenho das outras duas estratégias de expressão de posse, em relação à posse por [de NP]:

TABELA XXXV

Expressão da posse por sintagma [de NP] ou pronome possessivo

Forma de expr. Posse	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
[de NP]	78 26%	92 50,3%	196 35%	75 50,3%	200 85,5%
Pron possessiv	78 26%	41 22,4	194 34,65%	32 21,48%	21 8,97%
Totais: 1426	156 /300 52%	133 / 183 72,7%	233 / 560 69,64%	107/ 149 71,8%	221/ 234 94,4%

GRÁFICO XXVI

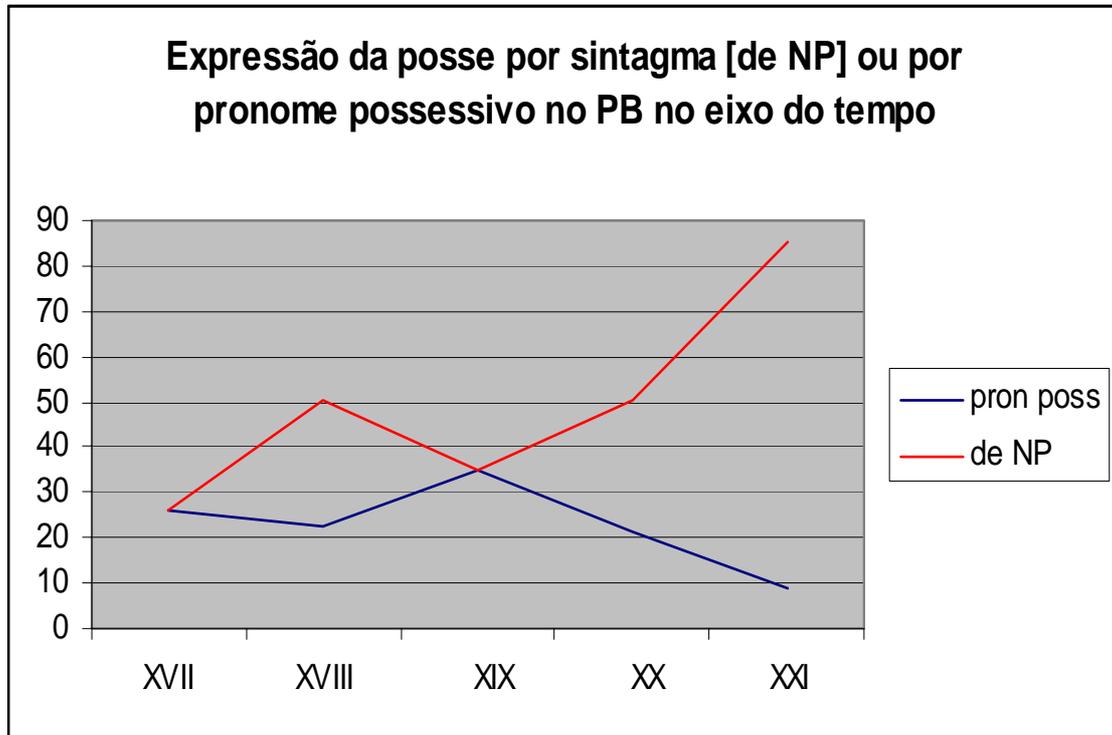
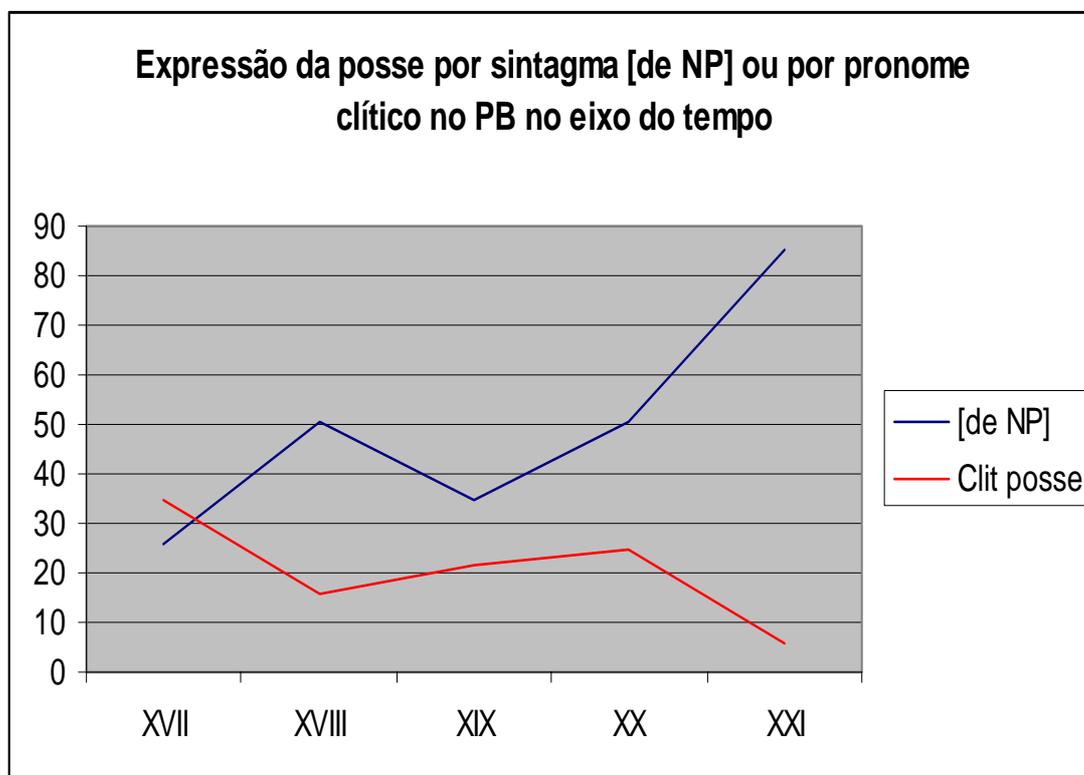


TABELA XXXVI

Expressão da posse por sintagma [de NP] ou pronome clítico

Forma de expr. Posse	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
[de NP]	78 26%	92 50,3%	196 35%	75 50,3%	200 85,5%
Clítico posse	104 34,67%	29 15,85%	122 21,78%	37 24,83%	13 5,55%
Totais: 1426	182 / 300 60,7%	66,1 / 183 56,8%	318 / 560 57,78%	112 / 149 75,2%	213 / 234 91,0%

GRÁFICO XXVII



Por meio deles, evidenciam-se diferentes etapas de que se compõe o quadro da mudança em via de completação atingindo os clíticos de posse:

- (a) constata-se uma flutuação no uso do clítico entre os séculos XVIII e XIX, com decréscimo sensível a partir de então; a ascensão da forma [de NP], em detrimento de todas as outras opções, inicia-se sobretudo no XIX;
- (b) nota-se que o século XVIII foi o momento em que a competição (instaurada no século anterior) entre as estratégias atingiu seu ápice, visto que tanto o clítico quanto o pronome possessivo (que ainda apresenta boa performance no XIX) passam a ser preteridos em favor do uso de [de NP].
- (c) permite correlacionar o percurso das estratégias que vimos identificando como nuances de uma mesma forma de expressão da posse, quais sejam a

posse por [a NP] e a posse clítica (inicialmente com redobro, posteriormente sem).

Como discutido no capítulo III, a não-interpretação da preposição “a” quer como atribuidora de Caso (a perda de capacidade desta de gerar uma posição de especificador na qual o possuidor receberia Caso), quer como feixe de marcas de concordância interna ao DP foi o “gatilho” para o processo de reanálise por que passou o PB. A partir do momento em que os falantes deixam de percebê-la como uma instanciação de AgrD, isto é, portadora dos traços nominais de concordância interna ao DP ([+pessoa/possuidor], [+número]), instaura-se uma competição com a preposição “de” (já disponível no sistema, com proporções similares de freqüência no século XVII), que gradualmente vai recobrando espaços antes próprios de “a”. Essa competição instaurada e “resolvida” no eixo do tempo é retratada pelos gráficos acima.

Note-se que enquanto [a NP] era licenciado, havia a possibilidade de redobro e o alçamento do clítico era bastante freqüente (cf. tabelas e gráficos do capítulo II). A partir do momento em que essa preposição começa a perder status e sua freqüência de uso paulatinamente vai diminuindo, em decorrência, declinam a freqüência de estruturas com redobro e o alçamento do clítico de posse. Vejamos por quê.

Impossibilitada de funcionar como atribuidora de Caso (de projetar uma posição de Spec que permitisse checagem dos traços de Caso do NP possuidor) e demovida da possibilidade de checagem dos traços semânticos de posse, a preposição “a” é preterida no decurso da segunda metade do século XIX e primeira do XX: sabendo-se que o clítico *lhe* é uma espécie de replicador dos traços ϕ [+

pessoa] e [+ número] de [a NP] – lembrando que “a variante [a] ocorre em construção com reduplicação de clítico e que a reduplicação só ocorre com essa variante”⁸⁰ – compreende-se tanto o desaparecimento de redobros quanto a fragilização do processo de extração do clítico possuidor no PB. Assim, confirma-se a existência de um vínculo bastante forte entre [a NP], [a NP + clítico], o que, estruturalmente, era o sustentáculo do alçamento do clítico de posse.

Como o PB vem passando por um processo de enfraquecimento de Agr no nível da sentença (com desdobramentos de variada ordem - enxugamento do paradigma verbal, dada a perda de marcações flexionais; alterações no caráter das categorias vazias; falta de movimentos sintáticos longos, alterações no quadro pronominal e no emprego dos clíticos, entre outros), isso acaba por afetar a constituição interna ao DP.

Se a cliticização decorre de um movimento, na sintaxe visível, para a *checagem de traços internos ao DP*, representados pelo clítico (que, aqui é visto como um feixe de traços semânticos), de modo a garantir o estabelecimento da relação de posse, gradualmente sendo perdidas as marcas de concordância no PB – tanto no nível do NP/DP quanto no da sentença, *uma decorrência natural é a diminuição (com previsível desaparecimento) dos clíticos de posse*. Isso novamente confirma a relação de semelhança funcional DP/ NP e CP, que foi endossada nesta tese.

A perda da construção de posse sob forma [a NP] é mudança completada no PB, enquanto avança para um desaparecimento no PE – trata-se de línguas cujos ritmos diferem com relação à mudança nas estratégias de posse. Por isso, causa

⁸⁰ Cf. Raposo, 1998; Mattos e Duarte, 1984 (apud Ramos 1992).

estranheza aos falantes do PB, atualmente, uma ocorrência como a que se segue, em que a posse vem representada por sintagma pleno introduzido por “a”:

(201) “Num ambiente regrado pelo apadrinhamento, seria natural que os familiares **de** Jesus se beneficiassem mais de **seus** dons, **sua** fama e **seu** poder crescente. Jesus, porém, preferiu **quebrar a espinha aos usos e costumes de seu tempo.**” (Veja, nº 1884, reportagem, 15/12/04, p.114)

Uma ocorrência como a desta construção deve-se, creio, mais a um “arroubo lusitanizante” do autor da reportagem, um recurso de ênfase, principalmente se considerarmos que *nem mesmo como resíduo haviam sido encontradas outras estruturas semelhantes* no corpus; seu caráter ‘estrangeiro’ se evidencia se compararmos tal forma de expressão de posse às demais ocorrências de construções de posse no fragmento, seja por [de NP], seja pelo uso de pronome possessivo, destacadas acima.

Respondendo à primeira questão com que inicio este capítulo, diria que tanto a perda da posse sob forma [a NP] quanto a mudança significativa na frequência de uso das construções com possessivo e clítico são (mais) uma decorrência natural *do processo geral de enfraquecimento de Agr no PB*, como atesta o trabalho de Cerqueira (op.cit, p.153) sobre a substituição da forma *seu* pela forma *dele*: “o uso quase categórico da forma *dele* em lugar de *seu* na indicação de posse reflete uma mudança no sistema flexional do PB, nomeadamente, um processo de enfraquecimento de AGR, que se caracteriza, nesse caso, pela *perda de especificação da pessoa gramatical, com reflexos evidentes em outras partes da gramática, tais como no paradigma da flexão verbal e no sistema de clíticos.*”⁸¹

⁸¹ Grifos meus.

A análise quantitativa empreendida nesta tese mostrou não só a correlação entre as formas *dele* e *seu* como construções em competição, mas alargou a visão sobre a expressão da posse no PB sob duas outras formas, evidenciando, assim, que *houve uma “re categorização” no sistema de posse do PB que se verifica tanto na redução do paradigma de pronomes possessivos (basicamente restrito às formas de primeira e segunda pessoas, dêiticas), e na evitação dos clíticos de posse (marcas de concordância internas ao DP), quanto na evitação de movimento – a opção pela estratégia [de NP] seria um mecanismo mais econômico de expressão da posse, uma vez que o elemento instanciador dos traços semânticos de pessoa e possuidor já é gerado no local periférico de N em que serão verbalizados (forma fonológica).*

Vimos, com as tabelas e gráficos referentes ao corpus diacrônico, o momento em que a posse sob forma [de NP] passou a ser mais freqüente, em detrimento dos clíticos e dos pronomes possessivos. Tudo isso representa uma *evidência positiva de alteração na gramática do PB, com nova organização interna do sintagma nominal: a hipótese de Cerqueira para explicar o contraste entre seu e dele é que o avanço da forma preposicionada está relacionado “a certos processos de mudança que vêm sendo verificados no PB e que parecem poder ser associados a certas mudanças no sistema de concordância da língua” (op.cit., p.131). Segundo ele,*

A especificação de traço [+ pessoa] em AGR em PBC [português brasileiro coloquial] parece ter-se reduzido à primeira e à segunda pessoas do discurso, ou seja, o sistema opera agora com duas distinções, quando antes exibia um conjunto de cinco (meu, teu, seu, nosso, vosso e seu – P3 e P6 sempre foram indiferenciadas). Como *a legitimação da forma possessiva depende da identificação da pessoa gramatical que a ela está associada, apenas dois itens possessivos podem ocorrer legitimamente. A indicação de posse para outros sujeitos diferentes do*

falante/ouvinte vai se dar por meio do sintagma *de + possuidor*; esse recurso já fazia parte da gramática do PB, sendo empregado para estabelecer relação de posse quando o possuidor é apresentado por meio de um nome, para o qual o traço [+ pessoa] é inerentemente especificado para terceira pessoa. No sistema do PB padrão, a especificação de terceira pessoa gramatical parece ainda permanecer operante, embora as marcas flexionais estejam equiparadas às de segunda pessoa (ambas são terceira pessoa gramatical). (pp.152-3).

As evidências apresentadas pelo autor atribuem o aumento da expressão de posse por [de NP] (em detrimento de pronome possessivo) ao enfraquecimento da categoria AGR no PB: as alterações nas especificações relativas ao traço [+ Pessoa] é que seriam responsáveis por essa mudança – o uso do pronome possessivo depende de um AGR suficientemente especificado. No PB, o sincretismo das formas dos pronomes (redução do paradigma a *meu, seu, nosso*), com conseqüente perda de especificação do traço de pessoa (não diferenciam o possuidor também quanto ao número) desfavorece, portanto, seu emprego.

Para Ramos (2003), uma alteração funcional no nóculo AGRP (entre outras mudanças, como a perda do estatuto de atribuidora de Caso, pela preposição ‘a’) seria responsável pelo declínio da ocorrência do clítico de posse; vejo-a como complementar à de Cerqueira, quanto ao declínio do uso dos possessivos. Este relaciona o escasseamento de possessivos de 3ª pessoa ao fato de que “em função desse processo de perda da especificação da pessoa gramatical, o núcleo AGR vai se tornar incapaz de estabelecer uma relação própria com o seu especificador, não podendo atribuir Caso a esta posição, o que ocasiona a impossibilidade de legitimar os pronomes possessivos, à exceção das formas de primeira pessoa P1 (*meu*) e de segunda pessoa P2 (*seu*), nessa posição” (p.154).

Essa afirmação é compatível com os resultados relativos à utilização de pronomes possessivos ao longo do período enfocado, que sofreu sensível

decréscimo, sobretudo a partir do século XIX (34,65% no XIX; 21,48% no XX; 8,86% no século XXI). É compatível, ainda, com a constatação de que, no PB atual, os clíticos “sobreviventes” são apenas os de primeira pessoa – “me” – e o “lhe(s)”, que aparece na função de segunda e na de terceira pessoa, gerando ambigüidade em certos contextos (Ex: Diga a ela que **lhe** enviarei o convite. - *lhe* = a ela? *lhe* = a você, interlocutor?).

Segundo Cerqueira (op.cit., p.153), “o núcleo AGR como um conjunto de traços de concordância (pessoa, número e gênero), (...) seleciona uma projeção de N, e é, por sua vez, selecionado pelo núcleo D° do DP.” Ao propor isso, o autor explicita o porquê de *dele* ter suplantado *seu* na preferência dos brasileiros: é um reflexo da mudança no sistema flexional do PB, com a “perda da especificação da pessoa gramatical”.

A proposta de Cerqueira tem a vantagem de explicitar o surgimento de formas como [dele], [de você] e correlatos no sistema, em substituição aos possessivos, bem como de encaixar esse processo de mudança em relação ao quadro mais geral de mudança paramétrica do PB.

Apresenta, entretanto, as seguintes lacunas: a) torna impossível descrever a ocorrência do clítico de posse – que também faz parte do quadro pronominal e que, portanto, também é afetado pelas contingências relativas aos pronomes possessivos com relação ao sincretismo de formas e a decorrente ambigüidade potencial (“**lhe**” refere-se tanto à segunda quanto à terceira pessoas; a questão concentra-se apenas na oposição “primeira pessoa versus não-primeira pessoa” (p.148)); b) sua proposta sequer alude à relação entre outras possibilidades existentes no sistema de posse do PB, como [a NP / *lhe*] e [*lhe* / suas].

Nesse aspecto, esta tese constitui-se num avanço, visto que mapeia praticamente todas as possibilidades de expressão da posse no PB, inclusive as de redobro – o emprego do *cujo* (e flexões) não foi alvo de nossa análise. Após quantificadas as ocorrências das variantes em competição, atribuiu-se a cada estrutura uma explicação formal que permitisse entrever a razão de uma estratégia ser priorizada em detrimento da(s) outra(s):

a) com [a NP], havia maior flexibilidade de ordem, com possibilidade de movimentos sintáticos longos, com ou sem carregar em seu bojo o clítico reduplicador dos traços de Caso, pessoa e número.

A preposição “a”, gerada sob AgrD, era suficiente para checar casos nominais do NP possuidor e para promover o movimento até Spec,DP para checagem de Caso. Perdida essa possibilidade, [a NP] torna-se constituinte opaco em relação à expressão de posse.

b) [de NP] inicialmente, assim como [a NP] permitia certos movimentos para checagem de traços – atestaram-se no corpus as ordens [V- de NP – NP] e [de NP – V – NP]. Posteriormente, passou a representar um enrijecimento da ordem, “congelando” o possuidor na posição pós-nominal – [NP de NP] – correspondente à small-clause em que são gerados. Isso é compatível com o momento atravessado pelo PB, em que os movimentos sintáticos são curtos e estritamente necessários (dado o enfraquecimento do Agr na sentença).

Não se encontraram registros de redobro “lhe...de NP” – isso evidencia que, se “de NP” não impede a cliticização, por outro lado não a favorece; ou visto sob outro ângulo, não há vínculo estrutural entre estes constituintes.

Outra forma de instanciação dos traços semânticos de posse vem se solidificando no PB. Constatada a drástica redução do número de estruturas cliticizadas, no eixo do tempo, a necessidade do traço [+ definido] (ou [+ específico]) como condição essencial à cliticização. Por outro lado, isso nos colocou frente à seguinte constatação: na ausência de qualquer outro marcador de posse, o artigo definido pode, sozinho, ser interpretado como possessivo (haja vista à estratégia (4): “João machucou o Ø pé”), desde que o elemento possuído seja ligado inalienavelmente ao possuidor (ou, pelo contexto, correlacionar-se a ele - ex: João vendeu o Ø carro. Caso não corresponda à expectativa inicial, o possuidor será necessariamente expresso: ‘João vendeu o carro **de Maria.**’).

Não havendo o artigo, pode-se indicar a presença da relação de posse através das demais estratégias, isto é, por um pronome possessivo pré ou pós-nominal, ou pelo uso de um sintagma preposicionado. Ora, se todas estas são formas de codificação, no nível de superfície, da mesma idéia (posse), sendo que *as estratégias de emprego de marcador vazio e de marcação clítica são as mais restritas, pode-se concluir que todas essas são diferentes posições em que aparecem na sentença, em nível superficial, traços ϕ de concordância internos ao DP.*

Seguindo Duarte (2005:01), conforme explicitado no capítulo III, endossei a tese, bastante aceita na literatura, de que os clíticos têm traços ϕ [Pessoa / Possuidor], traços interpretáveis, que deverão ser checados em spec, DP – o que evidencia a exigência de que D^o (determinante explícito) esteja lexicalizado. Como vimos, somente após esta checagem de traços pode o clítico alçar ao domínio funcional (TP ou AspP, no caso de um auxiliar se fazer presente, além do verbo temático) em que se encontra o verbo.

Nesse movimento, sintaticamente motivado, encontra-se a diferença entre a ênclise e a próclise; o clítico, mesmo estando em diferentes domínios funcionais, está sempre contíguo ao verbo temático, a fim de que ocorra a verificação do seu traço de Caso.

Considerando que o movimento de clítico é movimento de núcleo, por motivação de natureza sintática – o clítico, categoria funcional (e não lexical, como os pronomes), é núcleo de DP é uma expressão fonológica de concordância existente no sintagma do qual o mesmo alça, *o declínio de uso da expressão clítica relaciona-se inexoravelmente à perda de traços de concordância dentro do DP* (cf. Cerqueira, 1993 e Ramos 2000, 2003, entre outros).

4.2 – Questões para pesquisa futura:

Vimos que a construção clítica apresenta uma série de condicionantes relativos à grade semântico-sintática dos verbos a que se agregam, mas estes não dão conta de desvendar todo o mecanismo. Além dessa relação com o predador externo, há que se verificar condicionantes semântico-sintáticos internos ao DP, os aspectos de uma *motivação sintática interna ao DP*, subjacente às diferentes formas de expressão da semântica da posse. O porquê de tais fenômenos é tema que ainda contém vários tópicos para pesquisa futura.

Um exemplo de fenômeno a ser investigado seriam as diversas formas de redobro – de que natureza seria a relação entre instanciadores de posse que formam uma espécie de constituinte descontínuo? Propusemos aqui o vínculo [a NP...lhe], no entanto, há outras formas de redobro cujo estudo poderia lançar novas luzes à estruturação do DP e, por extensão, da sentença.

Outro aspecto que, embora inicialmente desejado, não foi possível realizar nesta tese foi detectar o momento e a forma de entrada no português das construções de posse sob forma [a NP] e clítica, aqui consideradas faces de uma mesma estratégia. No século XVII, já se haviam plenamente instalado no Português – considero que seria produtivo voltar o olhar para um período ainda anterior, em que se possa perceber, na passagem do Latim para o Português arcaico como isso se deu, o que subsidiaria a hipótese aqui lançada de que são estratégias afins. Não foi possível empreender tal análise, mas considero que enriqueceria o acervo de conhecimentos diacrônicos do PB fazê-lo, em momento posterior.

Embora seja teoricamente desejável buscar a interface entre os módulos fonológico e sintático-semântico, o que se daria caso o movimento do clítico (Move α) se desse, além de necessário por razões sintáticas (checagem de traços), também por motivações fonológicas (como afirmam diversos autores, entre os quais Cagliari (2002)) a busca de tal fator se mostrou infrutífera. Por mais que tenha buscado essa interface, a testagem da hipótese de uma motivação em termos de focalização do clítico (dada a frequência extremamente superior da próclise – única posição em que, segundo Cagliari, o clítico pode ser focalizado – mostrou-se implausível. Apesar de todas as limitações que a pesquisa diacrônica nos oferece, acredito que seria bastante profícua uma pesquisa nesta linha...

Cabe aqui um pequeno comentário sobre o emprego de sintagma preposicionado no PE e no PB, visto que minha análise se concentra na construção clítica de posse neste, mas que tendo sido coletados dados a partir do século XVII, naquele momento não havia uma variedade legitimamente brasileira do português.

Diversos estudos atestam as diferenças entre as duas variedades. Menon (1997) informa que ainda se usa, no PE, a distinção *tu / vós* para indicação de

posse. Neste caso, percebe-se que as mudanças que se precipitaram no PB estão ocorrendo em ritmo diferenciado no PE, o que, de certa forma, nos permite entrever a razão pela qual [a NP] continua existindo no sistema desta última, mas gradualmente vem sendo preterida - cf. Miguel (1996: 112): a autora constata que, no PE, a preposição 'a' encontra-se em declínio - ainda é aceitável, coocorre com 'de', porém esta última é mais livre.

ANEXOS

I - FONTES DOCUMENTAIS:

- Acervo do Barão de Camargos. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. (em fase de disponibilização) – Cartas Pessoais.
- Acervo do Projeto PHPB - Cartas de Leitores e de Redatores de Jornais Brasileiros do Século XIX.
- Anúncios do Século XIX pertencentes ao Projeto PHPB – Para a História do Português Brasileiro.
- Entrevistas, Cartas de Leitores e de Redatores Revistas Veja, Istoé, – período 2001 a 2004.

Especificação por século:

a) Século XVII:

Livro de pregações intitulado “A Arte de Criar Bem os Filhos na Idade da Puerícia, de autoria do Padre Alexandre de Gusmão, da Companhia de Jesus, na Província do Brasil – publicado em 1685. São 128 páginas, com cerca de 92.160 palavras. (Cartas com interlocutores definidos)

b) Século XVIII:

Documentos compreendendo o período de 1720 a 1796

Gênero carta: 30 cartas pessoais do Arquivo de D. Clara Felícia (MG – 30 páginas digitadas, com aproximadamente 5.400 palavras), cerca de 58 cartas

de Minas (64 páginas datilografadas, com aproximadamente 15.230 palavras) e 17 cartas do corpus diacrônico do Rio de Janeiro (41 páginas digitadas, com aproximadamente 8.740 palavras) – total de 129 documentos, contendo cerca de 29.370 palavras

Cartas oficiais: Cartas oficiais ao Governador Geral da Bahia – coletânea intitulada “Cartas Baianas Setecentistas”(org. Tânia Lobo) – 126 cartas e 1 “Termo de Assentada” (Devassa) – 238 páginas (digitadas), totalizando 74.256 palavras, aproximadamente.

c) Século XIX:

Documentos compreendendo o período de 1808 a 1899

Correspondências diversas – contratos de compra e venda, listas e recibos de compras (particulares, do Arquivo de Monsenhor Horta – 73 documentos, cerca de 9500 palavras); cartas de leitores (212) e redatores (52), 1 Decreto, 1 Ata de Sessão da Assembléia Provincial de MG, 893 pequenos anúncios – documentos do Corpus do Projeto PHPB – totalizando cerca de 360.000 palavras.

d) Século XX:

Livro “Cartas Devolvidas”- coletânea de cartas publicadas na década de 20 do século passado (editado em 1960, por ocasião do centenário de falecimento do autor, João Ribeiro) – 227 páginas datilografadas, total aproximado de 102.150 palavras.

e) Século XXI:

Cartas de leitores (91 páginas, cerca de 107.380 palavras), de editores (27 textos, 27 páginas, cerca de 10.800 palavras) e entrevistas (27 textos, 81 páginas, cerca de 76.460 palavras), totalizando 191 páginas (cerca de 194.640 palavras), publicados no período de 2001 a 2004, em 27 edições de revistas de ampla circulação: Veja, Istoé, Época.

II – TESTES REALIZADOS

1º TESTE

LINGUA PORTUGUESA -
TESTE DIAGNÓSTICO: FUNÇÃO DOS PRONOMES OBLÍQUOS
PROFESSORA: Ev` Ângela Barros

Atente para o fragmento abaixo, de uma crônica (“Da arte de conversar”) de Affonso Romano de Sant’Anna:

“Dizem que mineiro ouve muito e fala por parábola.(...) Deve ser por isto que, aqui, os “causos” viraram gênero literário. Estava eu com essas elucubrações, porque me caiu nas mãos um livro intitulado *Nova conversa* (Ed. Ediouro), em que o autor Luís César Ebraico se dispõe a relatar a experiência sobre o poder da palavra em nossas vidas. Conta centenas de casos que ouviu no seu consultório de psicanalista, onde utiliza a estratégia da logonálise. Ou seja, ele puxa aquele filão que estava em Freud e Breuer, constatando que a fala é um sintoma. As pessoas precisam da palavra.” (Estado de Minas, Opinião, 08/08/04)

1) No trecho “...porque **me** caiu nas mãos um livro intitulado...” vemos o pronome oblíquo com uma função que se repete em:

- (a) Ele **lhe** puxou as orelhas por ter falado muito.
- (b) Ele **me** relatou as experiências que viveu em Minas.
- (c) Ele **nos** disse poucas palavras.
- (d) Ele **te** era indispensável naquele momento.

2) Atente para as sentenças dadas. A seguir, reescreva apenas os trechos destacados, **de forma equivalente**:

a) “Espremida pela concorrência dos vizinhos e tendo de carregar uma planilha de custos entre as menos competitivas, a anglo-holandesa, formada em 1999 a partir da fusão da British Steel e da Koninklijke Hoogovens, precisava **achar uma saída que lhe garantisse a sobrevivência.**” (Época nº218, 22 de julho de 2002, p.78)

b) “Descobrir o potencial de cada indivíduo, **desenvolvendo-lhe as habilidades ao máximo limite**, formando assim pessoas responsáveis e mentalmente sãs que contribuam para a comunidade global.” (material publicitário sobre a missão do Método Kumon)

c) “A idéia é manter o corpo no freezer para ressuscitá-lo no futuro, quando a medicina descobrir a cura do mal que **lhe tirou a vida.**” (Isto é nº 1712, 24/07/2002, p. 90)

d) “O dono do bordel banhou-a com suco de abacaxi, o que supostamente **lhe clarearia a pele** e “vendeu sua virgindade” por bom preço...” (Veja, 04/02/04, p.114)

“Quando Kristoff propôs comprar-**lhe a liberdade**, ela levou um susto. Srey Mom informou que sua liberdade custava 70 dólares.” (Veja, 04/02/02, p.130)

e) “A derrota, pelo menos temporária, do carro-chefe de sua campanha eleitoral – o aumento do salário dos parlamentares – talvez venha a baixar-**lhe** o facho.” (Veja, nº1895, 09/03/05, p.126)

f) “Não levou em conta logo a “contradição”, palavra tão preciosa no dicionário marxista, e ela **estourou-lhe na cara** com as denúncias de Roberto Jefferson.” (Veja, ensaio, 27/07/05, p.134)

3) Atente para o fragmento abaixo:

“Tudo isso **me** veio à cabeça ao ler o interessante livro do florentino Pietro Citati, chamado “Ritratti di Donne”

O **pronome destacado** na frase do exercício anterior exerce função de:

- (a) complemento nominal (b) objeto direto
(c) adjunto adnominal (d) objeto indireto

2º TESTE

LÍNGUA PORTUGUESA -

Teste diagnóstico: emprego de pronomes oblíquos

Professora: Ev` Ângela Barros

1) Nas sentenças abaixo, retiradas da seção “Cartas de Leitor”, da revista Veja, assinale a **opção que melhor traduz** cada fragmento destacado:

a) “Pensa no que deveria ter feito e deixou de fazer, e esses pensamentos não **lhe saem da cabeça.**”

- () ...esses pensamentos não saem da cabeça dela
() ...esses pensamentos não saem da cabeça para ela

b) “[a entrevista com Lars Grael] ainda **me tirou um grilo**...também não sei dar nó em gravata.”

- () ...ainda tirou um grilo para mim
() ...ainda tirou um grilo de mim
() ...tirou um grilo meu

c) “...trazer crescimento pessoal, e não **nos tome tanto tempo** com uma novelinha que nada tem a agregar senão os fúteis comentários...”

- () ...e não tome tanto tempo nosso
() ...e não tome de nós tanto tempo

d) “Para livrar-se da agonia, ele ordenou a Hefesto que **lhe abrisse o crânio** com um machado. Executada a operação, **saltou-lhe da cabeça**, vestida e armada com lança e égide, sua filha, a grande deusa Atena.”

- () ... abrisse a ele o crânio ()saltou da cabeça dele
() ...abrisse para ele o crânio () ... saltou da cabeça para ele
() ... abrisse o crânio dele () ...saltou da cabeça a ele

e) "...e a penalidade aplicada pela vítima, como matar o ladrão ou **cortar-lhe a mão, a orelha** ou dizimar sua família..."

- () cortar a mão a ele
- () cortar a mão dele
- () cortar a mão para ele

f) "Ao ler a entrevista com a professora Andréa (Amarelas, 5 de maio), **saltaram-me aos olhos** algumas opiniões com as quais não concordo."

- () ...saltaram aos olhos
- () ...saltaram aos meus olhos
- () ...saltaram aos olhos para mim

2) Complete as lacunas de modo que as duas estruturas fiquem equivalentes:

b) Cortou os cabelos a Maria. = Cortou os cabelos

c) Machucou-lhe o pé. = Machucou

d) Ofereceu-lhe um belo quadro. = Ofereceu

e) Pintou-lhe toda a casa sem cobrar um tostão.

_____ sem cobrar um tostão.

f) João lavou a mão à criança. = João lavou

g) Ele me feriu os sentimentos com essa atitude. = Ele

h) Ele te alugou os ouvidos, hein? =

i)

D) Desculpem-nos o transtorno. Estamos em obras.

III – QUADROS DE DADOS DIACRÔNICOS

QUADRO I

Verbos inacusativos com clíticos de posse - Séculos XVII a XXI	
Século XVII	
1-	“.. o pai ficou assombrado e de puro sentimento lhe apodreceu o sangue todo no corpo”
2-	“.. a tomar o cuidado do filho que lhe nascera , lhe traz à memória os gandes bens, ...”
3-	“...uma mulher, que morrendo-lhe por desastre a sua criança de mama, quis tomar o filho da outra, e o pôs no lugar do seu...”
4-	“... expor ao mesmo risco o filho de suas entranhas e não se lhe enternece o coração, e entranhas, e não se lhe arrasam os olhos de lágrimas.”
5-	“...em mandar arrancar os olhos a Sedécias depois de lhe haver morto todos os filhos diante de seus olhos, reservando-lhe somente os olhos para ver tão miserável ...”
6-	“...fazer muitas penitências pela alma da mãe. Estando uma vez orando lhe apareceu a triste mãe acompanhada de dois terríveis dragões, que cercando-lhe o restante do corpo...”
7-	“...de boa criação dos filhos, que nascendo-lhe o filho muito deforme, ele com a língua o vai consertando (...) “
8-	“O pássaro Calhandra tanto que lhe nascem os filhos, logo no ninho os ensinam a cantar,...”
9-	“...com que eram criados como filhos de Rei, todos lhe morriam , pelo qual vivia com muito desgosto .”
10-	“...porque assim como desamparando a ave o ninho, se lhe goram os ovos ou lhe perecem os pintãos, assim desamparando o pai sua família, ou se malogram...”
11-	“...atirando setas para as Estrelas, e um lhe caiu em um olho e lho vasou ...”
12-	“...que estando um dia jogando com seu pai, não lhe caíndo a sorte como desejava, rompeu na seguinte blasfêmia...”
13-	“...aos meninos logo no princípio tanto que lhes amanhece o uso da razão para discernir do bem, e do mal; se apresentam dois caminhos, o da virtude, e do vício...”
14-	“..no céu lhe eram de maior proveito e intercedam naquela hora para sua salvação, do que lhe era o seu Anjo da guarda.”
Século XVIII	
1-	“...cercou a caza do Sargento mor Manoel Fellis de Barros para o prender aOrdem de Vossa Excelência, correndo-lhe os intrieores da Sua Caza com hua Catana...”
2-	“...achacado dehum hérnia carnozo, e varicozo, ede hua mão admodum, que lhepriva assuas obrigações, ea compustura...”
Século XIX	
1-	“...quiz escrever – Zurra nelle – mas não lhe chegou a tanto a língua ...”
2-	“...mimoseou-me com os epithetos que lhe vieram á mente na ocasião.”
3-	“..faz delles dous entes inseparáveis: tudo se lhes torna comum na vida...”
4-	“A Fellipa Maria, fugio-lhe uma escrava de nome Marcelina, criôla fula...”
5-	“A Joaquim Ignacio de Carvalho, fugio-lhe no dia 9 d’ Agosto do corrente anno, huma escrava crioula, de nome Antonia...”
6-	“Então para que talha carapuças que tão ajustadas lhe cahem sobre a cabeça...”
7-	“..casualmente veio-me as mão o n.68 de um papeluxo, que se intitula Nazareno, ...”
8-	“..Sei de pessoas que caíndo-lhe de noite as taipas de suas hortas, pela muita chuva..”
9-	“..foi para s.ex. o caso de dizer-se que cahiu-lhe a sôpa no mel.”
10-	“..mas quanto é o primeiro a reconhecer que lhe fallecem as necessárias luzes para tão elevados cargos, se é que essas cadeiras só devem ser occupadas ...”
11-	“ Nasceu-me um bezerro e as cabras pariram todo o anno que foi o diabo.”
12-	“...pois morreo-me um parente, de febre amarella, serião 9 horas da noute,...”
Século XX	
1-	“É esse sangue apostólico que me evangeliza nas veias, me catequiza os leucócitos

anêmicos e me entrega de pés e mãos às fúrias sagradas do êxtase...”
2- “Senti cair-me as calças e o jaleco voar-me rasgado em asas despregando-se pelos braços abertos.”
3- “A falar verdade, o assunto fugia-me debaixo da pena, e convenci-me de que...”
4- “...guardo um sentimento aproveitável e é que, se na hora extrema, me pesarem muito os pecados, amarrar-me-ei a um desses foguetes providenciais.”
5- “Não me sofre assim o coração que me deixe assim ultrajar.”
6- “Descompunha-se a valer, arremangava-se e descobria quanta pulha de arrieiro lhe vinha à memória.”
7- “Para que caçar? Para que colher peixes e frutos? Tudo lhes viria à mão: a terra, as árvores, os rios misteriosamente lhes trariam ignorados os tesouros.”
8- “Comunico a Vossa Mercê as reflexões que me acodem ao espírito...”
9- “ Fogem-me à férula os maraus de paus e corda?”

QUADRO II

Verbos inergativos com clíticos de posse - Séculos XVII a XXI
Século XVII
1- “...de quem se escrevem muitas virtudes, e muitos vícios, porque faltando-lhe a criação, obrava segundo a inclinação de seu natural.”
2- “...que esta vista causou em seu coração, que lhe cansaram de chorar os olhos e todas suas entranhas se enterneceram de dor.”
3- “...a mesma Santíssima Virgem, que lhe assistiu ao nascimento, o tomou em em seus braços virginais, e consagrou a Deus.”
4- “...cercando-lhe o mais restante do corpo lhe estavam mamando nas tetas com intolerável tormento.”
5- “...foi levada a um templo de maravilhosa arquitetura, onde lhe saíram ao encontro a bem aventurada Santa Ana, e Santa Maria Madalena, as quais apresentaram a Luzia ...”
6- “...ao menino enquanto mama, e outros enquanto lhe não amanhece a primeira luz da razão..”
7- “...e ao entrar por indústria dos pais lhe sairão ao encontro uma grande caterva de rapazes, que na opinião de Abulence nenhum passava de dez anos, ...”
8- “...o qual criou com muito regalo, e liberdade sem lhe ir á mão a cousa, que desejasse, deixando-o passar por tudo quanto queria.”
9- “...parecia o paraíso, aonde viu a seu pai, que cheio de alegria lhe saia ao encontro,..”
10- “...não faltou quem lhe tirasse pela orelha, e emendou-se de tal sorte fugindo..”
11- “...sem que seja por tua direção, pega-lhe nos pés, e dá com ele em terra, ...”
12- “...de rédea, para lhe ir a mão aos apetites, de vara para corrigir dos defeitos...”
13- “...estando descansando ao pé de uma árvore, lhe apareceu o Demônio, e pegando-lhe do braço lhe disse; anda comigo, que te quero dar o prêmio de teus brilhos...”
Século XVIII
1- “...quantas cartas tenho a vm ^{ce} escrito nenhuma lhetera hido a mam lhe quero significar miseravel estado emque me acho para que vm ^{ce} se compadesa de mim”.
2- “...ameo vizinho João da Cunha dizendo eu lheentrava nas suas terras e que ficava sem caminho p ^a agoa a tempo.”
3- “O amigo João Roiz fez ocultamente avizo ao Cunha que eu lheentrava nas terras. Não se aflija vm ^{ce} qdo vier a de se arrumar isso.”
Século XIX
1- “... e vindo este para queixar-se as authorities, sahiu-lhe ao encontro o filho desnaturado...”

2- “Se não lhe falta a memória deve estar lembrado que muito antes de tomar contas desse dinheiro, nunca deixei de lhe prestar serviços e sommas que então me pedira.”
3- “... lhesaiu ao encontro um bando de rapazes, que por indução dos pais começaram a escarnecer dele...”
4 - “...terá de idade vinte pouco mais ou menos, vem lhe saindo o buço ...”
Século XX
1- “Ia com aprumo(...) ainda que lhe soassem ao ouvido...”
2- “Ninguém lhe batia à porta, quando por inspiração do alto lhe veio uma idéia.”
3- “Dizem que lhe foi origem o veneno do centeio cornudo.”
Século XXI
1- “Não nos passa pela cabeça que talvez essa pessoa tenha trabalhado muito para chegara aonde está.”
2- “Executada a operação, saltou-lhe da cabeça, vestida e armada com lança e égide, sua filha, a grande deusa Atena.”
3- “Ao ler a entrevista com a professora Andréa (Amarelas, 5 de maio), saltaram-me aos olhos algumas opiniões com as quais não concordo.”
4- “...ao escutarem as palavras de agradecimento do brigadeiro Mendes, aqueles duros soldados empertigados, com lágrimas lhes correndo pelas faces, perderam a altivez...”

IV – CONSTRUÇÕES DE REDOBRO:

Século XVII

(1) “Um cavaleiro, diz o mesmo Autor, que conhecera, que **adoecendo-lhe o seu cavalo** o lançou em colchas de seda, o recolheu em uma casa dourada, e lhe chamou o médico para o curar..” (XVII)

(2) “Por esta mesma causa David pedia a Deus **lhe perdoasse não só os seus pecados próprios**, mas também os dos seus filhos, e vassalos...” (XVII)

(3) “...ajuntando todos seus filhos os açoutou mui bem, dizendo: **não me arrancareis vós a mim o nariz.**” (XVII)

(4) “Pedia uma mulher a São Maurílio Bispo **lhe confirmasse um seu filhinho enfermo**, que estava em perigo de morte, detivesse o Santo em acabar os divinos mistérios...” (XVII)

(5) “Os filhos buscam a matéria aonde os leva o apetite, e são tais os pais, que **lhes assopram o fogo de suas concupiscências** com a dissimulação ...” (XVII)

(6) “**Ao Beato Luis Gonzaga** sendo menino **se lhe pegaram** algumas destas palavras com a comunicação dos soldados, e depois que com a luz da discrição entendeu o que significavam...” (XVII)

(7) “Os pais, que largam as rédeas aos filhos meninos lhes dão asas para voar; isto é, que **lhes largam as rédeas de seus apetites**, ou lhes dão azos de lançarem mão da liberdade...” (XVII)

(8) “O mesmo passa nos filhos, que de meninos são criados em liberdade; que custa muito depois de grandes domá-los, e se acaso **lhes contradizem seus apetites**, ou lhes não permitem a liberdade...” (XVII)

(9) “...um deles por mandado da Virgem trazia uma capela de flores celestiais, que **lhe pôs na cabeça de Jesus**, cujo pretendente era, e onde tinha o coração...” (XVII)

(10,11) ”... mandou se executasse nele a pena da lei, que era ser privado de ambos os olhos, mas porque toda a Cidade pediu pelo moço, para que não ficasse sem castigo mandou, que **lhe tirassem um olho a ele, e outro ao filho**, para que assim nem faltasse ao rigor da lei, nem ao castigo do filho..”

(12) “...o qual alegre voou logo com esta ocasião para a companhia; temendo porém os Padres a ira do tio, **lhe dilatavam seus bons desejos.**” (XVII)

(13) “Licurgo Rei dos Lacedemonios fez uma lei, em que ordenava, que todo aquele pai, que fosse diligentes em **criar-lhe os seus filhos**, fosse admitido nos cargos mais autorizados da República, ainda que fosse de humilde, e baixo solar. (XVII)

(14) “Admoestava-o Tomás, **pondo-lhe diante dos seus olhos** a desonra, e seu perigo. Mostrava algumas vezes emenda, porém como a ruim semente da má doutrina do mestre havia caído na terra nova de seus primeiros anos, de tal sorte arraigou que não foi possível arrancá-la.” (XVII)

(15) “Achareis porém o exemplo de uma mulher, que **morrendo-lhe por desastre a sua criança de mama**, quis tomar o filho DA outra, e o pôs no lugar do seu, donde sucedeu a célebre sentença DE Salomão.” (XVII)

(!6) “Quão bárbara foi a crueldade de Nabucodosor, em mandar arrancar os olhos A Sedecias depois de lhe haver morto todos os filhos diante de seus olhos; **reservando-lhe somente seus olhos** para ver tão miserável espetáculo?” (XVII)

(16) “A primeira, e principal cousa é a notícia de Deus, e mistérios principais de nossa Fé, de sorte que com a luz da razão **lhes nasça juntamente o conhecimento do Criador**; e a razão disto é mui conforme aos princípios da Sagrada Theologia.” (XVII)

(17) “.. deixai-os chegar para mim, porque destes é o Reino dos Céus, e afagando-os, e **pondo-lhes sobre as suas cabeças** as sacratíssimas mãos lhes dava sua benção, e nela sua graça.”(XVII)

(18) a Sucedeu depois daí a muitos anos confessar na hora da morte geralmente a este mesmo sendo Sacerdote da nossa Companhia, e edificado eu de **lhe não achar culpa mortal em toda sua consciência.**” (XVII)

(19) “os filhos buscam a matéria aonde os leva o apetite, são tais os pais, que **lhe assopram o fogo de suas concupiscências** com a dissimulação, com a liberdade, e com as demasias, com que são criados..” (XVII)

(20) “assim foram os três rapazes, que mandou matar o Tirano Baiaceto, por **lhe haverem furtado um pepino de sua horta**, porque sendo um só o criminoso, lançou a culpa aos companheiros: e todos pagaram.” (XVII)

(21) “Licurgo, notando-lhe certos Cidadãos, porque dava tão grandes salários aos mestres de Retórica, respondeu, que de boa vontade daria a metade de seu Reino, a quem **lhe ensinasse bem seus filhos.**” (XVII)

Século XVIII

(1) “...sendo hum beneficio Comum e transcendente atoda esta Comárca, he para a Grandesa da Vóssa Excelencia me podia destribuir: os Póvos ficao conhecendo o que devem a Vóssa Excelencia, abençoando a Poderosa Maõ **donde lhe precede a sua Felicidade...**” (XVIII)

(2) “...aquelle, alem de outras imperfeições absossas, hé achacado dehum hernia carnozo, e varicozo, ede hua maõ admodum, que **lhe priva as suas obrigações**, e a compustura..” (XVIII)

(3) “Confesou diante demuitas pessoas que o Supplicante lhe não fizera offença alguma, nem seachou ferido, nem ainda **selhevio nas suas Roupas** amais Leve queimadura.⁸²” (XVIII)

(4) “Joam daCosta furtou aelle testemunha hum cavallo por cujo motivo oseguiu elle testemunha com dous Homens e **lhetirou o furto deseu poder.**” (XVIII)

(5) ““...livre / mente Levar o seogado, para ohir cortar nolugar dasua marchantaria, / **pedindo-se-lhe conta doseo Alvará de Marchante**, para

⁸² Note-se neste exemplo a interpolação clítico – negação – verbo, sendo que o clítico, neste caso é argumento do verbo. Também se pode observar, a seguir, que os pronomes se e lhe formam uma unidade morfo-fonológica com o verbo, o que acontecia frequentemente.

reconhe= / cer da Justiça do seu Requerimento, ...”.(1798 – “se lhe..seu”)-
(XVIII)

(6) “...a estas p.tes que levantei agente p^a a esquerda por me embargar
amigavelm te ameio vizinho João da Cunha dizendo eu **lhe entrava nas
suas terras** e que ficava sem caminho p agoas a tempo..” (XVIII)

(7) “A ordem do Juiz Ordinario Antonio Ferreira / de Eça por hua portaria
do mesmo / que paçou por Representaçã e queixa / que fez Joaquim Lopes
Villas Boas / pello **lhe aver emduzido hua / sua esCrava**; a Lem de Outros
proçedimentos mãos, e Segundo Ouy / dizer que pertendia querellar odito
/ Joaquim do Supliante ...” (1795 – “lhe....sua...” (XVIII)

(8) “Pelos muitos requerimentos dos Povos desta / Commarca que **me-
requerem aminha existencia** na Villa do / Camamû / por ficar esta no
Coraçã da Commarca, / e estarem dali neste Juízo paradas muitas causas de
cir- / cunstancias; (1796 – redobro) (XVIII)

(9) “ . para oprender a Ordem de Vossa Excelencia, correndo - / LHE os
intiores da SUA Caza Com huã Catana / nua na mão ..” (Redobro) (XVIII)

Século XIX

(1) “A única verdade que Luiz Fernandes anuncia na sua
correspondencia segundo o que presenciemos foi a do Juiz Presidente
regeitar-lhe as suas cédulas, disendo-lhe que estava criminoso.” (XIX)

(2) “Hé Bem constante que o d^o Duarte comelho cobrança **me tem
impalhado o meu pagamt^o** a mt os annos.. (XIX)

- (3) “Porém, Excelentíssimo | Senhor, não estava no Congresso assaz sa|tisfeito com toda a confiança que | poz em mim, e com toda a gloria, | que **me tem dado entregando em minhas mãos** o destino da sua patria?”
- (4) “...por isso ficará surpreendido com o acontecimento que acabamos de referir; é supposto que alguns malvados contam a dificuldade de **se lhes provarem seus crimes...**” (XIX)
- (5) “...saldo que ficou 49H800 Para podermos **saptisfazer-lhe a seu pidido** é a razão que exigimos aquellas contas..” (XIX)
- (6) “No dia 25 do passado **fugio a Francisco de Souza Carvalho Junior, hum seu escravo** de Nação Nagô, carregador de cadeira, por nome Gaspar...” (XIX)
- (7) “**A Paulino José Lopes** senhor de engenho outeiro redondo **fugio-lhe** em o dia 2 do corrente mez, hum escravo moço de nome Rafaiel...” (XIX)
- (8) “**Fugio do abaixo assignado**, no dia primeiro de Março, **o seo escravo José**, idade de 18 a 20 anno, cabra, rosto carnudo, sem barba, corpo cheio...” (XIX)
- (9) “**A Fellipa Maria, fugio-lhe uma escrava** de nome Marcelina, crioula fula, rosto comprido e puxado, bexigosa, boca e olhos pequenos, labios grossos...” (XIX)
- (10) “**Ao Tenente Coronel José de Mello de Souza, fugio-lhe hum escravo** creoulo chamado Silverio, alto, espigado, ainda rapaz, não tem buço, ...” (XIX)
- (11) “**A Joaquim Ignacio de Carvalho, fugio-lhe** no dia 9 d’Agosto, do corrente anno, **huma escrava crioula**, de nome Antonia, estatura baixa, fulla, tem hum sinal de ferida...” (XIX)

V - QUADROS-SÍNTESE DOS DADOS CONSTITUTIVOS DO CORPUS:

Análise de tipo semântico do verbo - estágio (a) – século XVII Período: 1601 a 1700

Variáveis Tipo Semântico	Ocorrências	Posse Inalienável					Posse Alienável					Verbos prototípicos
		Clit	Pron	deNP	a NP	Red	Clit	Pron	deNP	aNP	Red	
Transferência Material	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	Dar (pagar, transferir)
Transferência Material Reversa	12	05	00	01	03	01	01	00	01	00	00	Tirar (tomar, arrancar)
Transferência Verbal e Perceptual	27	02	07	07	01	03	02	00	02	03	00	Dizer (anunciar, divulgar)
Movimento Físico (Physical motion)	66	24	08	09	05	05	05	02	05	02	01	Levar (acrescentar, cortar)
Movimento Abstrato	85	22	25	25	03	07	01	01	01	00	00	Acrescentar (submeter, associar)
Intransitivos: - de interesse	42	24	07	06	02	02	00	00	00	00	01	Faltar (renunciar, Aparecer)
- de sensação física ou emocional	03	01	02	00	00	00	00	00	00	00	00	Doer (tremer, arder, coçar, repugnar)
Intransitivos de movimento	13	08	01	03	00	00	01	00	00	00	00	Chegar (bastar, cair, saltar)
Movimento psicológico	52	08	24	15	00	01	00	01	03	00	00	Sentir (admirar, temer)

Totais 300 Inalienáveis: 267 Alienáveis: 33

Obs: não encontradas estruturas com *pertencente*. Nº de páginas (digitalizadas):

Análise do tipo semântico do verbo - estágios (b,c) – século XVIII
Período: 1701 a 1800

Variáveis Tipo Semântico	Ocorrências	Posse Inalienável Clít Pron deNP a NP Red	Posse Alienável Clít Pron deNP aNP Red	Verbos prototípicos
Transferência Material	09	00 01 04 00 00	00 00 04 00 00	Dar (pagar, transferir)
Transferência Material Reversa	15	03 02 01 06 01	02 00 00 00 00	Tirar (tomar, arrancar)
Transferência Verbal e Perceptual	07	00 00 05 00 02	00 00 00 00 00	Dizer (anunciar, divulgar)
Movimento Físico (Physical motion)	43	05 09 14 01 02	01 02 07 02 00	Levar (acrescentar, cortar)
Movimento Abstrato	40	07 11 15 02 02	00 02 01 00 00	Acrescentar (submeter, associar)
Intransitivos: - de interesse	27	02 02 23 00 00	00 00 00 00 00	Faltar (renunciar, Aparecer)
- de sensação física ou emocional	00	00 00 00 00 00	00 00 00 00 00	
Intransitivos de movimento	15	01 05 07 00 00	01 00 00 00 01	Chegar (bastar, cair, saltar)
Movimento psicológico	27	07 07 11 01 00	00 00 00 00 01	Sentir (admirar, temer)

Totais: 183 Inalienáveis: 159 Alienáveis: 24

Número de documentos correspondente ao corpus do XVIII – 105 – cartas pessoais e oficiais de MG: (manuscritas e digitalizadas);

- Cartas Setecentistas da Bahia: 127 documentos (126 cartas oficiais e uma Devassa) – 238 páginas. Número aproximado de páginas: 370

Análise do tipo semântico do verbo - estágios (e, f) – século XIX
Período: 1801 a 1900

Variáveis Tipo Semântico	Ocorrências	Posse Inalienável Clít Pron deNP a NP Red	Posse Alienável Clít Pron deNP aNP Red	Verbos prototípicos
Transferência Material	09	04 01 00 00 00	02 02 00 00 00	Dar (pagar, transferir)
Transferência Material Reversa	45	09 05 06 01 01	08 08 04 02 01	Tirar (tomar, arrancar)
Transferência Verbal e Perceptual	46	09 15 10 00 00	04 03 04 01 00	Dizer (anunciar, divulgar)
Movimento Físico (Physical motion)	98	19 15 18 03 01	07 18 15 01 01	Levar (acrescentar, cortar)
Movimento Abstrato	143	24 45 60 00 00	03 07 04 00 00	Acrescentar (submeter, associar)
Intransitivos: - de interesse	33	03 10 08 00 00	02 05 04 00 01	Faltar (renunciar, Aparecer)
- de sensação física ou emocional	17	05 04 01 01 00	01 02 03 00 00	Doer (tremar, arder, coçar, repugnar)
Intransitivos de movimento	64	02 08 05 07 00	00 02 14 20 06	Chegar (bastar, cair, saltar)
Movimento psicológico	105	19 34 33 01 00	01 10 07 00 00	Sentir (admirar, temer)

Totais: 560 Inalienáveis: 387 Alienáveis: 173

Nº de páginas: aproximadamente 400 páginas (Inclui corpus analisado por Ramos, 2000;

Cartas de leitores, de redatores e cartas pessoais do XIX)

Nº de estruturas com adjetivo pertencente: 14

Análise do tipo semântico do verbo - estágio (g) – século XX
Período: 1901 a 2000

Variáveis Tipo Semântico	Ocorrências	Posse Inalienável					Posse Alienável					Verbos prototípicos
		Clít	Pron	deNP	a NP	Red	Clít	Pron	deNP	a NP	Red	
Transferência Material	02	00	00	01	00	00	00	01	00	00	00	Dar (pagar, transferir)
Transferência Material Reversa	03	00	00	01	00	00	01	00	00	01	00	Tirar (tomar, arrancar)
Transferência Verbal e Perceptual	13	01	02	08	01	00	00	01	00	00	00	Dizer (anunciar, divulgar)
Movimento Físico (Physical motion)	45	09	05	25	02	00	01	02	01	00	00	Levar (acrescentar, cortar)
Movimento Abstrato	49	13	10	24	00	00	01	00	01	00	00	Acrescentar (submeter, associar)
Intransitivos: - de interesse	08	04	02	01	01	00	00	00	00	00	00	Faltar (renunciar, Aparecer) Doer (tremar, arder, coçar, repugnar)
- de sensação física ou emocional	05	02	02	01	00	00	00	00	00	00	00	
Intransitivos de movimento	03	02	00	00	00	00	01	00	00	00	00	Chegar (bastar, cair, saltar)
Movimento psicológico	21	02	07	12	00	00	00	00	00	00	00	Sentir (admirar, temer)

Totais: 149 Inalienáveis: 138 Alienáveis: 11

Analisada uma coletânea de cartas intitulada “Cartas Devolvidas” – total de páginas: 227.

Análise do tipo semântico do verbo - estágio (h) – século XXI
Período: 2001 a 2004

Variáveis Tipo Semântico	Ocorrências	Posse Inalienável					Posse Alienável					Verbos prototípicos
		Clít	Pron	deNP	aNP	Red	Clít	Pron	deNP	aNP	Red	
Transferência Material	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	Dar (pagar, transferir)
Transferência Material Reversa	08	03	01	03	00	00	00	00	01	00	00	Tirar (tomar, arrancar)
Transferência Verbal e Perceptual	21	00	01	19	00	00	00	00	01	00	00	Dizer (anunciar, divulgar)
Movimento Físico (Physical motion)	66	01	08	46	00	00	00	01	10	00	00	Levar (acrescentar, cortar)
Movimento Abstrato	88	03	07	74	00	00	01	01	02	00	00	Acrescentar (submeter, associar)
Intransitivos: - de interesse	05	02	00	03	00	00	00	00	00	00	00	Faltar (renunciar, Aparecer)
- de sensação física ou emocional	02	02	00	00	00	00	00	00	00	00	00	Doer (tremar, arder, coçar, repugnar)
Intransitivos de movimento	05	00	00	04	00	00	00	00	01	00	00	Chegar (bastar, cair, saltar)
Movimento psicológico	39	01	02	34	00	00	00	00	02	00	00	Sentir (admirar, temer)

Totais: 234 Inalienáveis: 214 Alienáveis: 20

Analisado um conjunto de 27 revistas, 191 páginas.

REFERÊNCIAS:

ANAGNOSTOULOPOULOU, Elena (1999). **On Double Object Alternations and Clitics**. Doctoral Dissertation.

ARREGI, Karlos (2001). **Focus and Word Order in Basque**. 32nd Annual Meeting of the North Eastern Linguistic Society, New York University, NY. (mimeo)

AUTHIER, J. Marc & REED, Lisa.(1992). **On the syntactic status of French affected Datives**. *TheLinguisticReview*.

BAGNO, Marcos (2001). **Português ou Brasileiro? Um convite à Pesquisa**. São Paulo: Parábola.

BERLINCK, Rosane A. (1996) The Portuguese Dative. In: W.Van Belle & W. Van Langendonck. **The Dative**. Amsterdam/ Philadelphia, John Benjamins .

_____ (1997). O Objeto Indireto no Português Brasileiro do Século XIX. Comunicação apresentada no X Encontro do CELLIP, Londrina, Paraná.

_____ (2001) Dativo ou locativo? Sobre sentidos e formas do ‘dativo’ no português. Unesp, SP: Revista Letras.

CAGLIARI, Luiz Carlos (2002). Da importância da prosódia na descrição de fatos gramaticais. In: *Gramática do Português Falado.v.2*, São Paulo: Editora Unicamp, pp37-60.

CASTILLO, Juan Carlos (2001). Thematic Relations Between Nouns. University of Mariland. Doctoral Dissertation.

CERQUEIRA, Vicente C. (1993). A forma genitiva “dele” e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro. In: ROBERTS, I. & KATO, M. A.

(orgs). **Português Brasileiro – Uma Viagem Diacrônica**. São Paulo: Editora da Unicamp.

CHOMSKY, Noam. (1995) **The Minimalist Program**. Cambridge, Mass., The MIT Press.

CYRINO, Sônia M. Lazzarini (1997). **O Objeto Nulo no Português do Brasil – Um Estudo Sintático-diacrônico**. Londrina: UEL.

DETTONI, Raquel do Valle (2003). A Concordância de Gênero na Anáfora Pronominal: Variação e Mudança Lingüística no Dialeto da Baixada Cuiabana – Mato Grosso. Tese de Doutorado, UFMG, Belo Horizonte.

DUARTE, Fábio B. (2005) Derivando estruturas com clíticos de posse no português. Belo Horizonte: UFMG, inédito.

FRANCIS, Elaine J. (2000) Two Perspectives on the Grammar of Possession. In: *Language Sciences* 22, 87-107.

FONTANA, J. (1993). Phrase Structure and the Syntax of Clitics in the History of Spanish. Tese de Doutorado, Universidade da Pensilvânia.

GAVRUSEVA, Elena (2000). *On the Syntax of Possessor Extraction*. *Lingua* 110, pp.743-772, Iowa City.

GALVES, Charlotte. (2001) **Ensaio sobre as Gramáticas do Português**. São Paulo: Editora da Unicamp.

GALVES, Charlotte e ABAURRE, Maria Bernadete M (2002). Os Clíticos no Português Brasileiro: Elementos para uma Abordagem Sintático-semântica. In: **Gramática do Português Falado**. São Paulo: Editora da Unicamp, pp.267-312

GIORGI, Alessandra (1983). *Toward a Theory of Long Distance Anaphors: a GB Approach*. *The Linguistic Review*, 3, pp.307-361.

GIORGI, Alessandra & LONGOBARDI, Giuseppe (2001). **The Syntax of Noun Phrase**. Cambridge: Cambridge University Press.

GIUSTI, Giuliana (1997). *The Categorical Status of Determiners*. In: HAEGEMAN, L.(org.) **The New Comparative Syntax**. New York: Longman Inc.

GUIMARÃES, Maria Nazaré Serra Silva (1985). *Sintaxe das Preposições: Seu Valor na Estrutura Sintagmática Portuguesa*. UFMG, Belo Horizonte.

HAEGEMAN, Liliane (1997). *Introduction: on the interaction of theory and description in syntax*. In: HAEGEMAN, L. (org.) **The New Comparative Syntax**. New York: Longman Inc.

JAYASEELAN, K. A (2001). IP Internal Topic and Focus Phrases. In: *Studia Linguistica* 55 (1), pp.39-75, Massachusetts, Blackwell Publishers.

JONES, Michael A.(1993) The prepositional accusative in Sardinian: its distribution and syntactic repercussions. IN: SMITH, Jonh C. & MAIDEN, Martim (eds). *Linguistic Theory in Romance Languages*. Amsterdam, John Benjamins.

KAYNE, Richard. (1994) **The Antisymmetry of Syntax**. Cambridge/Mass: the MIT Press.

KATO, Mary A. (1993) Recontando a História das Relativas em uma Perspectiva Paramétrica. In: I. Roberts & M. A. Kato (orgs). **Português Brasileiro – uma Viagem Diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp.

_____. (1997) *Estudos Brasileiros na Perspectiva de Princípios e Parâmetros*. São Paulo: Unicamp (mimeo).

KATO, Mary A. & NASCIMENTO, Milton. (2002). Preenchedores Aspectuais e o Fenômeno da Flutuação dos Quantificadores. In: **Gramática do Português Falado**. São Paulo: Editora Unicamp, vol.IV.

KROCH, Antony (1994). Morphosyntactic Variation. In: Beals, K. et al (eds). Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society: Parasession on Variation and Linguistic Theory.

_____. (2005). Syntactic Change. In: Baltin, M. & Collins, C. (eds). **Handbook of Syntax**. Blackwell (to appear).

LABOV, William. (1972) **Sociolinguistic Patterns**. Oxford: Brasil Blackwell.

_____. (1981) What can be learned about change in progress from synchronic descriptions. In: SANKOFF, David; CEDERGREEN, Henrietta. **Variation Omnibus**. Edmonton: Linguistic Research Inc. pp.177

_____. (1994) **Principles of Linguistic Change: Internal Factors**. Cambridge: Blackwell Publishers, v.1.

LANDAU, Idan. (1999). Possessor Raising and the Structure of VP. *Língua* 107, 1-37, Cambridge, MIT Press.

LAPA, Manuel Rodrigues (1998). *Estilística da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes.

LEAL, Maria Auxiliadora F (1992). *Complementos Preposicionados no Sintagma Verbal do Português: Uma Abordagem Sincrônica e Diacrônica*. Dissertação de Mestrado. UFMG, Belo Horizonte.

LIBERATO, Yara Goulart (2002). A estrutura interna do SN em Português. In: **Aspectos da Gramática do Português – uma Abordagem Funcionalista**. São Paulo: Mercado das Letras, pp.41-103.

LIGHTFOOT, David. (1991). **How to Set Parameters: Arguments from Language Change**. Cambridge, MIT Press.

_____. (1999). **The Development of Language - Acquisition, Change and Evolution**. Massachusetts, Blackwell Publishers.

MALING, Joan (2001). Dative: the Heterogeneity of the Mapping among Morphological Case, Grammatical Functions and Thematic Roles. *Lingua* 111, pp.419-464, Waltham, Massachusetts.

MARANTZ, Alec (1995). The Minimalist Program. In: Webelhuth (ed) **Government And Binding Theory and Minimalist Program**. MIT Press.

MENON, Odete P. da Silva (1997). *Seu / de Vocês: Variação e Mudança no Sistema dos Possessivos*. In: Da Hora, Demerval (org.) **Diversidade Lingüística no Brasil**. João Pessoa: Idéia.

MIGUEL, Matilde (1996). A preposição a e os complementos genitivos. In: **Quatro Estudos em Sintaxe do Português. – Uma abordagem segundo a teoria dos princípios e parâmetros**. Edições Colibri, Lisboa.

MIOTO, Carlos & SILVA, Maria Cristina F. (2002). Sobre a seleção de auxiliares e a distribuição do pronome *ne* em italiano. Florianópolis: UFSC, ms.

NEVES, Maria Helena M. (2000) *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora Unesp.

_____. (2002) Possessivos. In: CASTILHO, Ataliba T. de **Gramática do Português Falado**. São Paulo: Editora Unicamp, v.3, 3 ed.

NUNES, Jairo (1995) The Copy Theory of Movement and Linearization of Chains In the Minimalist Program. Doctoral Dissertation, University of Maryland.

_____. (1993). Direção de Cliticização, Objeto Nulo e Pronome Tônico na Posição de Objeto em Português Brasileiro. In: I. Roberts & M. A. Kato (orgs). **Português Brasileiro – uma Viagem Diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp.

OLIVEIRA, Marilza. (s/d) Adjuntos e Complementos Verbais introduzidos pela preposição “a”. Disponível em www.fflch.usp.br/dlcv/lport.

PAYNE, Doris L. & BARSHI, Immanuel (1999). External Possession: What, Where, How, and Why. In: External Possession (orgs). Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

PENNA, Heloisa M. M. Moreira (2002). O emprego do ele acusativo: do português Brasileiro ao latim. In: RAMOS, J. M & COHEN, M. A. A. M. **Dialeto mineiro e outras falas** – *Estudos de variação e mudança lingüística*. Belo Horizonte: FALE/UFMG.

PINTZUCK, Susan. (1999). Phrase Structures in Competition: Variation and Change in Old English Word Order. Garland Publishing, New York & London.

RADFORD, A. (1997). **Syntactic Theory and the Structure of English - A Minimalist Approach**. Cambridge, Cambridge University Press.

RAMOS, Jânia M. (2000) Sintagmas possessivos: o percurso diacrônico de perda de [a NP pleno]. Celsul, Curitiba

_____ (1997). O Uso das Formas Você, Ocê e Cê no Dialeto Mineiro. In: Da Hora, Dermeval (org.) *Diversidade Lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia.

_____ (1998). História Social do Português Brasileiro: Perspectivas. In: Castilho (org). **Para a História do Português Brasileiro**. V.1, 153-167, FAPESP, SP.

_____ (2000). Dativos de Posse: o Percurso Diacrônico de Perda de [a NP] Pleno. Comunicação apresentada no CelSul, Curitiba.

_____ (2003) Sintagmas possessivos: o percurso diacrônico de perda de a NP pleno no Português Brasileiro. (no prelo)

- RAMOS, Jânia M. & DUARTE, Fábio Bonfim (2005). *Ordem dos Constituintes, Conteúdo de Traços-phi e Mudança Gramatical no PB*. UFMG, inédito.
- RAPOSO, Eduardo Paiva . (1999). **O Programa Minimalista – Noam Chomsky**. Tradução, apresentação e notas à tradução. Editorial Caminho, Lisboa.
- ROBERTS, Ian G. (1993) *A formal account of grammaticalization in the history of Romance futures*. In: *Folia Linguistica Historica* 13: 219-58
- SALLES, Heloísa Maria M. Lima (1997). *Prepositions and the syntax of complementation*. Bangor: University of Wales. Tese de Doutorado (inédita)
- SILONI, Tal (1997). *Events nominals and the construct state*. In: HAEGEMAN, Liliane (org). **The new comparative syntax**. New York: Longman Inc.
- SILVA, Maria Cristina F. e MIOTO, Carlos. (2005). *Sobre a seleção de auxiliares e a distribuição do pronome ne em italiano*. (inédito)
- TARALLO, Fernando. (1983) *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Universidade da Pensilvania, Tese de Doutorado.
- _____. (1993) *Diagnosticando uma Gramática Brasileira: o Português d'aquém e d'além-mar no final do século XIX*. In: **Português Brasileiro: uma Viagem Diacrônica**. São Paulo: Editora da Unicamp.
- TERZI, Arhonto. (1999). *Clitic combinations, their hosts and their ordering*. In: *Natural Language and Linguistic Theory* 17: 85-121. Kluwer Academic Press: Netherlands.
- TORRES MORAIS, Maria A. C. R. (s/d) . *A Preposição e a Caracterização do OI: Aspectos Sincrônicos e Diacrônicos*. Disponível em: www.fflch.usp.br/dlcv/lport.
- URA, Hiroyuki.(1999). *Checking Theory and Dative Subject Constructions in Japanese and Korean*. *Journal of East Asian Linguistics*, 8(3):223-254.

URIAGEREKA, Juan. (1995) Aspects of the Syntax of Clitic Placement in Western Romance. In: *Linguistic Inquiry* 26 (1), pp79-123 Massachusetts Institute of Technology.

URIAGEREKA, Juan.(1996) From being to having. Working Paper in Linguistics, University of Maryland.

VELAZQUEZ - CASTILLO, Maura (1996) . **The Grammar of Possession: Inalienability, Incorporation and Possessor Ascension in Guaraní.** Amsterdam/ Philadelphia, John Benjamins.

VERGNAUD, Jean-Roger & ZUBIZARRETA, Maria Luisa. (1992) . The Definite Determiner and the Inalienable Constructions in French and in English. *Linguistic Inquiry* 23, v.4, 595-652, Cambridge, MIT Press.

VITRAL, Lorenzo. (1996). *A forma cê e a noção de gramaticalização.* In: *Revista Estudos da Linguagem* 4 (1), BH, pp. 115-124.

ZIMMERMANN, Ilse. (1993) The syntax of “possessor phrases”. In: Fanselow, G. **The Parametrization of Universal Grammar.** John Benjamins Co, Amsterdam/ Philadelphia

ZUBIZARRETA, Maria Luisa. (1998). **Prosody, focus and Word Order.** Cambridge, MIT Press.